



UM CICLO DE TRANSFORMAÇÕES

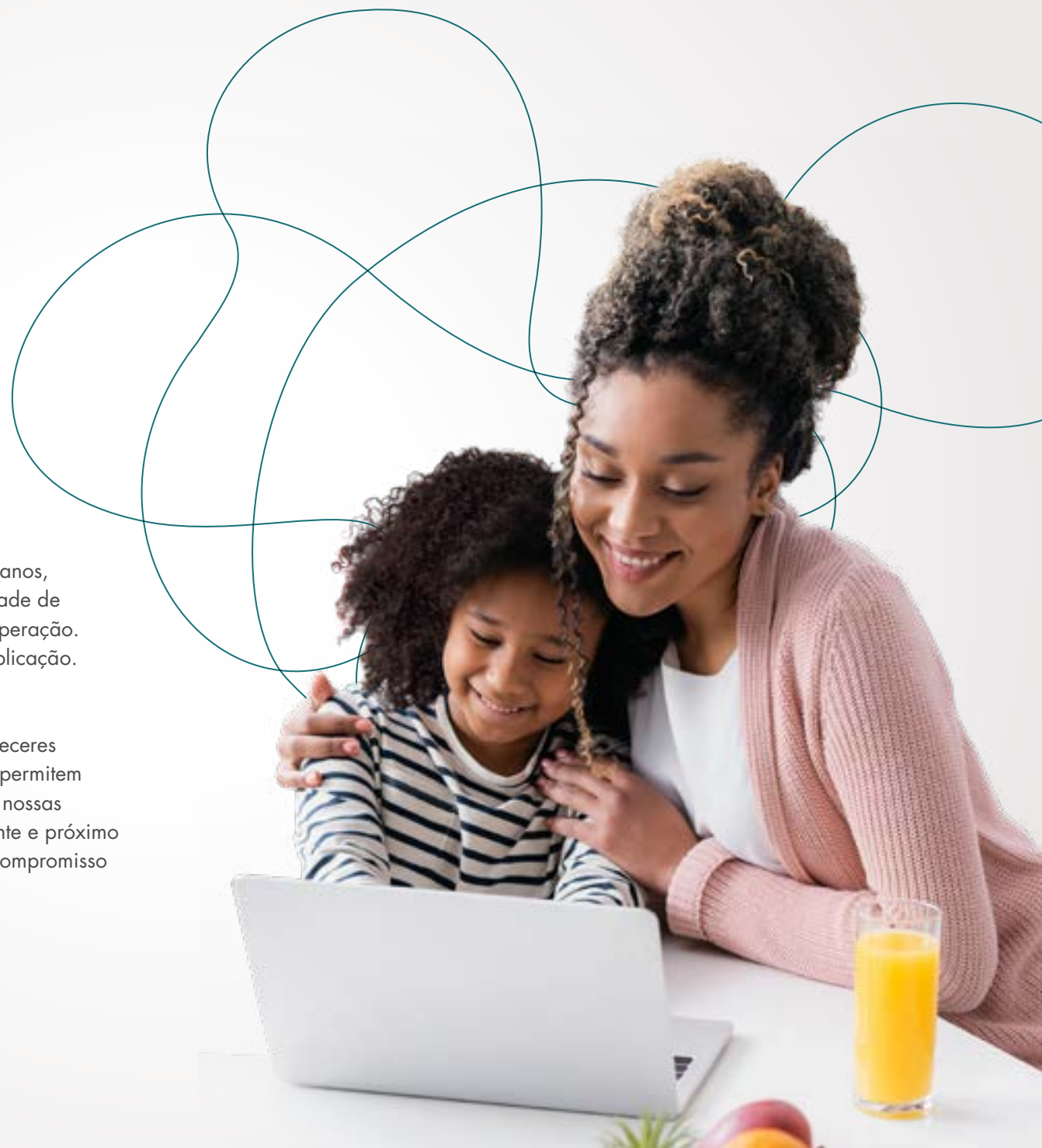
2021
RELATÓRIO ANUAL

TRANSFORMAR PARA MELHORAR

Um ciclo de transformações foi o que vivemos nos últimos dois anos, impulsionado tanto pelos desafios da pandemia como pela necessidade de atualizar nossos processos, visando sempre a excelência da nossa operação. E os resultados são apresentados, com toda transparência, nesta publicação.

Com uma nova estrutura de capítulos, ainda mais clara e objetiva, o **Relatório Anual de Informações 2021 da PRECE** traz os pareceres atuariais, as demonstrações contábeis e os dados consolidados que permitem o acompanhamento dos resultados alcançados. Mostra, também, as nossas estratégias e os nossos esforços para garantir um atendimento eficiente e próximo aos participantes da Entidade. E, acima de tudo, expressa o nosso compromisso com a ética e as boas práticas de gestão para cuidar do seu futuro.

Boa leitura!



4. MENSAGEM DA DIRETORIA

CAPÍTULO 1

12. TRANSFORMAMOS DESAFIOS EM OPORTUNIDADES

- 13. Missão, Visão e Princípios
- 14. Organograma da PRECE
- 15. Composição da PRECE

CAPÍTULO 2

20. TRANSFORMAMOS DISTANCIAMENTO EM PROXIMIDADE

- 21. Institucional
- 24. Acontecimentos Relevantes

CAPÍTULO 3

27. TRANSFORMAMOS POSSIBILIDADE EM REALIDADE

- 28. Gestão de Investimentos
- 28. Rentabilidade 2021
- 29. Alocação de Investimentos
- 32. Fundos
- 35. Informações Adicionais

CAPÍTULO 4

51. TRANSFORMAMOS COMPLEXIDADE EM SOLUÇÃO

- 52. Demonstrações Contábeis
- 68. Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis

CAPÍTULO 5

135. TRANSFORMAMOS COMPROMISSO EM RESULTADOS

- 136. Parecer Atuarial
- 208. Relatório do Auditor Independente
- 211. Parecer do Conselho Fiscal
- 215. Manifestação do Conselho Deliberativo



A TRANSFORMAÇÃO QUE NOS FEZ CRESCER

Falar sobre os resultados de 2021 certamente ainda passa por abordar os impactos da pandemia de Covid-19 e nossa rápida resposta a essa crise que provocou efeitos devastadores na vida de milhões de pessoas e nos negócios pelo mundo desde 2020. Aqui na PRECE trabalhamos muito para garantir, acima de tudo, a saúde e a segurança do quadro funcional, beneficiários, assistidos e participantes, bem como a continuidade das atividades e implementação de novos processos, tão cruciais para nossa nova fase. Fortalecemos a nova cultura de trabalho remoto e as adequações necessárias para o aprimoramento dela, investindo na robustez da nossa Segurança da Informação, contratando um novo sistema de gestão ERP para integrar os nossos processos e otimizar os nossos recursos financeiros e humanos, distribuimos notebooks para 100% dos nossos colaboradores, e modernizamos a estrutura tecnológica e física da nossa sede para melhor atender à nova realidade de trabalho híbrido.

A palavra que definiu o exercício de 2021 na PRECE foi, sem sombra de dúvidas, TRANSFORMAÇÃO. Ela se iniciou com a nova composição da Diretoria Executiva em março de 2020, foi fortemente impulsionada pela pandemia e tem sido a nova cultura praticada pelas áreas técnicas, que se encontram altamente engajadas na busca pela mudança e pelo novo. Transformamos nossa maneira de estar próximos, mesmo nos dias em que estivemos fisicamente distantes, realizando uma série de campanhas de engajamento, palestras educativas e reuniões on-line. Para preservar a saúde e a vida dos(as) beneficiários(as), expandimos e avançamos na consolidação de canais digitais e no uso de tecnologia para gestão de atendimentos telefônicos. Publicamos diversos conteúdos informativos através de nosso website para manter nosso público interno e externo bem-informados, pautando sempre a nossa comunicação nos princípios da ética, transparência, agilidade e clareza das informações.

Transformamos os nossos Planos de benefícios através do nosso projeto de Estratégia Previdenciária, iniciado em 2020, que previa as alterações, já realizadas, dos regulamentos dos Planos PRECE III e CV, tornando-os mais modernos e atrativos, e também a migração dos Planos PRECE I e II para o novo Plano PRECE IV, aprovada pela Previc em dezembro de 2021, e que traçamos como o grande projeto da PRECE a ser executado no ano de 2022. Além da nossa comunicação, segurança e instalações físicas, transformamos o nosso modelo de gestão de riscos, através da adoção de software para os ciclos de avaliação periódica; alteramos a tecnologia de marcação de ponto de nossos colaboradores, que agora funciona de forma on-line; implantamos um novo manual de idEntidade corporativa para fortalecimento da nossa marca; avançamos na adequação contínua a Lei Geral de Proteção de Dados – LGPD com a adoção de uma política de privacidade, entre outras ações que têm agregado grande valor ao funcionamento desta Entidade.



Transformamos o nosso compromisso com o desenvolvimento sustentável na orientação de nossas atividades, implementamos o projeto 'mesa limpa' para garantir a redução do uso de papel e garantir melhor segurança aos dados contidos neles; reduzimos o número de impressoras e, conseqüentemente, a utilização delas; distribuimos canecas e squeezes aos nossos colaboradores, objetivando a reeducação no uso de copos plásticos; estamos evoluindo na análise ASG (aspectos ambientais, sociais e de governança) no processo de investimentos, e por meio de iniciativas relacionadas à diversidade e inclusão; e todos esses resultados, além da geração de valor para nós e os públicos do nosso relacionamento, têm gerado reconhecimento, como a premiação de "empresa cidadã" que recebemos do Conselho Regional de Contabilidade do Rio de Janeiro – CRCRJ.

Além das transformações e desafios inerentes ao cenário pandêmico mundial, a PRECE também lidou e está lidando com os impactos do processo de privatização de sua principal Patrocinadora, a Companhia Estadual de Águas e Esgotos do Rio de Janeiro – CEDAE –, que com os leilões de concessão realizados em 2021, transferiu para as concessionárias os serviços de distribuição de água e tratamento de esgoto em 48 cidades do Estado, ocasionando um expressivo enxugamento do número de funcionários da companhia, iniciado com um programa de demissão voluntária, que atingiu, de forma bastante expressiva, a PRECE nos últimos meses de 2021, e possivelmente continuará impactando nossa operação em 2022.

Estamos nos movendo na implantação de muitas soluções para a perenidade e o desenvolvimento sustentável de nossa Entidade, mitigando sempre os impactos adversos que porventura possam causar aos nossos participantes. A conduta empresarial responsável, adotada por nós, a cada dia apresenta novos resultados positivos, sendo resiliente e com foco no valor de longo prazo.

Ressaltamos a capacidade da PRECE de enfrentar um ambiente turbulento, de muitas incertezas. Tudo isso graças às 50 pessoas que integram o quadro funcional, que permaneceram unidas e empenhadas, e para as quais eu gostaria de dedicar meu imenso agradecimento. O cenário externo para 2022 ainda apresenta perspectivas bastante desafiadoras, mas nós, PRECE Previdência Complementar, traçamos uma trajetória de crescimento e transformação para nos conduzir a um futuro exitoso, onde estaremos sempre juntos cuidando dos interesses de nossos clientes. •



Eduardo Freire da Silva Vargas
Diretor-Presidente

ESTRATÉGIA PREVIDENCIÁRIA EM FOCO



O ano de 2021 foi novamente desafiador para a PRECE. A pandemia permaneceu assolando o país, especialmente durante o primeiro semestre. Neste período, foi necessário aprimorar o atendimento remoto, pelos diversos canais digitais, bem como reforçar todos os protocolos para receber, com a maior segurança possível, aqueles participantes e assistidos que não tinham acesso às ferramentas de comunicação remota.

A Estratégia Previdenciária, iniciada em 2020, seguiu sendo conduzida pela Diretoria de Seguridade durante o ano de 2021. Tendo em vista a aprovação das alterações dos regulamentos dos Planos PRECE III e PRECE CV, foi implementado, pela primeira vez, em abril de 2021, o processo de alteração de modalidade de renda para os assistidos dos Planos. Durante este período, a Diretoria cuidou de disponibilizar no site da Entidade os simuladores de alteração de modalidade de renda, que permitiram que a adesão dos assistidos fosse possível de forma integralmente remota. Considerando tratar-se de uma novidade, a Diretoria cuidou também de preparar e disponibilizar material de comunicação próprio para este processo, apresentando e explicando o processo aos assistidos. O projeto teve relevante adesão, tanto pelos assistidos de renda vitalícia, quanto pelos de renda financeira, que neste período tiveram a oportunidade de alterar a forma de recebimento de seu benefício.

Ao longo do ano de 2021, a Diretoria seguiu trabalhando na Estratégia Previdenciária dos Planos PRECE I e II, que consiste na oferta de migração para o novo Plano PRECE IV. Foram realizados diversos encontros com os órgãos diretivos da Previc, além de produzidos extensos documentos em atendimento às exigências do órgão fiscalizador. Como resultado, a PRECE obteve aprovação do projeto em dezembro/21. Neste ínterim, a Diretoria aproveitou para preparar o material informativo, o site da migração e o simulador, visando a abertura do prazo de migração no início de 2022.





Outro momento desafiador para a Entidade decorreu do Programa de Demissão Voluntária, implementado pela Patrocinadora CEDAE, no último trimestre de 2021, que alcançou cerca de mil participantes da PRECE. Em razão do Programa, fez-se necessária a organização da Diretoria, em especial da equipe de atendimento, para que fosse possível recepcionar e atender de forma eficiente todo este contingente. Previamente ao início do mencionado PDV, a Diretoria elaborou projeto de comunicação, visando levar aos empregados optantes do PDV a melhor informação possível acerca das possibilidades que os Planos de benefícios da PRECE ofereciam àqueles que se desligavam da Patrocinadora.

Foram produzidos diversos materiais de comunicação, além da disponibilização de página própria no site da PRECE. Foram também ministradas diversas palestras presenciais pelos gestores de Entidade, além de lives, que proporcionaram maior clareza, transparência e confiança aos participantes.

Como resultado do trabalho de comunicação realizado pela PRECE, bem como em razão das alterações regulamentares que tornaram os Planos mais modernos e flexíveis, foi verificada importante retenção dos participantes, que em sua maioria, optaram pelos benefícios, além dos Institutos de BPD e autopatrocínio.

Seguimos com o compromisso de gerir os Planos de benefícios com muita responsabilidade, transparência e competência, sempre observando as melhores práticas de mercado. Nosso compromisso é trabalhar para garantir um futuro mais tranquilo para nossos participantes e assistidos. •



Príssila Cristina Camacho Martins
Diretora de Seguridade

READEQUAÇÃO DE ESTRATÉGIAS



O ano de 2021 se mostrou bastante desafiador do ponto de vista do desempenho e retorno dos ativos pertencentes aos portfólios de investimento das EFPCs. Inserida nesse contexto, a Diretoria de Investimentos se viu na obrigação de adequar suas estratégias a um ambiente de intensa volatilidade associada, seja nos mercados mais expostos a risco bem como nos mercados teoricamente mais estáveis. A inflação se constituiu no principal foco de preocupação dos agentes econômicos. A relação entre demanda e oferta global de produtos e serviços, que sofreu forte descompasso a partir da deflagração da Covid-19, se deteriorou bastante na medida em que o patamar de atividade econômica mundo afora voltou a se aproximar dos níveis registrados antes da pandemia. O ano se encerrou registrando intensa desvalorização cambial, aceleração do processo de aperto monetário e consequente aumento da taxa básica de juros para um patamar bem próximo de dois dígitos, além, é claro, de perdas impostas ao mercado acionário local.

A despeito do cenário negativo anteriormente descrito, os Planos de benefícios geridos pela PRECE apresentaram resultados satisfatórios. Dos cinco Planos existentes, um se posicionou acima de sua respectiva meta atuarial e os quatro restantes, apesar do não atingimento, performaram acima da rentabilidade média consolidada das EFPCs no mesmo período. Podemos atribuir o bom resultado a uma gestão austera e responsável dos fundos e carteiras próprias da PRECE, calcada na Otimização dos Processos Operacionais, de Controles e Sistemas, além da implementação e utilização do Processo de Seleção e Monitoramento de Gestores Externos.

A continuidade do Plano de Ação da Diretoria de Investimentos (DINV) incluiu a sequência na Recuperação de Valores Referentes a Ativos que sofreram Default, além da Venda de Imóveis classificados como Ativos Ilíquidos. Merece destaque também, a finalização do processo de Segregação de Ativos entre os Planos PRECE I e PRECE II bem como entre as parcelas BD e CD do Plano PRECE CV, atendendo à legislação e otimizando a gestão de recursos, dada as especificidades de cada Plano.

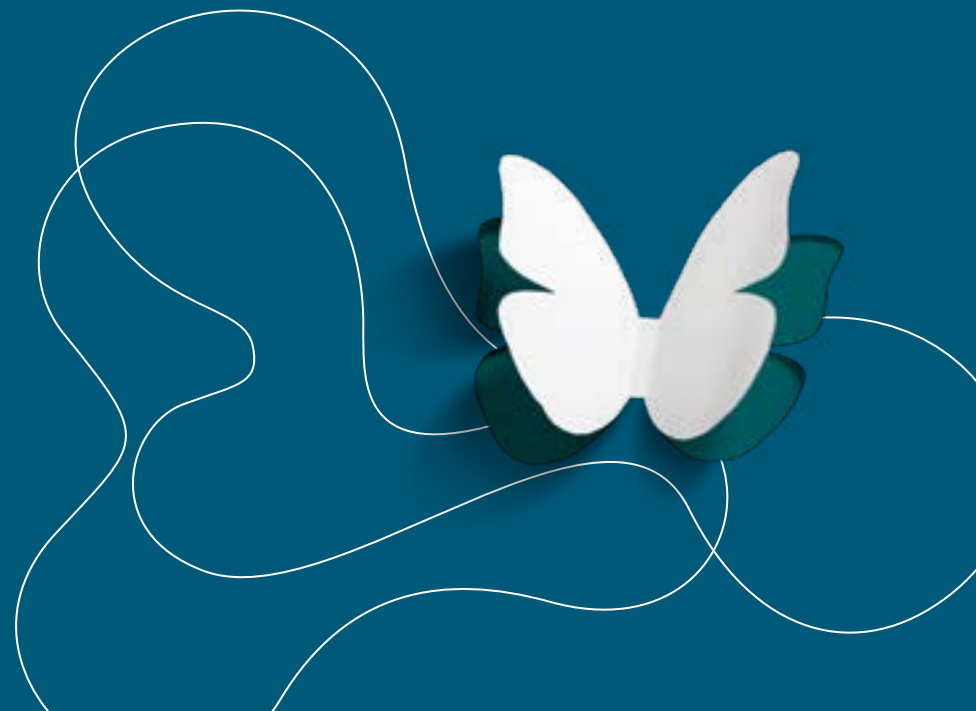
Cumpramos informar, que essas importantes atividades foram desenvolvidas concomitantemente ao processo de Privatização da Patrocinadora, compulsoriamente atrelado a um consequente Programa de Demissão Voluntária (PDV) ainda em andamento. A manutenção de um confortável colchão de liquidez para lastrear os resgates adicionais resultantes dessa situação, demandaram especial atenção da equipe de Investimentos ao longo do ano. —→

A continuidade do processo de Qualificação do Quadro de Colaboradores da Equipe de Investimentos é outro ponto que merece ser destacado no ano de 2021. Através da participação em cursos externos e seminários voltados para a atuação no segmento, nossos colaboradores aumentaram sua capacitação e ministraram um Ciclo Interno de Palestras voltadas para melhor capacitar a Equipe de Atendimento da PRECE no contato direto com os nossos participantes e assistidos. Além disso, é importante mencionar que nossas Políticas de Investimento e Relatório de ALM continuaram a ser elaborados de forma interna, tendo como pilar a constante capacitação de nosso quadro de colaboradores. Resta ainda mencionar que este fato resulta em redução de custos, associada a um grau de qualidade final de trabalho inquestionável.

Uma vez mencionados os principais pontos inerentes à atuação da Diretoria de Investimentos (DINV) no exercício passado, julgamos também ser importante citar quais seriam os pontos que nortearão nossa atuação para o próximo exercício.

Em 2022, reiteramos o compromisso de continuar com a incessante busca pela eficiência e transparência na condução das atividades inerentes à área, bem como em relação às outras que venham a requerer interação com as demais áreas da PRECE.

É importante destacar que a finalização do Processo de PDV, além da definição em relação à Migração dos Planos PRECE I e II para um possível novo Plano (PRECE IV) a ser criado, existe também a possibilidade de antecipação de parte ou a totalidade da dívida da Patrocinadora. Todos esses movimentos financeiros nos levarão a analisar a necessidade ou não de revisão da estratégia de investimentos ou parte dela, e, conseqüentemente, uma possível adequação do Portfólio dos investimentos da PRECE. Sendo assim, um realinhamento de nossas Políticas de Investimento e Relatório de ALM para 2022 deverão ocorrer ao término do primeiro ou começo do segundo semestre do ano vigente. Soma-se a isso, a necessidade de elaboração do arcabouço estrutural para a criação de um Fundo de Investimento Imobiliário (FII) que contemple nossa Carteira de Imóveis, em atendimento às legislações. Para finalizar, como compromisso adicional, a Diretoria de Investimentos (DINV) estabeleceu, no segundo semestre de 2022, a possível reestruturação dos fundos de investimentos exclusivos da PRECE, com o intuito de diminuição de custos e iniciar os estudos para verificar a viabilidade da criação de Perfis de Investimento a serem implementados ao longo de 2023, se for viável. •



Antônio Carneiro Alves
Diretor de Investimentos

MENSAGEM DA DIRETORIA

UM ANO DE DESAFIOS, MAS TAMBÉM DE CONQUISTAS

Após vivenciarmos uma crise sanitária na história, ao longo de 2020, entramos em 2021 rodeados de incertezas quanto à superação da pandemia, e seus contínuos impactos sociais, econômicos e comportamentais. Porém, ao mesmo tempo, esperançosos na resiliência do ser humano, cujo avanço na ciência, traduzido especialmente pelo desenvolvimento e ampliação da vacinação contra a Covid-19, permitiram o vislumbre de retorno a uma espécie de “novo normal”.

No contexto da nossa Entidade, especificamente nos trabalhos desenvolvidos pela Diretoria Administrativa Financeira e equipe, lidamos com questões complexas, que foram superadas na base de muito esforço, competência e comprometimento com os mais de 8.000 participantes ativos e assistidos que são a alma da PRECE.

Desafios regulatórios, como a atualização do normativo contábil implementado pela Instrução Previc 31/2020 foram estudados e executados com sucesso, através do cumprimento dos prazos legais de atendimento e envio dos relatórios contábeis na nova forma estabelecida pela norma. Reorganizamos e modernizamos os processos relacionados à gestão orçamentária, implementando um novo método de acompanhamento mensal à luz da Resolução vigente, assim como desenvolvemos um modelo de previsão orçamentária. Tal trabalho resultou na conformidade orçamentária em 2021, tendo a PRECE executado 95,24% de seu orçamento aprovado para o ano.

Fizemos parte do grande trabalho capitaneado pela Diretoria de Investimentos, que executou de forma bem-sucedida o projeto de Segregação Real de Ativos, trazendo um avanço técnico-operacional de grande valia para a Entidade, antecipando uma necessidade regulatória que será observada com a entrada em vigência da obrigatoriedade de CNPJ por Plano.

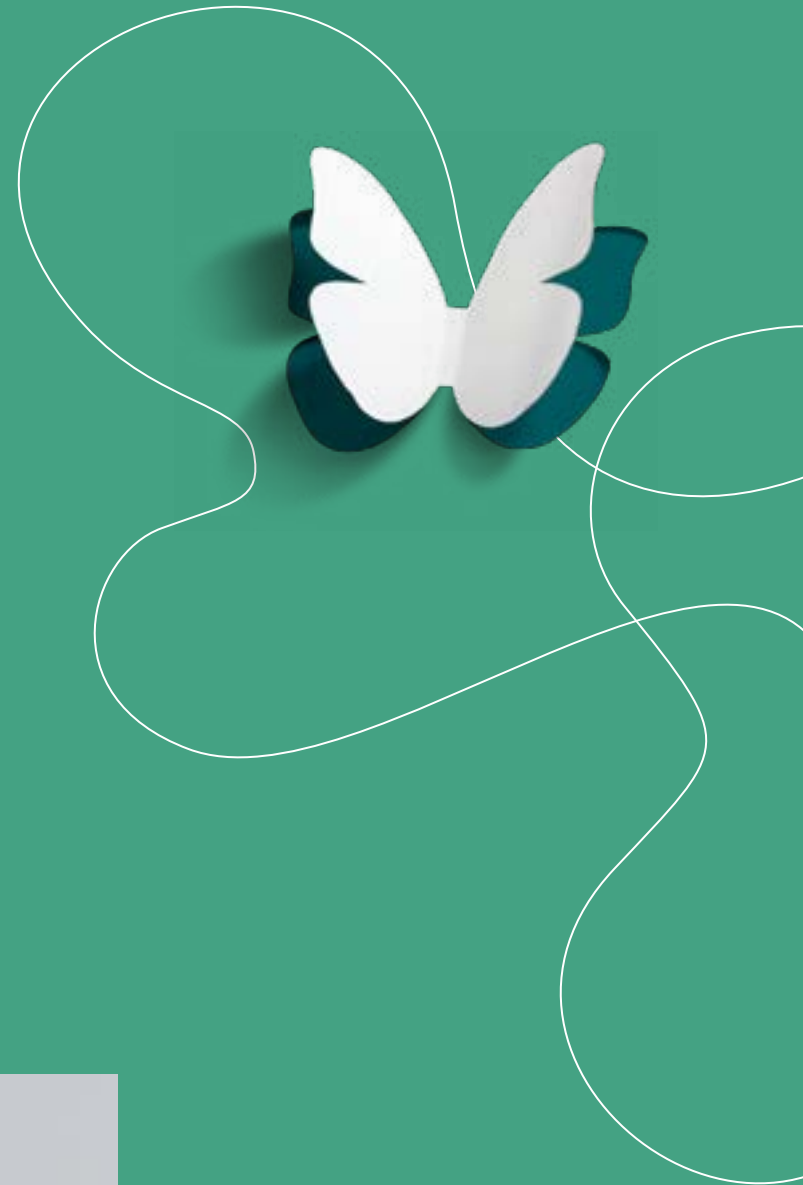


Do lado administrativo, promovemos a redistribuição espacial dos diversos setores da PRECE, utilizando, de forma mais eficiente, os espaços físicos da sede, após a consolidação do processo de reestruturação observado na Entidade desde 2020. A realocação proposta gerou economia aos nossos cofres devido à menor utilização de energia com o fechamento do último andar, mantendo o princípio de utilização racional dos recursos da Entidade conforme preconizado por esta composição da Diretoria Executiva.

Permanecemos empolgados e motivados para enfrentar os novos desafios que estão postos à nossa frente em 2022. Estamos promovendo o suporte operacional necessário ao projeto da Estratégia Previdenciária conduzido pela Diretoria de Seguridade, e avançando no debate de soluções para superarmos toda e qualquer consequência resultante desse processo.

Por fim, não poderia deixar de mencionar o cenário observado em nossa principal Patrocinadora, a CEDAE, que como consequência de seu processo de concessão à iniciativa privada, colocou em execução um grande programa de demissão voluntária, que atingiu de forma bastante expressiva a PRECE nos últimos meses de 2021, e continuará impactando nossa operação em 2022. A Entidade se preparou para esse momento, e tem conseguido atingir seu objetivo de retenção de parte dos participantes desligados da Patrocinadora.

Tratando do impacto administrativo desse contexto, as discussões referentes ao planejamento orçamentário de 2022, capitaneados por nossa Diretoria, instigaram o debate de soluções visando a perenidade administrativa da PRECE no médio e longo prazo, através da modernização da utilização das fontes de custeio permitidas pela legislação, assim como a percepção da paridade de custeio entre Patrocinador e participantes. Temos confiança de que a solução construída proporcionará à PRECE a sustentabilidade necessária para continuar cumprindo seu dever de atender com qualidade e atenção os nossos queridos participantes ativos e assistidos. •



Valdemir Luiz de Carvalho
Diretor Administrativo e Financeiro

1

TRANSFORMAMOS DESAFIOS EM OPORTUNIDADES





MISSÃO:

Oferecer soluções criativas na administração de Planos de Previdência Privada.

VISÃO:

Ser reconhecida como referência nacional dentre as Entidades Fechadas de Previdência Privada multipatrocinadas.

PRINCÍPIOS:

- Satisfação do cliente
- Credibilidade
- Transparência e Participação
- Sustentabilidade Empresarial
- Busca da Excelência
- Responsabilidade Socioambiental

ORGANOGRAMA DA PRECE

CONSELHO
DELIBERATIVO

CONSELHO
FISCAL

PRESIDÊNCIA

ASTE
Assessoria de Tecnologia
da Informação

ASJUR
Assessoria Jurídica

ASRIC
Assessoria de Governança,
Risco e Compliance

ASGEP
Assessoria de Gestão
de Pessoas

DIRAF
Diretoria Administrativa
Financeira

DINV
Diretoria de Investimentos

DISEG
Diretoria de Seguridade

GERAD
Gerência Administrativa

GCONT
Gerência de Controladoria

COINV
Coordenadoria
de Investimentos

COBEN
Coordenadoria
de Benefícios

COAT
Coordenadoria
de Atuária



COMPOSIÇÃO DA PRECE

DIRETORIA-EXECUTIVA

Eduardo Freire da Silva Vargas
Diretor-presidente

Príssila Cristina Camacho Martins
Diretora de Seguridade

Antonio Carneiro Alves
Diretor de Investimentos

Valdemir Luiz de Carvalho
Diretor Administrativo e Financeiro

CONSELHO DELIBERATIVO

Membros Efetivos Nomeados
Paulo Henri Lopes dos Santos (Presidente)
Márcio Monteiro de Azevedo

Membros Efetivos Eleitos
Flávio Guedes de Medeiros
Sidney Danilo de Souza

Membros Suplentes Eleitos
Roberto Souza Rodrigues
Antonio Carlos Gusmão

CONSELHO FISCAL

Membros Efetivos Nomeados
Bruno Ferreira de Oliveira
Diego Nunes Müller

Membros Efetivos Eleitos
Fábio França Nunes (Presidente)
Paulo Alexandre Frolick

Membros Suplentes Eleitos
Mario José Lopes
Evandro de Souza Lino



COMPOSIÇÃO COMITÊS CEI E CES

O Comitê Estratégico de Investimentos – CEI é o Colegiado incumbido da tomada de decisão de nível estratégico, referente aos aspectos relacionados ao ativo dos Planos de benefícios administrados pela PRECE, tendo como objetivo recomendar diretrizes a serem observadas na política de investimentos, nas aplicações financeiras e no acompanhamento das atividades financeiras da PRECE. Este comitê terá como principal objetivo, avaliar e recomendar propostas de alocação e resgate dos recursos da PRECE, recomendando estratégias de alocação, com base nas informações disponibilizadas pela Diretoria de Investimentos da PRECE.

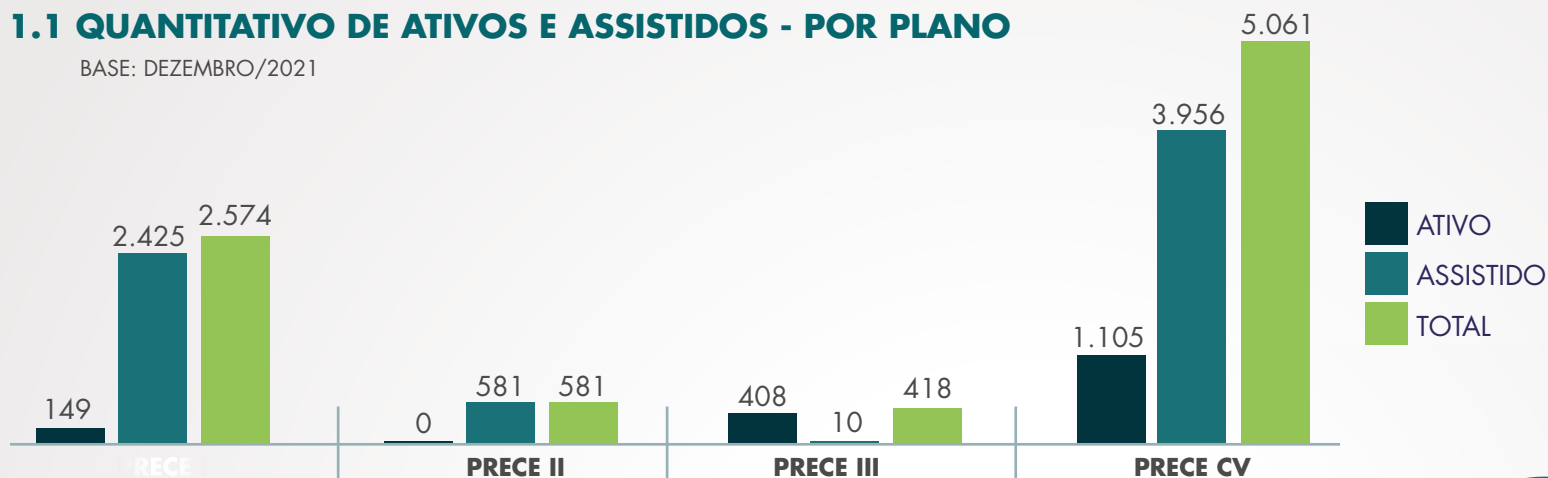
COMPOSIÇÃO – CEI	NOME	COMPETÊNCIA
Diretor-Presidente	Eduardo Freire da Silva Vargas	Voz e Voto
Diretor de Investimentos	Antonio Carneiro Alves	Voz e Voto
Diretor Administrativo e Financeiro	Valdemir Luiz de Carvalho	Voz e Voto
Diretora de Seguridade	Príssila Cristina Camacho Martins	Voz e Voto
Um membro efetivo eleito do Conselho Deliberativo representando os participantes ativos e assistidos, especialmente designado por esse Colegiado	–	Voz e Voto
Um membro efetivo representante das Patrocinadoras, indicado do Conselho Deliberativo, especialmente designado por esse Colegiado	–	Voz e Voto
Assessora de Governança, Risco e Compliance	Mariana Guimarães Alves Pedro	Voz
Coordenador COINV	Diego Carneiro Batista de Moraes	Voz
Gerente de Controladoria	Vitor Hugo Porto Altino Vieira	Voz

O Comitê Estratégico de Seguridade – CES é o Colegiado dedicado à tomada de decisão de nível estratégico, referente aos aspectos relacionados ao passivo dos Planos de benefícios administrados pela PRECE.

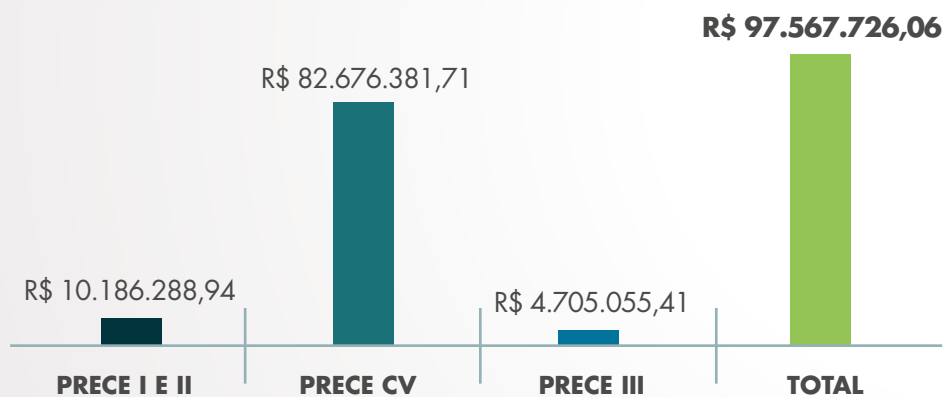
COMPOSIÇÃO – CES	NOME	COMPETÊNCIA
Diretor-Presidente	Eduardo Freire da Silva Vargas	Voz e Voto
Diretor de Investimentos	Antonio Carneiro Alves	Voz e Voto
Diretor Administrativo e Financeiro	Valdemir Luiz de Carvalho	Voz e Voto
Diretora de Seguridade	Príssila Cristina Camacho Martins	Voz e Voto
Um membro efetivo eleito do Conselho Deliberativo representando os participantes ativos e assistidos, especialmente designado por esse Colegiado	–	Voz e Voto
Um membro efetivo representante das Patrocinadoras, indicado do Conselho Deliberativo, especialmente designado por esse Colegiado	–	Voz e Voto
Coordenadora COBEN	Selma Luzia Zordan Lima	Voz
Coordenadora COAT	Isabela Vieira Alves	Voz
Gerente de Controladoria	Vitor Hugo Porto Altino Vieira	Voz

1.1 QUANTITATIVO DE ATIVOS E ASSISTIDOS - POR PLANO

BASE: DEZEMBRO/2021

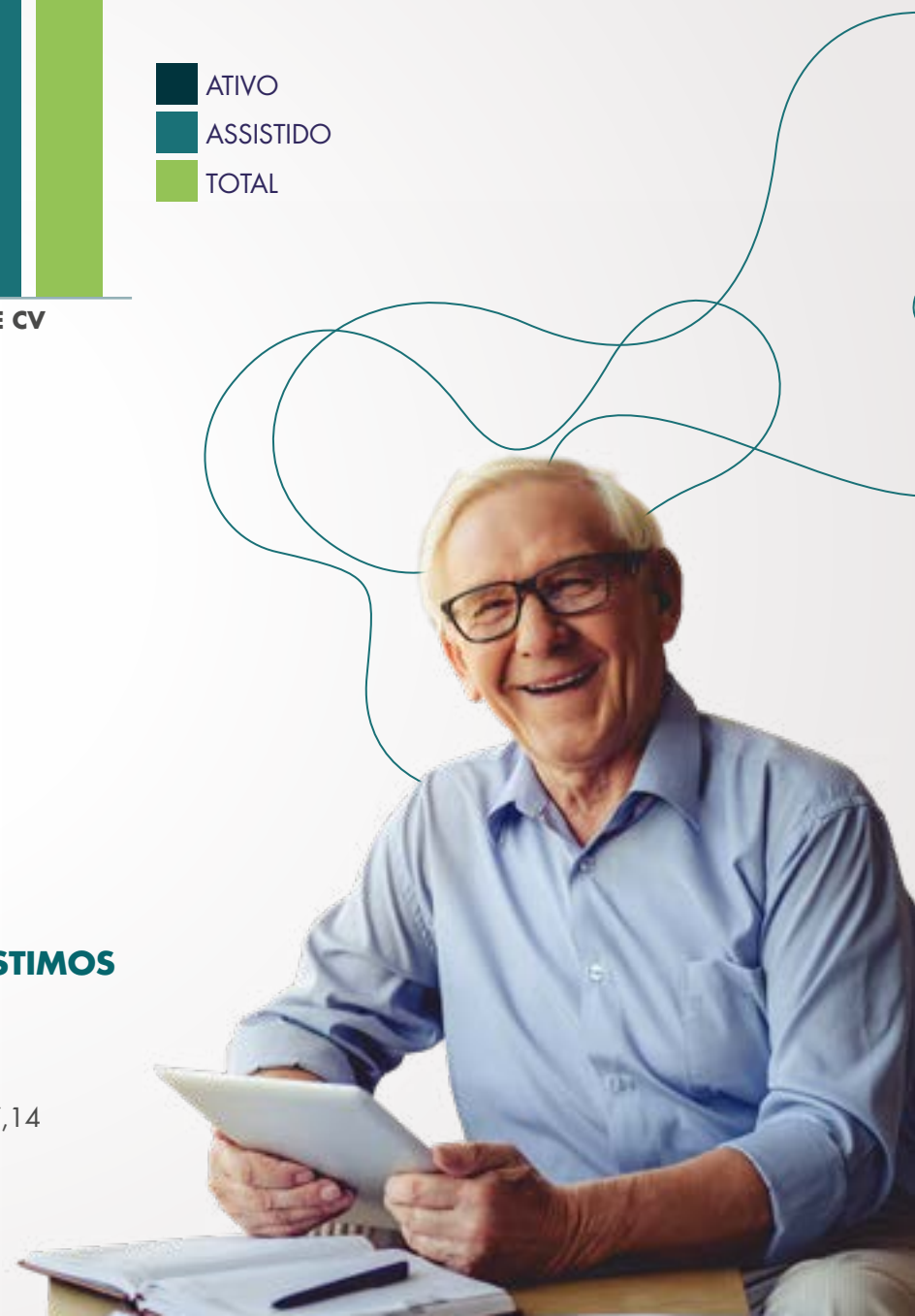
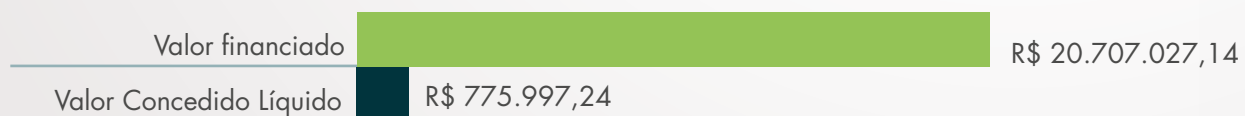


1.2 PATRIMÔNIO DOS EMPRÉSTIMOS POR PLANO



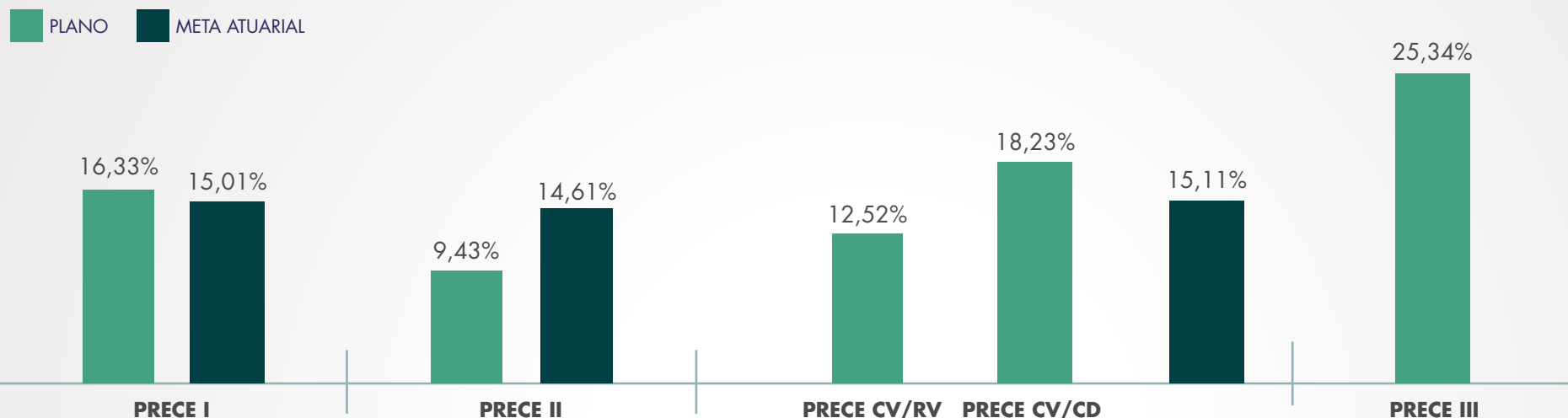
1.3 QUANTIDADE E VOLUME FINANCEIRO DE CONCESSÕES DE EMPRÉSTIMOS

QUANTIDADE: 576



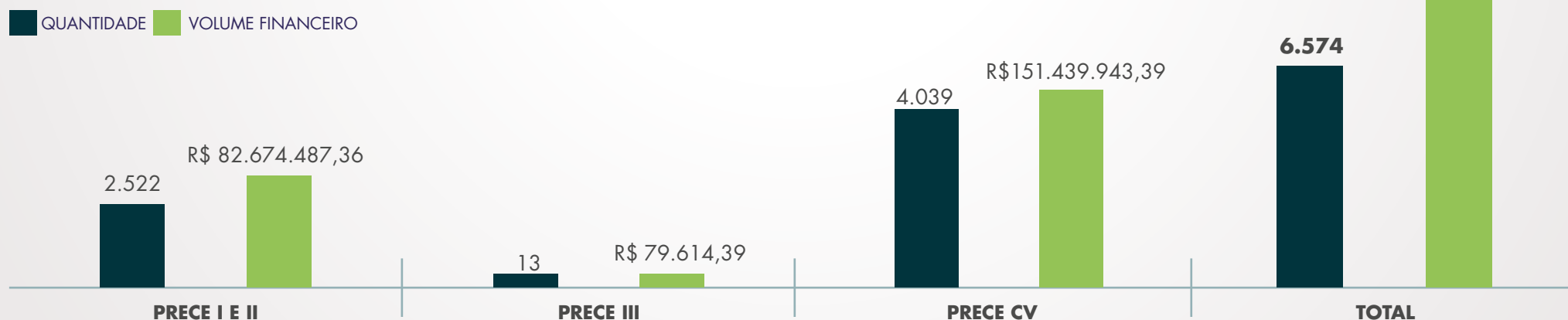
1.4 RENTABILIDADE DOS EMPRÉSTIMOS - POR PLANOS

QUANTITATIVO POR Plano - BASE: DEZEMBRO/2021



1.5 QUANTIDADE E VOLUME FINANCEIRO DE BENEFÍCIOS PAGOS

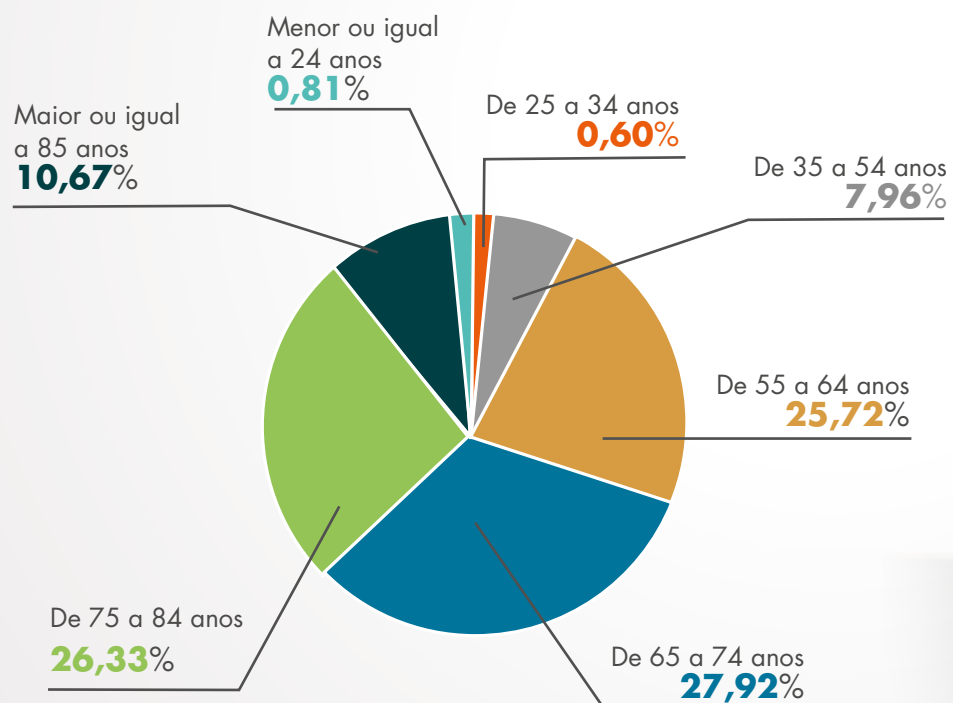
QUANTITATIVO POR Plano - BASE: DEZEMBRO/2021



1.6 QUANTIDADE DE BENEFÍCIOS PAGOS POR FAIXA ETÁRIA E SEXO

BASE: FOLHA 12/2021

	Menor ou igual a 24 anos	De 25 a 34 anos	De 35 a 54 anos	De 55 a 64 anos	De 65 a 74 anos	De 75 a 84 anos	Maior ou igual a 85 anos	TOTAL
MASCULINO	39	28	387	1.282	1.102	1.049	321	4.208
FEMININO	27	21	263	819	1.179	1.102	551	3.962



TRANSFORMAMOS
DISTANCIAMENTO EM
PROXIMIDADE



INSTITUCIONAL

2.1 INDICADORES SOCIAIS



Nº de empregados (as)
ao final do período

40



Nº de estagiários (as)
nível superior

5



Nº de mulheres

23



Nº de homens

17



Nº de Negros

3



GRADUAÇÃO

Pós/MBA **12**

Graduados **17**

Graduandos **4**

Nível Médio **6**



Nº de novas contratações

7



Nº estagiário
nível médio

1



Nº de Mulheres em
cargo de chefia
(gerências, assessorias,
coordenadorias)

4



Nº de homens em
cargo de chefia
(gerências, assessorias,
coordenadorias)

5



Nº de Negros em
cargo de chefia
(gerências, assessorias,
coordenadorias)

1



Nº empregados (as) ter-
ceirizados (as)

6



Nº de Jovem Aprendiz

1



Nº de portadores (as) de
necessidades especiais

1



Nº empregados (as) aci-
ma de 45 anos

19



Nº de empregados (as)
com mais de 10 anos
de efetivos serviços na
organização

11



Nº empregados (as)
com remuneração
superior a dois
salários-mínimos

38

2.2 JOVEM APRENDIZ/ESTAGIÁRIOS NÍVEL MÉDIO

Como forma de oferecer aos jovens uma oportunidade de acesso ao mercado de trabalho e desenvolvimento profissional, a PRECE, observando a legislação vigente e por meio de um convênio com a Associação Patrulha Jovem do Rio (APAR) contou, em 2021, com a colaboração de 01 (um) menor aprendiz 01 (um) estagiário do Ensino Médio. Os jovens foram destacados para apoiar tarefas administrativas.

2.3 ESTAGIÁRIOS NÍVEL SUPERIOR

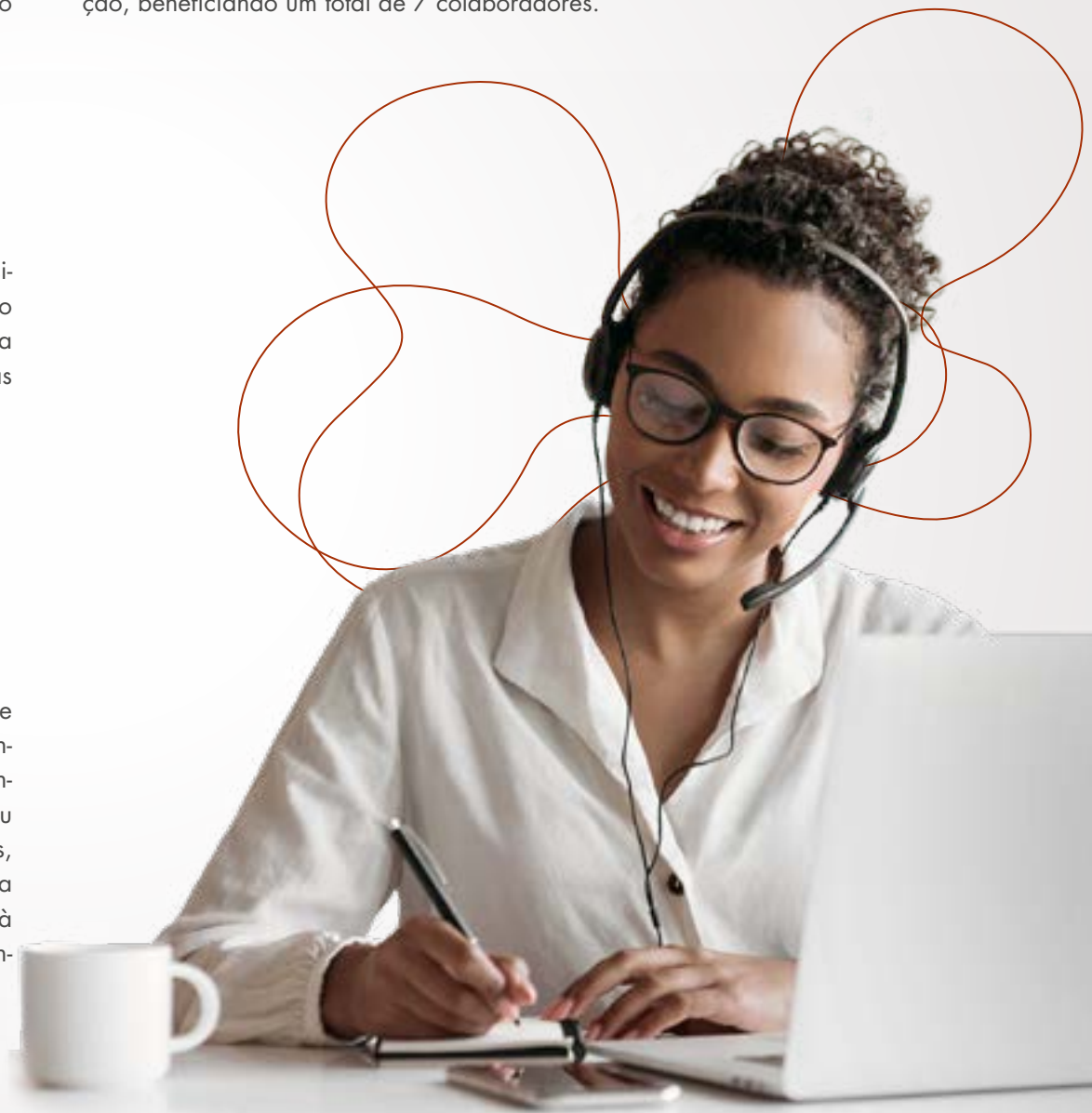
Com o objetivo de proporcionar experiência laboral a estudantes de nível universitário e prepará-los para que possam se desenvolver no setor de atividade associado à sua formação, a PRECE, em parceria com o Centro de Integração Empresa-Escola (CIEE), viabilizou a contratação e a manutenção de 05 (cinco) estagiários nas áreas de Economia, Atuação e Administração.

2.4 DESENVOLVIMENTO HUMANO CAPACITAÇÃO E DESENVOLVIMENTO DE GESTORES E TÉCNICO - CONGRESSO ABRAPP

De 19 a 22 de outubro de 2021, a Associação Brasileira das Entidades Fechadas de Previdência Complementar (Abrapp) realizou, 100% on-line, a 42ª Edição do Congresso Brasileiro da Previdência Complementar Fechada, considerado o maior evento do mundo sobre questões e tendências referentes ao segmento. A PRECE investiu R\$ 14.450,00 na participação de 17 representantes, distribuídos entre conselheiros, dirigente e colaboradores, para participar da edição do evento em 2021. Para a PRECE, o desenvolvimento profissional, a discussão sobre assuntos relacionados à previdência complementar e a busca constante por novas qualificações são essenciais para garantir as melhores práticas de governança corporativa.

2.5 AUXÍLIO EDUCAÇÃO

A PRECE, por meio de acordo coletivo, disponibiliza a seus colaboradores auxílio financeiro para arcar com despesas relativas à formação de 3º grau. No ano de 2021, a instituição investiu uma média mensal de R\$ 4.837,86 em auxílios-educação, beneficiando um total de 7 colaboradores.



2.6 COMISSÕES TÉCNICAS REGIONAIS E NACIONAIS DA ABRAPP

A PRECE participou de comissões técnicas regionais e nacionais da ABRAPP nos setores de investimentos, assuntos jurídicos, governança e riscos, Planos previdenciários, recursos humanos, estratégia e criação de valor e tecnologia da informação. As comissões têm por objetivo oferecer subsídios para a realização de estudos, treinamento e desenvolvimento dos profissionais, promovendo um ambiente de debates sobre o sistema de previdência complementar. Conheça, abaixo, as representações da PRECE na Comissão Técnica da ABRAPP 2021.

COMISSÃO TÉCNICA - ABRAPP 2021

COMISSÃO	RESPRESENTANTE PRECE	CARGO
Assuntos Jurídicos	Rodrigo Osorio Gondinho	Assessor Jurídico
Estratégias e Criação de Valor	Selma Luzia Zordan Lima	Coordenadora de Benefícios
Governança e Riscos	Mariana Guimarães Alves	Assessora de Governança, Risco e Compliance
Planos Previdenciários	Isabela Vieira Alves	Coordenadora de Atuária
Tecnologia da Informação	Leandro Conteiros Saldanha	Assessor de Tecnologia
Comitê de Recursos Humanos	Silvana Casares	Assessora de Gestão de Pessoas
Comitê de Sustentabilidade	Luiz Mangas Levy Cardoso	Analista de Governança, Risco e Compliance
Investimentos	Antonio Carneiro Alves	Diretor de Investimentos

2.7 CERTIFICAÇÕES E RECERTIFICAÇÕES

Durante o ano de 2021, oito profissionais, entre dirigentes, conselheiros, assessores, gestores e outros profissionais receberam certificação ou recertificação do Instituto de Certificação dos Profissionais de Seguridade Social – ICSS ou da Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiros e de Capitais – ANBIMA. Todos os certificados obtidos estão de acordo com a atualização anual de Entidades certificadoras permitidas pelo nosso regulador (PREVIC). A Certificação e Recertificação são importantes pois aferem as competências dos profissionais das Entidades Fechadas de Previdência Complementar – EFPC e compõem o processo de habilitação para os que irão exercer cargo de dirigentes na PRECE.



2.8 ACONTECIMENTOS RELEVANTES 2021

PREMIAÇÃO CRC-RJ – EMPRESA CIDADÃ

No dia 18 de novembro de 2021, a PRECE participou da solenidade da 19ª Edição do evento realizado pelo Conselho Regional de Contabilidade do Rio de Janeiro (CRCRJ), onde lhe foram outorgados o Certificado Empresa Cidadã e o Diploma de Mérito Contábil, recebidos pelo Diretor-Presidente – Eduardo Vargas – e o profissional da contabilidade da PRECE – Rodrigo Prado.

O objetivo do Certificado Empresa Cidadã é valorizar as Organizações e seus Profissionais da Contabilidade pela transparência, através da análise de suas demonstrações contábeis em conjunto com as informações socioambientais e, inclusive, as notas explicativas e o relatório dos auditores independentes. As organizações que alcançam a pontuação mínima, definida pelo CRC-RJ em regulamento da edição, é concedido o Certificado Empresa Cidadã, e ao Profissional da Contabilidade responsável pelas informações das organizações certificadas é entregue o Diploma de Mérito Contábil.

MANUAL DE IDENTIDADE CORPORATIVA

Em 2021, alinhado às transformações que ocorreram na instituição, a PRECE adequou o seu manual de identidade corporativa - MIC. O MIC é um guia que reúne e disciplina todos os elementos visuais da nossa marca e suas aplicações, estabelecendo cores, tipografia, padrões gráficos e uma série de regras fundamentais para orientar a utilização da marca aos usuários. Além disso o manual tem a responsabilidade de mostrar quem é a empresa, seus valores e como se dá o seu posicionamento. O novo MIC está disponível na intranet da PRECE e pode ter sua aplicação apreciada nos documentos institucionais da Entidade.

NOVO SISTEMA DE GERENCIAMENTO DE RISCOS

A PRECE implantou em 2021 um novo modelo sistêmico de gestão de riscos com o intuito de aprimorar suas técnicas de identificação, avaliação, e classificação dos riscos, relativos a processos, aos Planos e da instituição.

O novo sistema de Gestão Baseada em Riscos (GBR) é um dos módulos que compõe o ERP, sistema de gestão integrado, contratado pela PRECE com o objetivo de melhorar os processos internos e integrar as atividades de diferentes setores.

Os processos de implementação e teste foram 100% concluídos, sob a supervisão da Assessoria de Governança, Riscos e Compliance – ASRIC, apresentando um saldo bastante positivo de melhorias relacionadas à produtividade, automatização, continuidade, acultramento e método.

LEI GERAL DE PROTEÇÃO DE DADOS

A PRECE vem adotando medidas contínuas em adequação à Lei Geral de Proteção de Dados (LGPD), que passou a vigorar em setembro/2020. As diretrizes formais sobre o tema foram detalhadas nas Políticas de Privacidade, criadas em 2021, que se encontram disponíveis na área LGPD do site da instituição.

O trabalho abordou revisões de políticas e processos que envolvem a guarda e o tratamento de dados pessoais. Todos os contratos com fornecedores que implicam tratamento de dados pessoais foram revistos, aditados, e passaram a contar com cláusulas específicas para regular o tratamento de dados pessoais no escopo da contratação. Treinamentos específicos sobre a LGPD foram realizados com o time de colaboradores da PRECE e o ciclo de avaliação de riscos também passou a incluir o tema LGPD na análise do nível de exposição a risco dos processos operacionais. As ações de melhorias seguem em constante atualização.

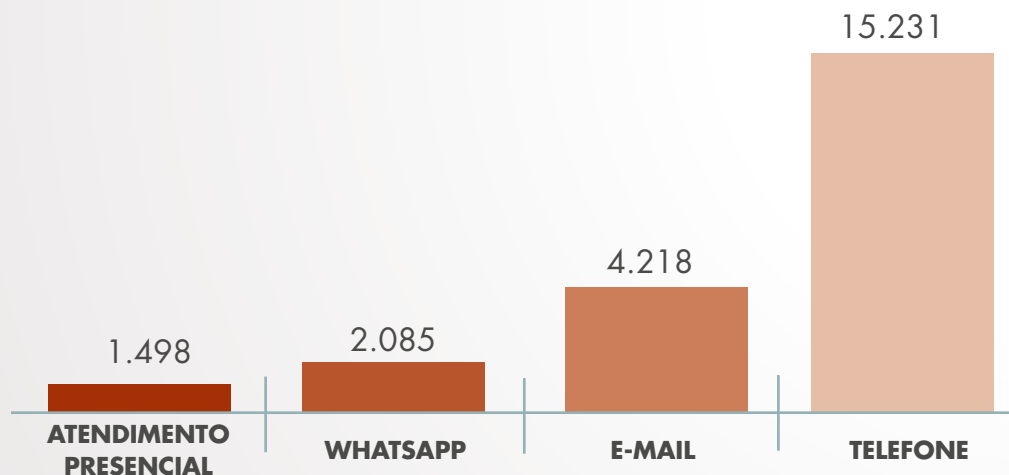


CANAIS DE COMUNICAÇÃO

Em 2021, utilizamos diversos Canais de Comunicação como nossa Central de Atendimentos, e-mail institucional, WhatsApp, atendimento presencial, envio de SMS e envio de e-mails marketing.

Atualmente, operamos com uma ferramenta Omnichannel para que todos os atendimentos realizados via e-mail, telefone, WhatsApp e presencialmente sejam registrados em um só local, permitindo que, ao recebermos uma solicitação de um participante, possamos visualizar o histórico de atendimentos daquele contato, facilitando o atendimento. Outra melhoria aplicada foi o desenvolvimento de e-mails automáticos para reforço e conscientização do uso das plataformas de autoatendimento em nossa Área do Participante e Site Institucional.

No decorrer de 2021 registramos 23.032 atendimentos na ferramenta, divididos entre Atendimento Presencial, WhatsApp, E-mail e Telefone, conforme gráfico abaixo:



Destacamos a adesão de 996 participantes ao Programa de Demissão Voluntária da CEDAE, com conseqüente reflexo nos pedidos de concessão de benefícios e demais institutos oferecidos pelos Planos de benefícios da PRECE.

Em decorrência do PDV da Patrocinadora, durante os meses de novembro e dezembro, foram atendidos cerca de 50 participantes por dia, de forma presencial, para esclarecimentos, orientações e efetivação das opções.

Neste período foi implementado um intensivo trabalho de comunicação com os participantes que aderiram ao PDV, através do envio de mensagens de texto, disponibilização de comunicados, envio de E-mails, realização de visitas e palestras em diversos postos de trabalho da CEDAE, gravação de lives, disponibilização de cartilhas e demais materiais informativos em uma página especialmente preparada para o PDV e hospedada no site da PRECE, como forma de orientação e esclarecimentos sobre as opções dos participantes nos seus Planos de benefícios.

Este trabalho de comunicação redundou na retenção de 67% do patrimônio do contingente de participantes elegíveis, em razão da opção pelo benefício em detrimento dos demais institutos.



AVANÇOS TECNOLÓGICOS

Transformamos exponencialmente a área de TI. A Assessoria de Tecnologia da PRECE - ASTEC buscou investir em infraestrutura, de forma a manter os dados SEGUROS e com a alta disponibilidade necessária para ter uma segurança nos trabalhos dos colaboradores e claro, nos dados dos participantes. É como dizem, do que adianta ter uma Ferrari se a estrada não permite o seu uso?

Ciente disso, a ASTEC decidiu investir em várias frentes, em um primeiro momento voltadas para infraestrutura, como por exemplo: Switches; Antenas WI-FI; No-Breaks para servidores; Virtualização dos servidores; Servidor de Recuperação de Desastre (Dentro e Fora da Entidade); Backup em nuvem; impressora com autenticação via crachá de rfid; laptop para todos os funcionários; E-mail em nuvem; Acesso a rede via VPN; Telefonia IP; Aumento do link entre outros.

Algumas dessas melhorias de estrutura foram cruciais para garantir a continuidade das atividades da PRECE durante o trabalho remoto imposto pelo distanciamento social da pandemia de COVID-19, já que permitiam ao colaborador o uso dessa estrutura tecnológica em qualquer lugar, seja na empresa ou fora dela, tendo como único pré-requisito o acesso à internet.

Além do ganho de produtividade, os investimentos em estrutura tecnológica foram implantados visando oferecer segurança aos dados. Quando se fala de segurança, se fala em contingência, pois quem tem um não tem nenhum. Nesse sentido, a ASTEC garantiu que todos os serviços providos pela Entidade fossem replicados em mais de um servidor. Ou seja, caso ocorra problema no servidor de origem, tem um outro servidor para substituí-lo, garantindo assim a disponibilidade dos serviços o maior tempo possível.

Além disso, promovemos um local de contingência. Ou seja, caso a sede da Entidade seja comprometida, temos uma cópia de todos os servidores replicados no prédio da Patrocinadora, onde consta um servidor com uma réplica de todos os servidores existentes na Entidade, permitindo que, em caso de evento de desastre no datacenter, o serviço da PRECE não seja perdido, e fique o menor tempo possível fora do ar, garantindo assim a continuidade do negócio, no que tange à tecnologia, e à disponibilidade dos serviços, um dos pilares da segurança da informação.

Por fim, foram realizados investimentos em software, buscando não somente a melhoria para o trabalho dos colaboradores, como também melhorar a comunicação e serviços para os participantes. Dentre as melhorias estão: Novo site com novos serviços; Software Atendimento omnichannel; Atualização dos Sistemas de

Escritórios; e Contratação do Sistema de ERP. Estramos transformando a tecnologia da PRECE e alcançado um novo nível para a tecnologia da Entidade.

CAMPANHA DE CONSCIENTIZAÇÃO SOBRE O MEIO AMBIENTE

A PRECE vem adotando gradativamente as práticas e análises ASG (aspectos ambientais, sociais e de governança) em seus processos de geração de valor para a Entidade reforçando o seu compromisso com o desenvolvimento sustentável na orientação de nossas atividades. Diante deste novo propósito implementamos o projeto mesa limpa para garantir a redução do uso de papel e maior segurança aos dados que poderiam estar impressos neles. Como consequência desse projeto, reduziu-se também o número de impressoras, assim como os custos associados à existência delas. Outra medida adotada foi a distribuição de canecas e squeezes aos colaboradores, objetivando a reeducação no uso de copos plásticos. Como resultado dessas medidas, foi possível estimular o debate sobre a consciência ambiental, as consequências que certos atos no cotidiano podem causar ao meio ambiente, e a conclusão de que a sobrevivência dos ecossistemas depende do coletivo.

ESTRATÉGIA PREVIDENCIÁRIA

Encontra-se em curso na PRECE o projeto da Estratégia Previdenciária, que tem como objetivo final proporcionar melhorias na situação econômico-financeira dos Planos administrados pela PRECE, englobando além da migração dos Planos BD para um novo Plano CD, a alteração regulamentar dos Planos PRECE III e CV, a fim de torná-los mais flexíveis e modernos. A alteração regulamentar dos Planos PRECE III e CV foi aprovada no final de 2020 e trouxe boas repercussões para a PRECE ao longo de 2021, sendo esperado que em 2022 isso também se reflita positivamente nas possíveis movimentações que irão ocorrer nos Planos em decorrência das saídas esperadas da Patrocinadora.

As alterações regulamentares dos Planos PRECE I e II foram aprovadas em dezembro/2021, através da Portaria nº 814, de 07/12/2021, publicada no Diário Oficial em 14/12/2021. As alterações nos regulamentos dos referidos Planos foram realizadas para contemplar a previsão de migração para o novo Plano PRECE IV, que também teve o seu regulamento aprovado através da portaria supracitada. Vale destacar que embora o processo de migração tenha sido aprovado pela Previc, contemplando inclusive a aprovação dos novos regulamentos, para a efetivação e implementação do Plano PRECE IV será necessário atingir um mínimo de 55% da massa optando pela transferência, além de um patrimônio mínimo de migração equivalente a R\$ 202.754.016,56, o que será verificado após o término do período de opção.



3

TRANSFORMAMOS
POSSIBILIDADE EM REALIDADE



GESTÃO DE INVESTIMENTOS

3.1 RENTABILIDADE 2021 • PLANOS

O ano de 2021 se mostrou bastante desafiador do ponto de vista de atuação, desempenho e consequentemente do retorno dos ativos pertencentes aos portfólios de investimento. As EFPCs se viram inseridas nesse contexto, tendo de adequar suas estratégias de investimentos a um ambiente de intensa volatilidade associada, seja nos mercados mais expostos a risco como os de renda variável, ou até mesmo nos mercados teoricamente mais estáveis como os de renda fixa.

Um dos principais acontecimentos do período, a escalada dos índices inflacionários de forma contínua e consistente, acabou por se constituir no principal foco de atenção e preocupação dos agentes econômicos a nível global. O que se viu mundo afora foi uma ação conjunta das autoridades monetárias, no sentido de retirar dos mercados o excesso de liquidez que fora proposital e mandatoriamente inserido no sistema no início da pandemia de Covid 19. À medida que as campanhas de vacinação e o consequente entendimento sobre a doença em si foram se propagando, o nível de atividade global começou a retornar paulatinamente para patamares existentes antes da pandemia. Neste momento, se configurou o grande problema que persiste até os dias de hoje: o descompasso entre demanda e produção.

O mundo se viu diante do dilema de ter de recompor suas cadeias produtivas esfaceladas pela pandemia, na mesma velocidade que uma demanda reprimida por um longo período de isolamento impunha. Isso efetivamente não aconteceu e a inflação ganhou força até mesmo em países onde ela nunca havia se constituído em uma real ameaça. Soma-se a esse quadro de incertezas a crise energética que se instalou nos continentes europeu e asiático, o abrupto recuo no nível de atividade na China associado à persistência da pandemia na Ásia, e, principalmente, o receio de uma condução mais austera da política monetária norte-americana e os reflexos negativos que isso traria para o fluxo de capitais a nível internacional. Como se isso por si só não fosse suficiente, no final do ano, uma nova

variante da Covid 19 foi descoberta na África, fato que causou enorme preocupação às autoridades sanitárias em função do intenso grau de contágio apresentado. Pouco depois, se constatou que apesar desse intenso grau de contágio, os níveis de ocupação hospitalar e letalidade não tinham o mesmo nível de similaridade quantitativa. Apesar da boa notícia ter ocasionado uma leve recuperação dos mercados, o ano terminou com intensas perdas sendo registradas nos mercados internacionais.

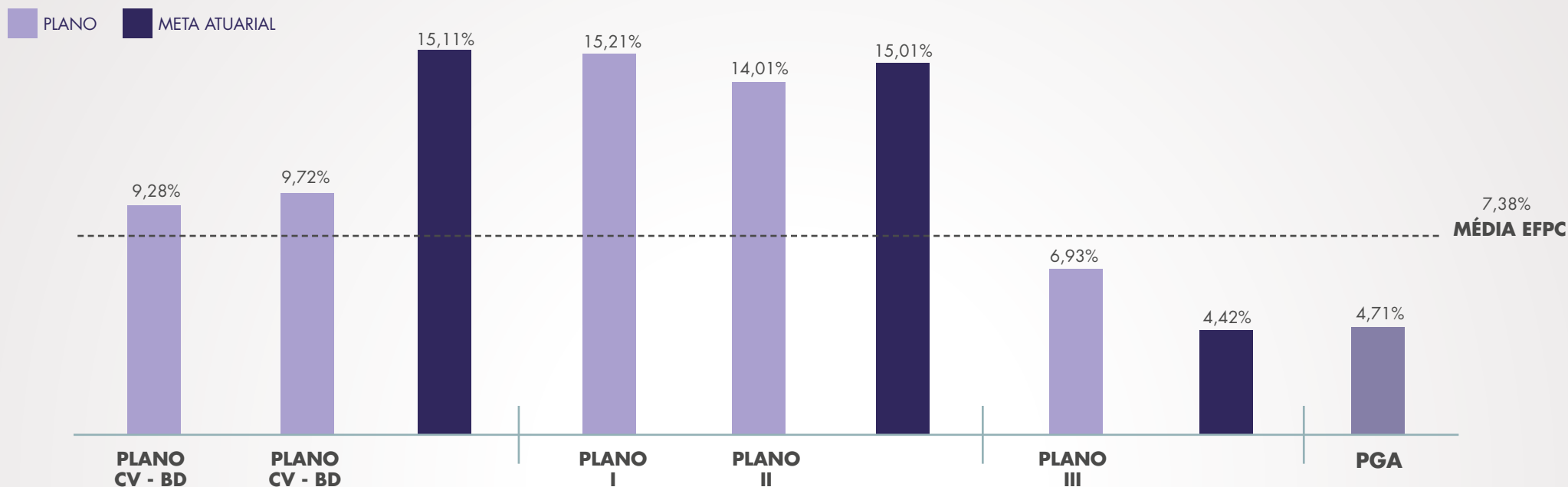
No Brasil, além da “importação” desses componentes negativos, principalmente do carregamento inflacionário embutido no custo dos produtos importados, alguns fatores locais contribuíram decisivamente para a configuração de um cenário bastante conturbado. As preocupações a respeito da condução da política fiscal e o estouro de gastos por parte do governo representaram em boa parte do período, o principal problema local na visão dos agentes econômicos. Os impactos desse descontrole de gastos e suas consequências negativas para o avanço da inflação e comprometimento do nível de atividade, tenderiam a se agravar na medida em que o acirramento político acabou por trazer para o ano de 2021, uma consequente volatilidade inerente aos anos eleitorais.

Como resultante de todos os fatores anteriormente descritos, o ano de 2021 se encerrou registrando uma intensa desvalorização cambial, com a aceleração do processo de aperto monetário e consequente aumento da taxa básica de juros para um patamar bem próximo de dois dígitos, além, é claro, de intensas perdas impostas ao mercado acionário local.

O Plano de Gestão Administrativa gerou rentabilidade de 4,71%, acima de sua meta (4,20%); o Plano PRECE I gerou rentabilidade de 15,21%, acima de sua meta atuarial (15,01%); o Plano PRECE II gerou rentabilidade de 14,01% e o Plano PRECE III gerou rentabilidade de 6,93%, acima de sua meta (4,42%). A parcela BD do Plano PRECE CV gerou rentabilidade de 9,28%. Já na parcela CD do Plano PRECE CV a rentabilidade foi de 9,72%



RENTABILIDADE



3.2 ALOCAÇÃO DE INVESTIMENTOS

3.2.1 MACROALOCAÇÃO DE ATIVOS

As metas de alocação têm como objetivo guiar os investimentos dos Planos de benefício para o longo prazo. Os limites inferiores e superiores são estabelecidos em políticas de investimentos, sugeridas pelo Gestor de Investimentos e devidamente aprovadas pela Diretoria Executiva e Conselho Deliberativo, devendo ser respeitados pelo tempo que vigorar a política ou até sua eventual alteração. Para definição dos limites mínimos e máximos são observados os consensos, práticas de mercado e as características de investimentos do referido Plano, para que a gestão esteja equilibrada e direcionada para maximizar as alocações. Para a estratégia de macro alocação do ano de 2022, no segmento de renda fixa, perseguimos a manutenção do alto nível de liquidez para adequação das obrigações futuras, principalmente as oriundas dos possíveis desligamentos em virtude da privatização da CEDAE, ou seja, a estratégia de curto prazo é gerir o nível de liquidez para manter um colchão

confortável para honrar com os possíveis resgates e portabilidades. Para o segmento de renda variável, a diretriz é a manutenção da estratégia de exposição no segmento de Renda Variável, especificamente em fundos de investimentos em ações (FIA). Em relação ao segmento de investimento estruturado, a estratégia se mantém com a exposição a fundos multimercados. Para o segmento imobiliário, mantivemos o processo de desinvestimentos dos imóveis considerados críticos pela gestão de investimentos, acompanhando as alterações no rito de investimentos desse mercado, impostas pelo novo marco regulatório, bem como o mercado de títulos mobiliários com lastro imobiliário. Por fim, para o segmento de operação com participantes, o rumo é a manutenção da estratégia de concessões de empréstimos até atingir o percentual determinado pelos estudos técnicos pertinentes, respeitando as decisões estratégicas definidas pelos seus órgãos colegiados.

			2022		2021		RESOLUÇÃO PREVIC 4.661	STATUS DE ENQUADRAMENTO	
SEGMENTO DE APLICAÇÃO	ALOCÇÃO EM 31/12/2021	ALVO	MÁXIMO	ALVO	MÁXIMO	LIMITE LEGAL	LEGAL	POLÍTICA	
Plano PRECE CV	Renda Fixa	56,00%	52,00%	100,00%	50,00%	100,00%	100,00%	OK	OK
	Renda Variável	22,00%	25,00%	50,00%	25,00%	50,00%	70,00%	OK	OK
	Investimento Estruturado	7,00%	8,00%	15,00%	8,00%	10,00%	20,00%	OK	OK
	Investimento no Exterior	0,00%	2,00%	8,00%	3,00%	7,00%	10,00%	OK	OK
	Imobiliário	9,00%	5,00%	20,00%	5,00%	20,00%	20,00%	OK	OK
	Operações com Participantes	6,00%	9,00%	15,00%	9,00%	15,00%	15,00%	OK	OK

			2022		2021		RESOLUÇÃO PREVIC 4.661	STATUS DE ENQUADRAMENTO	
SEGMENTO DE APLICAÇÃO	ALOCÇÃO EM 31/12/2021	ALVO	MÁXIMO	ALVO	MÁXIMO	LIMITE LEGAL	LEGAL	POLÍTICA	
Plano PRECE I	Renda Fixa	44,68%	50,00%	100,00%	50,00%	100,00%	100,00%	OK	OK
	Renda Variável	28,00%	30,00%	50,00%	30,00%	50,00%	70,00%	OK	OK
	Investimento Estruturado	0,00%	0,00%	10,00%	0,00%	10,00%	20,00%	OK	OK
	Investimento no Exterior	0,00%	0,00%	7,00%	0,00%	7,00%	10,00%	OK	OK
	Imobiliário	27,52%	12,00%	20,00%	12,00%	20,00%	20,00%	Desenquadrado	Desenquadrado
	Operações com Participantes	5,80%	8,00%	15,00%	8,00%	15,00%	15,00%	OK	OK
	Outros	-6,00%	-	-	-	-	-	-	-

			2022		2021		RESOLUÇÃO PREVIC 4.661	STATUS DE ENQUADRAMENTO	
SEGMENTO DE APLICAÇÃO	ALOCÇÃO EM 31/12/2021	ALVO	MÁXIMO	ALVO	MÁXIMO	LIMITE LEGAL	LEGAL	POLÍTICA	
Plano PRECE II	Renda Fixa	48,00%	50,00%	100,00%	50,00%	100,00%	100,00%	OK	OK
	Renda Variável	22,00%	30,00%	50,00%	30,00%	50,00%	70,00%	OK	OK
	Investimento Estruturado	0,00%	0,00%	10,00%	0,00%	10,00%	20,00%	OK	OK
	Investimento no Exterior	0,00%	0,00%	7,00%	0,00%	7,00%	10,00%	OK	OK
	Imobiliário	19,00%	12,00%	20,00%	12,00%	20,00%	20,00%	OK	OK
	Operações com Participantes	1,00%	8,00%	15,00%	8,00%	15,00%	15,00%	OK	OK
	Outros	10,00%	-	-	-	-	-	-	-

			2022		2021		RESOLUÇÃO PREVIC 4.661	STATUS DE ENQUADRAMENTO	
SEGMENTO DE APLICAÇÃO	ALOCÇÃO EM 31/12/2021	ALVO	MÁXIMO	ALVO	MÁXIMO	LIMITE LEGAL	LEGAL	POLÍTICA	
Plano PRECE III	Renda Fixa	82,70%	79,00%	100,00%	79,00%	100,00%	100,00%	OK	OK
	Renda Variável	8,60%	10,00%	50,00%	10,00%	50,00%	70,00%	OK	OK
	Investimento Estruturado	0,00%	0,00%	10,00%	0,00%	10,00%	20,00%	OK	OK
	Investimento no Exterior	0,00%	0,00%	7,00%	0,00%	7,00%	10,00%	OK	OK
	Imobiliário	0,00%	0,00%	20,00%	0,00%	20,00%	20,00%	OK	OK
	Operações com Participantes	11,70%	11,00%	15,00%	11,00%	15,00%	15,00%	OK	OK
	Outros	-3,00%	-	-	-	-	-	-	-

			2022		2021		RESOLUÇÃO PREVIC 4.661	STATUS DE ENQUADRAMENTO	
SEGMENTO DE APLICAÇÃO		ALOCÇÃO EM 31/12/2021	ALVO	MÁXIMO	ALVO	MÁXIMO	LIMITE LEGAL	LEGAL	POLÍTICA
Plano PGA	Renda Fixa	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%	OK	OK
	Renda Variável	0,00%	0,00%	50,00%	0,00%	0,00%	70,00%	OK	OK
	Investimento Estruturado	0,00%	0,00%	10,00%	0,00%	0,00%	20,00%	OK	OK
	Investimento no Exterior	0,00%	0,00%	7,00%	0,00%	0,00%	10,00%	OK	OK
	Imobiliário	0,00%	0,00%	20,00%	0,00%	0,00%	20,00%	OK	OK
	Operações com Participantes	0,00%	0,00%	15,00%	0,00%	0,00%	15,00%	OK	OK

3.3 FUNDOS

O processo de gestão na PRECE é realizado via fundos, através de fundos exclusivos com gestão interna, fundos exclusivos com gestão terceirizada e fundos não exclusivos de gestão terceirizada. O de Procedimentos Internos de Seleção para os fundos de gestão terceirizada possui um rigoroso processo que conta com avaliação do Diretor de Investimentos da PRECE e sua área de gestão (Coordenadoria de Investimentos – COINV), bem como a análise de risco realizada pela Assessoria de Governança, Risco e Compliance – ASRIC, que está ligada ao Administrador de Riscos da Entidade (Diretor-Presidente). A íntegra desse processo de seleção pode ser observada na política de investimentos disponibilizada no site da PRECE. Além disso, em consonância às melhoras práticas em Investimentos, a ASRIC emite semestralmente relatório do monitoramento dos gestores e fundos terceirizados, onde são realizadas análises quantitativas e qualitativas para avaliar as performances dos gestores no período. A avaliação destes gestores consta registrada em relatórios da área de gestão e da área de riscos, e são disponibilizados para ciência dos órgãos colegiados da Entidade. A PRECE é cotista dos seguintes fundos de investimentos:

3.3.1 INFORMAÇÃO SOBRE OS FUNDOS

FUNDO EXCLUSIVO (GESTÃO INTERNA)	TAXA DE ADMINISTRAÇÃO*	TAXA DE CUSTÓDIA*
FIC Guandu CV-BD	0,045% a.a. / R\$ 3.093,00 **	
FIC Sarapuí CV-BD		
FIM Imunana CV-BD		
FIC Guandu CV-CD		
FIC Sarapuí CV-CD		
FIM Imunana CV-CD		
FIC Alegria I		
FIC Laranjal I		
FIC Alegria II		
FIC Laranjal II		

3.3.1 INFORMAÇÃO SOBRE OS FUNDOS

FUNDO EXCLUSIVO (GESTÃO TERCEIRIZADA)	TAXA DE ADMINISTRAÇÃO*	TAXA DE PERFORMANCE
Athena Tot. Ret. Inst FIA	entre 1,80% a.a. e 3,00% a.a.	20% do que exceder 100% IBR-X 100
FUNDO NÃO EXCLUSIVO (CARTEIRA PRÓPRIA)	TAXA DE ADMINISTRAÇÃO*	TAXA DE CUSTÓDIA*
Icatu FI RF	0,4% a.a.	20% do que exceder 100% do IMA Geral
West Asset IMAB	0,4% a.a.	Não há
Santander FIC FI Inst Ref DI	0,20% a.a.	Não há
Bogari Value FIC FIA	2,00% a.a.	20% do que exceder 100% do Ibovespa
Vista FIA	2,50% a.a.	20% do que exceder 100% do IBrX
Santander FIC FI Inst Ref DI	0,20% a.a.	Não há
Banestes Liq FI RF	0,20% a.a.	Não há

*A rentabilidade disponibilizada por administrador e custodiante são líquidas de taxas. Em alguns fundos estas taxas são, em geral, expressivamente baixas em relação ao patrimônio líquido, tornando o impacto na rentabilidade pouco relevante. No entanto, para obter a rentabilidade bruta, recomenda-se que seja somado o valor percentual das taxas à rentabilidade líquida.



3.3.2 PERFORMANCE POR FUNDOS

FUNDO DE INVESTIMENTO	SEGMENTO	RENTABILIDADE*	BENCHMARK
FIC Guandu CV BD	Renda Fixa	14,74%	4,40%
FIC Guandu CV CD**	Renda Fixa	14,28%	4,40%
FIC Alegria I	Renda Fixa	14,20%	4,40%
FIC Alegria II**	Renda Fixa	14,54%	4,40%
FIC Sarapuí CV BD	Renda Variável	-10,07%	-11,93%
FIC Sarapuí CV CD**	Renda Variável	-10,02%	-11,93%
FIC Laranjal I	Renda Variável	-1,44%	-11,93%
FIC Laranjal II**	Renda Variável	-1,47%	-11,93%
FIM Imunana CV BD	Investimento Estruturado	6,60%	2,04%
FIM Imunana CV CD**	Investimento Estruturado	5,40%	2,04%
Santander FIC FI Inst Ref DI	Renda Fixa	5,00%	4,40%
Banestes Liq FI RF	Renda Fixa	5,50%	4,40%
Itaú Institucional DI	Renda Fixa	5,04%	4,40%
Bradesco Federal Extra	Renda Fixa	4,28%	4,40%
Icatu FI RF	Renda Fixa	4,86%	-1,26%
West Asset IMAB	Renda Fixa	0,00%	4,57%
Sul América RF	Renda Fixa	-5,63%	-1,26%
Absolute Vertex II	Investimento Estruturado	8,40%	2,04%
Signal Capital FIC FIP	Investimento Estruturado	7,11%	2,04%
Capitânia REIT FIC FIM	Investimento Estruturado	0,50%	2,04%
Neo Multi Estratégia 30 FIM	Investimento Estruturado	1,37%	2,04%
Bogari Value FIC FIA	Renda Variável	-17,02%	-11,93%
Vista FIA	Renda Variável	-20,78%	-11,93%
Arx Income	Renda Variável	-6,71%	-11,93%
Leblon Ações II	Renda Variável	-22,56%	-11,93%
Athena Total Return	Renda Variável	-11,20%	-11,93%

*A rentabilidade disponibilizada por administrador e custodiante são líquidas de taxas. Em alguns fundos estas taxas são, em geral, expressivamente baixas em relação ao patrimônio líquido, tornando o impacto na rentabilidade de pouco relevante. No entanto, para obter a rentabilidade bruta, recomenda-se que seja somado o valor percentual das taxas à rentabilidade líquida.

** Com a segregação de ativos ocorrida em junho/21, consideramos para apurar a rentabilidade de ambos os fundos em 2021, os retornos obtidos pelos fundos que os originaram, no período de janeiro a maio/21



3.4. INFORMAÇÕES ADICIONAIS

3.4.1 RECUPERAÇÃO DE ATIVOS

Dentre uma série de diretrizes, procedimentos e rotinas operacionais que objetivam o alcance da excelência na gestão dos recursos e ativos financeiros da Entidade, merecem especial destaque as ações perpetradas no sentido de tentar reaver os recursos alocados em ativos que sofreram “default” no passado.

É de conhecimento geral que a PRECE possui alguns ativos de crédito privado cujos pagamentos acordados não foram honrados, bem como alguns imóveis com histórico de não pagamento de aluguel. Lembramos que são ativos herdados de gestões anteriores a 2007. Ambas as situações acabaram por impor significativas perdas para a rentabilidade dos Planos nos quais esses ativos tinham participação. Desde 2017, ano de início da gestão da atual Diretoria de Investimentos (DINV), foram tomadas medidas que resultaram no reconhecimento contábil dessas perdas, e, em contrapartida, se deu início a um amplo processo de tentativa de recuperação dos valores envolvidos.

Sempre em parceria com Assessoria Jurídica (ASJUR), ao longo desse período, a PRECE logrou êxito em reaver partes consideráveis dos valores atrelados a esses ativos “defaultados”, além de impetrar ou participar de ações que têm por objetivo brigar pelo ressarcimento do que é de direito dos participantes e assistidos dos Planos da PRECE I, II e CV, nas condições mais favoráveis possíveis.

Podemos citar como as ações mais emblemáticas ocorridas no ano de 2021, a recuperação de aproximadamente R\$ 40M (quarenta milhões de reais) para os Planos PRECE I e II e PRECE CV. Este valor está diretamente atrelado a dois eventos específicos:



- **Debêntures da Vale do Rio Doce:** O ativo foi identificado junto ao setor de custódia do Banco Bradesco como sendo de titularidade da PRECE. No total, entre o valor do título e proventos referentes ao mesmo, foram recuperados aproximadamente R\$ 24M (vinte e quatro milhões de reais).
- **CCB Raesa:** Em continuidade ao processo de “Stand Still” firmado junto à Multiner, empresa que representa os direitos do emissor do título em questão, foram recuperados aproximadamente R\$ 16M (dezesseis milhões de reais).

3.4.2 EMPRÉSTIMO

A rentabilidade apurada foi de 15,34%, inferior ao seu benchmark (INPC + 6,90%), de 17,07%. Em dezembro de 2021, esse segmento alocava recursos na ordem de R\$ 96.516 mil;

3.4.3 IMÓVEIS

A rentabilidade da carteira de imóveis foi de 25,39%, superior aos benchmarks, sendo que o de maio (referente ao Plano CV) de 15,11% (INPC + 4,49%). Essa performance é atribuída à reavaliação anual da carteira de imóveis trouxe uma valorização de 33% para esse segmento, ocasionando que o Plano I retomasse seu status de desenquadrado passivo.

3.4.3 IMÓVEIS

ENDEREÇO DO IMÓVEL LOGRADOURO	VALOR CONTÁBIL - R\$	DATA DA AVALIAÇÃO
R. Augusto Vasconcelos nº 468 - C. Grd. - RJ	15.220.000,00	14/12/2021
R. José Maria Brito nº 238 - Itaguaí - RJ	10.445.000,00	15/15/2021
SUBTOTAL Patrocinadora	25.665.000,00	
Rua Athayde P. Moraes nº 225 - N.Iguaçu - RJ	1.131.000,00	05/10/2021
Av. Brás de Pina nº 38-A - Penha - RJ	770.000,00	30/09/2021
R. Eraldo da C. M. s/n (Barão de Inoã) Maricá-RJ	3.310.000,00	04/10/2021
Est. Int. Magalhães nº 504 - Campinho - RJ	12.540.000,00	06/10/2021
Rua Euclides da Cunha nº 470 - S.J.Meriti - RJ	1.618.000,00	05/10/2021
Rua Luis de Camões nº 691 - N.Iguaçu - RJ	4.680.000,00	05/10/2021
Av. Alnte.Barroso nº 14 - Centro - RJ	28.422.413,47	16/12/2021
Estrada do Cambota nº 525 C.Gr. - RJ	4.004.177,14	15/12/2021
Av. Graça Aranha nº 182 - Lj A - Centro - RJ	3.980.000,00	14/12/2021
Av. Graça Aranha nº 182 - Lj B - Centro - RJ	4.478.000,00	14/12/2021
Av. Graça Aranha nº 182/101 - Centro - RJ	2.478.676,70	15/12/2021
Av. Graça Aranha nº 182/201 - Centro - RJ	2.930.000,00	16/12/2021
Av. Graça Aranha nº 182/301 - Centro - RJ	2.870.000,00	16/12/2021
Av. Graça Aranha nº 182/401 - Centro - RJ	2.870.000,00	16/12/2021

3.4.3 IMÓVEIS

ENDEREÇO DO IMÓVEL LOGRADOURO	VALOR CONTÁBIL - R\$	DATA DA AVALIAÇÃO
Av. Graça Aranha nº 182/501 - Centro - RJ	3.310.000,00	16/12/2021
Av. Graça Aranha nº 182/601 - Centro - RJ	2.870.000,00	16/12/2021
Rua Moisés Amélio 17-Lj1 - Nova Friburgo - RJ	4.717.000,00	16/12/2021
Rua Moisés Amélio 17-Lj2 - Nova Friburgo - RJ	1.728.000,00	16/12/2021
Rua Moisés Amélio 17-Lj111 - Nova Friburgo - RJ	2.790.000,00	16/12/2021
Rua Moisés Amélio 17-Lj308 - Nova Friburgo - RJ	127.000,00	16/12/2021
Praça Pio X nº 15/11º - Centro - RJ	3.715.000,00	15/12/2021
Praça Pio X nº 15/12º - Centro - RJ	3.723.000,00	15/12/2021
Praça Pio X nº 15/9º - Centro - RJ	3.698.000,00	15/12/2021
Av. Pres. Vargas nº 132/301 - Caxias - RJ	1.137.000,00	25/05/2021
Av. Rio Branco nº 89/2101 - Centro - RJ	1.991.114,76	16/12/2021
Av. Rio Branco nº 89/2201 - Centro - RJ	1.961.000,00	16/12/2021
Av. Rio Branco nº 89/302 - Centro - RJ	2.013.000,00	16/12/2021
Rua São Bento nº 8/1301 Centro-RJ	5.522.000,00	14/12/2021
Rua São Bento nº 8/1801 Centro-RJ	5.960.000,00	13/05/2021
Rua 7 de Setembro nº 71/901 - Centro - RJ	1.010.000,00	15/12/2021
SUBTOTAL ALUGADOS A TERCEIROS	122.354.382,07	
TOTAL GERAL	R\$ 148.019.382,07	

3.4.4 SERVIÇO DE SUPORTE - CUSTÓDIA E ADMINISTRAÇÃO

O Banco BTG factual é responsável pelos serviços de custódia e administração da carteira de investimentos da PRECE Previdência Complementar. Como custodiante, ele efetua guarda dos títulos, liquidação física e financeira das operações, além de prover serviços de controladoria e compliance. Já enquanto administrador fiduciário, cumpre, dentre outras atribuições, a de acompanhar se as operações realizadas pelo gestor (PRECE) estão em conformidade com as cláusulas contratuais e com as práticas de mercado.

3.4.5 DESPESA COM A GESTÃO DE INVESTIMENTOS

	2021	PARTICIPAÇÃO	2020
Despesas com gestão de investimentos	11.884.465,19	100,00%	4.723.204,07
Gestão própria	11.018.310,84	92,71%	3.715.976,08
Investimentos Imobiliários	2.016.548,97	16,97%	1.698.561,81
Condomínios e taxas	1.382.158,24	11,63%	1.432.677,52
Impostos e taxas	261.213,88	2,20%	18.676,62
Consultoria Imobiliária	147.702,27	1,24%	186.248,87
Demais despesas	225.474,58	1,90%	60.958,80
Outras despesas de investimentos	9.001.761,87	75,74%	2.017.414,27
Despesas internas	1.867.122,40	15,71%	2.017.414,27
Honorários e Consultoria	7.134.639,47	60,03%	2.445.759,61
Gestão terceirizada	866.154,35	7,29%	1.007.227,99
Taxas (CETIP, SELIC)	15.570,90	0,13%	21.078,93
Administração	729.404,98	6,14%	980.589,34
Custódia	121.178,47	1,02%	5.559,72

3.4.6 INVESTIMENTOS POR TIPO DE GESTÃO

CARTEIRA GLOBAL DE INVESTIMENTO				
PRECE CV	2021 - R\$	%	2020 - R\$	%
Renda Fixa	827.430.808,40	55,71%	874.625.168,01	57,41%
Quotas de Fundos de Multimercado	827.430.808,40	55,71%	874.625.168,01	57,41%
Renda Variável	334.425.745,98	22,52%	378.907.602,34	24,87%
Quotas de Fundos de Multimercado	334.425.745,98	22,52%	378.907.602,34	24,87%
Investimento Estruturado	103.398.613,97	6,96%	65.890.781,45	4,33%
Quotas de Fundos de Multimercado	103.398.613,97	6,96%	65.890.781,45	4,33%
Investimento Imobiliário	137.491.510,42	9,26%	104.041.456,11	6,83%
Empréstimos aos Participantes	82.680.026,55	5,57%	92.463.109,15	6,07%
Outros	1.038.562,37	0,07%	9.121.682,05	0,60%
Total dos Investimentos	1.486.465.267,69	100,09%	1.525.049.799,11	100,11%
(+) Disponível	573.457,23	0,04%	350.410,49	0,02%
(-) Exigibilidade dos Investimentos	-1.918.933,62	-0,13%	- 2.047.792,54	- 0,13%
(=) Total dos Recursos	1.485.119.791,30	100,00%	1.523.352.417,06	100,00%

3.4.6 INVESTIMENTOS POR TIPO DE GESTÃO

CARTEIRA GLOBAL DE INVESTIMENTO				
PRECE I	2021 - R\$	%	2020 - R\$	%
Renda Fixa	69.105.043,11	44,68%	62.264.351,89	41,23%
Quotas de Fundos de Multimercado	69.105.043,11	44,68%	62.264.351,89	41,23%
Renda Variável	43.360.889,15	28,03%	45.987.970,51	30,45%
Quotas de Fundos de Multimercado	43.360.889,15	28,03%	45.987.970,51	30,45%
Investimento Estruturado	-	0,00%	-	0,00%
Quotas de Fundos de Multimercado	-	0,00%	-	0,00%
Investimento Imobiliário	42.778.960,14	27,66%	32.432.119,67	21,47%
Empréstimos aos Participantes	9.081.309,91	5,87%	8.463.284,52	5,60%
Outros	380.937,04	0,25%	2.859.495,20	1,89%
Total dos Investimentos	164.707.139,35	106,49%	152.007.221,79	100,65%
(+) Disponível	214.542,13	0,14%	25.587,97	0,02%
(-) Exigibilidade dos Investimentos	- 10.254.625,09	- 6,63%	-1.005.965,57	- 0,67%
(=) Total dos Recursos	154.667.056,39	100,00%	R\$ 151.026.844,19	100,00%

3.4.6 INVESTIMENTOS POR TIPO DE GESTÃO

CARTEIRA GLOBAL DE INVESTIMENTO				
PRECE II	2021 - R\$	%	2020 - R\$	%
Renda Fixa	48.059.725,53	47,79%	37.510.652,75	44,59%
Quotas de Fundos de Multimercado	48.059.725,53	47,79%	37.510.652,75	44,59%
Renda Variável	22.452.529,59	22,32%	23.743.477,86	28,22%
Quotas de Fundos de Multimercado	22.452.529,59	22,32%	23.743.477,86	28,22%
Investimento Estruturado	-	0,00%	-	0,00%
Quotas de Fundos de Multimercado	-	0,00%	-	0,00%
Investimento Imobiliário	18.978.419,47	18,87%	14.419.957,62	17,14%
Empréstimos aos Participantes	1.122.104,63	1,12%	7.440.178,59	8,84%
Outros	10.001.761,34	9,94%	1.136.185,27	1,35%
Total dos Investimentos	100.614.540,56	100,04%	84.250.452,09	100,15%
(+) Disponível	263.863,82	0,26%	215.132,88	0,26%
(-) Exigibilidade dos Investimentos	- 306.688,98	-0,30%	- 343.130,75	-0,41%
(=) Total dos Recursos	100.571.715,40	100,00%	84.122.454,22	100,00%

3.4.6 INVESTIMENTOS POR TIPO DE GESTÃO

CARTEIRA GLOBAL DE INVESTIMENTO				
PRECE III	2021 - R\$	%	2020 - R\$	%
Renda Fixa	33.642.469,07	80,50%	27.525.875,59	81,37%
Títulos Públicos	17.620.545,33	42,16%	20.268.799,62	59,92%
Títulos Privados	1.791.941,14	4,29%	1.733.302,72	5,12%
Quotas de Fundos de Renda Fixa	14.229.982,60	34,05%	5.523.773,25	16,33%
Renda Variável	3.446.187,28	8,25%	2.289.475,82	6,77%
Quotas de Fundos de Investimento	3.446.187,28	8,25%	2.289.475,82	6,77%
Investimento Estruturado	-	0,00%	-	0,00%
Quotas de Fundos de Multimercado	-	0,00%	-	0,00%
Investimento Imobiliário	-	0,00%	-	0,00%
Empréstimos aos Participantes	4.710.474,74	11,27%	3.545.372,05	10,48%
Outros	1.995,22	0,00%	-	0,00%
Total dos Investimentos	41.801.126,31	100,02%	33.360.723,46	98,62%
(+) Disponível	44.729,98	0,11%	472.248,06	1,40%
(-) Exigibilidade dos Investimentos	-52.281,83	-0,13%	- 3.768,23	-0,01%
(=) Total dos Recursos	41.793.574,46	100,00%	33.829.203,29	100,00%

3.4.6 INVESTIMENTOS POR TIPO DE GESTÃO

CARTEIRA GLOBAL DE INVESTIMENTO				
PGA	2021 - R\$	%	2020 - R\$	%
Renda Fixa	12.433.603,79	96,68%	7.019.350,34	98,09%
Quotas de Fundos de Renda Fixa	12.433.603,79	96,68%	7.019.350,34	98,09%
Outros	266.040,72	2,07%	-	0,00%
Total dos Investimentos	12.699.644,51	98,75%	7.019.350,34	98,09%
(+) Disponível	163.626,11	1,27%	136.730,88	1,91%
(-) Exigibilidade dos Investimentos	- 2.532,35	-0,02%	-	0,00%
(=) Total dos Recursos	12.860.738,27	100,00%	7.156.081,22	100,00%



3.4.7 FUNDO DE INVESTIMENTO

PRECE CV			
GESTÃO EXTERNA			
FUNDO DE INVESTIMENTO	SEGMENTO	PATRIMÔNIO (R\$)	% RGRT
Santander FIC FI Inst Ref DI	Renda Fixa	31.739.972,27	2,14%
Banestes Liq FI RF	Renda Fixa	22.468.527,06	1,51%
Icatu FI RF	Renda Fixa	97.067.060,58	6,53%
West Asset IMAB	Renda Fixa	49.302.749,67	3,32%
SulAmérica RF	Renda Fixa	37.446.466,76	2,52%
Absolute Vertex II	Investimento Estruturado	56.949.570,80	3,83%
Signal Capital FIC FIP	Investimento Estruturado	8.353.532,43	0,56%
Capitânia REIT FIC FIM	Investimento Estruturado	20.532.775,31	1,38%
Neo Multi Estratégia 30 FIM	Investimento Estruturado	17.064.747,62	1,15%
Bogari Value FIC FIA	Renda Variável	59.162.722,46	3,98%
Vista FIA	Renda Variável	54.682.040,02	3,68%
Arx Income	Renda Variável	31.115.631,28	2,09%
Leblon Ações II	Renda Variável	59.431.023,01	4,00%
Athena Total Return	Renda Variável	103.648.506,00	6,97%
GESTÃO INTERNA			
Título Público	Renda Fixa	552.816.691,61	37,20%
Título Privado	Renda Fixa	57.203.375,46	3,85%
Ações	Renda Variável	6.284.804,12	0,42%
Empréstimos	Operação com Participantes	82.680.026,50	5,56%
Imóveis	Segmento Imobiliário	137.491.510,42	9,25%
Outros	-	1.338.562,37	0,09%
Exigível Operacional	-	-1.194.627,94	-0,08%
Disponível	-	573.457,23	0,04%
TOTAL		1.486.159.125,04	100,00%

PRECE I**GESTÃO EXTERNA**

FUNDO DE INVESTIMENTO	SEGMENTO	PATRIMÔNIO (R\$)	% RGRT
Santander FIC FI Inst Ref DI	Renda Fixa	33.407.932,66	21,60%
Banestes Liq FI RF	Renda Fixa	16.445.461,11	10,63%
Itaú Institucional DI	Renda Fixa	2.635.928,27	1,70%
Bradesco Federal Extra	Renda Fixa	3.572.706,92	2,31%
Bogari Value FIC FIA	Renda Variável	8.881.497,77	5,74%
Vista FIA	Renda Variável	6.645.068,64	4,30%
Leblon Ações II	Renda Variável	6.036.267,97	3,90%
Athena Total Return	Renda Variável	14.254.201,58	9,22%
GESTÃO INTERNA			
Título Público	Renda Fixa	9.153.227,24	5,92%
Título Privado	Renda Fixa	9.101.306,85	5,88%
Ações	Renda Variável	1.790.528,33	1,16%
Empréstimos	Operação com Participantes	9.081.309,91	5,87%
Imóveis	Segmento Imobiliário	42.778.960,14	27,66%
Outros	-	920.937,04	0,60%
Exigível Operacional	-	- 10.254.625,09	- 6,63%
Disponível	-	214.542,13	0,14%
TOTAL		154.665.251,47	100,00%

PRECE II

GESTÃO EXTERNA

FUNDO DE INVESTIMENTO	SEGMENTO	PATRIMÔNIO (R\$)	% RGRT
Santander FIC FI Inst Ref DI	Renda Fixa	23.936.897,33	23,80%
Banestes Liq FI RF	Renda Fixa	11.783.228,79	11,72%
Itaú Institucional DI	Renda Fixa	1.888.651,57	1,88%
Bradesco Federal Extra	Renda Fixa	2.559.856,65	2,55%
Bogari Value FIC FIA	Renda Variável	4.585.519,32	4,56%
Vista FIA	Renda Variável	3.430.850,45	3,41%
Leblon Ações II	Renda Variável	3.116.526,53	3,10%
Athena Total Return	Renda Variável	7.359.447,52	7,32%
GESTÃO INTERNA			
Título Público	Renda Fixa	5.521.275,04	5,49%
Título Privado	Renda Fixa	5.025.061,94	5,00%
Ações	Renda Variável	924.419,47	0,92%
Empréstimos	Operação com Participantes	1.122.104,63	1,12%
Imóveis	Segmento Imobiliário	18.978.419,47	18,87%
Outros	-	10.381.761,34	10,32%
Exigível Operacional	-	- 306.688,98	- 0,30%
Disponível	-	263.863,82	0,26%
TOTAL		100.571.194,89	100,00%

PRECE III**GESTÃO EXTERNA**

FUNDO DE INVESTIMENTO	SEGMENTO	PATRIMÔNIO (R\$)	% RGRT
Santander FIC FI Inst Ref DI	Renda Fixa	8.122.600,80	19,94%
Icatu FI RF	Renda Fixa	3.071.603,19	7,54%
West Asset IMAB	Renda Fixa	3.035.778,61	7,45%
Bogari Value FIC FIA	Renda Variável	951.167,43	2,33%
Vista FIA	Renda Variável	2.495.019,85	6,12%
GESTÃO INTERNA			
Título Público	Renda Fixa	17.620.545,33	43,25%
Título Privado	Renda Fixa	1.791.941,14	4,40%
Empréstimos	Operação com Participantes	4.710.474,74	11,56%
Disponível	-	44.729,98	0,11%
Exigível Operacional	-	- 1.101.928,73	- 2,70%
TOTAL		40.741.932,34	100,00%

PGA**GESTÃO EXTERNA**

FUNDO DE INVESTIMENTO	SEGMENTO	PATRIMÔNIO (R\$)	% RGRT
Santander FIC FI Inst Ref DI	Renda Fixa	10.826.815,48	84,19%
Banestes Liq FI RF	Renda Fixa	1.606.788,31	12,49%
GESTÃO INTERNA			
Outros	-	266.040,72	0,65%
Disponível	-	163.626,11	1,27%
Exigível Operacional	-	- 2.532,35	- 0,02%
TOTAL		12.860.738,27	100,00%

3.4.8 RENTABILIDADE LÍQUIDA POR SEGMENTO

RENTABILIDADE POR SEGMENTO					
PLANOS	RENDA FIXA	RENDA VARIÁVEL	INVESTIMENTO ESTRUTURADO	INVESTIMENTO IMOBILIÁRIO	OPERAÇÃO COM PARTICIPANTES
PRECE CV-BD	14,74%	-10,07%	6,59%	25,43%	12,52%
PRECE CV-CD	14,28%	-10,02%	5,40%	25,40%	18,23%
Plano I	14,20%	-1,44%	-	25,30%	15,78%
Plano II	14,54%	-1,47%	-	25,29%	15,65%
Plano III	8,32%	-21,03%	-	-	25,34%
PGA	4,71%	-	-	-	-



3.4.9 RENTABILIDADE LÍQUIDA POR SEGMENTO

RENTABILIDADE POR SEGMENTO					
SEGMENTOS	META DE RENTABILIDADE PRECE CV	META DE RENTABILIDADE PRECE III	META DE RENTABILIDADE PRECE I	META DE RENTABILIDADE PRECE II	META DE RENTABILIDADE PGA
Renda Fixa	INPC+4,80%	INPC+4,80%	INPC+4,40%	INPC+4,40%	95% CDI
Renda Variável	INPC+6,00%	INPC+6,00%	INPC+6,00%	INPC+6,00%	-
Invest. Estruturados	INPC+6,90%	-	-	-	-
Invest. No Exterior	INPC+6,20%	-	-	-	-
Imóveis	IGP-M	-	IGP-M	IGP-M	-
Op. Com Participantes	INPC+6,90%	INPC+6,90%	INPC+6,50%	INPC+6,50%	-

A UTILIZAÇÃO DOS ASPECTOS DE SUSTENTABILIDADE ECONÔMICA, AMBIENTAL, SOCIAL E DE GOVERNANÇA DOS INVESTIMENTOS

Segundo o Guia Previc de Melhores Práticas em Investimentos “o investimento responsável é uma abordagem de investimento que visa a incorporar fatores ambientais, sociais e de governança (ASG) nas decisões de investimento, para melhor gerenciar os riscos e gerar retornos sustentáveis a longo prazo”. Esses princípios podem ser entendidos como um conjunto de regras que visam favorecer o investimento em companhias que adotam, em suas atividades ou através de projetos, políticas de investimento responsável.

Destacamos que com a aplicação do Manual de Seleção e Monitoramento de Gestores, realizamos a introdução de métricas e técnicas para análises ASG (Ambiental, Social e Governança) no processo de investimento e na seleção e monitoramento de gestores externos.

A PRECE dará continuidade, de acordo com metas de alocação pré-estabelecidas, a realização de investimentos observando os princípios referentes à responsabilidade socioambiental, avaliando o patrimônio de cada Plano de benefícios alocado em fundos de gestão externa que cumprem os critérios ASG.

A PRECE aderiu em 2017 ao código de autorregulação da ABRAPP, vislumbrando sempre a mitigação dos riscos que envolvem a gestão de recursos do Plano de benefícios. A Entidade iniciou também o processo para obtenção do selo de Autorregulação em Governança de Investimentos. A PRECE estará sempre estimulando o aperfeiçoamento de processos e a adequações de técnicas e rotinas que fomentem as melhores práticas de investimentos responsáveis.

METODOLOGIA OU AS FONTES DE REFERÊNCIA ADOTADA PARA O APREÇAMENTO DOS ATIVOS FINANCEIROS

A PRECE designa a maior parte de seus apreçamentos ao Custodiante, haja vista que ele detém expertise para esse tipo de atividade, além de dispor de metodologia expressa em manual próprio de precificação, sendo adotado o Método de Precificação de Marcação a Mercado, preferivelmente.

As operações com participantes (empréstimos) são precificadas e registradas pelo valor do principal, incluindo encargos financeiros, conforme estabelecido no contrato, até a sua liquidação ou a data do efetivo, conforme o contrato, segundo IN Previc N° 31/2020.

A precificação de imóveis é feita por avaliação patrimonial através de empresa qualificada, e as avaliações imobiliárias serão realizadas, no mínimo, anualmente, conforme determina a IN Previc N° 31/2020. O laudo técnico de avaliação de imóvel é produzido de acordo com as normas expedidas pela Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT) e contendo, no mínimo, a identificação do imóvel, informações detalhadas sobre tamanho, localização, tipo (comercial ou residencial), a data-base da avaliação, a identificação da pessoa jurídica ou do profissional legalmente habilitado responsável pela avaliação, e a segregação entre o valor do terreno e das edificações.

Além disso, salienta-se que é recomendável que todas as negociações sejam realizadas através de plataformas eletrônicas, visando maior transparência e maior proximidade do valor real de mercado. Por fim, a verificação do equilíbrio econômico e financeiro dos Planos de benefícios depende da precificação dos ativos, ou seja, é preciso que a Entidade busque modelos adequados de apreçamento. A forma de avaliação deve seguir as melhores práticas do mercado financeiro na busca do preço justo.

DERIVATIVOS

De forma geral, instrumentos derivativos são contratos referenciados a um ativo-objeto¹, cujo valor varia em decorrência de mudanças no ativo principal, que poderá ser taxa de juros, preço de título ou valor mobiliário, preço de mercado-ria, taxa de câmbio, índice de bolsa de valores, índice de preço, ou qualquer outro ativo similar, cujo investimento inicial seja inexistente ou pequeno em relação ao valor do contrato, e que sejam liquidados em data futura. Dessa forma,

os derivativos podem ser utilizados para atender ao objetivo de aumentar a eficiência de gestão dos ativos, em conformidade ao disposto no artigo 30 da Resolução CMN n° 4661/2018.

Os fundos de gestão externa também estão submetidos aos limites e condições estabelecidos nos regulamentos dos respectivos fundos, devendo os mesmos serem observados para fins de enquadramento. O controle de exposição, quando se tratar de veículos em que a abertura de carteira é necessária para o enquadramento, será através do monitoramento, conforme disposto na Resolução CMN n° 4.661/2018.

Como regra, a gestão não se utilizará, diretamente, desses instrumentos financeiros tanto nos fundos de investimentos exclusivos sob gestão como na carteira dos Planos de benefícios da Entidade, à exceção de casos extraordinários, que demandarão prévio debate no Comitê Estratégico de Investimentos (CEI) e posterior apresentação ao Conselho Deliberativo. Com isso, a gestão continuará priorizando a administração de riscos baseada na diversificação via gestão direta ou através da estratégia de funds of funds.



¹ O ativo de referência de um contrato de opção. Este ativo será negociado caso o titular decida exercer o seu direito previsto em contrato.



4

TRANSFORMAMOS
COMPLEXIDADE
EM SOLUÇÃO



4.1 DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

BALANÇO PATRIMONIAL

em 31 de dezembro de 2021 e 2020

ATIVO		
	2021 - R\$ MIL	2020 - R\$ MIL
DISPONÍVEL	1.260	1.200
REALIZÁVEL	2.294.138	2.294.670
Gestão Previdencial	486.989	489.986
Gestão Administrativa	861	2.996
Investimentos	1.806.288	1.801.688
Títulos Públicos	17.621	20.269
Ativo Financeiro de Crédito Privado	1.792	1.733
Fundos de Investimentos	1.478.343	1.503.763
Investimentos em Imóveis	199.249	150.894
Operações com Participantes	97.594	111.912
Outros Realizáveis	11.689	13.117
IMOBILIZADO E INTANGÍVEL	484	443
Imobilizado	262	138
Intangível	222	305
TOTAL DO ATIVO	2.295.882	2.296.313

4.1 BALANÇO PATRIMONIAL

em 31 de dezembro de 2021 e 2020

PASSIVO		
	2021 - R\$ MIL	2020 - R\$ MIL
EXIGÍVEL OPERACIONAL	160.891	122.962
Gestão Previdencial	143.899	115.426
Gestão Administrativa	4.458	4.553
Investimentos	12.534	2.983
EXIGÍVEL CONTINGENCIAL	68.489	59.155
Gestão Previdencial	65.652	57.038
Gestão Administrativa	2.837	2.117
PATRIMÔNIO SOCIAL	2.066.502	2.114.196
PATRIMÔNIO DE COBERTURA DO PLANO	2.016.349	2.064.043
Provisões Matemáticas	2.109.196	2.182.347
Benefícios Concedidos	2.222.747	2.021.811
Benefícios a Conceder	448.773	649.314
(-) Provisões Matemáticas a Constituir	(562.324)	(488.778)
EQUILÍBRIO TÉCNICO	(92.847)	(118.304)
Resultados Realizados	(92.847)	(118.304)
Superávit Técnico Acumulado	22.407	-
Déficit Técnico Acumulado	(115.254)	(118.304)
FUNDOS	50.153	50.153
Fundos Previdenciais	34.750	33.489
Fundos Administrativos	7.188	4.883
Fundos para Garantia das Operações com Participantes	8.215	11.781
TOTAL DO PASSIVO	2.295.882	2.296.313

4.2

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO SOCIAL

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020

	2021 - R\$ MIL	2020 - R\$ MIL	VARIAÇÃO
A) PATRIMÔNIO SOCIAL – INÍCIO DO EXERCÍCIO	1.650.862	1.794.815	-8,02%
1. ADIÇÕES	363.327	184.708	96,70%
(+) Contribuições previdenciais	147.607	154.017	-4,16%
(+) Outras adições previdenciais	27.847	8.249	237,58%
(+) Resultado positivo líquido dos investimentos - Gestão Previdencial	168.425	-	-
(+) Reversão Líquida de Contingências - Gestão Previdencial	-	4.243	-100,00%
(+) Receitas administrativas	18.924	18.135	4,35%
(+) Resultado positivo líquido dos investimentos - Gestão Administrativa	524	64	718,75%
2. DESTINAÇÕES	(411.021)	(328.661)	25,06%
(-) Benefícios	(232.301)	(218.286)	6,42%
(-) Resgates	(93.720)	(40.217)	133,04%
(-) Portabilidades	(6.731)	(1.135)	493,04%
(-) Outras deduções	(48.946)	(22.368)	118,82%
(-) Resultado Negativo Líquido dos Investimentos – Gestão Previdencial	-	(27.937)	-100,00%
(-) Constituição Líquida de Contingências - Gestão Previdencial	(8.614)	-	-
(-) Despesas administrativas	(16.423)	(17.754)	-7,50%
(-) Constituição Líquida de Contingências – Gestão Administrativa	(720)	(503)	43,14%
(-) Reversão de Fundos para Garantia das Operações com Participantes	(3.566)	(461)	673,54%
3. DECRÉSCIMO NO PATRIMÔNIO SOCIAL (1+2)	(47.694)	(143.953)	-66,87%
(-) Provisões Matemáticas	(73.152)	(54.026)	35,40%
(+/-) Superávit/(Déficit) Técnico do Exercício	25.457	(92.977)	-127,38%
(+/-) Fundos Previdenciais	1.261	3.569	-64,67%
(+/-) Fundos Administrativos	2.306	(58)	-4074,14%
(+/-) Fundos para Garantia das Operações com Participantes	(3.566)	(461)	673,54%
4. OUTROS EVENTOS DO PATRIMÔNIO SOCIAL	463.334	-	-
B) PATRIMÔNIO SOCIAL – FINAL DO EXERCÍCIO (A+3+4)	2.066.502	1.650.862	25,18%

4.3

DEMONSTRAÇÕES DO PLANO DE GESTÃO ADMINISTRATIVA

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020

	2021 - R\$ MIL	2020 - R\$ MIL	VARIAÇÃO
A) FUNDO ADMINISTRATIVO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	4.883	4.941	-1,17%
1. CUSTEIO DA GESTÃO ADMINISTRATIVA	19.448	18.200	6,86%
1.1. Receitas	19.448	18.200	6,86%
Custeio administrativo da Gestão Previdencial	13.116	4.513	190,63%
Custeio administrativo dos investimentos	5.033	11.262	-55,31%
Taxa de Administração de Empréstimos e Financiamentos	661	2.240	-70,49%
Receitas Diretas	114	121	-5,79%
Resultado positivo líquido dos investimentos	524	64	718,75%
2. DESPESAS ADMINISTRATIVAS	(16.423)	(17.755)	-7,50%
1.1. Administração dos Planos previdenciais	(16.423)	(17.755)	-7,50%
Pessoal e encargos	(10.728)	(11.359)	-5,56%
Treinamentos/congressos e seminários	(138)	(46)	200,00%
Viagens e estadias	(1)	(16)	-93,75%
Serviços de terceiros	(2.479)	(3.016)	-17,81%
Despesas gerais	(1.538)	(1.808)	-14,93%
Depreciação e amortização	(444)	(490)	-9,39%
Tributos	(1.070)	(1.003)	6,68%
Outras despesas	(25)	(17)	47,06%
3. CONSTITUIÇÃO/REVERSÕES DE CONTINGÊNCIAS ADMINISTRATIVAS	(720)	(503)	43,14%
4. REVERSÃO DE RECURSOS PARA O PLANO DE BENEFÍCIOS	-	-	-
5. RESULTADO NEGATIVO LÍQUIDO DOS INVESTIMENTOS	-	-	-
6. INSUFICIÊNCIA DA GESTÃO ADMINISTRATIVA (1-2-3-4-5)	2.305	(58)	-4074,14%
7. REVERSÃO DO FUNDO ADMINISTRATIVO (6)	2.305	(58)	-4074,14%
8. OPERAÇÕES TRANSITÓRIAS	-	-	-
B) FUNDO ADMINISTRATIVO DO EXERCÍCIO ATUAL (A+5+6)	7.188	4.883	47,20%

4.4

DEMONSTRAÇÕES DO ATIVO LÍQUIDO DO PLANO PRECE I

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020

	2021 - R\$ MIL	2020 - R\$ MIL	VARIAÇÃO
1. ATIVOS	474.026	456.556	3,83%
Disponível	215	25	760,00%
Recebível	309.104	304.524	1,50%
Investimento	164.707	152.007	8,35%
Fundos de Investimentos	112.466	108.252	3,89%
Investimentos em Imóveis	42.779	32.432	31,90%
Operações com Participantes	9.081	8.463	7,30%
Outros Realizáveis	381	2.860	-86,68%
2. OBRIGAÇÕES	117.912	105.490	11,78%
Operacional	72.654	72.834	-0,25%
Contingencial	45.258	32.656	38,59%
3. FUNDOS NÃO PREVIDENCIAIS	2.413	3.377	-28,55%
Fundos Administrativos	391	631	-38,03%
Fundos para Garantia das Operações com Participantes	2.022	2.747	-26,39%
4. RESULTADOS A REALIZAR	-	-	-
5. ATIVO LÍQUIDO (1-2-3-4)	353.701	347.689	1,73%
Provisões matemáticas	331.293	333.206	-0,57%
Superávit Técnico	2.408	14.483	54,72%
6. INSUFICIÊNCIA DA GESTÃO ADMINISTRATIVA (1-2-3-4-5)	22.408	14.483	54,72%
a) Equilíbrio Técnico	22.408	14.483	54,72%
b) (+/-) Ajuste de Precificação	-	-	-
c) Equilíbrio Técnico Ajustado = (a + b)	22.408	14.483	54,72%

4.5

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO ATIVO LÍQUIDO DO PLANO PRECE I

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020

	2021 - R\$ MIL	2020 - R\$ MIL	VARIAÇÃO
A) ATIVO LÍQUIDO – INÍCIO DO EXERCÍCIO	56.078	74.280	-24,50%
1. ADIÇÕES	115.220	68.780	67,52%
(+) Contribuições	74.785	66.059	13,21%
(+) Outras adições previdenciais	16.472	1.318	1149,77%
(+) Resultado positivo líquido dos investimentos - Gestão Previdencial	23.963	-	-
(+) Reversão Líquida de Contingências - Gestão Previdencial	-	1.403	-100,00%
2. DESTINAÇÕES	(109.208)	(86.982)	25,55%
(-) Benefícios	(60.388)	(58.564)	3,11%
(-) Resgates	(32.548)	(9.756)	233,62%
(-) Outras deduções	(3.580)	(5.185)	-30,95%
(-) Resultado negativo líquido dos investimentos - Gestão Previdencial	-	(13.357)	-100,00%
(-) Constituição líquida de contingências - Gestão Previdencial	(12.602)	-	-
(-) Custeio administrativo	(90)	(120)	-25,00%
3. ACRÉSCIMO/DECRÉSCIMO NO ATIVO LÍQUIDO (1+2)	6.012	(18.202)	-133,03%
(+/-) Provisões matemáticas	(1.913)	(21.941)	-91,28%
(+) Superávit Técnico do Exercício	7.925	3.739	111,96%
4. OUTROS EVENTOS DO PATRIMÔNIO SOCIAL	291.611	-	-
B) ATIVO LÍQUIDO – FINAL DO EXERCÍCIO (A+3+4)	353.701	56.078	530,73%
C) FUNDOS NÃO PREVIDENCIAIS	(965)	(249)	287,55%
(+/-) Fundos Administrativos	(240)	8	-3100,00%
(-) Fundos para Garantia das Operações com Participantes	(725)	(257)	182,10%

4.6

DEMONSTRAÇÕES DAS PROVISÕES TÉCNICAS DO PLANO PRECE I

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020

	2021 - R\$ MIL	2020 - R\$ MIL	VARIAÇÃO
PROVISÕES TÉCNICAS (1+2+3+4+5)	473.635	455.926	3,88%
1. PROVISÕES MATEMÁTICAS	331.293	333.206	-0,57%
1.1. Benefícios concedidos	589.282	554.649	6,24%
Benefício Definido	589.282	554.649	6,24%
1.2. Benefícios a Conceder	64.034	85.261	-24,90%
Benefício Definido	64.034	85.261	-24,90%
1.3. (-) Provisões matemáticas a constituir	(322.023)	(306.704)	4,99%
(-) Déficit equacionado	(322.023)	(306.704)	4,99%
(-) Participantes	(31.563)	(40.865)	-22,76%
(-) Assistidos	(290.460)	(265.839)	9,26%
2. EQUILÍBRIO TÉCNICO	22.408	14.483	54,72%
2.1. Resultados Realizados	22.408	14.483	54,72%
Superávit técnico acumulado	22.408	14.483	54,72%
Reserva de contingência	22.408	14.483	54,72%
3. FUNDOS	2.022	2.747	-26,39%
3.2. Fundos para Garantia das Operações com Participantes – Gestão Previdencial	2.022	2.747	-26,39%
4. EXIGÍVEL OPERACIONAL	72.654	72.834	-0,25%
4.1. Gestão Previdencial	62.399	71.828	-13,13%
4.2. Investimentos - Gestão Previdencial	10.255	1.006	919,38%
5. EXIGÍVEL CONTINGENCIAL	45.258	32.656	38,59%
5.1 Gestão Previdencial	45.258	32.656	38,59%

4.7

DEMONSTRAÇÕES DO ATIVO LÍQUIDO DO PLANO PRECE II

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020

	2021 - R\$ MIL	2020 - R\$ MIL	VARIAÇÃO
1. ATIVOS	148.036	141.760	4,43%
Disponível	264	215	22,79%
Recebível	47.157	57.295	-17,69%
Investimento	100.615	84.250	19,42%
Fundos de Investimentos	70.512	61.254	15,11%
Investimentos em Imóveis	18.979	14.420	31,62%
Operações com Participantes	1.122	7.440	-84,92%
Outros Realizáveis	10.002	1.136	780,46%
2. OBRIGAÇÕES	8.519	15.692	-45,71%
Operacional	1.292	429	201,17%
Contingencial	7.227	15.263	-52,65%
3. FUNDOS NÃO PREVIDENCIAIS	1.153	1.270	-9,21%
Fundos Administrativos	102	150	-32,00%
Fundos para Garantia das Operações com Participantes	1.051	1.120	-6,16%
4. RESULTADOS A REALIZAR	-	-	-
5. ATIVO LÍQUIDO (1-2-3-4)	138.364	124.798	10,87%
Provisões matemáticas	143.257	130.758	9,56%
Déficit Técnico	(4.893)	(5.960)	-17,90%
6. APURAÇÃO DO EQUILÍBRIO TÉCNICO AJUSTADO	(4.893)	(5.960)	-17,90%
a) Equilíbrio Técnico	(4.893)	(5.960)	-17,90%
b) (+/-) Ajuste de Precificação	-	-	-
c) Equilíbrio Técnico Ajustado = (a + b)	(4.893)	(5.960)	-17,90%

4.8

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO ATIVO LÍQUIDO DO PLANO PRECE II

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020

	2021 - R\$ MIL	2020 - R\$ MIL	VARIAÇÃO
A) ATIVO LÍQUIDO – INÍCIO DO EXERCÍCIO	71.478	66.801	7,00%
1. ADIÇÕES	36.311	27.252	33,24%
(+) Contribuições	16.731	21.794	-23,23%
(+) Outras adições previdenciais	826	1.369	-39,66%
(+) Resultado positivo líquido dos investimentos - Gestão Previdencial	10.718	-	-
(+) Reversão Líquida de Contingências - Gestão Previdencial	8.036	4.089	96,53%
2. DESTINAÇÕES	(22.745)	(22.574)	0,76%
(-) Benefícios	(21.614)	(21.584)	0,14%
(-) Outras deduções	(1.110)	(5)	22100,00%
(-) Resultado Negativo Líquido dos Investimentos - Gestão Previdencial	-	(960)	-100,00%
(-) Custeio administrativo	(21)	(25)	-16,00%
3. ACRÉSCIMO/DECRÉSCIMO NO ATIVO LÍQUIDO (1+2)	13.566	4.677	190,06%
(+/-) Provisões matemáticas	12.499	(4.049)	-408,69%
(+) Superávit Técnico do Exercício	1.067	8.726	-87,77%
4. OUTROS EVENTOS DO PATRIMÔNIO SOCIAL	53.320	-	-
B) ATIVO LÍQUIDO – FINAL DO EXERCÍCIO (A+3+4)	138.364	71.478	93,58%
C) FUNDOS NÃO PREVIDENCIAIS	(117)	(366)	-68,03%
(+/-) Fundos Administrativos	(48)	2	-2500,00%
(-) Fundos para Garantia das Operações com Participantes	(69)	(368)	-81,25%

4.9

DEMONSTRAÇÕES DAS PROVISÕES TÉCNICAS DO PLANO PRECE II

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020

	2021 - R\$ MIL	2020 - R\$ MIL	VARIAÇÃO
PROVISÕES TÉCNICAS (1+2+3+4+5)	146.883	141.610	3,72%
1. PROVISÕES MATEMÁTICAS	143.257	130.758	9,56%
1.1. Benefícios concedidos	202.229	190.154	6,35%
Benefício Definido	202.229	190.154	6,35%
1.2. Benefícios a Conceder	-	324	-100,00%
Benefício Definido	-	324	-100,00%
1.3. (-) Provisões matemáticas a constituir	(58.972)	(59.720)	-1,25%
(-) Déficit equacionado	(58.972)	(59.720)	-1,25%
(-) Assistidos	(58.972)	(59.720)	-1,25%
2. EQUILÍBRIO TÉCNICO	(4.893)	(5.960)	-17,90%
2.1. Resultados Realizados	(4.893)	(5.960)	-17,90%
(-) Déficit técnico acumulado	(4.893)	(5.960)	-17,90%
3. FUNDOS	1.051	1.120	-6,16%
3.2. Fundos para Garantia das Operações com Participantes – Gestão Previdencial	1.051	1.120	-6,16%
4. EXIGÍVEL OPERACIONAL	1.292	429	201,17%
4.1. Gestão Previdencial	985	86	1045,35%
4.2. Investimentos - Gestão Previdencial	307	343	-10,50%
5. EXIGÍVEL CONTINGENCIAL	7.227	15.263	-52,65%
5.1 Gestão Previdencial	7.227	15.263	-52,65%

4.10

DEMONSTRAÇÕES DO ATIVO LÍQUIDO DO PLANO PRECE III

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020

	2021 - R\$ MIL	2020 - R\$ MIL	VARIAÇÃO
1. ATIVOS	42.994	34.629	24,16%
Disponível	45	472	-90,47%
Recebível	1.148	796	44,22%
Investimento	41.801	33.361	25,30%
Títulos Públicos	17.621	20.269	-13,06%
Ativo Financeiro de Crédito Privado	1.792	1.733	3,40%
Fundos de Investimento	17.676	7.813	126,24%
Operações com participantes	4.710	3.546	32,83%
Outros Realizáveis	2	-	-
2. OBRIGAÇÕES	3.004	2.022	48,57%
Operacional	3.004	2.022	48,57%
3. FUNDOS NÃO PREVIDENCIAIS	127	233	-45,49%
Fundos Administrativos	4	132	-96,97%
Fundos para Garantia das Operações com Participantes	123	101	21,78%
4. RESULTADOS A REALIZAR	-	-	-
5. ATIVO LÍQUIDO (1-2-3-4)	39.863	32.374	23,13%
Provisões matemáticas	37.529	30.389	23,50%
Fundos Previdenciais	2.334	1.985	17,58%
6. APURAÇÃO DO EQUILÍBRIO TÉCNICO AJUSTADO	-	-	-

4.11

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO ATIVO LÍQUIDO DO PLANO PRECE III

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020

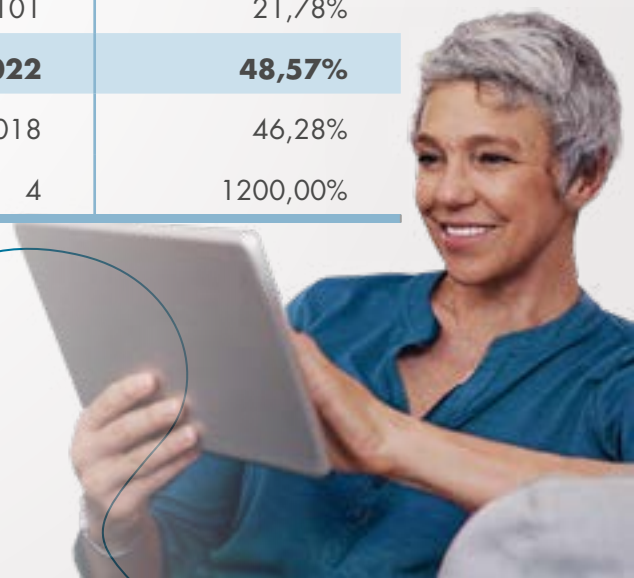
	2021 - R\$ MIL	2020 - R\$ MIL	VARIAÇÃO
A) ATIVO LÍQUIDO – INÍCIO DO EXERCÍCIO	32.374	24.299	33,23%
1. ADIÇÕES	10.145	9.316	8,90%
(+) Contribuições	6.885	6.802	1,22%
(+) Outras adições previdenciais	310	-	-
(+) Resultado positivo líquido dos investimentos - Gestão Previdencial	2.950	2.514	17,34%
2. DESTINAÇÕES	(2.656)	(1.241)	114,02%
(-) Benefícios	(80)	(36)	122,22%
(-) Resgates	(845)	(110)	668,18%
(-) Portabilidades	-	(329)	-100,00%
(-) Outras deduções	(1.262)	(379)	232,98%
(-) Custeio administrativo	(469)	(387)	21,19%
3. ACRÉSCIMO/DECRÉSCIMO NO ATIVO LÍQUIDO (1+2)	7.489	8.075	-7,26%
(+) Provisões matemáticas	7.140	7.779	-8,21%
(+) Fundos Previdenciais	349	296	17,91%
4. OUTROS EVENTOS DO PATRIMÔNIO SOCIAL	-	-	-
B) ATIVO LÍQUIDO – FINAL DO EXERCÍCIO (A+3+4)	39.862	32.374	23,13%
C) FUNDOS NÃO PREVIDENCIAIS	(106)	36	-394,44%
(+/-) Fundos Administrativos	(128)	(3)	4166,67%
(-) Fundos para Garantia das Operações com Participantes	22	39	-43,59%

4.12

DEMONSTRAÇÕES DAS PROVISÕES TÉCNICAS DO PLANO PRECE III

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020

	2021 - R\$ MIL	2020 - R\$ MIL	VARIAÇÃO
PROVISÕES TÉCNICAS (1+2+3+4+5)	42.990	34.497	24,62%
1. PROVISÕES MATEMÁTICAS	37.529	30.389	23,50%
1.1. Benefícios concedidos	692	568	21,83%
Contribuição Definida	692	568	21,83%
1.2. Benefícios a Conceder	36.837	29.821	23,53%
Contribuição Definida	36.837	29.821	23,53%
Saldo de Contas - parcela patrocinador(es)/ instituidor(es)	16.334	13.017	25,48%
Saldo de contas - parcela participantes	20.503	16.804	22,01%
2. EQUILÍBRIO TÉCNICO	-	-	-
3. FUNDOS	2.457	2.086	17,79%
3.1. Fundos Previdenciais	2.334	1.985	17,58%
3.2. Fundos para Garantia das Operações com Participantes – Gestão Previdencial	123	101	21,78%
4. EXIGÍVEL OPERACIONAL	3.004	2.022	48,57%
4.1. Gestão Previdencial	2.952	2.018	46,28%
4.2. Investimentos - Gestão Previdencial	52	4	1200,00%



4.13

DEMONSTRAÇÕES DO ATIVO LÍQUIDO DO PLANO PRECE CV

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020

	2021 - R\$ MIL	2020 - R\$ MIL	VARIAÇÃO
1. ATIVOS	1.623.806	1.657.657	-2,04%
Disponível	574	351	63,53%
Recebível	136.767	132.256	3,41%
Investimento	1.486.465	1.525.050	-2,53%
Fundos de Investimento	1.266.255	1.319.424	-4,03%
Investimentos Imobiliários	137.492	104.041	32,15%
Empréstimos e Financiamentos	82.680	92.463	-10,58%
Outros Realizáveis	1.038	9.122	-88,62%
2. OBRIGAÇÕES	92.925	53.201	74,67%
Operacional	79.757	44.082	80,93%
Contingencial	13.168	9.119	44,40%
3. FUNDOS PREVIDENCIAIS	11.709	11.785	-0,64%
Fundos Administrativos	6.690	3.971	68,47%
Fundos para Garantia das Operações com Participantes	5.019	7.814	-35,77%
4. RESULTADOS A REALIZAR	-	-	-
5. ATIVO LÍQUIDO (1-2-3-4)	1.519.172	1.592.671	-4,61%
Provisões matemáticas	1.597.117	1.687.996	-5,38%
Déficit Técnico	(110.361)	(126.828)	-12,98%
Fundos Previdências	32.416	31.503	2,90%
6. APURAÇÃO DO EQUILÍBRIO TÉCNICO AJUSTADO	(96.806)	(96.133)	0,70%
a) Equilíbrio Técnico	(110.361)	(126.828)	-12,98%
b) (+/-) Ajuste de Precificação	13.555	30.695	-55,84%
c) Equilíbrio Técnico Ajustado = (a + b)	(96.806)	(96.133)	0,70%

4.14

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO ATIVO LÍQUIDO DO PLANO PRECE CV

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020

	2021 - R\$ MIL	2020 - R\$ MIL	VARIAÇÃO
A) ATIVO LÍQUIDO – INÍCIO DO EXERCÍCIO	1.474.267	1.612.250	-8,56%
1. ADIÇÕES	231.827	69.439	233,86%
(+) Contribuições	62.323	69.439	-10,25%
(+) Migração entre Planos	28.471	-	-
(+) Outras adições previdenciais	10.239	-	-
(+) Resultado positivo líquido dos investimentos - Gestão Previdencial	130.794	-	-
2. DESTINAÇÕES	(305.326)	(207.422)	47,20%
(-) Benefícios	(150.220)	(138.102)	8,77%
(-) Resgates	(60.326)	(30.351)	98,76%
(-) Portabilidades	(6.731)	(806)	735,11%
(-) Migração entre Planos	(28.471)	-	-
(-) Outras deduções	(42.993)	(16.798)	155,94%
(-) Resultado Negativo Líquido dos Investimentos - Gestão Previdencial	-	(16.134)	-100,00%
(-) Constituição Líquida de Contingências - Gestão Previdencial	(4.049)	(1.249)	224,18%
(-) Custeio administrativo	(12.536)	(3.982)	214,82%
3. ACRÉSCIMO/DECRÉSCIMO NO ATIVO LÍQUIDO (1+2)	(73.499)	(137.983)	-46,73%
(-) Provisões matemáticas	(90.879)	(35.813)	153,76%
(+) Fundos Previdenciais	913	3.273	-72,11%
(+/-) Superávit (Déficit) Técnico do Exercício	16.467	(105.443)	-115,62%
4. OUTROS EVENTOS DO PATRIMÔNIO SOCIAL	118.404	-	-
B) ATIVO LÍQUIDO – FINAL DO EXERCÍCIO (A+3+4)	1.519.172	1.474.267	3,05%
C) FUNDOS NÃO PREVIDENCIAIS	(76)	62	-222,58%
(+/-) Fundos Administrativos	2.719	(64)	-4348,44%
(+/-) Fundos para Garantia das Operações com Participantes	(2.795)	126	-2318,25%

4.15 DEMONSTRAÇÕES DAS PROVISÕES TÉCNICAS DO PLANO PRECE CV

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020

	2021 - R\$ MIL	2020 - R\$ MIL	VARIAÇÃO
PROVISÕES TÉCNICAS (1+2+3+4+5)	1.617.116	1.653.686	-2,21%
1. PROVISÕES MATEMÁTICAS	1.597.117	1.687.996	-5,38%
1.1. Benefícios concedidos	1.430.543	1.276.441	12,07%
Contribuição Definida	458.536	300.946	52,36%
Benefício Definido	972.007	975.495	-0,36%
1.2. Benefícios a Conceder	347.902	533.908	-34,84%
Contribuição Definida	347.902	533.908	-34,84%
Saldo de Contas - parcela patrocinador(es)/ instituidor(es)	76.576	102.599	-25,36%
Saldo de contas - parcela participantes	271.326	431.309	-37,09%
1.3. (-) Provisões matemáticas a constituir	(181.328)	(122.353)	48,20%
(-) Déficit equacionado	(181.328)	(122.353)	48,20%
(-) Patrocinador(es)	(31.126)	-	-
(-) Assistidos	(150.202)	(122.353)	22,76%
2. EQUILÍBRIO TÉCNICO	(110.361)	(126.828)	-12,98%
2.1. Resultados Realizados	(110.361)	(126.828)	-12,98%
(-) Déficit Técnico Acumulado	(110.361)	(126.828)	-12,98%
3. FUNDOS	37.435	39.317	-4,79%
3.1. Fundos Previdenciais	32.416	31.503	2,90%
3.2. Fundos para Garantia das Operações com Participantes – Gestão Previdencial	5.019	7.814	-35,77%
4. EXIGÍVEL OPERACIONAL	79.757	44.082	80,93%
4.1. Gestão Previdencial	77.838	42.034	85,18%
4.2. Investimentos - Gestão Previdencial	1.919	2.048	-6,30%
5. EXIGÍVEL CONTINGENCIAL	13.168	9.119	44,40%
5.1 Gestão Previdencial	13.198	9.119	44,73%

4.16 NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 E 2020

NOTA 1 CONTEXTO OPERACIONAL

A **PRECE** – Previdência Complementar (“PRECE” ou “Entidade”), é uma instituição de direito privado, fechada de previdência complementar e sem fins lucrativos.

A Entidade foi instituída em 18 de janeiro de 1983 pela Patrocinadora Companhia Estadual de Águas e Esgotos – CEDAE e tem como objeto primordial conceder os benefícios de caráter previdenciário, previstos nos regulamentos dos Planos por ela administrados, aos empregados dos patrocinadores que venham tornar-se participantes e aos respectivos beneficiários.

Para a consecução de seus objetivos, a PRECE movimenta recursos advindos, principalmente, de contribuições mensais dos Patrocinadores, dos seus participantes e de rendimentos auferidos pela aplicação desses recursos em investimentos.

Em 2021 e 2020, a PRECE possui 04 (quatro) Planos previdenciais com os seguintes patrocínios:

• PLANO PRECE I – CNPB Nº 1983000183

Plano de benefício definido destinado aos empregados e dirigentes da CEDAE, CEDAE SAÚDE e PRECE.

O Plano PRECE I encontra-se fechado para o ingresso de novos participantes desde 01 de agosto de 2005, aprovado pelo órgão público competente por meio do Ofício nº 2074/2006/SPC/DETEC/CGAT de 06 de junho de 2006.

Regulamento: Alterado através da Portaria nº 814 de 07 de dezembro de 2021 e publicado no DOU em 14 de dezembro de 2021.

PLANO PRECE I		
Modalidade	Benefício definido – BD	
Patrocinadora	CEDAE, CEDAE SAÚDE e PRECE	
Situação do Plano	Fechado para novas adesões	

PLANO PRECE I - QUANTITATIVO EM DEZEMBRO DE 2021		
ATIVOS	ASSISTIDOS	TOTAL
149	2.425	2.574

• PLANO PRECE II – CNPB Nº 1998006174

Plano de benefício definido destinado aos empregados e dirigentes da CEDAE.

Alteração aprovada pela Portaria nº 1007 de 31 de dezembro de 2010.

O Plano PRECE II encontra-se fechado para o ingresso de novos participantes desde 01 de agosto de 2005, aprovado pelo órgão público competente por meio do Ofício nº 2073/2006/SPC/DETEC/CGAT de 06 de junho de 2006.

Regulamento: Alterado através da Portaria nº 814 de 07 de dezembro de 2021 e publicado no DOU de 14 de dezembro de 2021.

PLANO PRECE II

Modalidade	Benefício definido – BD
Patrocinadora	CEDAE
Situação do Plano	Fechado para novas adesões

PLANO PRECE II - QUANTITATIVO EM DEZEMBRO DE 2021

ATIVOS	ASSISTIDOS	TOTAL
0	581	581

• PLANO PRECE III – CNPB Nº 2006001892

Plano de contribuição definida de benefícios destinados aos empregados e dirigentes da CEDAE e PRECE, a partir de fevereiro de 2016, conforme autorização da Previc.

Aprovado pela Secretaria de Previdência Complementar em 19 de abril 2006 – Processo nº 032.935/82.

Alteração aprovada pela Previc – Portaria 385 de 18 de julho de 2013 e publicada no DOU em 19 de julho de 2013.

Regulamento: Alterado pela Portaria nº 807 de 20 de novembro de 2020 e publicado no DOU em 26 de novembro de 2020.

PLANO PRECE III

Modalidade	Contribuição definida – CD
Patrocinadora	CEDAE e PRECE
Situação do Plano	Aberto para novas adesões

PLANO PRECE III - QUANTITATIVO EM DEZEMBRO DE 2021

ATIVOS	ASSISTIDOS	TOTAL
408	10	418

• PLANO PRECE CV - CNPB Nº 201 1000556

Plano de contribuição variável de benefícios destinados aos empregados e dirigentes da CEDAE, CEDAE SAÚDE e PRECE.

Aprovado pela Previc por meio de portaria Nº 98 de 22 de fevereiro de 2011 e publicado no DOU em 23 de fevereiro de 2011.

O Plano PRECE CV encontra-se fechado para ingresso de novos participantes.

Regulamento: Alterado pela Portaria nº 806 de 20 de novembro de 2020 e publicada no DOU em 26 de novembro de 2020.

PLANO PRECE CV

Modalidade	Contribuição variável – CV
Patrocinadora	CEDAE, CEDAE SAÚDE e PRECE
Situação do Plano	Fechado para novas adesões

PLANO PRECE CV - QUANTITATIVO EM DEZEMBRO DE 2021

ATIVOS	ASSISTIDOS	TOTAL
1.105	3.957	5.062

1.1 IMPACTOS DO PROGRAMA DE DEMISSÃO VOLUNTÁRIA (PDV) LANÇADO PELA CEDAE, COMO CONSEQUÊNCIA DO PROCESSO DE CONCESSÃO DAS OPERAÇÕES DE SANEAMENTO

Do universo total de colaboradores da CEDAE que aderiram ao Programa de Demissão Voluntária, verificou-se que 976 são participantes ou desligados dos Planos de benefícios da PRECE. Este contingente engloba tanto o PDV lançado no último trimestre de 2021, quanto PDVs anteriores.

Faz-se necessário esclarecer que o montante total passível de movimentação por este grupo é de R\$ 282.695. Para os participantes do PRECE CV e III foram considerados na apuração deste valor o total da reserva individual, e para os participantes dos Planos de benefício definido, PRECE I e II, o valor da reserva de poupança.

Dentre os optantes do PDV estavam participantes elegíveis ao benefício, participantes não elegíveis e desligados dos Planos.

Os não elegíveis ao benefício são aqueles que não preenchem os requisitos de idade e/ou de tempo de vinculação ao Plano. Os desligados são aqueles que a pedido, ou por inadimplência, foram desligados dos Planos, mas que possuem valores retidos aguardando o desligamento definitivo da Patrocinadora.

Para os participantes não elegíveis não é possível solicitar benefício, estando disponíveis os seguintes institutos: Benefício Proporcional Diferido (BPD), Autopatrocínio, Resgate ou Portabilidade. Para os desligados dos Planos são passíveis de escolha o resgate ou a portabilidade.

Ainda em relação ao universo total de participantes/desligados que aderiram aos PDVs, 774 já formalizaram suas opções na PRECE, enquanto o contingente restante de 202 ainda não o fizeram, conforme dados do fechamento de 31 de dezembro de 2021.

Dentro do contingente de elegíveis que já fizeram a opção na PRECE, observou-se que 58% dos participantes optaram pela entrada em benefício, o que representa 67% do patrimônio total deste grupo, ou seja, R\$ 121.176.

Destaca-se que os impactos dos desligamentos de participantes do Plano podem ser observados nas movimentações das linhas de outras deduções retratadas nos quadros dos demonstrativos acima, que refletem o compromisso financeiro dos Planos para com esses participantes, até o momento em que façam sua opção de resgate/portabilidade.

No grupo dos não elegíveis ou desligados, prevaleceu a opção pelo instituto do resgate.

NOTA 2 BASE PARA APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

2.1 APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

As demonstrações contábeis de 31 de dezembro de 2021 e 2020 estão sendo apresentadas em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil e aplicáveis às Entidades reguladas pelo Conselho Nacional de Previdência Complementar - CNPC, em conformidade com as seguintes normas específicas: Resolução do Conselho Nacional de Previdência Complementar - CNPC n.º 43, de 06 de agosto de 2021; Instrução Normativa MPS/SPC n.º 31, de 20 de agosto de 2020 alterada pela Instrução Normativa n.º 44 de 23 de novembro de 2021; Resolução CFC n.º 1.272, de 22 de janeiro de 2010, e alterações posteriores a essas normas.

Essas diretrizes não requerem a divulgação em separado de ativos e passivos de curto e longo prazo, nem a apresentação da Demonstração do Fluxo de Caixa. A estrutura da planificação contábil padrão das EFPC (Entidades Fechadas de Previdência Complementar) reflete o ciclo operacional de longo prazo da sua atividade, de forma que a apresentação de ativos e passivos, observadas as gestões previdencial e administrativa e o fluxo dos investimentos, proporcione informações mais adequadas, confiáveis e relevantes do que a apresentação em circulante e não circulante, em conformidade com o item 63 da NBC T 19.27.

A sistemática introduzida pelos órgãos normativos apresenta, além das características já descritas, a segregação dos registros contábeis em duas gestões distintas (Previdencial e Administrativa) e o Fluxo dos Investimentos, comum a ambas, segundo a natureza e a finalidade das transações.

- **Gestão Previdencial** – Atividade de registro e controle das contribuições, dos benefícios e dos institutos, bem como do resultado do Plano de benefícios de natureza previdenciária;
- **Gestão Administrativa** – Atividade de registro e de controle inerentes à administração dos Planos de benefícios;
- **Investimentos** – Registro e controle referentes à aplicação dos recursos de cada Plano de benefícios.

De acordo com as normas específicas, são apresentadas as seguintes demonstrações, respectivamente com a finalidade de evidenciar:

- **Balço patrimonial (BP)**
Tem como finalidade evidenciar de forma consolidada os saldos das contas de ativo, passivo e patrimônio social dos Planos de benefícios previdenciários administrados pela PRECE;
- **Demonstração da mutação do patrimônio social (DMPS)**
Tem como finalidade evidenciar de forma consolidada as modificações sofridas pelo Patrimônio Social, ao final de cada exercício;
- **Demonstração do Plano de gestão administrativa (DPGA)**
Tem como finalidade evidenciar de forma consolidada a atividade administrativa da Entidade, evidenciando as alterações do fundo administrativo, ao final de cada exercício;
- **Demonstração da mutação do ativo líquido (DMAL)**
Substitui a Demonstração do Resultado do Exercício (DRE) e tem como finalidade evidenciar de forma individualizada as modificações sofridas pelo ativo líquido dos Planos de benefícios, ao final de cada exercício;
- **Demonstração do ativo líquido (DAL)**
Tem como finalidade evidenciar de forma individualizada os componentes patrimoniais de cada Plano de benefícios, ao final de cada exercício; e
- **Demonstração das provisões técnicas do Plano (DPT)**
Tem como finalidade evidenciar de forma individualizada as alterações dos compromissos de cada Plano de benefícios, ao final de cada exercício.

2.1.2 MOEDA FUNCIONAL

As demonstrações contábeis são apresentadas em Reais (milhares de Reais), sendo esta a moeda funcional e de apresentação da PRECE.

2.1.3 BASE DE MENSURAÇÃO

As receitas e despesas da Gestão Previdencial, Gestão Administrativa e Gestão de Investimentos são registradas em conformidade com o regime de competência, significando que na determinação do resultado são computadas as receitas, as adições e as variações positivas auferidas no mês, independentemente de sua efetiva realização, bem como as despesas, as deduções e as variações negativas, pagas ou incorridas no mês correspondente.

Os registros relativos às contribuições dos autopatrocinados são escriturados com base no regime de caixa.

O realizável previdencial é representado pelos valores e pelos direitos da PRECE, relativos às contribuições normais e extraordinárias dos participantes e contribuições normais e extraordinárias dos Patrocinadores, tributos a recuperar e depósitos judiciais/recursais.

O realizável administrativo é representado pelos valores a receber decorrentes de operações de natureza administrativa.

2.1.4 ESTIMATIVAS CONTÁBEIS

A elaboração das Demonstrações Contábeis requer que a Administração use de julgamento na determinação e registro de estimativas contábeis. Ao determinar estas estimativas levam-se em consideração experiências de eventos passados e correntes, pressupostos relativos a eventos futuros e outros fatores objetivos e subjetivos.

Os principais itens de Balanço sujeitos a essas estimativas e premissas são:

- **Ajustes a valores de mercado dos ativos classificados em títulos para negociação:**

Conforme informação de precificação disponibilizada através do agente custodiante.

- **Investimentos imobiliários:**

Reavaliados periodicamente, por consultoria contratada conforme legislação em vigor.

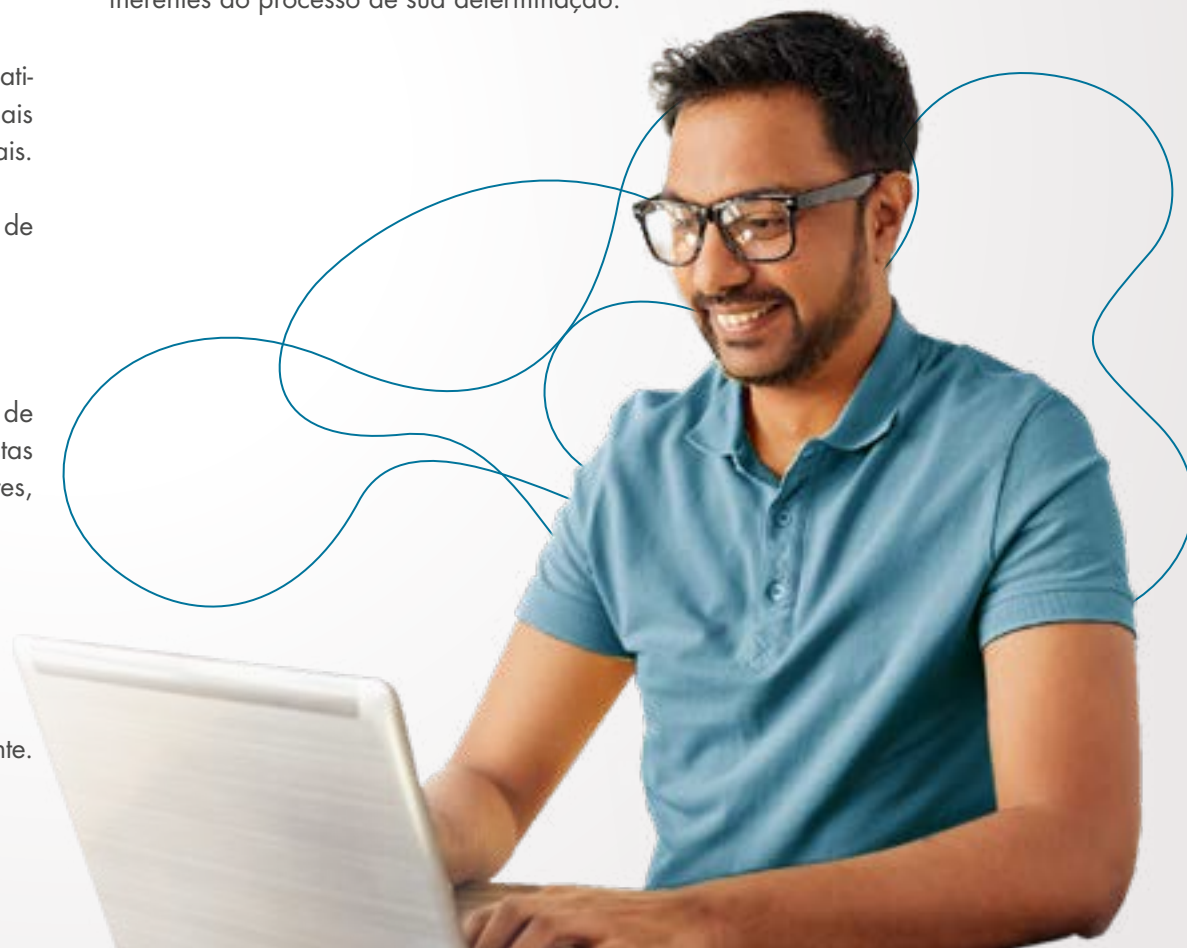
- **Contingências:**

As probabilidades de êxito e valores econômicos são informadas pelos consultores jurídicos.

- **Provisões matemáticas:**

Calculadas pelo atuário responsável pelos Planos de Benefícios.

A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores divergentes dos registrados nas Demonstrações Contábeis, devido às imprecisões inerentes ao processo de sua determinação.



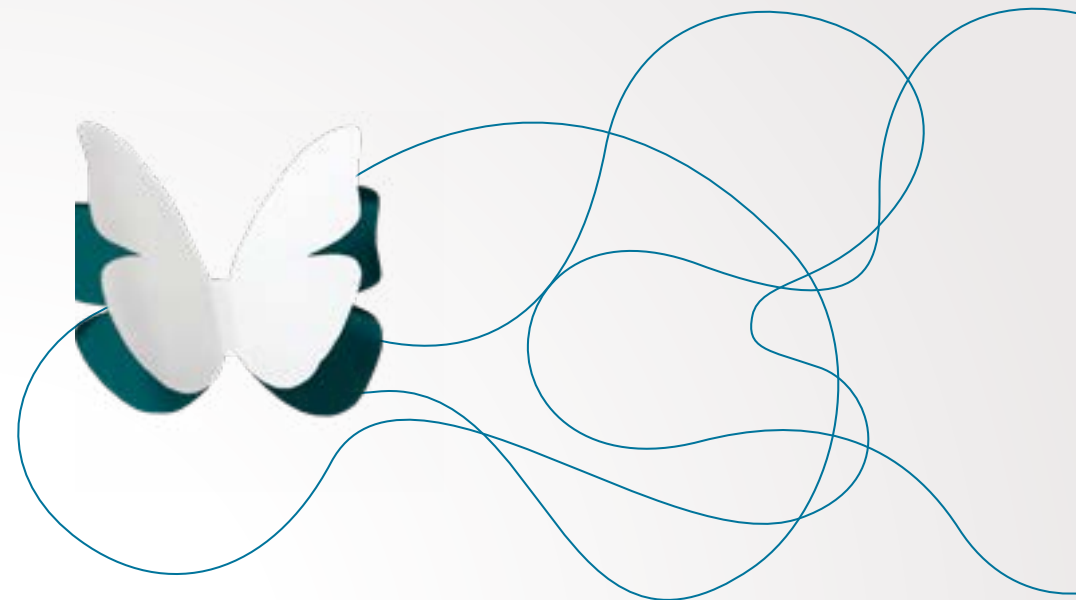
2.1.5 BASE DE CONSOLIDAÇÃO

(i) Operações Comuns

A PRECE utiliza-se do balancete de Operações Comuns onde são registrados os lançamentos comuns entre os Planos, realizando os ajustes e eliminações nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020 de forma consolidada, conforme demonstrativo abaixo:

BALANCETE DE OPERAÇÕES COMUNS		
	2021	2020
ATIVO	7.465	5.841
Gestão Previdencial	-	-
Gestão Administrativa	277	958
Investimentos	-	-
Participação Fundo Administrativo	7.188	4.883
PASSIVO	(7.465)	(5.841)
Gestão Previdencial	(275)	(540)
Gestão Administrativa	-	-
Investimentos	(2)	(418)
Participação Fundo Administrativo	(7.188)	(4.883)
TOTAL DE OPERAÇÕES COMUNS	-	-

As eliminações necessárias à consolidação das Demonstrações Contábeis foram realizadas de acordo com a Instrução Previc nº 31, de 20 de agosto de 2021 e alterações promovidas pela Instrução Normativa nº 44 de 23 de novembro de 2021. As contas passíveis de ajustes e eliminações, entre outras, são: "Migrações entre Planos", "Compensações de Fluxos Previdenciais", "Participação no PGA", "Participação no Fundo Administrativo PGA" e valores a pagar e a receber entre Planos.



NOTA 3 RECLASSIFICAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS DE 2020

Em virtude da alteração normativa vigente a partir de janeiro de 2021, implementada pela Instrução Previc nº 31, de 20 de agosto de 2020, atualizada pela Instrução Previc nº 44, de 23 de novembro de 2021, que dentre outros aspectos efetuou ajustes e adequações na planificação contábil e demonstrações contábeis das Entidades Fechadas de Previdência Complementar, as demonstrações contábeis relativas ao exercício social de 2020 consolidadas e individualizadas dos Planos previdenciais e de gestão administrativa foram ajustadas para fins comparativos com o exercício social de 2021.

A obrigatoriedade da apresentação das demonstrações contábeis de 2020 reclassificadas está contida no anexo III da Instrução Previc nº 44, de 23 de novembro de 2021, da seguinte forma: "Para o exercício de 2021 as informações comparativas do exercício anterior devem ser reclassificadas e evidenciadas em item específico nas notas explicativas".

Os principais ajustes realizados para atendimento aos PRECEitos legais estão descritos a seguir:

BALANÇO PATRIMONIAL CONSOLIDADO

Reclassificação do Contrato de Patrocinadora do grupo de contas Provisões Matemáticas do Patrimônio Social para o Realizável Gestão Previdencial no valor de R\$ 463.334 referente ao processo de equacionamento do Déficit. Essa reclassificação ocasionou efeito permutativo no Patrimônio, aumentando o Ativo e Passivo no mesmo valor.

ATIVO	INSTRUÇÃO NORMATIVA 34/2009 DE	INSTRUÇÃO NORMATIVA 31/2020 PARA
REALIZÁVEL	1.831.336	2.294.670
Gestão Previdencial	26.652	489.986
PASSIVO	INSTRUÇÃO NORMATIVA 34/2009 DE	INSTRUÇÃO NORMATIVA 31/2020 PARA
PATRIMÔNIO SOCIAL	1.650.862	2.114.196
Patrimônio de Cobertura do Plano	1.600.709	2.064.043
Provisões Matemáticas	1.719.013	2.182.347
Benefícios Concedidos	2.021.811	2.021.811
Benefícios a Conceder	649.314	649.314
(-) Provisões Matemáticas a Constituir	(952.112)	(488.778)



DEMONSTRAÇÃO DA MUTAÇÃO DO PATRIMÔNIO SOCIAL CONSOLIDADA

Adições: abertura dos valores de Contribuições em dois grupos: Contribuições Previdenciais e Outras Adições Previdenciais. A reclassificação realizada não alterou o valor das adições totais no exercício social de 2020.

Destinações: abertura dos valores de Benefícios em quatro grupos: Benefícios, Resgates, Portabilidade, e Outras Deduções. A reclassificação realizada não alterou o valor das destinações no exercício social de 2020.

Importante destacar que a reclassificação do Contrato de Patrocinadora do grupo de contas Provisões Matemáticas do Patrimônio Social para o Realizável Gestão Previdencial gerou, ao longo do exercício social de 2021, apropriação relevante em conta do grupo de adições previdenciais, fruto da atualização mensal da dívida, explicando as grandes variações observadas nas linhas de outras adições previdenciais.

	INSTRUÇÃO NORMATIVA 34/2009 DE	INSTRUÇÃO NORMATIVA 31/2020 PARA
1. ADIÇÕES	184.708	184.708
(+) Contribuições previdenciais	162.266	154.017
(+) Outras adições previdenciais	-	8.249
(+) Reversão Líquida de Contingências - Gestão Previdencial	4.243	4.243
(+) Receitas administrativas	18.135	18.135
(+) Resultado positivo líquido dos Investimentos - Gestão Administrativa	64	64
2. DESTINAÇÕES	(328.661)	(328.661)
(-) Benefícios	(282.006)	(218.286)
(-) Resgates	-	(40.217)
(-) Portabilidades	-	(1.135)
(-) Outras deduções	-	(22.368)
(-) Resultado Negativo Líquido dos Investimentos – Gestão Previdencial	(27.937)	(27.937)
(-) Despesas administrativas	(17.754)	(17.754)
(-) Constituição Líquida de Contingências - Gestão Administrativa	(503)	(503)
(-) Reversão de Fundos de Investimentos	(461)	(461)

DEMONSTRAÇÃO DO PLANO DE GESTÃO ADMINISTRATIVA CONSOLIDADO

Até o exercício social de 2020, os valores das despesas administrativas eram apresentados de forma segregada entre administração previdencial e administração dos investimentos. Para fins de reclassificação comparativa, os valores das despesas administrativas apresentados em 2020 foram consolidados, não ocorrendo alteração nos valores das despesas administrativas totais, nem no saldo do Fundo Administrativo Consolidado.

	INSTRUÇÃO NORMATIVA 34/2009 DE	INSTRUÇÃO NORMATIVA 31/2020 PARA
2. DESPESAS ADMINISTRATIVAS	(17.755)	(17.755)
2.1 Administração previdencial	(10.000)	(17.755)
Pessoal e encargos	(6.101)	(11.359)
Treinamentos/congressos e seminários	(24)	(46)
Viagens e estadias	(10)	(16)
Serviços de terceiros	(1.884)	(3.016)
Despesas gerais	(1.082)	(1.808)
Depreciação e amortização	(276)	(490)
Tributos	(613)	(1.003)
Outras despesas	(10)	(17)
2.2 Administração dos investimentos	(7.755)	-
Pessoal e encargos	(5.258)	-
Treinamentos/congressos e seminários	(22)	-
Viagens e estadias	(6)	-
Serviços de terceiros	(1.132)	-
Despesas gerais	(726)	-
Depreciação e amortização	(214)	-
Tributos	(390)	-
Outras despesas	(7)	-

DEMONSTRAÇÃO DO ATIVO LÍQUIDO PLANO DE BENEFÍCIOS PRECE I

Reclassificação do Contrato de Patrocinadora do grupo de contas Provisões Matemáticas do Patrimônio Social para o Realizável Gestão Previdencial no valor de R\$ 291.611 referente ao processo de equacionamento do Déficit. Essa reclassificação ocasionou efeito permutativo no Patrimônio, aumentando o Ativo e Passivo no mesmo valor.

	INSTRUÇÃO NORMATIVA 34/2009 DE	INSTRUÇÃO NORMATIVA 31/2020 PARA
1. ATIVOS	164.945	456.556
Disponível	25	25
Recebível	12.913	304.524
Investimento	152.007	152.007
5. ATIVO LÍQUIDO (1-2-3-4)	56.078	347.689
Provisões matemáticas	41.595	333.206
Superávit Técnico	14.483	14.483

DEMONSTRAÇÃO DA MUTAÇÃO DO ATIVO LÍQUIDO DO PLANO DE BENEFÍCIOS PRECE I

Adições: abertura dos valores de Contribuições em dois grupos: Contribuições Previdenciais e Outras Adições Previdenciais. A reclassificação realizada não alterou o valor das adições totais no exercício social de 2020.

Destinações: abertura dos valores de Benefícios em três grupos: Benefícios, Resgates e Outras Deduções. A reclassificação realizada não alterou o valor das destinações no exercício social de 2020.

Importante destacar que a reclassificação do Contrato de Patrocinadora do grupo de contas Provisões Matemáticas do Patrimônio Social para o Realizável Gestão Previdencial gerou, ao longo do exercício social de 2021, apropriação relevante em conta do grupo de adições previdenciais, fruto da atualização mensal da dívida, explicando as grandes variações observadas nas linhas de outras adições previdenciais.

	INSTRUÇÃO NORMATIVA 34/2009 DE	INSTRUÇÃO NORMATIVA 31/2020 PARA
1. ADIÇÕES	68.780	68.780
(+) Contribuições	67.377	66.059
(+) Outras adições previdenciais	-	1.318
(+) Reversão Líquida de Contingências Gestão Previdencial	1.403	1.403
2. DESTINAÇÕES	(86.982)	(86.982)
(-) Benefícios	(73.505)	(58.564)
(-) Resgates	-	(9.756)
(-) Outras deduções	-	(5.185)
(-) Resultado negativo líquido dos investimentos - Gestão Previdencial	(13.357)	(13.357)
(-) Custeio administrativo	(120)	(120)

DEMONSTRAÇÃO DAS PROVISÕES TÉCNICAS DO PLANO DE BENEFÍCIOS PRECE I

Reclassificação do Contrato de Patrocinadora do grupo de contas Provisões Matemáticas do Patrimônio Social para o Realizável Gestão Previdencial no valor de R\$ 291.611 referente ao processo de equacionamento do Déficit. Essa reclassificação ocasionou efeito permutativo no Patrimônio, aumentando o Ativo e Passivo no mesmo valor.

	INSTRUÇÃO NORMATIVA 34/2009 DE	INSTRUÇÃO NORMATIVA 31/2020 PARA
PROVISÕES TÉCNICAS (1+2+3+4+5)	164.315	455.926
1. Provisões matemáticas	41.595	333.206
1.1. Benefícios concedidos	554.649	554.649
Benefício Definido	554.649	554.649
1.2. Benefícios a Conceder	85.261	85.261
Benefício Definido	85.261	85.261
1.3. (-) Provisões matemáticas a constituir	(598.315)	(306.704)
(-) Déficit equacionado	(598.315)	(306.704)
(-) Patrocinadora	(291.611)	-
(-) Participantes	(40.865)	(40.865)
(-) Assistidos	(265.839)	(265.839)

DEMONSTRAÇÃO DO ATIVO LÍQUIDO PLANO DE BENEFÍCIOS PRECE II

Reclassificação do Contrato de Patrocinadora do grupo de contas Provisões Matemáticas do Patrimônio Social para o Realizável Gestão Previdencial no valor de R\$ 291.611 referente ao processo de equacionamento do Déficit. Essa reclassificação ocasionou efeito permutativo no Patrimônio, aumentando o Ativo e Passivo no mesmo valor.

	INSTRUÇÃO NORMATIVA 34/2009 DE	INSTRUÇÃO NORMATIVA 31/2020 PARA
1. ATIVOS	88.480	141.760
Disponível	215	215
Recebível	3.975	57.295
Investimento	84.250	84.250
5. ATIVO LÍQUIDO (1-2-3-4)	71.478	124.798
Provisões matemáticas	77.438	130.758
Déficit Técnico	(5.960)	(5.960)



DEMONSTRAÇÃO DA MUTAÇÃO DO ATIVO LÍQUIDO DO PLANO DE BENEFÍCIOS PRECE II

Adições: abertura dos valores de Contribuições em dois grupos: Contribuições Previdenciais e Outras Adições Previdenciais. A reclassificação realizada não alterou o valor das adições totais no exercício social de 2020.

Destinações: abertura dos valores de Benefícios em três grupos: Benefícios, Resgates e Outras Deduções. A reclassificação realizada não alterou o valor das destinações no exercício social de 2020.

	INSTRUÇÃO NORMATIVA 34/2009 DE	INSTRUÇÃO NORMATIVA 31/2020 PARA
A) ATIVO LÍQUIDO INÍCIO DO EXERCÍCIO	66.801	66.801
1. ADIÇÕES	27.252	27.252
(+) Contribuições	22.163	21.794
(+) Outras adições previdenciais	-	1.369
(+) Reversão Líquida de Contingências Gestão Previdencial	4.089	4.089
2. DESTINAÇÕES	(22.574)	(22.574)
(-) Benefícios	(21.589)	(21.584)
(-) Outras deduções	-	(5)
(-) Resultado Negativo Líquido dos Investimentos - Gestão Previdencial	(960)	(960)
(-) Custeio administrativo	(25)	(25)

DEMONSTRAÇÃO DAS PROVISÕES TÉCNICAS DO PLANO DE BENEFÍCIOS PRECE II

Reclassificação do Contrato de Patrocinadora do grupo de contas Provisões Matemáticas do Patrimônio Social para o Realizável Gestão Previdencial no valor de R\$ 53.320 referente ao processo de equacionamento do Déficit. Essa reclassificação ocasionou efeito permutativo no Patrimônio, aumentando o Ativo e Passivo no mesmo valor.

	INSTRUÇÃO NORMATIVA 34/2009 DE	INSTRUÇÃO NORMATIVA 31/2020 PARA
PROVISÕES TÉCNICAS (1+2+3+4+5)	88.290	141.610
1. Provisões matemáticas	77.438	130.758
1.1. Benefícios concedidos	190.154	190.154
Benefício Definido	190.154	190.154
1.2. Benefícios a Conceder	324	324
Benefício Definido	324	324
1.3. (-) Provisões matemáticas a constituir	(113.040)	(59.720)
(-) Déficit equacionado	(113.040)	(59.720)
(-) Patrocinadora	(53.320)	-
(-) Assistidos	(59.720)	(59.720)

DEMONSTRAÇÃO DA MUTAÇÃO DO ATIVO LÍQUIDO DO PLANO DE BENEFÍCIOS PRECE III

Adições: A reclassificação realizada não alterou o valor das adições totais no exercício social de 2020.

Destinações: abertura dos valores de Benefícios em quatro grupos: Benefícios, Resgates, Portabilidades e Outras Deduções. A reclassificação realizada não alterou o valor das destinações no exercício social de 2020

	INSTRUÇÃO NORMATIVA 34/2009 DE	INSTRUÇÃO NORMATIVA 31/2020 PARA
A) ATIVO LÍQUIDO INÍCIO DO EXERCÍCIO	24.299	24.299
1. ADIÇÕES	9.316	9.316
(+) Contribuições	6.802	6.802
(+) Resultado positivo líquido dos investimentos - Gestão Previdencial	2.514	2.514
2. DESTINAÇÕES	(1.241)	(1.241)
(-) Benefícios	(854)	(36)
(-) Resgates	-	(110)
(-) Portabilidades	-	(329)
(-) Outras deduções	-	(379)
(-) Custeio administrativo	(387)	(387)



DEMONSTRAÇÃO DO ATIVO LÍQUIDO PLANO DE BENEFÍCIOS PRECE CV

Reclassificação do Contrato de Patrocinadora do grupo de contas Provisões Matemáticas do Patrimônio Social para o Realizável Gestão Previdencial no valor de R\$ 118.404 referente ao processo de equacionamento do Déficit. Essa reclassificação ocasionou efeito permutativo no Patrimônio, aumentando o Ativo e Passivo no mesmo valor

	INSTRUÇÃO NORMATIVA 34/2009 DE	INSTRUÇÃO NORMATIVA 31/2020 PARA
1. ATIVOS	1.539.253	1.657.657
Disponível	351	351
Recebível	13.852	132.256
Investimento	1.525.050	1.525.050
5. ATIVO LÍQUIDO (1-2-3-4)	1.474.267	1.592.671
Provisões matemáticas	1.569.592	1.687.996
Déficit Técnico	(126.828)	(126.828)
Fundos Previdências	31.503	31.503

DEMONSTRAÇÃO DA MUTAÇÃO DO ATIVO LÍQUIDO DO PLANO DE BENEFÍCIOS PRECE CV

Adições: A reclassificação realizada não alterou o valor das adições totais no exercício social de 2020.

Destinações: abertura dos valores de Benefícios em quatro grupos: Benefícios, Resgates, Portabilidades e Outras Deduções. A reclassificação realizada não alterou o valor das destinações no exercício social de 2020.

	INSTRUÇÃO NORMATIVA 34/2009 DE	INSTRUÇÃO NORMATIVA 31/2020 PARA
1. ADIÇÕES	69.439	69.439
(+) Contribuições	69.439	69.439
2. DESTINAÇÕES	(207.422)	(207.422)
(-) Benefícios	(186.057)	(138.102)
(-) Resgates	-	(30.351)
(-) Portabilidades	-	(806)
(-) Outras deduções	-	(16.798)
(-) Resultado Negativo Líquido dos Investimentos - Gestão Previdencial	(16.134)	(16.134)
(-) Constituição Líquida de Contingências Gestão Previdencial	(1.249)	(1.249)
(-) Custeio administrativo	(3.982)	(3.982)



DEMONSTRAÇÃO DAS PROVISÕES TÉCNICAS DO PLANO DE BENEFÍCIOS PRECE CV

Reclassificação do Contrato de Patrocinadora do grupo de contas Provisões Matemáticas do Patrimônio Social para o Realizável Gestão Previdencial no valor de R\$ 118.404 referente ao processo de equacionamento do Déficit. Essa reclassificação ocasionou efeito permutativo no Patrimônio, aumentando o Ativo e Passivo no mesmo valor.

	INSTRUÇÃO NORMATIVA 34/2009 DE	INSTRUÇÃO NORMATIVA 31/2020 PARA
PROVISÕES TÉCNICAS (1+2+3+4+5)	1.535.282	1.653.686
1. Provisões matemáticas	1.569.592	1.687.996
1.1. Benefícios concedidos	1.276.441	1.276.441
Contribuição Definida	300.946	300.946
Benefício Definido	975.495	975.495
1.2. Benefício a Conceder	533.908	533.908
Contribuição Definida	533.908	533.908
Saldo de Contas - parcela patrocinador(es)/ instituidor(es)	102.599	102.599
Saldo de contas - parcela participantes	431.309	431.309
1.3. (-) Provisões matemáticas a constituir	(240.757)	(122.353)
(-) Déficit equacionado	(240.757)	(122.353)
(-) Patrocinador(es)	(118.404)	-
(-) Assistidos	(122.353)	(122.353)

NOTA 4 RESUMO DAS PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

As práticas contábeis e procedimentos adotados na elaboração das Demonstrações Contábeis estão resumidas em:

(A) ATIVO REALIZÁVEL

• **Gestão Previdencial**

Compreende os valores e direitos relativos às contribuições de Patrocinadores, participantes, autopatrocinados e Benefício Proporcional Diferido, observando-se o Plano de custeio, bem como depósitos judiciais/recursais realizados relativos às contingências da Gestão Previdencial.

• **Gestão Administrativa**

Compreende os valores e direitos relativos ao custeio das despesas administrativas efetuados pelas Patrocinadoras, participantes e outros eventos administrativos.

• **Investimentos**

As diretrizes de aplicações dos recursos garantidores dos Planos administrados estão em consonância com as respectivas Políticas de Investimentos dos Planos de Benefícios e do PGA e os principais critérios de avaliação e de reconhecimento de receitas são:

I. APLICAÇÕES EM TÍTULOS PÚBLICOS, CRÉDITOS PRIVADOS E DEPÓSITOS

São demonstradas ao custo acrescido dos rendimentos incorridos até data do Balanço. O ágio e o deságio nas aquisições dos títulos estão apropriados aos resultados pró-rata temporis, até o vencimento das aplicações e corrigidos monetariamente, quando aplicáveis.

De acordo com a Resolução CNPC nº 43 de 06 de agosto de 2021, os títulos de renda fixa estão classificados nas seguintes categorias:

a. Títulos para negociação – Estão registrados os títulos e valores mobiliários adquiridos com o propósito de serem negociados independentemente do prazo a decorrer da data de aquisição. Esses títulos e valores mobiliários estão demonstra-

dos pelo valor de aquisição acrescido dos rendimentos auferidos até as datas dos balanços, quando aplicável, calculados “pro rata” dia e ajustados no resultado do exercício ao valor de mercado computando-se a valorização e a desvalorização decorrente de tal ajuste em contrapartida da adequada conta de receita ou despesa.

b. Títulos mantidos até o vencimento – Aqueles para os quais existem intenção e capacidade financeira dos Planos de benefícios que a Entidade administra de mantê-los em carteira até o vencimento e que sejam considerados como de baixo risco de crédito. Esses títulos e valores mobiliários estão demonstrados e registrados no resultado do exercício pelo valor de aquisição acrescido dos rendimentos auferidos até a data do balanço, calculados “pro rata” dia.

As Rendas/Variações Positivas e Deduções/Variações Negativas da carteira são apropriadas em contas específicas diretamente vinculadas à modalidade de aplicação.

c. Ações de companhias abertas – São registradas pelo custo de aquisição acrescido das despesas de corretagem e taxas de operações de compras de ações, estão registradas ao valor de mercado, obtido pela sua cotação de fechamento na data do balanço ou na data mais próxima, na qual se registrou negociação da ação na Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros de São Paulo - BM&FBOVESPA. As quotas de fundos de ações são registradas pelo custo de aquisição, ajustado mensalmente pela variação das respectivas quotas.

II. INVESTIMENTOS EM IMÓVEIS

Estão registrados ao custo de aquisição ou construção e ajustados, no mínimo, anualmente por reavaliações de acordo com a legislação vigente, tendo a última sido efetuada durante o exercício de 2021, conforme Instrução Previc nº 31 de 20 de agosto de 2020, alterada pela Instrução Normativa nº 44 de 23 de novembro de 2021, e Resolução CNPC nº 43 de 06 de agosto de 2021.

Os ajustes de reavaliação, positivos ou negativos, são contabilizados nas contas específicas em contrapartida no resultado.

Os aluguéis e demais encargos referentes aos imóveis alugados à Patrocinadora e a Terceiros são apropriados mensalmente. Os aluguéis vencidos são atualizados monetariamente de acordo com as cláusulas contratuais, quando aplicáveis.

III. OPERAÇÕES COM PARTICIPANTES

São operações com participantes devidamente autorizadas pela Política de Investimentos e Regulamento dos Empréstimos e seus saldos incluem principal, juros e atualização monetária. O sistema de controles internos dessas operações permite identificar os tomadores e os saldos atualizados individualmente.

IV. PROVISÃO DE CRÉDITO DE LIQUIDAÇÃO DUVIDOSA (PCLD)

A provisão para perdas prováveis na realização dos ativos é constituída com base nos valores vencidos e vincendos, em conformidade com a Instrução Previc nº 31 de 20 de agosto de 2020, alterada pela Instrução Normativa nº 44 de 23 de novembro de 2021, adotando-se os seguintes percentuais:

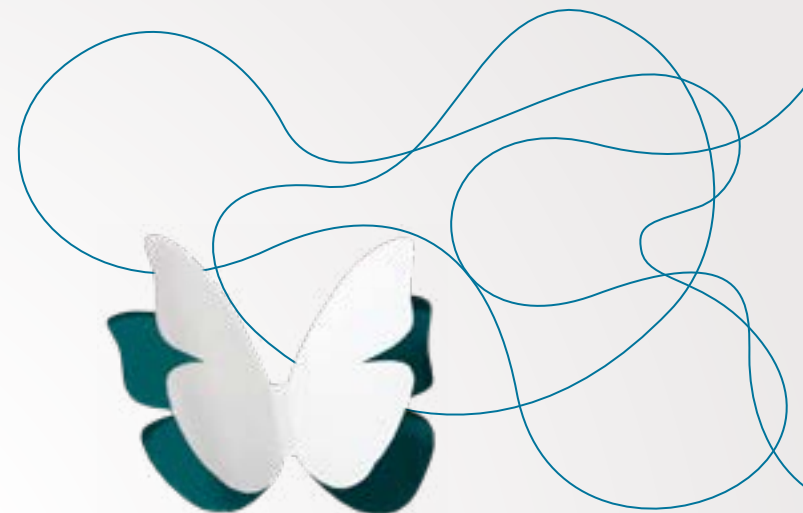
- **I** - provisão mínima de 1% para atraso entre 31 e 60 dias;
- **II** - provisão mínima de 5%, para atraso entre 61 e 90 dias;
- **III** - provisão mínima de 10%, para atraso entre 91 e 120 dias;
- **IV** - provisão mínima de 25%, para atraso entre 121 e 180 dias;
- **V** - provisão mínima de 50%, para atraso entre 181 e 240 dias;
- **VI** - provisão mínima de 75%, para atraso entre 241 e 360 dias; e
- **VII** - provisão de 100% para atraso superior a 360 dias.

V. INTANGÍVEL E IMOBILIZADO

O ativo permanente é composto pelos ativos imobilizado e intangível, que são demonstrados aos custos de aquisição, depreciados e amortizados pelo método linear, e de acordo com o que estabelece a Instrução Previc nº 31 de 20 de agosto de 2020, alterada pela Instrução Normativa nº 44 de 23 de novembro de 2021, e suas alterações. A Entidade deve providenciar, anualmente, o inventário físico dos bens patrimoniais.

b) Exigível Operacional

São demonstrados os valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e variações monetárias incorridas. São registradas as obrigações decorrentes de pagamento de benefícios aos participantes,



prestação de serviços por terceiros, obrigações tributárias, provisões de folha de pagamento e respectivos encargos, além do compromisso do Plano com desligados e falecidos.

c) Exigível Contingencial

Essas contingências, coerentes com práticas conservadoras adotadas, são avaliadas por assessores legais e levam em consideração a probabilidade que recursos financeiros sejam exigidos para liquidar as obrigações, e que o montante das obrigações possa ser estimado com suficiente segurança. Os valores das contingências são quantificados utilizando-se modelos e critérios que permitam a sua mensuração de forma adequada, apesar da incerteza inerente ao prazo e valor.

Para as provisões de passivos contingentes, a PRECE utiliza as definições do Pronunciamento Técnico CPC 25, conforme a seguir:

- **Prováveis:** para os quais são constituídas provisões;
- **Possíveis:** são divulgados em notas explicativas sem constituição de provisão; e
- **Remotas:** não requerem divulgação em notas explicativas e nem constituição de provisão e divulgação.

d) Provisões Matemáticas

A Provisão Matemática consiste do acúmulo de recursos oriundos de seus participantes e Patrocinadoras, e que tem como objetivo garantir o benefício futuro dos participantes vinculados aos Planos e os fundos segregados em previdenciais, administrativos e de investimentos.

e) Fundos

São constituídos/revertidos mensalmente, pela apropriação dos saldos nos respectivos programas, representados principalmente pela receita resultante dos investimentos.

• Fundo Previdencial

Constituído, mantido e destinado nas formas previstas no Regulamento ou Nota Técnica Atuarial dos Planos, guardam relação com um risco identificado, avaliado, controlado e monitorado. Podem ser de três tipos, segundo planificação contábil: Reversão de Saldo por Exigência Regulamentar; Revisão de Plano; ou Outros Previstos em Nota Técnica Atuarial.

• Fundos Administrativos

Corresponde à parcela ainda não utilizada das receitas destinadas especificamente pelo Plano de custeio para a cobertura dos gastos administrativos, acrescidos das respectivas rentabilidades líquidas.

• Fundos para Garantia das Operações com Participantes

Representa a Garantia de Empréstimos para cobertura de possíveis perdas por morte dos mutuários com empréstimos concedidos aos participantes da Entidade inscritos nos Planos de Benefícios.

f) Plano de Gestão Administrativa – PGA

Os registros das operações administrativas são efetuados no Plano de Gestão Administrativa - PGA, que possui patrimônio próprio segregado dos Planos de benefícios previdenciais.

O patrimônio do PGA é constituído pelas receitas (Previdenciais e Investimentos) e reembolsos administrativos, deduzidas das despesas comuns e específicas da adminis-

tração previdencial, e dos investimentos, sendo as sobras ou insuficiências administrativas alocadas ou revertidas ao Fundo Administrativo. O saldo do Fundo Administrativo é segregado por Plano de benefício previdencial, não caracterizando obrigações ou direitos aos patrocinadores, participantes e assistidos dos Planos.

NOTA 5 CUSTEIO ADMINISTRATIVO

Representa o valor líquido das importâncias à Gestão Administrativa para cobertura dos gastos com a Gestão Previdencial e de Investimentos dos respectivos Planos de benefícios.

As despesas são apropriadas pelo regime de competência, e, conforme atualização trazida pela Instrução Previc 31 de 20 de agosto de 2020, alterada pela Instrução Normativa nº 44 de 23 de novembro de 2021, passaram a ser tratadas de forma consolidada, interrompendo a análise segregada entre administração previdencial e administração de investimentos, apesar da manutenção de controles gerenciais pela ótica de centros de custos.

Durante o exercício de 2021, utilizando-se de sua prerrogativa de decisão sobre a destinação dos saldos observados no “Fundo Previdencial – Reversão de Saldo por Exigência”, em consonância aos artigos 9º e 23º dos Regulamentos dos Planos PRECE III e PRECE CV, respectivamente, o Conselho Deliberativo da Entidade, através da Deliberação Nº 13/2021, decidiu por direcionar a reversão do mencionado Fundo Previdencial em favor do custeio administrativo da PRECE, no valor total de R\$ 8.990. Tal decisão foi executada pela Diretoria Executiva, cujos reflexos foram observados na competência de Junho.

Com a efetivação da decisão do Conselho Deliberativo, e a consequente superação da meta orçamentária das receitas no ano, de maneira estratégica, e pensando em otimizar o resultado dos Planos de benefícios administrados pela Entidade, a Diretoria Executiva decidiu por não mais executar a fonte de custeio advinda dos investimentos a partir da competência de Julho de 2021, explicando as variações relativas observadas nas linhas de receita das Demonstrações do Plano de Gestão Administrativa, quando comparados os exercícios de 2021 e 2020, assim como variações nos resultados de constituição do Fundo Administrativo no Demonstrativo do Plano de Gestão Administrativa, no Demonstrativo do Ativo Líquido e no Demonstrativo da Mutação do Patrimônio Social nos Planos de Benefícios.

NOTA 6 ATIVO REALIZÁVEL

GESTÃO PREVIDENCIAL E GESTÃO ADMINISTRATIVA

1. GESTÃO PREVIDENCIAL

	2021	2020
PATROCINADORES (A)	983	2.127
Contribuições normais e 13°	983	2.127
PARTICIPANTES (B)	1.211	2.209
Contribuições normais e 13°	1.148	2.151
Contribuições extraordinárias	63	58
OPERAÇÕES CONTRATADAS (C)	461.010	463.335
VALORES A RECEBER DÍVIDA CONTRATADA	-	281
DEPÓSITOS JUDICIAIS/RECURSAIS	15.666	12.690
OUTROS VALORES (D)	8.119	9.344
	486.989	489.986

(A) VALORES A RECEBER DAS PATROCINADORAS CEDAE, PRECE E CEDAE SAÚDE

	PATROCINADORA	2021	2020
PLANO I			
Contribuições normais	CEDAE	63	115
TOTAL PLANO PRECE I		63	115
PLANO III			
Contribuições normais	CEDAE	244	236
PLANO III			
Contribuições adicionais	PRECE	40	16
TOTAL PLANO PRECE III		284	252
PLANO CV/CD			
Contribuições normais	CEDAE	623	1.754
PLANO CV/CD			
Contribuições normais	CEDAE SAÚDE	7	3
PLANO CV/CD			
Contribuições normais	PRECE	6	3
TOTAL PLANO PRECE CV		636	1.760
		983	2.127



(B) VALORES A RECEBER DOS PARTICIPANTES

PATROCINADORA		2021	2020
PLANO I			
Contribuições normais	CEDAE	234	116
TOTAL PLANO PRECE I		234	116
PLANO III			
Contribuições normais	CEDAE	241	257
PLANO III			
Contribuições adicionais	CEDAE	16	
PLANO III			
Contribuições normais	PRECE	41	18
TOTAL PLANO PRECE III		298	275
PLANO CV/CD			
Contribuições normais	CEDAE	623	1.754
PLANO CV/CD			
Contribuições adicionais	CEDAE	47	58
PLANO CV/CD			
Contribuições normais	CEDAE SAÚDE	3	3
PLANO CV/CD			
Contribuições normais	PRECE	6	3
TOTAL PLANO PRECE CV		679	1.818
		1.211	2.209

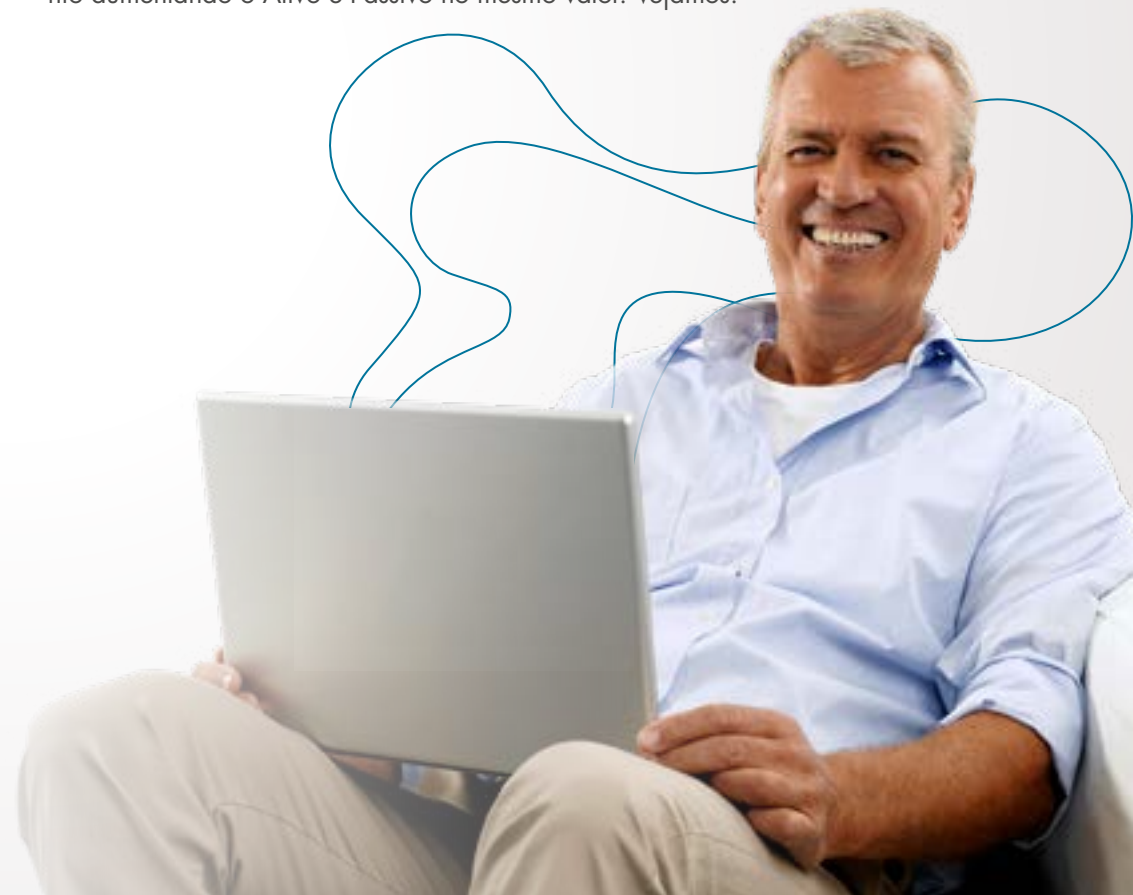
(C) OPERAÇÕES CONTRATADAS – CEDAE

Incentivo Migratório

Foram valores contratados junto à Patrocinadora – CEDAE, correspondentes a incentivos migratórios para o Plano de Benefícios PRECE CV, reserva a amortizar, taxas extraordinárias e compromissos financeiros não liquidados à época, e parcelados em 80 parcelas, com vencimento todo dia 15 de cada mês, e que foram totalmente liquidados durante o exercício de 2020.

Déficit Técnico Contratado

Refere-se à reclassificação do Contrato de Patrocinadora do grupo de contas patrimonial do Passivo - Provisões Matemáticas do Patrimônio Social - para o Ativo - Realizável Gestão Previdencial - no valor de R\$ 463.334, relativo à posição de dezembro de 2020, à luz do processo de equacionamento do Déficit Técnico Contratado, conforme mencionado na Nota 3. Essa reclassificação ocasionou efeito permutativo no Patrimônio aumentando o Ativo e Passivo no mesmo valor. Vejamos:



PLANO DE BENEFÍCIOS	2020	AMORTIZAÇÃO	ATUALIZAÇÃO	REACTUAÇÃO	2021
PRECE I	291.610	(64.935)	69.876	-	296.551
PRECE II	53.320	(25.037)	15.506	-	43.789
PRECE CV	118.405	(31.897)	34.162	-	120.670
	463.335			-	461.010

(D) OUTROS REALIZÁVEIS

	2021	2020
Bloqueios judiciais em conta corrente	2.369	2.363
Consignações a receber	6	20
Condenações judiciais (paridade) CEDAE (*)	3.502	4.551
Créditos de recuperação de IR	2	164
Outros Créditos	2.240	2.246
	8.119	9.344

Condenações Judiciais (paridade)

São valores referentes à paridade, apropriados como a receber da Patrocinadora CEDAE. Tais valores são desembolsados pela PRECE (de responsabilidade da Patrocinadora CEDAE), gerados através de bloqueios judiciais e condenações judiciais. Os valores são atualizados pelo INPC e juros de 6% (seis por cento) ao ano, acrescidos pro rata die de juros moratórios de 0,5% (zero vírgula cinco por cento) ao mês e multa de 1% (um por cento) ao mês sobre o valor vencido e não pago.

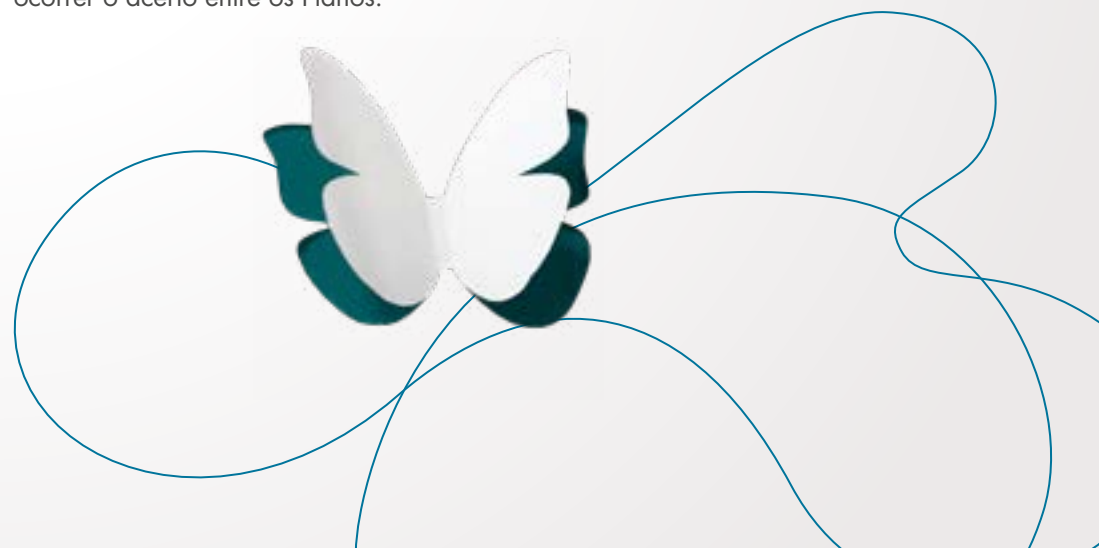
Em 31 de dezembro de 2021, o referido valor encontra-se em R\$ 3.502 (R\$ 4.551 em 2020). A reversão de saldo observada em 2021, resultou, individualmente ao Plano PRECE II, em reversão de R\$ 586, o que ajuda a explicar grande parte da alta variação (22.100%) observada na linha de outras deduções do DMAL do Plano em questão.

Outros Créditos

Em 2021, houve reversão de parte do bloqueio judicial relacionado à ação 0094500-61.2001.5.01.0037- Gentil Marcondes, cujo participante está inscrito nos Planos PRECE I e II, porém os valores foram bloqueados da conta do Plano PRECE CV. O montante atual está no valor de R\$ 1.663 (R\$ 1.817 – 2020), e deverá ser corrigido entre os Planos.

Em 2021 a PRECE efetuou pagamento de benefícios indevidos, cujas restituições pendentes somam a monta de R\$ 54, que estão em processo de devolução pelos participantes.

Em dezembro de 2021, ocorreu resgate por decisão judicial no fundo Santander, que compõe a carteira de investimentos do Plano PRECE III, no valor de R\$ 523. Tal transferência está relacionada ao processo de Sonia Iara de Melo Cavalcante, ação 0422973-90.2011.8.19.001, cuja participante é inscrita no Plano PRECE II, devendo ocorrer o acerto entre os Planos.



2. GESTÃO ADMINISTRATIVA

	2021	2020
PATROCINADORES (A)	149	235
Contribuições para custeio	149	235
RESPONSABILIDADE DE EMPREGADOS	241	341
Empréstimos a Funcionários de Férias	58	37
Adiantamento de Férias	178	304
Adiantamento de Salário	5	
RESPONSABILIDADE DE TERCEIRO	118	26
Contas a Receber - Adiant. Pessoas Jurídicas/ Física	118	26
DESPESAS ANTECIPADAS	217	170
Seguros	121	123
Licença de Software	63	13
Almoxarifado	33	34
DEPÓSITOS JUDICIAIS/RECURSAIS	136	2.224
	861	2.996

NOTA 6 ATIVO REALIZÁVEL

INVESTIMENTOS

6.1 COMPOSIÇÃO DOS INVESTIMENTOS

A Administração, através da Política de Investimentos que é revisada e aprovada anualmente pelo Conselho Deliberativo, determina diretrizes para direcionamento da aplicação dos recursos garantidores das Provisões Matemáticas, bem como para classificação de Títulos e Valores Mobiliários de acordo com a Resolução CMN Nº 4.661 de 25 de maio de 2018, e Resolução CNPC nº 43 de 06 de agosto de 2021, que dispõe sobre os procedimentos contábeis e sobre o registro e avaliação de títulos e valores mobiliários dos recursos garantidores dos Planos administrados pelas Entidades fechadas de previdência complementar. A PRECE, a partir de 2021, passou a adotar a segregação real dos ativos financeiros por Plano de Benefícios, com exceção dos Investimentos em Imóveis, que utiliza-se da segregação virtual, e todos os investimentos da PRECE estão custodiados no Banco BTG Pactual.

O projeto de segregação real dos ativos de investimentos da PRECE entre os Planos previdenciais que administra, quais sejam o Plano de Benefícios PRECE I, PRECE II, PRECE III, PRECE CV, sem perder a oportunidade de segregar a “Parcelas BD – Renda Vitalícia” da “Parcela CD” deste último, iniciou-se em 2018, e foi desenvolvido em parceria técnica entre a PRECE e consultores externos.

Considerações e premissas adotadas:

- Ao longo do desenvolvimento dos trabalhos sempre se buscou mitigar riscos de questionamentos do “porquê” este ou aquele ativo de investimento foi alocado em patrimônio de determinado Plano de benefícios em prol ou até em detrimento de outro(s). Assim, não foi proposta a alocação arbitrária para nenhum tipo de ativo em determinado Plano;

- b)** Os ativos que constavam nas carteiras e/ou fundos que possuem provisão para perda, oriunda de ações judiciais, não foram segregados de forma real e permanecem com a segregação cotizada. Tal premissa se justifica em função (i) do risco de interromper os respectivos processos judiciais que estão em andamento para recuperação de valores e (ii) da imprevisibilidade de qual deles irá encontrar o reembolso, total ou parcial, do respectivo credor. Tal opção também se deu para mitigar eventuais questionamentos;
- c)** Os balancetes contábeis dos Planos de benefícios relativos à competência mensal de dezembro/2020 foram as referências básicas para atribuir a propriedade dos Planos de benefícios sobre os ativos de investimentos a serem segregados;
- d)** Foram utilizadas as carteiras diárias de todos os Planos e fundos exclusivos com data-base de 31 de dezembro de 2020;
- e)** Na proposta de segregação considerou-se que cada Plano ou parcela de modalidade distinta, no caso do Plano PRECE CV, possuirá uma conta custódia individualizada (conta CETIP), onde estarão alocados todos os ativos mobiliários de sua propriedade, com exceção da carteira de crédito provisionados e da carteira imobiliária;
- f)** A proposta de segregação de ativos do Plano CV entre as suas submassas, quais sejam a "Parcela BD" e a "Parcela CD" do Plano em questão teve como referência a proporção do "patrimônio social" de cada uma das citadas parcelas em relação proporcional à totalidade do citado Plano, com os devidos ajustes em função da indivisibilidade de ativos, quando aplicável;
- g)** A adequação da carteira de investimentos ao perfil de cada Plano de Benefícios deverá ser feita posteriormente à segregação e baseada em estudo específico (ALM);
- h)** Todas as manifestações objetivas dos profissionais da PRECE, avaliadas como pertinentes pelas empresas de consultoria, e que impactam a proposta de segregação, foram consideradas na proposta de segregação.

Os investimentos apresentam em 31 de dezembro de 2021 e de 2020 a seguinte composição consolidada:

	2021	2020
TÍTULOS PÚBLICOS	17.621	20.269
Notas do tesouro nacional - NTN (a)	17.621	20.269
CRÉDITOS PRIVADOS E DEPÓSITOS	1.792	1.733
Companhias Abertas (a)	1.792	1.733
FUNDOS DE INVESTIMENTOS	1.478.343	1.503.763
RENDA FIXA	1.074.657	1.052.835
Renda Fixa (a)	26.664	12.543
Multimercado - Renda Fixa (a)	1.047.993	1.040.292
RENDA VARIÁVEL (B)	403.686	450.928
Ações	3.446	2.289
Multimercado - Renda Variável	400.240	448.639
INVESTIMENTOS IMOBILIÁRIOS (C)	199.249	150.894
Edificações - Alugadas à Patrocinadora	52.177	37.529
Edificações - Alugadas a terceiros	141.982	111.221
Direitos em alienação de investimento imobiliário	5.090	2.144
EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS	97.594	111.912
Empréstimos a participantes (d)	97.594	111.912
OUTROS REALIZÁVEIS	11.689	13.117
Créditos tributários - IR s/ aplicações financeiras	993	993
Expurgo inflacionário - Vale	-	12.124
Operações bancárias entre Planos	1.171	-
Segregação de investimentos entre Planos * PRECE I e II	9.519	-
Custeio dos investimentos	6	-
	1.806.288	1.801.688

(A) RENDA FIXA

	2021	2020
NOTAS DO TESOURO NACIONAL - NTN	17.621	15.559
CRÉDITOS PRIVADOS E DEPÓSITOS	1.792	1.733
Debêntures não conversíveis	2.372	2.313
(-) Provisão para perdas de debêntures-CREFISUL(a)	(254)	(254)
(-) Provisão para perdas de debêntures - ULBRA(b)	(326)	(326)
Cédulas de Crédito Bancário - CCB	175.434	175.434
(-) Provisão para perdas CCB - PORANGABA (c)	(35)	(35)
(-) Provisão para perdas CCB - CEBEL (D)	(113.687)	(113.687)
(-) Provisão para perdas CCB - CLIMA TERMO (e)	(61.712)	(61.712)
FUNDOS DE INVESTIMENTOS RENDA FIXA	26.664	12.543
FUNDO DE INVESTIMENTO MULTIMERCADO - RENDA FIXA*	1.047.993	1.040.292
FIC FI Alegria I MM C.P.	69.105	99.775
FIC FI Guandu I MM C.P.	324.763	874.625
FIC FI Imunana I MM C.P.	36.024	65.892
FIC FI Alegria II MM C.P.	48.060	-
FIC FI Guandu CD MM C.P.	502.667	-
FIC FI Imunana CD MM C.P.	67.374	-
	1.074.657	1.052.835

*Fundos cindidos após a execução do projeto da Segregação Real de ativos. Os fundos compartilhados ficaram para o PRECE I, e para a modalidade BD do Plano PRECE CV.

(a)

As Debêntures não conversíveis em ações da Crefisul Leasing encontram-se com processo nº 0129110-78.2002.8.26.0100 na 3ª vara de falências e recuperações de São Paulo. Aguardando a apresentação do Plano de rateio pelo contador da Massa Falida. Em conformidade ao Artigo 19 da Instrução Previc Nº 31, de 20 de agosto de 2020, tais debêntures encontram-se 100% provisionadas para perda.

(b)

As debêntures não conversíveis em ações da universidade Luterana – ULBRA encontram-se com ação de execução nº 0194915-31.2009.8.26.0100 por dependência ao processo de arresto (apreensão judicial dos bens da devedora ULBRA, necessários à garantia da dívida com a PRECE). A agente fiduciária Planner Corretora de Valores S.A representou o grupo de debenturistas na busca de meios para satisfação dos créditos. Em dezembro de 2021 o Plano de Recuperação Judicial apresentado em AGC foi homologado pelo Juízo e entrará em fase de execução. Em conformidade ao Artigo 19 da Instrução Previc Nº 31, de 20 de agosto de 2020, tais debêntures encontram-se 100% provisionadas para perda.

(c)

A CCB da indústria química Porangaba está na fase de recurso por parte da devedora, após sentença favorável a favor da PRECE. Proferida nos autos da ação de execução nº 0188537-25.2010.8.26.0100 36ª vara cível do estado de São Paulo. Em conformidade ao Artigo 19 da Instrução Previc Nº 31, de 20 de agosto de 2020, tal CCB encontra-se 100% provisionadas para perda.

(d)

Com relação às CCBs da empresa CEBEL, a PRECE moveu uma ação de execução de título extrajudicial de nº 1041495-13.2014.8.26.0100, objetivando o recebimento do saldo devedor. A sentença foi favorável à PRECE,

e transitou em julgado. A PRECE iniciou a execução da dívida, requerendo o pagamento de R\$ 542.980. Em conformidade ao Artigo 19 da Instrução Previc N° 31, de 20 de agosto de 2020, tais CCBs encontram-se 100% provisionadas para perda.

(e)

A CCB da empresa Clima Termo Acústica encontra-se em processo de falência judicial decretada, conforme processo n° 1.0148.09.063836 (0638369-09.2009.8.13.0148), estando a PRECE entre os credores com garantia real. A PRECE habilitou seu crédito corrigido no processo, mas a conversão da recuperação judicial em falência geralmente torna mais escassa a possibilidade de que os credores sejam satisfeitos. Em conformidade ao Artigo 19 da Instrução Previc N° 31, de 20 de agosto de 2020, tal CCB encontra-se 100% provisionadas para perda.

(B) RENDA VARIÁVEL

	2021	2020
FUNDOS DE INVESTIMENTOS AÇÕES	3.446	2.289
Fundo Vista FIA	-	1.143
Fundo Bogari Value FIC FIA	-	1.146
FUNDOS DE INVESTIMENTOS MULTIMERCADO RENDA VARIÁVEL	400.240	448.588
FIC FI Sarapui MM CP	334.426	378.889
FIC FIM Laranjal	65.814	69.699
Variação de precificação	-	51
	403.686	450.928

(C) INVESTIMENTOS IMOBILIÁRIOS

31 de dezembro de 2021

DESCRIÇÃO	SALDO LÍQUIDO INICIAL	REAVALIAÇÃO	RECEBIDO (-) / A RECEBER (+)	SALDO LÍQUIDO FINAL 2021
LOCADOS À PATROCINADORA	37.529	12.948	1.699	52.176
Imóveis (*)	36.766	12.948	-	49.714
Contas a receber	763	-	1.699	2.462
LOCADOS A TERCEIROS	111.221	7.955	22.807	141.983
Imóveis (*)	94.004	7.955	-	101.959
Contas a receber	193.366	-	67.274	260.640
(-) Provisão para perda de alugueis	(176.149)	-	(44.467)	(220.616)
DIREITOS EM ALIENAÇÕES	2.144	-	2.946	5.090
Rua Senador Viana n° 94	2.144	-	321	2.465
Visconde de Inhaúma	-	-	2.625	2.625
	150.894	20.903	27.452	199.249

(*) Os valores apresentados compõem a formação do saldo contábil apresentado em 2021.

Todos os imóveis alugados à Patrocinadora CEDAE e a terceiros, integrantes da carteira da PRECE, foram reavaliados no exercício de 2021, conforme demonstrado no quadro, abaixo:

LOCALIZAÇÃO		SALDO CONTÁBIL 2020	REAVALIAÇÃO 2021	SALDO CONTÁBIL 2021
Rua Athaide Pimenta de Moraes n° 225	Nova Iguaçu	1.064	67	1.131
Rua Augusto de Vasconcelos n° 468	RJ	9.500	5.720	15.220
Av. Brás de Pina n° 38 - loja A	RJ	1.300	-530	770
Rua Barão de Inoã n° 287	Maricá	3.305	5	3.310
Estada Intendente Magalhães n° 504	RJ	12.000	540	12.540
Rua Euclides da Cunha n° 470 S	J. Meriti	1.500	118	1.618
Rua Luiz de Camões n° 691	Nova Iguaçu	4.500	180	4.680
Rua José Maria de Brito	Itaguaí	6.800	3.645	10.445
LOCADAS À PATROCINADORA (1)		39.969	9.745	49.714
Av. Almirante Barroso n° 14	RJ	21.964	6.458	28.422
Estrada Cambota n° 525	RJ	5.535	1.830	7.365
Av. Graça Aranha loja A	RJ	3.891	89	3.980
Av. Graça Aranha loja B	RJ	3.891	587	4.478
Av. Graça Aranha loja 101	RJ	3.030	-240	2.790
Av. Graça Aranha loja 201	RJ	3.105	-175	2.930
Av. Graça Aranha loja 301	RJ	3.105	-235	2.870
Av. Graça Aranha loja 401	RJ	3.105	-235	2.870
Av. Graça Aranha loja 501	RJ	3.105	205	3.310
Av. Graça Aranha loja 601	RJ	3.696	-826	2.870
Rua Moyses Amelio - diversos	Friburgo	11.297	-1.935	9.362
Praça Pio X n° 15 (9°/11° e 12° andares)	RJ	11.502	-366	11.136
Av. Presidente Vargas n° 132/301	Dq de Caxias	1.109	28	1.137
Av. Rio Branco n° 89/2101	RJ	1.945	28	1.973
Av. Rio Branco n° 89/2201	RJ	1.929	32	1.961
Av. Rio Branco n° 89/302 3	RJ	2.011	2	2.013
Rua São Bento n° 8 (13° e 18° andares)	RJ	12.657	-1.175	11.482
Rua Sete de Setembro n° 71/9° andar	RJ	1.239	-229	1.010
LOCADAS A TERCEIROS (2)		98.116	3.843	101.959
		138.085	13.588	151.673

(a)

As reavaliações foram consideradas nos controles internos da PRECE no dia 31 de dezembro de 2021, realizada pela Empresa avaliadora EMBRAP/PRAXIS – Avaliação Patrimonial Ltda., CNPJ N° 02.393.061/0001-91, e registrada no CREA N° 98-02-91067-3-RJ. Os laudos foram assinados pelos avaliadores Paulo Tabah de Almeida CREA n° 86.101301-9-D-RJ e Bruno Sérgio Mi Figueiredo CAU A 3598-0.

(b)

De acordo com a Instrução Previc n° 31/2020, ficou deliberado que a reavaliação da carteira de imóveis deve ser realizada, no mínimo, anualmente, e, conforme previsto na Instrução Previc n°15/2014, a partir disso, fica dispensado o registro da depreciação. Iniciou-se, portanto, o processo seletivo para empresa independente especializada em avaliação imobiliária, findado em 25 de novembro de 2021 através da Resolução de Diretoria n° 189/2021. Após realizada a reavaliação, a carteira imobiliária teve aumento expressivo de, aproximadamente, 33,06% em valores venais em comparação com a posição contábil de novembro de 2021, e 9,84% em relação à última reavaliação realizada em 2020. A soma total dos valores venais dos imóveis decorrentes da avaliação, por sua vez, resultou na quantia de R\$ 151.673.

(c)

A ação de cobrança de aluguéis ajuizada pela PRECE em face do Theatro Municipal do Rio de Janeiro foi julgada procedente em 1° grau, com sentença mantida pelo Tribunal de Justiça do Rio de Janeiro e pelo Superior Tribunal de Justiça. Após a interposição de todos os recursos possíveis, a sentença transitou em julgado em agosto de 2018. Proferido despacho para que o Theatro cumpra o acórdão. Após o trânsito em julgado, ao longo do ano de 2020, a PRECE iniciou etapa de execução, tendo apresentado os cálculos nos valores que entendemos como devidos, contudo, o Estado apresentou sua impugnação ao montante apresentado. Ressalte-se que as negociações junto à Câmara de Conciliação do Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro, continuaram ao longo de 2020, visando um acordo relativo à recuperação dos valores devidos de alugueres, assim como, a recompra do imóvel por parte do Theatro Municipal, eis que a referida recompra é obrigatória e garantida por força contratual.

(d)

No dia 21 de outubro de 2021, houve a publicação do Decreto Estadual n° 47.807 declarando como sendo de utilidade pública a fração de 39,37%, do imóvel da PRECE situado na Av. Almirante Barroso, n° 14, Centro, onde funciona a Fundação Theatro Municipal. Neste sentido,

no dia 27/10/2021 o Estado do Rio de Janeiro, ingressou com a Ação de Desapropriação em face da PRECE relacionada à fração acima citada do imóvel, sob o argumento de que o contrato firmado entre as partes gerou ao longo dos anos excessiva onerosidade para o erário público, ensejando conseqüentemente um risco de paralisação das atividades de ensaio e da escola do Theatro Municipal. Sendo assim, visa o Estado com a respectiva desapropriação, que o imóvel seja derradeiramente incorporado em sua integralidade ao patrimônio público fluminense, salvaguardando a continuidade das atividades educacionais e culturais ali desempenhadas. Desta feita, no dia 04/11/2021, a Juíza deferiu em caráter liminar diante do pedido formulado pelo Estado na inicial do processo de desapropriação que a imissão provisória na posse por parte do Estado, só seria efetivada em caso de comprovação do depósito do valor oferecido (R\$ 12.816), o que efetivamente foi comprovado em 19 de novembro de 2021, tendo a PRECE tendo sido cientificada em 24 de novembro de 2021. Então, foi designada pelo Juízo da 6ª Vara de Fazenda Pública a realização de perícia técnica a fim de avaliar o referido imóvel, bem como, constatar se o valor depositado em juízo, pelo Estado, se encontra correto. Desse modo, a fim de resguardar os interesses da PRECE diante do processo interposto pelo Estado, a Assessoria Jurídica da Entidade iniciou as tratativas junto ao escritório que nos patrocina (C. Martins) na ação da cobrança junto a FTM dos aluguéis após o trânsito em julgado. Então, o citado escritório formalizou a proposta para o patrocínio no processo de desapropriação. Bem como, diante da necessidade de acompanhamento da perícia, foi contratado um profissional para participar como assistente técnico.

(D) EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS

A Entidade mantém provisão referente a direitos creditórios de liquidação duvidosa no montante de R\$ 1.340 (R\$ 1.381 em 2020), para fazer face à eventual inadimplência na carteira de empréstimos e financiamentos concedidos aos participantes dos Planos de benefícios administrados pela PRECE.

Em 1° de abril de 2020 foi publicado o Decreto n. 10.305 que previa que, para as operações de créditos contratadas entre 03 de abril/2020 e 03 de julho/2020, as alíquotas do IOF ficariam reduzidas a zero. Na sequência, o Decreto n. 10.414/2020, de 03 de julho/2020, ampliou o prazo para aplicação da alíquota zero, até 02 de outubro/2020. Com a publicação do Decreto n. 10.504 (02/10/2020), determinou-se que o prazo para aplicação da alíquota zero, nos casos de empréstimo, seria até 31 de dezembro/2020. Com a publicação do Decreto n. 10.551, de 25 de novembro/2020, o prazo para aplicação da alíquota zero diminuiu de 31 de dezembro/2020 para 26 de novembro/2020, momento em que a cobrança do IOF se normalizaria.

O Decreto nº 10.572, de 11 de dezembro de 2020 voltou atrás e determinou a ampliação, até 31 de dezembro, da alíquota zero no IOF para operações de crédito. Desse modo, em 1º de janeiro/2021 o IOF sobre operações de crédito, que desde abril encontrava-se com alíquota zerada, teve sua cobrança retomada.

	2021	2020
Saldo devedor de Empréstimos	9.882	9.056
Valores a receber	147	114
(-) Provisão para Devedores Duvidosos	(948)	(707)
TOTAL PLANO PRECE I	9.081	8.463
Saldo devedor de Empréstimos	1.140	7.640
Valores a receber	0	129
(-) Provisão para Devedores Duvidosos	(17)	(329)
TOTAL PLANO PRECE II	1.123	7.440
Saldo devedor de Empréstimos	4.632	3.479
Valores a receber	99	81
(-) Provisão para Devedores Duvidosos	(21)	(14)
TOTAL PLANO PRECE III	4.710	3.546
Saldo devedor de Empréstimos	82.220	91.848
Valores a receber	814	946
(-) Provisão para Devedores Duvidosos	(354)	(331)
TOTAL PLANO PRECE CV	82.680	92.463
	97.594	111.912

(E) OUTROS REALIZÁVEIS

Outros realizáveis - recuperações de créditos tributários

o valor de R\$ 993, refere-se ao processo administrativo de pedido de restituição – PERDCOMP (38530.96474.260407.1.2.04-2663), referentes ao imposto de renda sobre as aplicações financeiras, recolhido a maior no período de janeiro de 1999 a agosto de 2001 protocolado em, 26 de abril de 2007 é que aguardo o deferimento da Receita Federal do Brasil.

Outros realizáveis - operações bancárias entre Planos

o valor de R\$ 1.171, refere-se a operações bancárias entre Planos de benefícios e PGA.

Outros realizáveis - segregação entre Planos

o valor de R\$ 9.520, refere-se à operação de segregação de ativos entre os Planos PRECE I e II a serem compensados em 2022. Estão relacionados ao processo operacional de cisão dos fundos, quando o Plano PRECE I ficou com a custódia das contas que eram compartilhadas entre os Planos, e, portanto, durante o processo recebeu valores relacionados ao Plano PRECE II.

O valor de R\$ 12.120, provisionado em dezembro/2020, refere-se ao acordo judicial entre a PRECE e a Companhia Vale do Rio Doce, processo 0250239-75.2007.8.19.0001, ARESP 1764628 (2020/0248011-5), referente a expurgo inflicionário, cujo valor foi recebido em março de 2021.

6.2. COMPOSIÇÃO DA CARTEIRA POR PLANO

A carteira de investimentos por Plano em 31 de dezembro de 2021 e 2020, está composto conforme discriminado a seguir:

PLANO PRECE I	2021	2020
CRÉDITOS PRIVADOS E DEPÓSITOS	-	-
Companhias Abertas/Crédito Bancário	36.205	36.205
(-) Perdas Estimadas	(36.205)	(36.205)
FUNDOS DE INVESTIMENTOS	112.466	108.252
Multimercado - Renda Fixa	69.105	62.264
Multimercado - Renda Variável	43.361	45.988
INVESTIMENTOS IMOBILIÁRIOS	42.779	32.432
Edificações - Alugadas à Patrocinadora	11.269	8.109
Edificações - Alugadas a terceiros	30.402	23.855
Direitos em alienação de investimento imobiliário	1.108	468
EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS	9.081	8.463
Empréstimos a participantes	9.081	8.463
OUTROS REALIZÁVEIS	381	2.860
Créditos tributários - IR s/ aplicações financeiras	220	220
Operação bancária entre Planos	11	-
Expurgo inflacionário - Vale	-	2.640
Segregação de invest. Entre Planos	150	
	164.707	152.007

PLANO PRECE II	2021	2020
CRÉDITOS PRIVADOS E DEPÓSITOS	-	-
Companhias Abertas/Crédito Bancário	18.916	18.916
(-) Perdas Estimadas	(18.916)	(18.916)
FUNDOS DE INVESTIMENTOS	70.512	61.254
Multimercado - Renda Fixa	48.060	37.511
Multimercado - Renda Variável	22.452	23.743
INVESTIMENTOS IMOBILIÁRIOS	18.979	14.420
Edificações - Alugadas à Patrocinadora	5.009	3.585
Edificações - Alugadas a terceiros	13.505	10.651
Direitos em alienação de investimento imobiliário	465	184
EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS	1.122	7.440
Empréstimos a participantes	1.122	7.440
OUTROS REALIZÁVEIS	10.002	1.136
Créditos tributários - IR s/ aplicações financeiras	96	97
Operação bancária entre Planos	529	-
Expurgo inflacionário - Vale	-	1.039
Segregação de invest. Entre Planos	9.371	-
Outros realizáveis	6	-
	99.493	84.250

PLANO PRECE III	2021	2020
TÍTULOS PÚBLICOS	17.621	20.269
Notas do Tesouro Nacional - NTN	17.621	20.269
CRÉDITOS PRIVADOS E DEPÓSITOS	1.792	1.733
Companhias Abertas	1.792	1.733
FUNDOS DE INVESTIMENTOS	17.676	7.814
Fundos de Renda Fixa	14.230	5.525
Fundos de Ações	3.446	2.289
EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS	4.710	3.545
Empréstimos a participantes	4.731	3.545
(-) Perdas Estimadas	(21)	
OUTROS REALIZÁVEIS	2	-
Operação bancária entre Planos	2	-
	41.801	33.361

PLANO PRECE CV	2021	2020
CRÉDITOS PRIVADOS E DEPÓSITOS	-	-
Companhias Abertas/Crédito Bancário	120.894	120.894
(-) Perdas Estimadas	(120.894)	(120.894)
FUNDOS DE INVESTIMENTOS	1.265.255	1.319.424
Multimercado - Renda Fixa	930.829	940.516
Multimercado - Renda Variável	334.426	378.908
INVESTIMENTOS IMOBILIÁRIOS	137.492	104.041
Edificações - Alugadas à Patrocinadora	35.899	25.835
Edificações - Alugadas a terceiros	98.075	76.715
Direitos em alienação de investimento imobiliário	3.518	1.491
EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS	82.680	92.463
Empréstimos a participantes	82.680	92.463
OUTROS REALIZÁVEIS	1.038	9.122
Créditos tributários - IR s/ aplicações financeiras	676	676
Operações Bancárias entre Planos	362	-
Expurgo inflacionário - Vale	-	8.446
	1.486.465	1.525.050

PLANO PRECE CV	2021	2020
FUNDOS DE INVESTIMENTOS	12.434	7.019
Fundos de Renda Fixa	12.434	7.019
	12.434	7.019

6.3. TÍTULOS MANTIDOS ATÉ O VENCIMENTO

Com base em análises dos fluxos de pagamentos e recebimentos futuros, a Administração da Entidade entende que a PRECE possui a intenção e capacidade financeira suficiente para manter os títulos classificados na categoria "Títulos mantidos até o vencimento" até a data de seu vencimento.

Em atendimento à Resolução CNPC nº 43, de 06 de agosto de 2021, as características dos títulos e valores mobiliários por modalidade e por categoria de avaliação em 31 de dezembro de 2021 está composto da seguinte forma:

6.3.1 PLANO PRECE III – MANTIDOS ATÉ O VENCIMENTO

PAPEL	EMITENTE	QUANTIDADE	AQUISIÇÃO	VENCIMENTO	VALOR CONTÁBIL	VALOR DE MERCADO
NTN-B	STNC	1.100	25/03/2015	15/05/2023	3.744	4.167
NTN-B	STNC	200	27/07/2018	15/05/2023	696	768
NTN-B	STNC	200	01/08/2018	15/05/2023	696	768
NTN-B	STNC	100	08/08/2018	15/05/2023	348	383
NTN-B	STNC	100	20/08/2018	15/08/2026	349	384
NTN-B	STNC	200	25/01/2019	15/08/2026	753	825
NTN-B	STNC	200	19/01/2019	15/08/2026	752	824
NTN-B	STNC	10	30/01/2019	15/08/2026	38	41
NTN-B	STNC	86	05/02/2019	15/08/2026	326	356
NTN-B	STNC	120	06/02/2019	15/08/2026	454	497
NTN-B	STNC	204	07/02/2019	15/08/2026	772	845
NTN-B	STNC	100	08/02/2019	15/08/2026	377	412
NTN-B	STNC	100	11/02/2019	15/08/2026	378	413
NTN-B	STNC	250	15/04/2019	15/05/2035	988	1.088
NTN-B	STNC	14	18/04/2019	15/05/2035	55	61
NTN-B	STNC	170	30/04/2019	15/05/2035	680	749
NTN-B	STNC	1.000	19/03/2020	15/05/2035	4.096	4.502
Debêntures	Petrobras	1.400	30/05/2018	15/08/2024	1.625	1.792
					17.127	18.875

6.3.2 PLANO PRECE CV BD – MANTIDOS ATÉ O VENCIMENTO

ATIVOS	EMITENTE	QUANTIDADE	DATA	VENCIMENTO	SALDO CONTÁBIL	TOTAL DO PATRIMÔNIO
NTN-B	STNC	4.172	23/10/2014	15/08/2030	14.501	16.156
NTN-B	STNC	8.900	25/03/2015	15/05/2023	30.172	33.728
NTN-B	STNC	10.000	12/08/2015	15/05/2023	33.315	37.514
NTN-B	STNC	8.995	29/07/2015	15/05/2023	30.260	33.935
NTN-B	STNC	10.000	08/05/2018	15/05/2035	36.951	41.014
NTN-B	STNC	860	26/04/2018	5/05/2035	3.174	3.523
NTN-B	STNC	10.000	13/12/2017	5/05/2035	36.062	40.078
NTN-B	STNC	4.172	24/05/2018	5/08/2028	15.053	16.697
NTN-B	STNC	1.100	01/08/2018	15/05/2023	3.814	4.224
Debêntures	Cemig	1.834	08/12/2014	15/02/2025	2.748	3.117
Debêntures	Petrobras	668	7/06/2018	5/06/2024	767	855
Debêntures	Petrobras	1.000	07/06/2018	15/06/2024	1.148	1.280
Debêntures	TAESA	4.002	13/03/2015	15/02/2025	5.947	5.020
Debêntures	Vale	4	30/11/2017	15/08/2022	5	6
					213.917	237.147

6.3.3 PLANO PRECE CV CD – MANTIDOS ATÉ O VENCIMENTO

ATIVOS	EMITENTE	QUANTIDADE	DATA	VENCIMENTO	SALDO CONTÁBIL	TOTAL DO PATRIMÔNIO
NTN-B	STNC	5.828	13/12/2017	15/05/2035	21.047	23.357
NTN-B	STNC	5.828	20/12/2017	15/05/2035	21.052	23.363
NTN-B	STNC	5.828	26/04/2018	15/05/2035	21.541	23.877
NTN-B	STNC	5.828	08/05/2018	15/05/2035	21.566	23.903
NTN-B	STNC	5.828	18/04/2018	15/05/2035	21.724	24.069
NTN-B	STNC	5.828	23/10/2014	15/08/2030	20.286	22.569
NTN-B	STNC	5.828	09/09/2015	15/05/2023	19.317	21.779
NTN-B	STNC	5.828	12/08/2015	15/05/2023	19.446	21.863
NTN-B	STNC	5.828	9/07/2015	15/05/2023	19.636	21.987
NTN-B	STNC	5.187	25/03/2015	15/05/2023	17.611	19.657
NTN-B	STNC	11.656	11/02/2015	15/05/2023	39.709	44.260
NTN-B	STNC	2.623	21/06/2018	5/05/2023	9.096	10.064
NTN-B	STNC	641	01/08/2018	15/05/2023	2.226	2.461
NTN-B	STNC	2.914	27/07/2018	15/05/2023	10.123	11.192
NTN-B	STNC	5.828	24/05/2018	15/08/2028	21.059	23.325
Debêntures	Cemig	256	08/12/2014	15/02/2025	3.837	4.352
Debêntures	Petrobras	1.166	07/06/2018	15/06/2024	1.346	1.498
Debêntures	Petrobras	1.166	07/06/2018	15/06/2024	1.346	1.498
Debêntures	TAESA	5.591	13/03/2015	15/08/202	8.308	7.013
Debêntures	Vale	6	30/11/2017	5/08/2024	8	9
					300.284	332.096

6.4 INFORMAÇÕES RELEVANTES SOBRE OS FUNDOS DE INVESTIMENTOS

FUNDO DE INVESTIMENTO	30/09/2021				31/12/2021
	TOTAL DO PATRIMÔNIO	PLANOS	AUDITOR INDEPENDENTE	TIPO DE RELATÓRIO	SALDO CONTÁBIL
FIC FI Sarapui BD	157.931	PRECE CV BD	KPMG Auditores Independentes	Relatório com ressalva e ênfase	139.545
Fundo de Investimento Laranjal I	48.674	PRECE I	KPMG Auditores Independentes	Relatório com ressalva	43.361
Fundo de Investimento Guandu BD	333.171	PRECE CV BD	KPMG Auditores Independentes	Relatório com abstenção e ênfase	324.763
Fundo de Investimento Alegria I	83.867	PRECE I	KPMG Auditores Independentes	Relatório com ressalva	69.105
Fundo de Investimento Imunana BD	34.914	PRECE CV BD	KPMG Auditores Independentes	Relatório com abstenção e ênfase	36.025
FIC FI Sarapui CD	220.577	PRECE CV BD	KPMG Auditores Independentes	Relatório com abstenção e ênfase	194.880
Fundo de Investimento Laranjal II	25.146	PRECE II	KPMG Auditores Independentes	Relatório com ressalva	22.452
Fundo de Investimento Guandu CD	507.468	PRECE CV CD	KPMG Auditores Independentes	Relatório com abstenção e ênfase	502.667
Fundo de Investimento Alegria II	42.382	PRECE II	KPMG Auditores Independentes	Relatório com ressalva	48.060
Fundo de Investimento Imunana CD	66.361	PRECE CV CD	KPMG Auditores Independentes	Relatório com abstenção e ênfase	67.374

A seguir, encontra-se histórico dos fundos de investimentos que apresentaram em 30 de setembro de 2021.

Fundo de Investimento em Cotas de Fundos de Investimento Caixa Sarapuí BD Multimercado Crédito Privado

O Fundo de Investimento em Cotas de Fundos de Investimentos Sarapuí BD Multimercado Crédito Privado ("Fundo") foi constituído em 30 de novembro de 2011 com objetivo de proporcionar ao Cotista a valorização de suas cotas por meio da aplicação dos recursos em carteiras diversificadas de ativos financeiros disponíveis no âmbito do mercado financeiro e de capitais, observadas as limitações previstas no regulamento e na regulamentação em vigor, não constituído, em qualquer hipótese, garantia ou promessa de rentabilidade por parte da Administradora.

O Fundo é destinado a acolher exclusivamente investimentos da PRECE – Previdência Complementar do Plano de benefício PRECE CV.

Em 30 de setembro de 2021, os auditores contratados pelo Fundo emitiram relatório de auditoria com ressalva e ênfase, datado de 29 de dezembro de 2021.

Os ativos financeiros que compõem as carteiras do Fundo e/ou dos fundos investidos estão expostos diretamente, ou através do uso de derivativos, aos riscos das variações das taxas de juros prefixadas, pós-fixadas, índices de preços, e/ou variação cambial, não havendo, necessariamente um fator de risco principal.

O Fundo de Investimento em Cotas de Fundos de Investimento Sarapuí BD Multimercado Crédito Privado, possui investimentos nos seguintes fundos investidos assim demonstrados:

FUNDO DE INVESTIMENTO	30/09/2021				31/12/2021
	TOTAL DO PATRIMÔNIO	PLANOS	AUDITOR INDEPENDENTE	TIPO DE RELATÓRIO	SALDO CONTÁBIL
Op. Compromissada	17	-	-	-	30
Fundo de Investimento Rio Preto BD Multimercado Crédito Privado	10.446	PRECE CV BD	KPMG Auditores Independentes	Relatório com abstenção e ênfase	10.977
Fundo de Investimento Penha Ações	99.307	PRECE CV BD	KPMG Auditores Independentes	Relatório com ênfase	85.297
Fundo de Investimento Athena Ações	48.166	PRECE I	KPMG Auditores Independentes	Relatório sem modificação	43.242
Contas a Pagar/Receber + Tesouraria	- 5	-	-	-	-1
TOTAL FI SARAPUÍ BD	157.931				139.545

Fundo de Investimento em Cotas de Fundos de Investimento Caixa Sarapuí CD Multimercado Crédito Privado

O Fundo de Investimento em Cotas de Fundos de Investimentos Sarapuí CD Multimercado Crédito Privado ("Fundo") foi constituído em 30 de novembro de 2011 com objetivo de proporcionar ao Cotista a valorização de suas cotas por meio da aplicação dos recursos em carteiras diversificadas de ativos financeiros disponíveis no âmbito do mercado financeiro e de capitais, observadas as limitações previstas no regulamento e na regulamentação em vigor, não constituído, em qualquer hipótese, garantia ou promessa de rentabilidade por parte da Administradora.

O Fundo é destinado a acolher exclusivamente investimentos da PRECE – Previdência Complementar do Plano de benefício PRECE CV.

Em 30 de setembro de 2021, os auditores contratados pelo Fundo emitiram relatório de auditoria com ressalva e ênfase, datado de 30 de dezembro de 2021.

Os ativos financeiros que compõem as carteiras do Fundo e/ou dos fundos investidos estão expostos diretamente, ou através do uso de derivativos, aos riscos das variações das taxas de juros prefixadas, pós-fixadas, índices de preços, e/ou variação cambial, não havendo, necessariamente um fator de risco principal.

O Fundo de Investimento em Cotas de Fundos de Investimento Sarapuí CD Multimercado Crédito Privado, possui investimentos nos seguintes fundos investidos assim demonstrados:

FUNDO DE INVESTIMENTO	30/09/2021			31/12/2021	
	TOTAL DO PATRIMÔNIO	PLANOS	AUDITOR INDEPENDENTE	TIPO DE RELATÓRIO	SALDO CONTÁBIL
Op. Compromissada	23	-	-	-	51
Fundo de Investimento Rio Preto BD Multimercado Crédito Privado	14.585	PRECE CV CD	KPMG Auditores Independentes	Relatório com ressalva/ênfase	15.304
Fundo de Investimento Penha Ações	138.690	PRECE CV CD	KPMG Auditores Independentes	Relatório com ênfase	119.124
Fundo de Investimento Athena Ações	67.285	PRECE I	KPMG Auditores Independentes	Relatório sem modificação	60.406
Contas a Pagar/Receber + Tesouraria	- 6	-	-	-	- 5
TOTAL FI SARAPUÍ CD	220.577				194.880

Fundo de Investimento em Cotas de Fundos de Investimento Caixa Laranjal I Multimercado Crédito Privado

O Fundo de Investimento em Cotas de Fundos de Investimento Laranjal I Multimercado Crédito Privado, constituído em 25 de abril de 2008, iniciou suas atividades em 22 de julho de 2011 e tem por objetivo proporcionar ao Cotista a valorização de suas contas por meio de aplicação dos recursos em carteiras diversificadas de ativos financeiros disponíveis no âmbito do mercado financeiro e de capitais, observadas as limitações previstas no Regulamento e na Regulamentação em vigor, não constituindo, em qualquer hipótese, garantia ou promessa de rentabilidade por parte da Administradora.

O Fundo é destinado a acolher exclusivamente investimentos da PRECE – Previdência Complementar dos Planos de benefícios PRECE I e II.

Em 30 de setembro de 2021, os auditores contratados pelo Fundo emitiram relatório de auditoria com ressalva, datado de 29 de dezembro de 2021.

Os ativos financeiros que compõem as carteiras do Fundo e/ou dos fundos investidos estão expostos diretamente, ou através do uso de derivativos, aos riscos das variações das taxas de juros prefixadas, pós-fixadas, índices de preços, e/ou variação cambial, não havendo, necessariamente um fator de risco principal.

O Fundo de Investimento em Cotas de Fundos de Investimento Caixa Laranjal I Multimercado Crédito Privado, possui investimentos nos seguintes fundos investidos assim demonstrados:

FUNDO DE INVESTIMENTO	30/09/2021				31/12/2021
	TOTAL DO PATRIMÔNIO	PLANOS	AUDITOR INDEPENDENTE	TIPO DE RELATÓRIO	SALDO CONTÁBIL
Op. Compromissada	15	-	-	-	37
Fundo de Investimento Rio Preto I Multimercado Crédito Privado	7.134	PRECE I	KPMG Auditores Independentes	Relatório com ressalva/ênfase	7.492
Fundo de Investimento em Cotas de Fundos de Investimento Rio Douro Ações	25.653	PRECE I	KPMG Auditores Independentes	Relatório sem modificação	21.577
Fundo de Investimento Athena Ações	15.877	PRECE I	KPMG Auditores Independentes	Relatório sem modificação	14.254
Contas a Pagar/Receber + Tesouraria	- 5	-	-	-	1
TOTAL FI LARANJAL I	48.674				43.361

Fundo de Investimento em Cotas de Fundos de Investimento Caixa Laranjal II Multimercado Crédito Privado

O Fundo de Investimento em Cotas de Fundos de Investimento Laranjal II Multimercado Crédito Privado, constituído em 25 de abril de 2008, iniciou suas atividades em 22 de julho de 2011 e tem por objetivo proporcionar ao Cotista a valorização de suas contas por meio de aplicação dos recursos em carteiras diversificadas de ativos financeiros disponíveis no âmbito do mercado financeiro e de capitais, observadas as limitações previstas no Regulamento e na Regulamentação em vigor, não constituindo, em qualquer hipótese, garantia ou promessa de rentabilidade por parte da Administradora.

O Fundo é destinado a acolher exclusivamente investimentos da PRECE – Previdência Complementar dos Planos de benefícios PRECE I e II.

Em 30 de setembro de 2021, os auditores contratados pelo Fundo emitiram relatório de auditoria com ressalva, datado de 29 de dezembro de 2021.

Os ativos financeiros que compõem as carteiras do Fundo e/ou dos fundos investidos estão expostos diretamente, ou através do uso de derivativos, aos riscos das variações das taxas de juros prefixadas, pós-fixadas, índices de preços, e/ou variação cambial, não havendo, necessariamente um fator de risco principal.

O Fundo de Investimento em Cotas de Fundos de Investimento Caixa Laranjal II Multimercado Crédito Privado, possui investimentos nos seguintes fundos investidos assim demonstrados:

FUNDO DE INVESTIMENTO	30/09/2021				31/12/2021
	TOTAL DO PATRIMÔNIO	PLANOS	AUDITOR INDEPENDENTE	TIPO DE RELATÓRIO	SALDO CONTÁBIL
Op. Compromissada	17	-	-	-	52
Fundo de Investimento Rio Preto II Multimercado Crédito Privado	3.691	PRECE II	KPMG Auditores Independentes	Relatório com ressalva/ênfase	3.905
Fundo de Investimento em Cotas de Fundos de Investimento Rio Douro Ações	13.245	PRECE II	KPMG Auditores Independentes	Relatório sem modificação	11.140
Fundo de Investimento Athena Ações	8.197	PRECE II	KPMG Auditores Independentes	Relatório sem modificação	7.359
Contas a Pagar/Receber + Tesouraria	- 4	-	-	-	- 3
TOTAL FI LARANJAL II	25.146				22.453

Fundo de Investimento em Cotas de Fundos de Investimento Caixa Guandu BD Multimercado Crédito Privado

O Fundo de Investimento em Cotas de Fundos de Investimento Guandu BD Multimercado Crédito Privado, constituído em 30 de novembro de 2011 sob forma de condomínio aberto com prazo indeterminado de duração, iniciou suas atividades em 30 de novembro de 2011 e tem por objetivo proporcionar ao Cotista a valorização de suas contas por meio de aplicação dos recursos em carteira diversificada de ativos financeiros disponíveis no âmbito do mercado financeiro e de capitais, observadas as limitações previstas no Regulamento e na Regulamentação em vigor, não constituindo, em qualquer hipótese, garantia ou promessa de rentabilidade por parte da Administradora.

O Fundo é destinado a colher exclusivamente investimentos da PRECE – Previdência Complementar do Plano de benefício PRECE CV.

Em consonância com a Instrução Previc nº 31 de 20 de agosto de 2020 e alterações

promovidas pela Instrução Normativa nº 44, de 23 de novembro de 2021, conforme determinação da Previc, com a anuência do administrador, diversas Cédulas de Crédito Bancário (CCBs) herdadas de gestões anteriores a 2007, tiveram 100% dos seus valores provisionados para perda em função do não pagamento dos valores devidos.

Os ativos financeiros que compõem as carteiras do Fundo e/ou dos fundos investidos estão expostos diretamente, ou através do uso de derivativos, aos riscos das variações das taxas de juros prefixadas, pós-fixadas, índices de preços, e/ou variação cambial, não havendo, necessariamente um fator de risco principal.

Em 30 de setembro de 2021, os auditores contratados pelo Fundo emitiram relatório de auditoria com abstenção e ênfase, datado de 29 de dezembro de 2021.

O Fundo de Investimento em Cotas de Fundos de Investimento Caixa Guandu BD Multimercado Crédito Privado, possui investimentos nos seguintes fundos investidos assim demonstrados:

FUNDO DE INVESTIMENTO	30/09/2021				31/12/2021
	TOTAL DO PATRIMÔNIO	PLANOS	AUDITOR INDEPENDENTE	TIPO DE RELATÓRIO	SALDO CONTÁBIL
Op. Compromissada	165	-	-	-	38
Fundo de Investimento Barra BD Multimercado	1.482	PRECE CV BD	KPMG Auditores Independentes	Relatório com ênfase	1.545
Fundo de Investimento Lagoa Multimercado Crédito Privado	498	PRECE CV BD	KPMG Auditores Independentes	Relatório sem modificação	506
Fundo de Investimento Lameirão Multimercado Crédito Privado	620	PRECE CV BD	KPMG Auditores Independentes	Relatório com abstenção de opinião	5.779
Fundo de Investimento Macacos BD Multimercado Crédito Privado	330.42	PRECE CV BD	KPMG Auditores Independentes	Relatório com ênfase	316.905
Contas a Pagar/Receber + Tesouraria	- 15	-	-	-	- 10
TOTAL FI GUANDU BD	333.171				324.763

Fundo de Investimento em Cotas de Fundos de Investimento Caixa Guandu CD Multimercado Crédito Privado

O Fundo de Investimento em Cotas de Fundos de Investimento Guandu CD Multimercado Crédito Privado, constituído em 30 de novembro de 2011 sob forma de condomínio aberto com prazo indeterminado de duração, iniciou suas atividades em 30 de novembro de 2011 e tem por objetivo proporcionar ao Cotista a valorização de suas contas por meio de aplicação dos recursos em carteira diversificada de ativos financeiros disponíveis no âmbito do mercado financeiro e de capitais, observadas as limitações previstas no Regulamento e na Regulamentação em vigor, não constituindo, em qualquer hipótese, garantia ou promessa de rentabilidade por parte da Administradora.

O Fundo é destinado a colher exclusivamente investimentos da PRECE – Previdência Complementar do Plano de benefício PRECE CV.

Em consonância com a Instrução Previc nº 31 de 20 de agosto de 2020 e alterações

promovidas pela Instrução Normativa nº 44, de 23 de novembro de 2021, conforme determinação da Previc, com a anuência do administrador, diversas Cédulas de Crédito Bancário (CCBs) herdadas de gestões anteriores a 2007, tiveram 100% dos seus valores provisionados para perda em função do não pagamento dos valores devidos.

Os ativos financeiros que compõem as carteiras do Fundo e/ou dos fundos investidos estão expostos diretamente, ou através do uso de derivativos, aos riscos das variações das taxas de juros prefixadas, pós-fixadas, índices de preços, e/ou variação cambial, não havendo, necessariamente um fator de risco principal.

Em 30 de setembro de 2021, os auditores contratados pelo Fundo emitiram relatório de auditoria com abstenção e ênfase, datado de 29 de dezembro de 2021.

O Fundo de Investimento em Cotas de Fundos de Investimento Caixa Guandu CD Multimercado Crédito Privado, possui investimentos nos seguintes fundos investidos assim demonstrados:

FUNDO DE INVESTIMENTO	30/09/2021				31/12/2021
	TOTAL DO PATRIMÔNIO	PLANOS	AUDITOR INDEPENDENTE	TIPO DE RELATÓRIO	SALDO CONTÁBIL
Op. Compromissada	217	-	-	-	42
Fundo de Investimento Barra BD Multimercado	2.059	PRECE CV CD	KPMG Auditores Independentes	Relatório com ênfase	2.152
Fundo de Investimento Lagoa Multimercado Crédito Privado	696	PRECE CV CD	KPMG Auditores Independentes	Relatório sem modificação	707
Fundo de Investimento Lameirão Multimercado Crédito Privado	865	PRECE CV CD	KPMG Auditores Independentes	Relatório com abstenção de opinião	8.069
Fundo de Investimento Macacos CD Multimercado Crédito Privado	503.673	PRECE CV CD	KPMG Auditores Independentes	Relatório com ênfase	491.742
Contas a Pagar/Receber + Tesouraria	- 42	-	-	-	- 45
TOTAL FI GUANDU CD	507.468				502.667

Fundo de Investimento em Cotas de Fundos de Investimento Caixa Alegria I Multimercado Crédito Privado

O Fundo de Investimento em Cotas de Fundos de Investimento Alegria I Multimercado Crédito Privado, constituído em 25 de abril de 2008 sob forma de condomínio aberto com prazo indeterminado de duração, iniciou suas atividades em 22 de julho de 2011 e tem por objetivo proporcionar ao Cotista a valorização de suas contas por meio de aplicação dos recursos em carteira diversificada de ativos financeiros disponíveis no âmbito do mercado financeiro e de capitais, observadas as limitações previstas no Regulamento e na Regulamentação em vigor, não constituindo, em qualquer hipótese, garantia ou promessa de rentabilidade por parte da Administradora.

O Fundo é destinado a colher exclusivamente investimentos da PRECE – Previdência Complementar dos Planos de benefícios PRECE I e II.

Em consonância com a Instrução Previc nº 31 de 20 de agosto de 2020 e alterações promovidas pela Instrução Normativa nº 44, de 23 de novembro de 2021, conforme determinação da Previc, com a anuência do administrador, diversas Cédulas de Crédito Bancário (CCBs) herdadas de gestões anteriores a 2007, tiveram 100% dos seus valores provisionados para perda em função do não pagamento dos valores devidos.

Em 30 de setembro de 2021, os auditores contratados pelo Fundo emitiram relatório de auditoria com ressalva, datado de 27 de dezembro de 2021.

O Fundo de Investimento em Cotas de Fundos de Investimento Caixa Alegria I Multimercado Crédito Privado, possui investimentos nos seguintes fundos investidos assim demonstrados:

FUNDO DE INVESTIMENTO	30/09/2021				31/12/2021
	TOTAL DO PATRIMÔNIO	PLANOS	AUDITOR INDEPENDENTE	TIPO DE RELATÓRIO	SALDO CONTÁBIL
Op. Compromissada	121	-	-	-	47
Fundo de Investimento Barra I Multimercado	8.417	PRECE I	KPMG Auditores Independentes	Relatório com ênfase	8.807
Fundo de Investimento Lagoa Multimercado Crédito Privado	340	PRECE I	KPMG Auditores Independentes	Relatório sem modificação	346
Fundo de Investimento Lameirão Multimercado Crédito Privado	405	PRECE I	KPMG Auditores Independentes	Relatório com abstenção de opinião	3.774
Fundo de Investimento Xerém Multimercado Crédito Privado	74.590	PRECE I	KPMG Auditores Independentes	Relatório sem modificação	56.133
Contas a Pagar/Receber + Tesouraria	- 6	-	-	-	- 2
TOTAL FI ALEGRIA I	83.867				69.105

Fundo de Investimento em Cotas de Fundos de Investimento Caixa Alegria II Multimercado Crédito Privado

O Fundo de Investimento em Cotas de Fundos de Investimento Alegria II Multimercado Crédito Privado, constituído em 25 de abril de 2008 sob forma de condomínio aberto com prazo indeterminado de duração, iniciou suas atividades em 22 de julho de 2011 e tem por objetivo proporcionar ao Cotista a valorização de suas contas por meio de aplicação dos recursos em carteira diversificada de ativos financeiros disponíveis no âmbito do mercado financeiro e de capitais, observadas as limitações previstas no Regulamento e na Regulamentação em vigor, não constituindo, em qualquer hipótese, garantia ou promessa de rentabilidade por parte da Administradora.

O Fundo é destinado a colher exclusivamente investimentos da PRECE – Previdência Complementar dos Planos de benefícios PRECE I e II.

Em consonância com a de Instrução Previc nº 31 de 20 de agosto de 2020 e alterações promovidas pela Instrução Normativa nº 44, de 23 de novembro 2021, conforme determinação da Previc, com a anuência do administrador, diversas Cédulas de Crédito Bancário (CCBs) herdadas de gestões anteriores a 2007, tiveram 100% dos seus valores provisionados para perda em função do não pagamento dos valores devidos.

Em 30 de setembro de 2021, os auditores contratados pelo Fundo emitiram relatório de auditoria com ressalva, datado de 29 de dezembro de 2021.

O Fundo de Investimento em Cotas de Fundos de Investimento Caixa Alegria II Multimercado Crédito Privado, possui investimentos nos seguintes fundos investidos assim demonstrados:

FUNDO DE INVESTIMENTO	30/09/2021				31/12/2021
	TOTAL DO PATRIMÔNIO	PLANOS	AUDITOR INDEPENDENTE	TIPO DE RELATÓRIO	SALDO CONTÁBIL
Op. Compromissada	17	-	-	-	49
Fundo de Investimento Barra II Multimercado	5.078	PRECE II	KPMG Auditores Independentes	Relatório com ênfase	5.313
Fundo de Investimento Lagoa Multimercado Crédito Privado	205	PRECE II	KPMG Auditores Independentes	Relatório sem modificação	208
Fundo de Investimento Lameirão Multimercado Crédito Privado	244	PRECE II	KPMG Auditores Independentes	Relatório com abstenção de opinião	2.274
Fundo de Investimento Xerém Multimercado Crédito Privado	36.842	PRECE II	KPMG Auditores Independentes	Relatório sem modificação	40.219
Contas a Pagar/Receber + Tesouraria	- 4	-	-	-	- 4
TOTAL FI ALEGRIA II	42.382				48.059

Fundo de Investimento Caixa Imunana BD Multimercado Crédito Privado

O Fundo de Investimento Imunana BD Multimercado Crédito Privado, constituído em 18 de março de 2013 sob forma de condomínio aberto com prazo indeterminado de duração, iniciou suas atividades em 21 de novembro de 2013 e tem por objetivo proporcionar ao Cotista a valorização de suas contas por meio de aplicação dos recursos em carteira diversificada de ativos financeiros disponíveis no âmbito do mercado financeiro e de capitais, observadas as limitações previstas no Regulamento e na Regulamentação em vigor, não constituindo, em qualquer hipótese, garantia ou promessa de rentabilidade por parte da Administradora.

O Fundo é destinado a colher exclusivamente investimentos da PRECE – Previdência Complementar do Plano de benefício PRECE CV.

O Fundo neste exercício social tem alocado 21,91% de suas cotas em FIQ de FIP e as demais cotas em fundos de investimentos multimercado e operação compromissada.

Em 30 de setembro de 2021, os auditores contratados pelo Fundo emitiram relatório de auditoria com abstenção e ênfase, datado de 29 de dezembro de 2021.

O Fundo de Investimento em Caixa Imunana BD Multimercado Crédito Privado, possui investimentos nos seguintes fundos investidos assim demonstrados:

FUNDO DE INVESTIMENTO	30/09/2021					31/12/2021
	TOTAL DO PATRIMÔNIO	PLANOS	DATA	AUDITOR INDEPENDENTE	TIPO DE RELATÓRIO	SALDO CONTÁBIL
Op. Compromissada	19	-	-	-	-	21
Signal Capital FIQ FIP	3.599	PRECE CV BD	28/02/2021	PWC	Relatório sem modificação	3.485
Absolute Vertex II F	22.781	PRECE CV BD	31/03/2021	Deloitte Touche Tohmatsu	Relatório sem modificação	23.949
Capitania REIT FIC FIM CP	8.517	PRECE CV BD	30/09/2021	Deloitte Touche Tohmatsu	Relatório sem modificação	8.566
Contas a Pagar/Receber + Tesouraria	- 2	-	-	-	-	3
TOTAL FI IMUNANA BD	34.914					36.024

*Data-base das DFs avaliadas pelo auditor do fundo exclusivo.

Fundo de Investimento Caixa Imunana CD Multimercado Crédito Privado

O Fundo de Investimento Imunana CD Multimercado Crédito Privado, constituído em 18 de março de 2013 sob forma de condomínio aberto com prazo indeterminado de duração, iniciou suas atividades em 21 de novembro de 2013 e tem por objetivo proporcionar ao Cotista a valorização de suas contas por meio de aplicação dos recursos em carteira diversificada de ativos financeiros disponíveis no âmbito do mercado financeiro e de capitais, observadas as limitações previstas no Regulamento e na Regulamentação em vigor, não constituindo, em qualquer hipótese, garantia ou promessa de rentabilidade por parte da Administradora.

O Fundo é destinado a colher exclusivamente investimentos da PRECE – Previdência Complementar do Plano de benefício PRECE CV.

O Fundo neste exercício social tem alocado 21,91% de suas cotas em FIQ de FIP e as demais cotas em fundos de investimentos multimercado e operação compromissada.

Em 30 de setembro de 2021, os auditores contratados pelo Fundo emitiram relatório de auditoria com abstenção e ênfase, datado de 29 de dezembro de 2021.

O Fundo de Investimento em Caixa Imunana CD Multimercado Crédito Privado, possui investimentos nos seguintes fundos investidos assim demonstrados:

FUNDO DE INVESTIMENTO	30/09/2021					31/12/2021
	TOTAL DO PATRIMÔNIO	PLANOS	DATA	AUDITOR INDEPENDENTE	TIPO DE RELATÓRIO	SALDO CONTÁBIL
Op. Compromissada	18	-	-	-	-	23
Signal Capital FIQ FIP	5.028	PRECE CV CD	28/02/2021	PWC	Relatório sem modificação	4.868
Absolute Vertex II F	31.824	PRECE CV CD	31/03/2021	Deloitte Touche Tohmatsu	Relatório sem modificação	33.455
Capitania REIT FIC FIM CP	11.897	PRECE CV CD	30/09/2021	Deloitte Touche Tohmatsu	Relatório sem modificação	11.966
Neo Multi Estrag 30	17.128	PRECE CV CD	31/10/2020	EY	Relatório sem modificação	17.065
Sant FIC FI Inst RF	470	PRECE CV CD	31/12/2020	EY	Relatório sem modificação	-
Contas a Pagar/Receber + Tesouraria	- 4	-	-	-	-	- 4
TOTAL FI IMUNANA CD	66.361					67.373

*Data-base das DFs avaliadas pelo auditor do fundo exclusivo.

6.5 DESENQUADRAMENTO DOS INVESTIMENTOS

A partir de maio/2015, quando ocorreu o desequilíbrio passivo de imóveis, a PRECE aprovou junto ao seu Conselho Deliberativo um Plano para equacionamento do desequilíbrio. Tal estratégia foi mantida vigente até julho/2016, onde a Entidade passou a negociar com a PREVIC, por orientação da mesma, a adesão a um Termo de Ajuste de Conduta (“TAC”) e, mesmo sem a efetiva assinatura do termo, a Entidade permaneceu anunciando mensalmente os imóveis tanto em meios físicos (jornal) quanto digitais (site) com o objetivo de alienação do estoque de imóveis, visando o enquadramento de seus Planos de benefício.

A Resolução CMN nº 4.661 de maio/2018 ao mesmo tempo que vedou a compra de imóveis físicos e terrenos para as Entidades Fechadas de Previdência Complementar apresentou o prazo de doze anos, a contar da entrada em vigor desta resolução, para a alienação do estoque de imóveis físicos (“tijolos”) e terrenos pertencentes à carteira de investimentos das EFPC, ou constituição de FIs (Fundos de Investimento Imobiliários) para abrigar os imóveis em carteira.

Após a resolução supracitada, os Planos PRECE I e II permaneceram com o excedente de imóveis além dos 20% previstos, fato que levou os gestores da PRECE a retomarem as tratativas para novo texto e composição do TAC. Conforme pode ser verificado no texto do Ofício nº 50/2019/ERRJ/DIFIS/Previc, em maio/2019, a PREVIC concedeu mais 6 meses para a apresentação da proposta de TAC referente aos Planos PRECE I e II. Em reunião realizada entre a Diretoria Executiva da PRECE e os fiscais da PREVIC, ficou acordado que a PRECE efetuará a reavaliação dos imóveis em janeiro/20, onde, de acordo com as condições mercadológicas, os valores estariam abaixo da última avaliação, o que de fato ocorreu. Sendo assim, os valores de desequilíbrio foram reduzidos significativamente, evitando a necessidade do TAC. Outro fator que possibilitou a redução no percentual de desequilíbrio foi a adequação do processo de contabilização do ativo imobiliário da Entidade, onde houve a baixa dos valores de aluguéis a receber, assim como a parametrização do sistema imobiliário para controle adequado da provisão de direitos creditórios de liquidação duvidosa, em consonância à IN MPS/SPC Nº 34/2009.

Em cumprimento à Instrução Previc nº 31/2020, que versa sobre a obrigatoriedade da avaliação da carteira de imóveis no mínimo anualmente, realizamos a contrata-

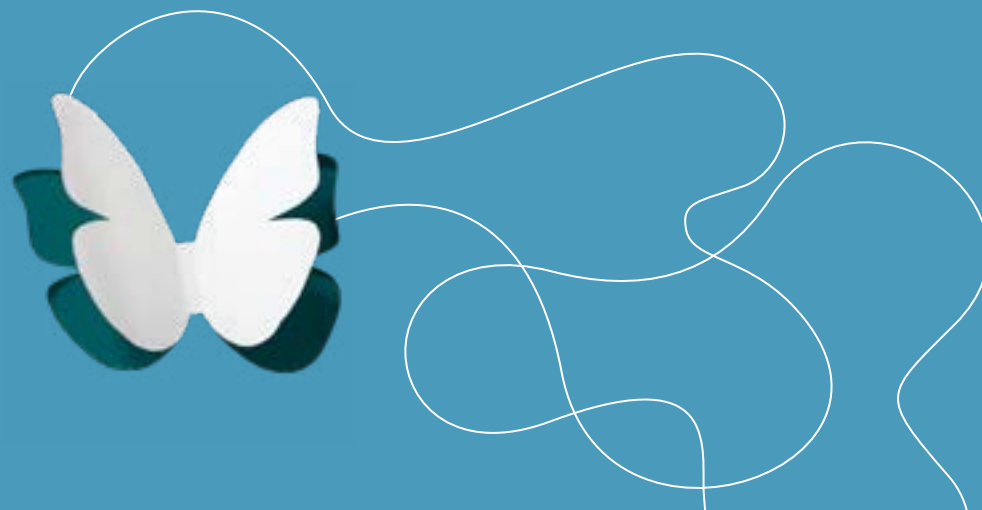
ção de empresa independente para a realização das mesmas. Após realizada a reavaliação da carteira imobiliária, houve um aumento expressivo de, aproximadamente, 33,06% dos valores venais dos imóveis em comparação com a posição contábil de novembro de 2021. Considerando a segregação dos Planos PRECE I e PRECE II, avaliamos o desequilíbrio de cada Plano em particular. Em 2021, os resultados da concentração da carteira imobiliária de cada Plano foram de 27,52% e 18,79%, respectivamente. Com isso, no que se refere ao limite de 20% de recursos aplicados no segmento imobiliário em relação à Política de Investimentos e à legislação vigente, observamos que apenas o PRECE I está desequilibrado, enquanto o PRECE II se encontra dentro do limite estabelecido.

É oportuno ressaltar que os imóveis físicos devem ser contabilizados dentro do segmento imobiliário para cálculo de limites. Por fim, ressaltamos que o artigo 37 inciso XIII, que versa sobre vedação de possuir imóveis físicos na carteira não está sendo considerado como desequilíbrio, pois a legislação confere prazo até 2030 para seu desfazimento. A PRECE está empenhando esforços para cumprir com o que rege à legislação.



NOTA 7 IMOBILIZADO E INTANGÍVEL

O ativo permanente é composto pelos ativos imobilizado e intangível, que são demonstrados aos custos de aquisição, depreciados e amortizados pelo método linear, e de acordo com o que estabelece a Instrução Previc nº 31 de 20 de agosto de 2020 e alterações promovidas pela Instrução Normativa nº 44, de 23 de novembro 2021



	TAXA DE DEPRECIÇÃO / AMORTIZAÇÃO	SALDO LÍQUIDO EM 2020	AQUISIÇÕES/ AJUSTES	DEPRECIÇÕES/ AMORTIZAÇÕES	SALDO LÍQUIDO EM 2021
IMOBILIZADO		138	190	(66)	262
Bens móveis		138	190	(66)	262
Móveis e utensílios	10%	48	4	(10)	42
Máquinas e equipamentos	10%	55	-	(19)	36
Processamento de dados		34	186	(37)	183
INTANGÍVEL		305	-	(83)	222
Software	20%	213		(25)	188
Benfeitorias imóveis		92	-	(58)	34
		443	190	(149)	484

NOTA 8 EXIGÍVEL OPERACIONAL

	2021	2020
GESTÃO PREVIDENCIAL		
Benefícios a pagar	129.067	106.876
Retenções a recolher	14.003	5.730
Outras exigibilidades	829	2.820
	143.899	115.426
GESTÃO ADMINISTRATIVA		
Contas a pagar	1.954	1.816
Retenções a recolher	409	400
Tributos a recolher	16	73
Outras exigibilidades	2.079	2.264
	4.458	4.553
INVESTIMENTOS		
Investimentos imobiliários	1.002	1.090
Empréstimos e financiamentos	26	44
Outras exigibilidades	11.506	1.849
	12.534	2.983
	160.891	122.962

NOTA 9 EXIGÍVEL CONTINGENCIAL

Fundamentado nas informações prestadas pela Assessoria Jurídica, em consonância com as estimativas de condenação em processos de natureza cível, trabalhista e tributário, nos quais a PRECE figura no polo passivo.

De acordo com a classificação de risco de perdas identificadas como prováveis, a PRECE possui registrado em 31 de dezembro de 2021, na rubrica Exigível Contingencial – Gestão Previdencial e Administrativa, provisões para contingências no montante de R\$ 68.489 (R\$ 59.155 em 2020), conforme quadros abaixo:

	2021	2020
Demandas judiciais - Área trabalhista (Castro Miranda)	38.769	24.632
Demandas judiciais - Área cível (C.Martins)	26.883	32.406
TOTAL PLANOS DE BENEFÍCIOS	65.652	57.038
Demandas judiciais -Área cível	873	911
Demandas judiciais -Área trabalhista	1.480	722
Demandas judiciais -Área tributária	484	484
Total PGA	2.837	2.117
	68.489	59.155

CONTINGÊNCIAS POR PLANOS DE BENEFÍCIOS E PGA

PROVÁVEL - 100% PROVISIONADO - 2021

DESCRIÇÃO	PRECE I	PRECE II	PRECE CV	PGA	TOTAL
Área cível	17.488	7.009	2.387	873	27.757
Área trabalhista	27.770	217	10.781	1.480	40.248
Área tributária	-	-	-	484	484
	45.258	7.226	13.168	2.837	68.489

POSSÍVEL - 2021

DESCRIÇÃO	PRECE I	PRECE II	PRECE CV	PGA	PRECE III	TOTAL
Área cível	4.399	986	13.764	135	30	19.314
Área trabalhista	-	-	-	206	-	206
Área tributária	4	2	23	4.637	-	4.666
	4.403	988	13.168	4.978	30	24.186

PROCESSOS NA ESFERA CÍVEL

Representados basicamente por processos cíveis, tendo como objeto fim o pleito de contribuição extraordinária, inclusão de beneficiários, revisão de benefícios, resgate da reserva de poupança por herdeiros, resgate da reserva de poupança sem perda de vínculo com a Patrocinadora, empréstimos a participantes, Seguro de vida (apólice coletiva) e paridade. Estes processos estão sendo administrados pelos escritórios de advocacia C. Martins e pela Assessoria Jurídica da PRECE que estimaram uma perda provável em 2021 de R\$ 27.757 (R\$ 33.317 – 2020). E com perda possível em 2021 de R\$ 19.314 (R\$ 8.037 – 2020).

PROCESSOS NA ESFERA TRABALHISTA

Representados por demandas trabalhistas de participantes assistidos e ativos dos Planos PRECE I, PRECE II e PRECE CV pleiteando a concessão e revisão de benefício, a devolução de valores descontados a título de contribuição extraordinária, diferenças de complementação no convênio paridade, vínculo empregatício empregado PRECE, reintegração, verbas rescisórias, entre outros.

Estes processos estão sendo administrados atualmente pelo escritório de advocacia Plaza Advogados, com perda provável em 2021 de R\$ 40.248 (R\$25.353 – 2020), e com perda possível de R\$ 206 (R\$ 206 – 2020).

PROCESSOS NA ESFERA TRIBUTÁRIA

Representados por demandas tributárias administrativas e judiciais, tendo como objeto fim, em resumo, ações referentes a Pis – Cofins e IOF. Estes processos estão sendo administrados pelo escritório de advocacia JCM Advogados, com uma perda provável em 2021 de R\$ 484 (R\$ 484 em 2020). E com perda possível em 2021 de R\$ 4.666 (R\$ 4.666 – 2020).

CONTINGÊNCIAS DIVERSAS

a) Ação judicial para permanecer nos Planos PRECE I e II sem contribuição extraordinária

Não está mais em vigor a liminar concedida pelo Juiz da 7ª Vara do Trabalho do Rio de Janeiro no processo 0000641-32.2011.5.01.0007, que impedia a PRECE de majorar e cobrar toda e qualquer contribuição extraordinária dos Planos PRECE I e II.

O processo movido pelo SINTSAMA, posteriormente à concessão da liminar, foi distribuído à 14ª Vara Cível da Comarca da Capital– RJ, sob o n.º 0337072-86.2013.8.19.0001, em razão do STF ter reconhecido a competência cível para processar e julgar questões relacionadas à Previdência Complementar.

A supracitada ação foi apensada ao processo n.º 0291346-89.2013.8.19.0001 movido pelo STAECNOM, em andamento na mesma Vara Cível para serem julgados juntos, por conexão.

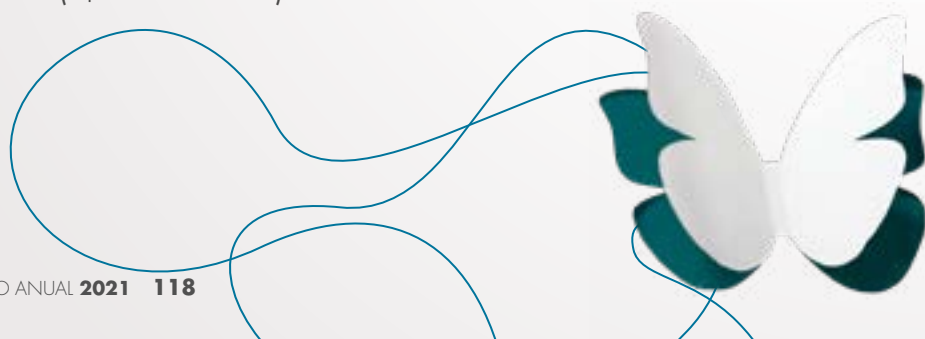
Em sentença proferida pela 14ª Vara Cível, em ambos os processos, restou reconhecida a litude da cobrança da contribuição extraordinária dos Planos PRECE I e II.

Os Sindicatos autores recorreram da decisão, porém os recursos de apelação não foram acolhidos pelos desembargadores da 8ª Câmara Civil do Rio de Janeiro, que, por unanimidade, mantiveram a sentença, por entenderem ser válida a cobrança das contribuições extraordinárias com a finalidade de equacionar o déficit do Plano previdenciário.

Interpostos embargos de declaração pelos Sindicatos, que estão com o Desembargador relator desde 12/12/2018, aguardando apreciação.

Autos encaminhados ao Superior Tribunal de Justiça em 09 de dezembro de 2019.

O Agravo em Recurso Especial interposto pelo Sindicato não foi acolhido, sendo proferida a seguinte decisão: “O recurso especial não será cabível quando a análise da pretensão recursal exigir o reexame do quadro fático-probatório, sendo vedada a modificação das premissas fáticas firmadas nas instâncias ordinárias na via eleita (Súmula n. 7/STJ).



O Sindicato autor ainda interpôs Agravo Interno no Aresp, que por unanimidade de votos não foi conhecido pelos Ministros do STJ.

A referida decisão transitou em julgado em setembro de 2021.

RECUPERAÇÃO DE IMPOSTOS

Imposto de Renda sobre Aplicações Financeiras

Encontra-se em fase de liquidação os processos administrativos, referentes ao imposto de renda sobre as aplicações financeiras, recolhido a maior no período de janeiro de 1999 a agosto de 2001. (Nota 6)

PIS E COFINS

Em 13 de maio de 2014 foi publicada a Lei nº 12.973/2014, que alterou a base de incidência do PIS e COFINS, de 01 de janeiro de 2015 em diante. A Diretoria Executiva através da RD nº 187/2015 de 27/05/2015, por intermédio da JCM Advogados, ingressou com o Mandado de Segurança 0081039-25.2015.402.5101, para discussão da não incidência do PIS/COFINS sobre a totalidade das Receitas Administrativas do PGA, e a partir do mês de competência setembro de 2015 a PRECE passou a depositar judicialmente os valores apurados. O processo encontra-se sobrestado aguardando a decisão final sobre o tema pelo STF.

NOTA 10 PROVISÕES MATEMÁTICAS

a)

As provisões matemáticas foram calculadas por atuários, cujos pareceres evidenciam o cumprimento às normas atuariais pertinentes, considerando-se as características peculiares do Estatuto e dos Regulamentos dos Planos de benefícios e incluem os compromissos correspondentes aos participantes que já adquiriram direitos, os quais podem ou não terem sido requeridos, e o direito aos participantes que ainda não os adquiriram.

As provisões matemáticas apresentam a seguinte divisão:

I. Provisões Matemáticas de Benefícios Concedidos – Correspondem ao valor atual

dos benefícios do Plano com os compromissos futuros da Entidade para os participantes que já estão em gozo de benefícios de prestação continuada (aposentadorias e pensões).

II. Provisões Matemáticas de Benefícios a Conceder – Correspondem à diferença entre o valor atual das obrigações futuras da Entidade e o valor atual das contribuições futuras das Patrocinadoras e dos participantes, quando aplicável.

III. Provisões matemáticas a constituir – Correspondem ao valor dos déficits equacionados, atualizados na data do balanço.

A movimentação das provisões matemáticas durante o exercício de 2021 e 2020 pode ser resumida como segue:



	2021	2020
BENEFÍCIOS CONCEDIDOS	2.222.747	2.021.811
Contribuição definida	459.228	301.514
BD Estruturado em regime de capitalização	1.763.519	1.720.297
BENEFÍCIOS A CONCEDER	448.773	649.314
CD Contribuição definida	384.739	563.729
BD Estruturado em regime de capitalização programado	63.847	84.315
BD Estruturado em regime de capitalização não programado	187	1.270
(-) Provisões matemáticas a constituir	(562.324)	(488.778)
(-) Déficit Equacionado	(562.324)	(488.778)
(-) Patrocinador(es)	(31.127)	-
(-) Participantes	(31.563)	(40.865)
(-) Assistidos	(499.634)	(447.913)
	2.109.196	2.182.347



As provisões matemáticas por Plano de Benefícios em 31 de dezembro de 2021 estão assim demonstradas:

	PRECE I	PRECE II	PRECE III	PRECE CV	TOTAL
BENEFÍCIOS CONCEDIDOS	589.282	202.229	692	1.430.544	2.222.747
Contribuição Definida	-	-	692	458.536	459.228
Benefício Definido	589.282	202.229	-	972.008	1.763.519
BENEFÍCIOS A CONCEDER	64.034	-	36.837	347.902	448.773
Contribuição Definida	-	-	36.837	347.902	384.739
Benefício Definido	64.034	-	-	-	64.034
(-) PROVISÕES MATEMÁTICAS A CONSTITUIR	(322.023)	(58.972)	-	(181.329)	(562.324)
(-) Déficit Equacionado	(322.023)	(58.972)	-	(181.329)	(562.324)
(-) Patrocinador(es)	-	-	-	(31.127)	(31.127)
(-) Participantes	(31.563)	-	-	-	(31.563)
(-) Assistidos	(290.460)	(58.972)	-	(150.202)	(499.634)
	331.293	143.257	37.529	1.597.117	2.109.196

PROVISÃO MATEMÁTICA A CONSTITUIR – PRECE I

Os valores relativos ao déficit equacionado dos participantes ativos e assistidos estão sendo pagos desde novembro de 2017.

Por decisão da Entidade, o Plano de Equacionamento de 2016 contemplou o montante de déficit correspondente a toda a insuficiência do Plano apurada até 31/12/2016, que englobou tanto o déficit técnico acumulado, quanto todo o valor das Provisões Matemáticas a Constituir (Participante e Assistidos), sendo que, em 31/12/2021 o referido déficit equacionado é de R\$ 206.506 (R\$ 383.408 – 2020).

No que se refere ao déficit equacionado de 2017, o Plano de Equacionamento de 2017 contemplou unicamente o montante de déficit correspondente à parcela mínima obrigatória passível de equacionamento, na forma determinada pela legislação específica, sendo que, em 31/12/2021 o referido déficit equacionado (Participante e Assistidos) é de R\$ 115.517 (R\$ 214.907 – 2020).

Desta forma, os valores acumulados das obrigações passivas da PRECE com o Plano, considerando os valores informados referentes às Provisões Matemáticas a Constituir de R\$ 322.023 (R\$ 598.315 - 2020);

Conforme mencionado na Nota nº 3, em 1º de janeiro/2022 houve a reclassificação do Contrato de Patrocinadora do grupo de contas Passivo - Provisões Matemáticas a Constituir do Patrimônio Social para o Ativo - Realizável Gestão Previdencial no valor de R\$ 291.611 referente ao processo de equacionamento do Déficit. Essa reclassificação ocasionou efeito permutativo no Patrimônio, aumentando o Ativo e Passivo no mesmo valor.

Adicionalmente, e em face de a PRECE não ter informado nenhum outro fato relevante para este Plano, além dos pontos destacados acima, especialmente em relação à solvência e liquidez do Plano, bem como em relação ao nível de contribuições extraordinárias, consideramos no seu processamento a inexistência de qualquer outro fato adicional que venha a comprometer a solvência e equilíbrio financeiro e atuarial do Plano, conforme estabelece o artigo 80 do Decreto 4.942/03, dada a responsabilidade técnico-atuarial, em relação aos Planos administrados pela PRECE.

PROVISÃO MATEMÁTICA A CONSTITUIR – PRECE II

Os valores relativos ao déficit equacionado dos participantes ativos e assistidos estão sendo pagos desde novembro de 2017.

Por decisão da Entidade, o Plano de Equacionamento de 2016 contemplou o montante de déficit correspondente a toda a insuficiência do Plano apurada até 31/12/2016, que englobou tanto o déficit técnico acumulado, quanto todo o valor das Provisões Matemáticas a Constituir (Assistido), sendo que, em 31/12/2021 o referido déficit equacionado é de R\$ 6.871 (R\$ 18.915 – 2020).

No que se refere ao déficit equacionado de 2017, o Plano de Equacionamento de 2017 contemplou unicamente o montante de déficit correspondente à parcela mínima obrigatória passível de equacionamento, na forma determinada pela legislação específica, sendo que, em 31/12/2021 o referido déficit equacionado (Assistido) é de R\$ 38.584 (R\$ 74.151 – 2020).

Relativo ao déficit equacionado de 2018, o Plano de Equacionamento de 2018 contemplou unicamente o montante de déficit correspondente à Avaliação Atuarial de 2018, sendo que, em 31/12/2021 o referido déficit equacionado (Assistido) é de R\$ 5.567 (R\$ 5.288 – 2020).

Por fim, relativo ao déficit equacionado de 2019 o Plano de Equacionamento de 2019 contemplou unicamente o montante de déficit correspondente à Avaliação Atuarial de 2019, sendo que, em 31/12/2021 o referido déficit equacionado (Assistido) é de R\$ 7.950 (R\$ 14.687 – 2020).

Desta forma, os valores acumulados das obrigações passivas da PRECE com o Plano, considerando os valores informados referentes às Provisões Matemáticas a Constituir de R\$ 58.972 (R\$ 113.041 – 2020).

Conforme mencionado na Nota nº 3, em 1º de janeiro/2022 houve a reclassificação do Contrato de Patrocinadora do grupo de contas Passivo - Provisões Matemáticas a constituir do Patrimônio Social para o Ativo - Realizável Gestão Previdencial no valor de R\$ 53.320 referente ao processo de equacionamento do Déficit. Essa reclassificação ocasionou efeito permutativo no Patrimônio, aumentando o Ativo e Passivo no mesmo valor.

Adicionalmente, e em face de a PRECE não ter informado nenhum outro fato relevante para este Plano, além dos pontos destacados acima, especialmente em relação à solvência e liquidez do Plano, bem como em relação ao nível de contribuições extraordinárias, consideramos no seu processamento a inexistência de qualquer outro fato adicional que venha a comprometer a solvência e equilíbrio financeiro e atuarial do Plano, conforme estabelece o artigo 80 do Decreto 4.942/03, dada a responsabilidade técnico-atuarial, em relação aos Planos administrados pela PRECE.

PROVISÃO MATEMÁTICA A CONSTITUIR – PRECE III

Tendo em vista a modalidade em que está estruturado o Plano, qual seja, Contribuição Definida, este item não se aplica ao Plano PRECE III, não sendo necessário discorrer sobre este assunto.

PROVISÃO MATEMÁTICA A CONSTITUIR PRECE CV PARTE RENDA VITALÍCIA

A provisão matemática a constituir do Plano PRECE CV (renda vitalícia), relativo ao déficit equacionado está classificada no passivo como conta redutora, caracterizando um direito a receber do Plano.

É uma dívida de natureza atuarial, que prevê a possibilidade de revisão anual do saldo devedor em função de ganhos, as proporções definidas no rateio, podendo o excedente ser utilizado para abater o saldo da dívida, atestado por meio de fluxo atuarial anualmente e que considere as receitas, despesas e patrimônio de cobertura.

A parcela da dívida de responsabilidade da Patrocinadora CEDAE possui um contrato de dívida contratada, registrado em cartório, e com garantias reais, como formaliza a Resolução CGPC nº 15, de 19 de novembro de 2014.

Frente aos históricos de sucessivos déficits, a PRECE juntamente com a sua Consultoria Atuarial, elaboraram um Plano de ação com diversas soluções que visem equacionar os problemas estruturais dos Planos administrado pela PRECE.

As provisões matemáticas a constituir referentes ao déficit técnico equacionado (Assistidos) de 2016 em 31/12/2021 correspondem a R\$ 60.687 (124.070 – 2020).

As provisões matemáticas a constituir referentes ao déficit técnico equacionado (Assistidos) de 2017 em 31/12/2021 correspondem a R\$ 58.384 (116.686 - 2019).

Por fim, para o déficit equacionado de 2020, o Plano de Equacionamento de 2020 contemplou unicamente o montante de déficit correspondente à parcela mínima obrigatória passível de equacionamento, na forma determinada pela legislação específica, sendo que, em 31/12/2021 o referido déficit equacionado (Patrocinadora) é de R\$ 31.127 e o déficit equacionado (Assistidos) é de R\$ 31.131.

Desta forma, os valores acumulados das obrigações passivas da PRECE com o Plano, considerando os valores informados referentes às Provisões Matemáticas a Constituir de R\$ 181.329 (R\$ 240.756 – 2020).

Conforme mencionado na Nota nº 3, em 1º de janeiro/2022 houve a reclassificação do Contrato de Patrocinadora do grupo de contas Passivo - Provisões Matemáticas a Constituir do Patrimônio Social para o Ativo - Realizável Gestão Previdencial no valor de R\$ 118.404 referente ao processo de equacionamento do Déficit. Essa reclassificação ocasionou efeito permutativo no Patrimônio, aumentando o Ativo e Passivo no mesmo valor.

Adicionalmente, e em face de a PRECE não ter informado nenhum outro fato relevante para este Plano, além dos pontos destacados acima, especialmente em relação à solvência e liquidez do Plano, bem como em relação ao nível de contribuições extraordinárias, consideramos no seu processamento a inexistência de qualquer outro fato adicional que venha a comprometer a solvência e equilíbrio financeiro e atuarial do Plano, conforme estabelece o artigo 80 do Decreto 4.942/03, dada a responsabilidade técnico-atuarial, em relação aos Planos administrados pela PRECE.

b) PREMISSAS E HIPÓTESES ATUARIAIS

Os cálculos das provisões matemáticas de 2021 consideraram as seguintes premissas e hipóteses atuariais e econômicas:

PLANO PRECE I

A seguir, descreveremos o conjunto das principais hipóteses atuariais e econômicas utilizadas na apuração das Provisões Matemáticas desta avaliação atuarial.

PLANO PRECE I	
Taxa real anual de juros ⁽¹⁾	4,10% a.a.
Projeção de crescimento real de salário ^{(1) (2)}	0,07% a.a.
Fator de capacidade para os salários	98%
Fator de capacidade para os benefícios	98%
Hipótese sobre rotatividade	Tábua EXP. PRECE ROT 2016 – 2020
Tábua de mortalidade geral	AT-83 Masculina
Tábua de mortalidade de inválidos	Winklevoss
Tábua de entrada em invalidez	MULLER
Custo de Pensão (Benefícios a Conceder)	Família Padrão Calculada a partir da base cadastral ⁽³⁾
Custo de Pensão (Benefícios Concedidos)	Família Real

(1) O indexador utilizado é o INPC do IBGE;

(2) A hipótese adotada de crescimento salarial foi definida pela (s) Patrocinadora(s) levando em consideração a expectativa média de reajustes salariais futuros.

(3) Diferença de idade: sexo masculino 5 anos mais velho que sexo feminino; percentual de casados: 70%.

As hipóteses atuariais utilizadas na presente avaliação atuarial foram fundamentadas por meio de documentação encaminhada pelas Patrocinadoras e por estudos específicos, cujos resultados foram formalizados à PRECE, que tomaram como base a população existente no Plano PRECE I.

A taxa real anual de juros foi alterada de 4,40% a.a para 4,10% a.a aprovada pelos órgãos competentes da PRECE, baseada em estudo técnico específico de adequação e compreendido no intervalo permitido para a taxa de juros, parâmetro para o exercício de 2021.

A hipótese de crescimento salarial real foi alterada de 0,27% a.a. para 0,07% a.a. com o objetivo de refletir mais fielmente a expectativa de concessão de aumentos salariais reais pelas Patrocinadoras.

A tábua de rotatividade foi alterada da Tábua EXP. PRECE ROT 2016 - 2019 para a Tábua EXP. PRECE ROT 2016 - 2020 com o objetivo de ajustar a expectativa de rotatividade ao comportamento observado na massa de participantes.



PLANO PRECE II

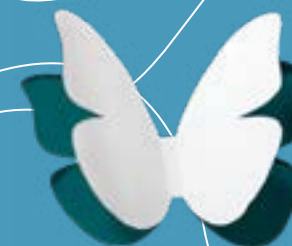
A seguir, descreveremos o conjunto das principais hipóteses atuariais e econômicas utilizadas na apuração das Provisões Matemáticas desta avaliação atuarial.

PLANO PRECE II	
Taxa real anual de juros ⁽¹⁾	3,99% a.a.
Projeção de crescimento real de salário ^{(1) (2)}	0,07% a.a.
Fator de capacidade para os salários	98%
Fator de capacidade para os benefícios	98%
Hipótese sobre rotatividade	Tábua EXP. PRECE ROT 2016 - 2020
Tábua de mortalidade geral	AT-2000 básica M&F
Tábua de mortalidade de inválidos	MI-85 M&F
Tábua de entrada em invalidez	MULLER
Custo de Pensão (Benefícios a Conceder)	Família Padrão Calculada a partir da base cadastra ⁽³⁾
Custo de Pensão (Benefícios Concedidos)	Família Real

(1) O indexador utilizado é o INPC do IBGE /IGP-DI da Fundação Getúlio Vargas;

(2) A hipótese adotada de crescimento salarial real foi definida pela (s) Patrocinadora(s) levando em consideração a expectativa média de reajustes salariais futuros.

(3) Diferença de idade: sexo masculino 8 anos mais velho que sexo feminino; percentual de casados: 70%.



As hipóteses atuariais utilizadas na presente avaliação atuarial foram fundamentadas por meio de documentação encaminhada pelas Patrocinadoras e por estudos específicos, cujos resultados foram formalizados à PRECE, que tomaram como base a população existente no Plano PRECE II.

A taxa real anual de juros foi alterada de 4,04% a.a para 3,99% a.a aprovada pelos órgãos competentes da PRECE, baseada em estudo técnico específico de adequação e compreendido no intervalo permitido para a taxa de juros, parâmetro para o exercício de 2021.

Informamos que a hipótese de crescimento salarial real foi alterada de 0,27% a.a. para 0,07% a.a. com o objetivo de refletir mais fielmente a expectativa de concessão de aumentos salariais reais pelas Patrocinadoras. Contudo, considerando que na referida Avaliação Atuarial não havia participantes ativos enquadrados na regra de contribuição ao Plano, esta alteração não gerou impacto no Plano.

A tábua de rotatividade foi alterada da Tábua EXP. PRECE ROT 2016 - 2019 para a Tábua EXP. PRECE ROT 2016 - 2020 com o objetivo de ajustar a expectativa de rotatividade ao comportamento observado na massa de participantes. Contudo, considerando que na referida Avaliação Atuarial não havia participantes ativos enquadrados na regra de contribuição ao Plano, esta alteração não gerou impacto no Plano.

Informamos que, excetuadas as alterações nas hipóteses atuariais mencionadas acima, as demais premissas foram mantidas com relação à avaliação atuarial realizada no exercício anterior.

PLANO PRECE III

A seguir, descreveremos o conjunto das principais hipóteses atuariais e econômicas utilizadas na apuração das Provisões Matemáticas desta avaliação atuarial.

PLANO PRECE III	
Taxa real anual de juros	4,50% a.a.
Projeção de crescimento real de salário	Não Aplicável
Atualização Monetária dos Salários	Não Aplicável
Atualização Monetária dos Benefícios	Cota Patrimonial
Fator de capacidade para os salários	Não Aplicável
Fator de capacidade para os benefícios	Não Aplicável
Hipótese sobre rotatividade	Não Aplicável
Tábua de mortalidade geral ⁽¹⁾	AT 2000 – SUAV 10% M&F
Tábua de mortalidade de inválidos	WINKLEVOSS
Tábua de entrada em invalidez	ALVARO VINDAS
Custo de Pensão	Não Aplicável

1) Foi utilizada a tábua AT2000, segregada por sexo, suavizada ao longo das idades em 10%.

As hipóteses são aplicáveis ao Plano apenas para a determinação do custo do saldo projetado para os benefícios de risco e para a geração dos fatores atuariais utilizados para apuração da renda por prazo determinado e indeterminado.

Em virtude da forma de cobertura dos benefícios de risco do Plano, qual seja, por meio da determinação de um Saldo Projetado a ser alocado na Conta Individual de Benefício na data de concessão destes, quando devido, cuja apuração se dá em obediência às regras regulamentares, e a sua cobertura oriunda de recursos existentes no Fundo Previdencial – Conta Coletiva para Cobertura de Risco, sendo seu custo e custeio estruturado no regime e método de Repartição de Capitais de Cobertura. O referido Fundo Previdencial, e não o Plano, está sujeito a volatilidade devido à inadequação de hipóteses e premissas atuariais, que caracterizam-se, basicamente, como Biométricas e Econômico-financeiras.

As hipóteses atuariais utilizadas para fins de Avaliação Atuarial anual de 2021 foram aprovadas pela PRECE, observando assim, os ditames da Resolução CNPC nº 30/18 e suas alterações posteriores.



PLANO PRECE CV

A seguir, descreveremos o conjunto das principais hipóteses atuariais e econômicas utilizadas na apuração das Provisões Matemáticas desta avaliação atuarial.

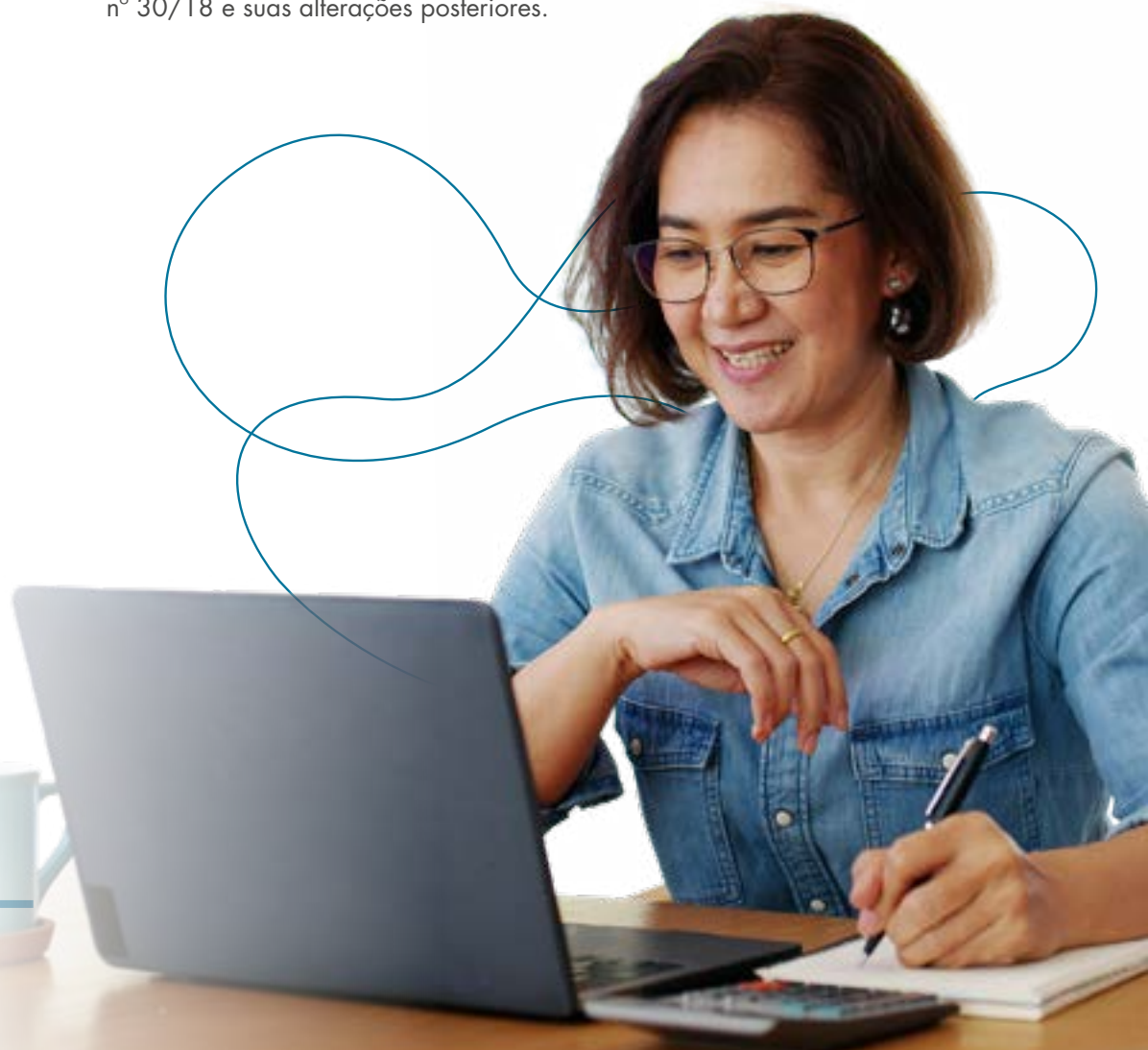
PLANO PRECE CV	
Taxa real anual de juros ⁽¹⁾	4,35% a.a.
Projeção de crescimento real de salário	Não Aplicável
Atualização Monetária dos Salários	Acumulado INPC
Atualização Monetária dos Benefícios	Acumulado INPC
Fator de capacidade	98%
Hipótese sobre rotatividade	Não Aplicável
Tábua de mortalidade geral (2)	AT 2000 Básica M
Tábua de mortalidade de inválidos	WINKLEVOSS
Tábua de entrada em invalidez	Mercer Disability M&F (D30)
Custo de Pensão (Benefícios a Conceder)	Não Aplicável
Custo de Pensão (Benefícios Concedidos)	Família Real

(1) O indexador utilizado é o INPC do IBGE;

Houve a alteração na taxa real de juros, a qual foi alterada de 4,49% a.a. para 4,35% a.a.

Excetuadas as alterações nas hipóteses atuariais mencionadas acima, as demais premissas foram mantidas com relação à avaliação atuarial realizada no exercício anterior.

As hipóteses atuariais utilizadas para fins de Avaliação Atuarial anual de 2021 foram aprovadas pela PRECE, observando assim, os ditames da Resolução CNPC nº 30/18 e suas alterações posteriores.



NOTA 11 EQUILÍBRIO TÉCNICO

a) APURAÇÃO DO RESULTADO DO EXERCÍCIO

Representa os resultados acumulados obtidos pela PRECE e registrados na conta de resultados realizados. A composição da conta resultados realizados, em 31 de dezembro, e a respectiva movimentação no exercício foi a seguinte:

SUPERÁVIT (DÉFICIT) TÉCNICO POR PLANO DE BENEFÍCIOS

DESCRIÇÃO	EXERCÍCIOS	PRECE I	PRECE II	PRECE III	PRECE CV	TOTAL
Superávit/(Déficit) técnico	Em 2020	14.483	(5.960)	-	(126.827)	(118.304)
Movimento no ano	-	7.924	1.067	-	16.466	25.457
Superávit/(Déficit) técnico	Em 2021	22.407	(4.893)	-	(110.361)	(92.847)

PLANO PRECE I

Confrontando-se as obrigações do Passivo Atuarial, expressas pelo valor das Provisões Matemáticas de benefícios concedidos e a conceder, e provisões a constituir, com o valor do Patrimônio de Cobertura do Plano, na mesma data, verifica-se que a situação econômico-atuarial do Plano PRECE I é superavitária em R\$ 22.407 (R\$ 14.483 – 2020) no encerramento do exercício.

A rentabilidade nominal líquida obtida pela PRECE na aplicação dos recursos garantidores do Plano PRECE I, ao longo de 2021, foi de 15,21% contra uma expectativa atuarial de rentabilidade nominal líquida de 15,01%, o que, em termos reais, representou obter 4,58% contra uma meta atuarial de rentabilidade real líquida de 4,40% ao ano estabelecida para 2021, tomando como indexador base o INPC (IBGE).



A Reserva de Contingência foi constituída conforme o disposto na Resolução CNPC nº 30/2018, considerando a seguinte fórmula: $[10\% + (1\% \times \text{duração do passivo do Plano})] \times \text{Provisão Matemática}$, limitado ao máximo de 25% da Provisão Matemática. Esclarecemos que a duração do passivo considerada nesta fórmula foi de 10,4176 anos e foi apurada na avaliação atuarial de 31/12/2021. Assim, o montante total foi contabilizado em Reserva de Contingência.

O Plano não possui títulos mantidos até o vencimento, portanto, o ajuste de precificação não é aplicável.

PLANO PRECE II

Confrontando-se as obrigações do Passivo Atuarial, expressas pelo valor das Provisões Matemáticas de benefícios concedidos e a conceder, e provisões a constituir, com o valor do Patrimônio de Cobertura do Plano, na mesma data, verifica-se que a situação econômico-atuarial do Plano PRECE II apresenta novo déficit no valor de R\$ 4.893 (R\$ 5.960 – 2020) no encerramento do exercício.

A rentabilidade nominal obtida na aplicação dos recursos garantidores do Plano, ao longo de 2021, foi de 14,01% contra uma expectativa atuarial de rentabilidade nominal líquida de 14,61%, o que, em termos reais, representou obter 4,49% contra uma meta atuarial de rentabilidade real líquida de 4,04% ao ano estabelecida para 2021, tomando como indexador base o INPC (IBGE).

Conforme determina a Resolução CNPC nº 300/2018, considerando da duração do passivo do exercício de 2020 de 8,8434 anos, o limite do déficit para a Avaliação Atuarial de 2021 é de R\$ 6.939 (4,84% das Provisões Matemáticas). O déficit apurado foi de R\$ 4.893 e como este montante é inferior ao limite de R\$ 6.939, não é obrigatória a elaboração de um Plano de equacionamento de déficit para o resultado atuarial de 2021.

O Plano não possui títulos mantidos até o vencimento, portanto, o ajuste de precificação não é aplicável.

PLANO PRECE III

A situação econômico-atuarial do Plano PRECE III, em 31 de dezembro de 2021 e 2020, é equilibrada como observado através do confronto entre as obrigações, e o Patrimônio de Cobertura do Plano.

A rentabilidade nominal líquida obtida na aplicação dos recursos garantidores do Plano PRECE III, ao longo de 2021, foi de 6,93% contra uma expectativa atuarial de rentabilidade nominal de 15,12%, o que, em termos reais, representou obter -2,93% contra uma meta atuarial referencial de rentabilidade real de 4,50% ao ano estabelecida para 2021, tomando como indexador base o INPC (IBGE).

PLANO PRECE CV

Confrontando-se as obrigações do Passivo Atuarial, expressas pelo valor das Provisões Matemáticas de benefícios concedidos e a conceder, e provisões a constituir, com o valor do Patrimônio de Cobertura do Plano, na mesma data, verifica-se que a situação econômico-atuarial do Plano PRECE CV apresenta um déficit no valor de R\$ 110.361 (R\$ 126.828 – 2020) no encerramento do exercício.

Há que se ressaltar que o Plano apresentou um aumento no resultado deficitário em 31/12/2020 de 493,07%, ou um déficit técnico no exercício de R\$ 105.443. Contribuiu para o resultado o aumento da provisão matemática em função da redução da taxa de juros e a perda atuarial do Plano.

A rentabilidade nominal líquida obtida pela PRECE na aplicação dos recursos garantidores do Plano PRECE CV, ao longo de 2021, foi de 9,28% contra uma expectativa atuarial de rentabilidade nominal líquida de 15,11%, o que, em termos reais, representou obter -0,80% contra uma meta atuarial de rentabilidade real líquida de 4,49% ao ano estabelecida para 2021, tomando como indexador base o INPC (IBGE).

Considerando a existência de títulos públicos marcados na curva, o ajuste de precificação montava, em 31 de dezembro de 2021, em R\$ 13.555 (R\$ 30.695 - 2020). Dessa forma, o Plano apresenta Equilíbrio Técnico Ajustado deficitário de R\$ 96.806.

b)
EQUILÍBRIO TÉCNICO AJUSTADO – AJUSTE DE PRECIFICAÇÃO

O resultado da avaliação atuarial demonstrou que o Plano PRECE CV apresenta, em 31/12/2021, um déficit técnico acumulado de R\$ 110.361, equivalente a 13,96% das suas Provisões Matemáticas de Benefício Definido, líquidas das provisões a constituir. Considerando o ajuste de precificação dos títulos financeiros do Plano, apurado pela PRECE em R\$ 13.555 o resultado técnico ajustado do Plano permanece deficitário em R\$ 96.806, equivalente a 12,24% das Provisões Matemáticas de Benefício Definido, líquidas das provisões a constituir.

Conforme disposto na Resolução CNPC nº 30/2018, o déficit ajustado máximo que

o Plano poderia apresentar, sem ser necessário a elaboração de Plano de equacionamento, é de R\$ 31.365, que corresponde a 3,97% das provisões matemáticas.

Portanto, sob a ótica atuarial, o Plano de Benefícios encontra-se com situação de insolvência, fora dos limites estabelecidos pelas regras vigentes, necessitando assim da elaboração de Plano de Equacionamento que abranja, no mínimo, o valor excedente ao limite de déficit técnico permitido para o exercício.

A apuração do equilíbrio técnico ajustado acumulado dos Planos foi o seguinte:

DESCRIÇÃO	DATA DE AQUISIÇÃO	DATA DE VENCIMENTO	ISIN	INDEXADOR	TAXA DE JUROS	QUANTIDADE	AJUSTE POR ATIVO
NTN-B	15/01/2014	15/05/2023	BRSTNCNTB409	IPCA	7,18%	10.000	1.344
NTN-B	15/01/2014	15/05/2023	BRSTNCNTB409	IPCA	6,72%	8.995	1.017
NTN-B	15/01/2014	15/05/2023	BRSTNCNTB409	IPCA	6,36%	8.900	857
NTN-B	15/01/2014	15/05/2023	BRSTNCNTB409	IPCA	5,30%	1.100	51
NTN-B	10/01/2018	15/08/2028	BRSTNCNTB4X0	IPCA	5,31%	4.172	860
NTN-B	10/02/2010	15/08/2030	BRSTNCNTB3B8	IPCA	5,97%	4.172	1.775
NTN-B	07/03/2006	15/05/2035	BRSTNCNTB007	IPCA	5,43%	10.000	4.141
NTN-B	07/03/2006	15/05/2035	BRSTNCNTB007	IPCA	5,19%	860	281
NTN-B	07/03/2006	15/05/2035	BRSTNCNTB007	IPCA	5,18%	10.000	3.230

VALOR CONTÁBIL	VALOR AJUSTADO	AJUSTE DE PRECIFICAÇÃO
226.871	240.426	13.555

DURATION ATIVOS
5,3042

NOTA 12 FUNDOS

EVOLUÇÃO DOS FUNDOS

	2021	2020
Fundo Previdencial	34.750	33.489
Fundo Administrativo	7.188	4.883
Fundo de Investimentos	8.215	11.781
	50.153	50.153

FUNDO PREVIDENCIAL

PLANO PRECE I

Na Avaliação Atuarial de encerramento do exercício de 2021, posicionada em 31/12/2021, o Plano não tem constituído Fundo Previdencial.

PLANO PRECE II

Na Avaliação Atuarial de encerramento do exercício de 2021, posicionada em 31/12/2021, o Plano não tem constituído Fundo Previdencial.

PLANO PRECE III

Na Avaliação Atuarial de encerramento do exercício de 2021, posicionada em 31/12/2021, o Plano tem constituído o Fundo Previdencial de Reversão de Saldo por Exigência Regulamentar e o Fundo Previdencial – Conta Coletiva para Cobertura de Risco.

O **Fundo Previdencial** - Fundo de Reversão de Saldo por Exigência Regulamentar é constituído com as contribuições vertidas pela Patrocinadora, não utilizadas em caso de Resgate de participantes do Plano. O referido fundo ao final de 2021 apresentou o montante de R\$ 165 (R\$ 94 – 2020).

O **Fundo Previdencial** – Conta Coletiva para Cobertura de Risco é constituído pelas contribuições vertidas pela Patrocinadora, destinadas à cobertura do benefício de risco. Este fundo é utilizado quando da concessão de benefício de Renda por Invalidez ou Renda por Morte de Participante, conforme disposição regulamentar, cujo valor monta em R\$ 2.169 (R\$ 1.891 em 2020).

PLANO PRECE CV

Na Avaliação Atuarial de encerramento do exercício de 2021, posicionada em 31/12/2021, o Plano tem constituído o Fundo Previdencial de Reversão de Saldo por Exigência Regulamentar e o Fundo Previdencial – Conta Coletiva para Cobertura de Risco.

O **Fundo Previdencial** - Fundo de Reversão de Saldo por Exigência Regulamentar é constituído com as contribuições vertidas pela Patrocinadora, não utilizadas em caso de Resgate de participantes do Plano. O referido fundo, ao final de 2021, apresentou o montante de R\$ 8.884 (R\$ 9.811 em 2020).

O **Fundo Previdencial** – Conta Coletiva para Cobertura de Risco é constituído pelas contribuições vertidas pela Patrocinadora, destinadas à cobertura do benefício de risco. Este fundo é utilizado quando da concessão de benefício de Renda por Invalidez ou Renda por Morte de Participante, conforme disposição regulamentar, cujo valor monta em R\$ 23.532 (R\$ 21.692 em 2020).

FUNDO ADMINISTRATIVO

O Fundo Administrativo é uma reserva constituída com o objetivo de suprir necessidades futuras com gastos na administração dos Planos de Benefícios.

Em 31 de dezembro de 2021 encontra-se registrado o seguinte demonstrativo de constituição do Fundo Administrativo:

DESCRIÇÃO	SALDOS (R\$)
SALDOS - FUNDO ADMINISTRATIVO EM 2020	4.883
Receitas	18.924
Despesas	(16.423)
Contingências	(720)
Resultado de investimentos	524
CONSTITUIÇÃO - FUNDO ADMINISTRATIVO NO ANO 2021	2.305
SALDOS - FUNDO ADMINISTRATIVO EM 2021	7.188

Conforme o contexto destacado pela Nota 5, é possível observar que o ano de 2021 apresentou constituição de fundo administrativo, dado que as receitas geradas superaram as despesas incorridas, diferente do cenário observado em 2020, quando houve uma reversão de fundo administrativo. Tal mudança de cenário ajuda a explicar as grandes variações observadas nos quadros dos demonstrativos contábeis, quando analisada a linha de fundo administrativo.

Os critérios que vêm sendo adotados pela PRECE, têm como suporte o rateio dos valores apropriados mensalmente, conforme demonstrativo abaixo. Neste ponto, observa-se a maior participação do Plano PRECE CV no fundo administrativo, fruto da destinação do "Fundo Previdencial – Reversão de Saldo por Exigência" em favor do custeio administrativo, no valor de R\$8.990, conforme Deliberação N°13/2021 do Conselho Deliberativo.

PLANOS	PRECE I	PRECE II	PRECE III	PRECE CV	TOTAL
Participação R\$	391	102	5	6.690	7.188
Participação %	5,44	1,42	0,07	93,07	100,00

FUNDOS PARA GARANTIA DAS OPERAÇÕES COM PARTICIPANTES - QQMI

Tem a finalidade de garantir a cobertura de empréstimos e financiamentos a participantes e assistidos na ocorrência de mortes, invalidez e inadimplência.

Em razão do elevado número de óbitos observados em 2021, fruto, especialmente, do grave cenário sanitário impactado pelo avanço da COVID-19, observou-se grande aumento na reversão de fundos para garantia das operações com participantes, observada nas altas variações constantes dos demonstrativos contábeis.

PLANOS	PRECE I	PRECE II	PRECE III	PRECE CV	TOTAL
Participação R\$	2.022	1.051	123	5.019	8.215
Participação %	24,61	12,79	1,50	61,10	100,00

NOTA 12 **PARTES RELACIONADAS**

São partes relacionadas da PRECE, participantes, Patrocinadoras, administradores compostos pelo Conselho Deliberativo, Conselho Fiscal e Diretoria Executiva, cujas atribuições e responsabilidades estão definidas no estatuto social.

Os participantes ingressam na Entidade através do Termo de Adesão e tem seus direitos e obrigações definidos pelos regulamentos dos Planos de Benefícios administrados pela Entidade. Os valores de suas obrigações de curto prazo para com os Planos estão demonstrados no quadro (b) do item 1 da Nota 6. Enquanto seus direitos quanto aos benefícios futuros estão representados, por Plano, na Nota 10.

Os vínculos das Patrocinadoras com a PRECE são oficializados através do Convênio de Adesão celebrado entre Entidade e as empresas Patrocinadoras, e obedecem às regras estabelecidas nos regulamentos dos Planos de Benefícios. Suas obrigações para com o Plano estão demonstradas no quadro (a) do item 1 da Nota 6, assim como os saldos em aberto estão representados no quadro (c) do item 1 da Nota 6.

NOTA 13 **CONSIDERAÇÕES ADICIONAIS – COVID-19**

Desde janeiro de 2020, com a escalada da COVID-19 (popularmente conhecida como coronavírus) e a pandemia decretada pela Organização Mundial Saúde (OMS), a administração da Sociedade monitorou a situação atentamente, tendo em vista que o mercado financeiro no Brasil e em outras economias maduras apresentou substancial volatilidade no valor dos ativos financeiros, incluindo aqueles atualmente detidos pela Sociedade.

Cabe um destaque especial, que após a avaliação dos impactos nos recursos garantidores das reservas técnicas, pode-se concluir que a maior parte das operações que foram impactadas não foi uma consequência da epidemia, mas também um resultado das medidas para contê-la.

Os impactos na economia ainda são incertos e de difícil mensuração, e também dependerão da efetividade das medidas adotadas pelos Governos e dos esforços coordenados pelos Bancos Centrais de diversos países para prover liquidez ao mercado e às empresas dos setores mais afetados.

NOTA 14 **MUDANÇA DE LEGISLAÇÃO**

a)

Instrução Previc nº 31, de 20 de agosto de 2020 – Normas e Procedimentos Contábeis, alterada pela Instrução Normativa nº 44 de 23 de novembro de 2021

A partir da competência de janeiro/2021, a Entidade passará a elaborar e encaminhar mensalmente à PREVIC, juntamente com o balancete contábil do período, por meio de sistema disponibilizado pela PREVIC, as informações extracontábeis do Plano de Benefícios.

b)

RESOLUÇÃO CNPC Nº 46, DE 1º DE OUTUBRO DE 2021

A referida Resolução dispõe sobre as condições e os procedimentos para a identificação e o cadastramento dos Planos de benefícios no Cadastro Nacional de Planos de Benefícios e no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica para fins de operacionalização da independência patrimonial dos Planos de benefícios administrados pelas Entidades fechadas de previdência complementar. Esta obrigatoriedade tinha como data limite para adequação o dia 31 de dezembro de 2021, e pela revogação da Resolução CNPC nº 31, de 11 de dezembro de 2018, o prazo final ficou para 31 de dezembro de 2022. A Entidade aguarda os procedimentos dos órgãos regulamentadores para adequação dos seus Planos de Benefícios.

A inscrição no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica não confere personalidade jurídica própria aos Planos de Benefícios e na operacionalização da inscrição do Plano no CNPJ, a Entidade já está adequada com relação a segregação de ativos dos Planos de Benefícios.

c)

INSTRUÇÃO NORMATIVA Previc Nº 42, DE 11 DE OUTUBRO DE 2021

A referida Resolução, dispõe sobre os critérios para a constituição de provisões para perdas associadas ao risco de crédito dos ativos financeiros pelas Entidades Fechadas de Previdência Complementar. A partir de 1º de janeiro de 2023. As Entidades passarão a classificar os ativos financeiros sujeitos a risco de crédito, em ordem crescente de nível de risco e constituir provisões para perdas esperadas, de acordo com os percentuais definidos nos intervalos para cada nível estabelecido na Legislação.

A classificação do ativo de acordo com o risco de crédito será de responsabilidade da Entidade e deve ser efetuada com base em critérios consistentes e verificáveis, amparada por informações internas e externas.

NOTA 15 EVENTO SUBSEQUENTE

Encontra-se em curso na PRECE o projeto da Estratégia Previdenciária, envolvendo todos os Planos de benefícios administrados pela Entidade. O objeto da Estratégia é proporcionar melhorias na situação econômico-financeira dos Planos, englobando além da migração dos Planos BD para um novo Plano CD, alterações regulamentares dos Planos PRECE III e CV, a fim de torná-los mais flexíveis e modernos.

O projeto foi protocolado em junho de 2020, e as alterações regulamentares dos Planos PRECE III e CV foram aprovadas no final daquele mesmo ano, e já estão sendo implementadas. Destas alterações decorreram boas repercussões para PRECE ao longo de 2021, como a migração interna de um contingente dos assistidos da renda vitalícia para uma das modalidades de renda financeira do Plano PRECE CV, bem como a predominância das solicitações de benefícios em comparação com as solicitações de resgate pelos participantes que se desligaram das Patrocinadoras. Espera-se que em 2022 os reflexos positivos continuem a ser verificados nas possíveis movimentações que ocorrerão em função dos desligamentos de parte do corpo de empregados da Patrocinadora CEDAE.

O ponto relevante da Estratégia Previdenciária diz respeito ao processo de migração dos Planos PRECE I e II, que são Planos suplementares na modalidade de Benefício

Definido (BD), para um novo Plano a ser criado, denominado como PRECE IV, que é classificado na modalidade de Contribuição Definida (CD).

Este processo de migração foi aprovado pela Previc em dezembro/2021 e terá como período de opção os meses de março/2022 a abril/2022. Durante este período os participantes, assistidos e os desligados ainda com vínculo na Patrocinadora, dos Planos PRECE I e II, poderão optar pela transferência da Reserva Matemática Individual de Migração para o novo Plano PRECE IV.

Como requisitos para a efetivação do processo de migração, será necessário atingir um mínimo de 55% da massa optando pela transferência, além de um patrimônio mínimo de migração equivalente a R\$ 202.754. Sendo atingido ambos os patamares de migração, estima-se que a operacionalização do Plano PRECE IV ocorra até julho/2022;

NOTA 16 DATA DE APROVAÇÃO E ENVIO AO ORGÃO REGULAMENTADOR

As demonstrações contábeis deverão ser encaminhadas para a Previc, via SICADI, até o dia 31 de março de 2020, definida pela Instrução Previc nº 31, de 20 de agosto de 2021 e alterações promovidas pela Instrução Normativa nº 44 de 23 de novembro de 2021.

As demonstrações contábeis foram aprovadas pela Administração da PRECE em 30 de março de 2022.

Eduardo Freire
da Silva Vargas

Diretor-Presidente
CPF: 982.961.327-53

Valdemir Luiz de
Carvalho
Diretor Administrativo
e Financeiro
CPF: 608.369.897-91

Rodrigo Francisco
do Prado Silva
Contador
CRC RJ 221255/o
CPF: 011.932.857-71

5
TRANSFORMAMOS
COMPROMISSO
EM RESULTADOS



Plano PRECE I

INSUMOS E METODOLOGIAS

5.1 ANÁLISE DOS CADASTROS, PREMISSAS E METODOLOGIAS ADOTADAS NA AVALIAÇÃO



5.1.1 BASE CADASTRAL

A base cadastral é um dos principais insumos para a realização da avaliação atuarial que tem como objetivo principal dimensionar os compromissos do Plano de benefícios. Dessa forma, a Mirador realizou a análise de dados do cadastro individual fornecido pela Entidade. Nesta etapa, foram aplicados testes de consistência, validações com a Entidade, ajuste no cadastro e a confirmação das estatísticas do Plano. Após a conclusão da análise de dados, o cadastro de dados individuais foi considerado adequado para o estudo de avaliação atuarial.

Nas próximas páginas, apresentamos as estatísticas do cadastro de dados individuais do Plano PRECE I utilizado para fins da avaliação atuarial, com data-base em 30/09/2021, considerando as movimentações cadastrais informadas pela Entidade para os meses de outubro e novembro de 2021, e posicionada em 31/12/2021.

5.1.2 ANÁLISE DO PERFIL

BASE CADASTRAL DE PARTICIPANTES ATIVOS, AUTOPATROCINADOS E EM BPD

PARTICIPANTES ATIVOS	2021
Ativo	180
Aguardando BPD	8
Frequência a conceder	188
Idade média (em anos)	62
Tempo Médio de Contribuição (em meses)	407
Tempo Médio de Empresa (em meses)	1.462
Folha de Salário de Participação Mensal (em R\$)	1.335.952,13
Salário Médio Mensal	7.106,13

2021: Base cadastral com data-base em 30/09/2021, considerando as movimentações informadas pela PRECE entre outubro e novembro de 2021 e idades posicionadas em 31/12/2021.

BASE CADASTRAL DE APOSENTADOS

	2021
APOSENTADORIA NORMAL	542
Idade média dos assistidos (em anos)	77,00
Folha Benefício mensal (em R\$)	1.934.189,34
Benefício Médio Mensal (em R\$)	3.568,62
APOSENTADORIA ANTECIPADA	178
Idade média dos assistidos (em anos)	76
Folha Benefício mensal (em R\$)	434.691,82
Benefício Médio Mensal (em R\$)	2.442,09
APOSENTADORIA POR INVALIDEZ	191
Idade média dos assistidos (em anos)	67
Folha Benefício mensal (em R\$)	228.240,82
Benefício Médio Mensal (em R\$)	1.194,98
APOSENTADORIA POR IDADE	40
Idade média dos assistidos (em anos)	83
Folha Benefício mensal (em R\$)	97.657,12
Benefício Médio Mensal (em R\$)	2.441,43
FREQUÊNCIA TOTAL DE APOSENTADOS	951,00
Idade média dos assistidos (em anos)	75
Folha Benefício mensal (em R\$)	2.694.779,10
Benefício Médio Mensal (em R\$)	2.833,63

2021: Base cadastral com data-base em 30/09/2021, considerando as movimentações informadas pela PRECE entre outubro e novembro de 2021 e idades posicionadas em 31/12/2021.

BASE CADASTRAL DE PENSIONISTAS

	2021
PENSÃO POR MORTE	1.469
Idade média (em anos)	71
Folha Benefício Mensal (em R\$)	1.793.242,68
Benefício Médio Mensal (em R\$)	1.220,72
APOSENTADO FALECIDO - AGUARDANDO PENSÃO	72
Idade média dos assistidos (em anos)	70
Folha Benefício mensal (em R\$)	73.113,84
Benefício Médio Mensal (em R\$)	1.015,47
ATIVO FALECIDO - AGUARDANDO PENSÃO	11
Idade média dos assistidos (em anos)	67
Folha Benefício mensal (em R\$)	6.368,53
Benefício Médio Mensal (em R\$)	578,96
FREQUÊNCIA DE GRUPOS DE PENSÕES	1.464
FREQUÊNCIA DE PENSIONISTAS	1.552
Idade média (em anos)	71
Folha Benefício Mensal (em R\$)	1.872.725,05
Benefício Médio Mensal (em R\$)	1.206,65

2021: Base cadastral com data-base em 30/09/2021, considerando as movimentações informadas pela PRECE entre outubro e novembro de 2021 e idades posicionadas em 31/12/2021.

DEPENDENTES DE APOSENTADOS E PENSIONISTAS

	2021
DEPENDENTES DOS APOSENTADOS - VITALÍCIOS	680
Homens	0
Mulheres	680
Idade média	71
DEPENDENTES DOS APOSENTADOS - INVÁLIDOS	7
Homens	4
Mulheres	3
Idade média	47
DEPENDENTES DOS APOSENTADOS - TEMPORÁRIOS	18
Homens	8
Mulheres	10
Idade média	16
QUANTIDADE DEPENDENTES	705
Idade Média Dependentes	69

2021: Base cadastral com data-base em 30/09/2021, considerando as movimentações informadas pela PRECE entre outubro e novembro de 2021 e idades posicionadas em 31/12/2021.

	2021
PENSIONISTAS - VITALÍCIOS	1.455
Homens	0
Mulheres	1.455
Idade média	72
PENSIONISTAS - INVÁLIDOS	62
Homens	35
Mulheres	27
Idade média	56
PENSIONISTAS - TEMPORÁRIOS	35
Homens	17
Mulheres	18
Idade média	19
QUANTIDADE DEPENDENTES	1.552
Idade Média Dependentes	71

2021: Base cadastral com data-base em 30/09/2021, considerando as movimentações informadas pela PRECE entre outubro e novembro de 2021 e idades posicionadas em 31/12/2021.

5.1.3 PREMISSAS E METODOLOGIAS ATUARIAIS

Nesta seção do relatório são apresentados os parâmetros, metodologias, premissas, regimes financeiros e métodos atuariais adotados na avaliação atuarial.

Posicionamento dos resultados

A atualização monetária dos valores utilizados na avaliação atuarial é realizada pela aplicação do indexador acumulado do Plano, o **Índice Nacional de Preços ao Consumidor (IBGE)**, entre a data-base da base cadastral e a avaliação atuarial.

Nota técnica atuarial

A metodologia adotada na avaliação atuarial do Plano de benefícios é apresentada em detalhes na Nota Técnica Atuarial do Plano (documento MERCER NT 028/18) Nota Técnica Atuarial 09/20, referendada pela Mirador e emitida em conformidade com a Instrução Normativa Previc nº 20, de 16 de dezembro de 2019 e Portaria Previc nº 1.106 de 23 de dezembro de 2019.

Estudos de adequação

Segundo Instrução Previc nº 33/2020, a adequação das premissas a serem utilizadas na avaliação atuarial deve ser testada em estudo específico, de acordo com as diretrizes estabelecidas na Portaria Previc nº 835/2020. Os estudos de adequação são segregados em dois estudos: de convergência (para a premissa financeira de taxa de juros real anual) e de aderência (para as premissas biométricas, demográficas e econômicas).

Os estudos de aderência que fundamentam as premissas atuariais adotadas na avaliação atuarial foram realizados no exercício de 2021, conforme documento MIRADOR 1892/2021, aprovados pelo Conselho Deliberativo da PRECE em Reunião Ordinária, realizada em 27/12/2021 e apresentam validade até o exercício de 2022.

Já o estudo de convergência da taxa de juros real anual apresentado no documento MIRADOR 2000/2021 foi realizado no exercício de 2021 e aprovado pelo Conselho Deliberativo da PRECE em Reunião Ordinária, realizada em 27/12/2021. Este estudo tem validade de 1 (um) ano, devendo este ser realizado novamente durante o exercício de 2022, conforme item II do Art. 35 da Instrução Previc nº 33/2020.



5.1.4 PREMISSAS ATUARIAIS

PREMISSAS ADOTADAS

	2020	2021
ECONÔMICAS/FINANCEIRAS		
Taxa Real de Juros Anual	4,40%	↓ 4,10%
Fator de Capacidade dos Salários	98%	→ 98,00%
Fator de Capacidade dos Benefícios	98%	→ 98,00%
Taxa de Crescimento Real Salarial Anual	0,27% a.a	↓ 0,07%a.a.
BIOMÉTRICAS		
Mortalidade Geral	AT 83 IAM M	AT 83 IAM M
Entrada em Invalidez	Muller	Muller
Mortalidade de Inválidos	Winklevoss	Winklevoss
DEMOGRÁFICAS		
Rotatividade (Turnover)	Exp. PRECE de Rotatividade 2016-2019	Exp. PRECE de Rotatividade 2016 -2020
Composição Familiar		
Benefícios a Conceder	Família Média	Família Média
Percentual de Casados	75%	70%
Diferença de idade entre titular e cônjuge	5 anos ¹	5 anos ¹
Dependente temporário até os 21 anos	N/A	Um dependente temporário estimado por $z = 21 - \text{máximo} [(80 - x)/2; 0]$
Benefícios Concedidos	Família Real	Família Real

¹ Comitê de Pronunciamentos Atuariais – CPA 003 – Classificação de premissas Atuariais

² Na diferença de idade entre titular “x” e cônjuge “y”, considera-se que para titular masculino, $y = x - 5$; para titular feminino, $y = x + 5$.

5.1.5 REGIMES E MÉTODOS ATUARIAIS

Os regimes financeiros, métodos de financiamento, foram mantidos os mesmos do exercício anterior e atendem às exigências da Resolução CNPC nº 30/2018.

BENEFÍCIO	REGIME FINANCEIRO	MÉTODO DE FINANCIAMENTO
Complementação de Abono Anual	Capitalização	Agregado
Complementação de Aposentadoria Antecipada	Capitalização	Agregado
Complementação de Aposentadoria por Idade	Capitalização	Agregado
Complementação de Aposentadoria por Invalidez	Capitalização	Agregado
Complementação de Aposentadoria por Tempo de Contribuição	Capitalização	Agregado
Complementação de Pensão por Morte	Capitalização	Agregado



5.2 RESULTADOS

RESULTADOS DA AVALIAÇÃO ATUARIAL

5.2.1 PATRIMÔNIO DO PLANO

Em 31/12/2021, conforme valores constantes no balancete do Plano de benefícios.

(VALORES EM R\$)	2020	2021	VARIAÇÃO
ATIVO TOTAL	164.945.151,97	474.025.751,74	↑ 187,38%
(-) Exigível Operacional	72.833.447,73	72.653.962,59	↓ -0,25%
Gestão Previdencial	71.827.482,16	62.399.337,50	↓ -13,13%
Gestão Administrativa	-	-	-
Investimentos	1.005.965,57	10.254.625,09	↑ 919,38%
(-) Exigível Contingencial	32.656.378,66	45.258.216,64	↑ 38,59%
Gestão Previdencial	32.656.378,66	45.258.216,64	↑ 38,59%
Gestão Administrativa	-	-	-
Investimentos	-	-	-
(=) PATRIMÔNIO SOCIAL	59.455.325,58	356.113.572,51	↑ 498,96%
(-) Fundos	3.377.363,77	2.413.071,49	↓ -28,55%
Previdenciais	-	-	-
Administrativos	630.624,20	391.240,81	↓ -37,96%
Dos investimentos	2.746.739,57	2.021.830,68	↓ -26,39%
(=) Patrimônio de Cobertura do Plano	56.077.961,81	353.700.501,02	↑ 530,73%

5.2.2 PASSIVO ATUARIAL

Em 31/12/2021

(VALORES EM R\$)	2020	2021	VARIAÇÃO
PMBC	554.648.455,00	589.282.418,94	↑ 6,24%
Saldo de Conta dos Assistidos	-	-	
VABF - Programados	333.217.132,00	335.935.134,13	→ 0,82%
VABF - Não Programados	239.651.664,00	278.060.542,02	↑ 16,03%
VACF Participantes	(18.220.341,00)	(24.713.257,21)	↑ 35,64%
VACF Patrocinadores	-	-	-
PMBaC	85.261.276,21	64.034.098,03	↓ -24,90%
Saldo de contas - parcela patro./inst.	-	-	-
Saldo de contas - parcela participantes	-	-	-
Saldo De Conta Portada De EFPC	-	-	-
Saldo De Conta Portada De EAPC	-	-	-
VABF - Programados	86.521.953,37	64.804.486,02	↓ -25,10%
VABF - Não Programados	1.308.386,00	189.846,87	↓ -85,49%
VACF Participantes	(1.284.531,58)	(480.117,43)	↓ -62,62%
VACF Patrocinadores	(1.284.531,58)	(480.117,43)	↓ -62,62%
(=) Passivo Atuarial	639.909.731,21	653.316.516,97	→ 2,10%

5.2.3 PROVISÃO A CONSTRUIR

Em 31/12/2021

(VALORES EM R\$)	2020	2021	VARIAÇÃO
SERVIÇO PASSADO	-	-	-
Patrocinador(es)	-	-	-
Participantes	-	-	-
DÉFICIT EQUACIONADO	(598.315.238,25)	(322.023.474,04)	↓ -46,18%
Patrocinador(es)	(291.611.268,70)	-	-
Participantes	(40.865.094,85)	(31.562.775,73)	↓ -22,76%
Assistidos	(265.838.874,70)	(290.460.698,31)	↑ 9,26%
POR AJUSTES DAS CONTRIBUIÇÕES EXTRAORDINÁRIAS			
Patrocinador(es)	-	-	-
Participantes	-	-	-
Assistidos	-	-	-
(=) Provisões Matemáticas a Constituir	(598.315.238,25)	(322.023.474,04)	↓ -46,18%

5.2.4 EQUILÍBRIO TÉCNICO (“RESULTADO CONTÁBIL”)

Em 31/12/2021

(VALORES EM R\$)	2020	2021	VARIAÇÃO
PATRIMÔNIO DE COBERTURA	56.077.961,81	353.700.501,02	↑ 530,73%
PROVISÕES MATEMÁTICAS	41.594.492,96	331.293.042,93	↑ 696,48%
(+) Passivo Atuarial	639.909.731,21	653.316.516,97	→ 2,10%
(-) Provisões Matemáticas a Constituir	(598.315.238,25)	(322.023.474,04)	↓ -46,18%
(=) Superávit/(Déficit) Acumulado	14.483.468,85	22.407.458,09	↑ 54,71%

O Equilíbrio Técnico de um Plano de benefícios representa o excesso ou falta atual de patrimônio (patrimônio de cobertura) em relação às suas obrigações previdenciárias (provisões matemáticas). O resultado do Equilíbrio Técnico é contabilizado no Balanço Patrimonial do Plano como superávit acumulado, no caso de situação superavitária, ou déficit acumulado, no caso de situação deficitária.

Por ser o resultado contabilizado em Balanço, mas não ser o utilizado para fins de análise de solvência do Plano de benefícios, é também comumente chamado de “resultado contábil”.

5.2.5 AJUSTE DE PRECIFICAÇÃO

Em 31/12/2021

O Plano não possui títulos mantidos até o vencimento, não havendo ajuste de precificação aplicável.

Ajuste de Precificação

O Ajuste de Precificação é definido como a diferença entre o valor dos títulos públicos federais atrelados a índice de preços (NTN-B ou NTN-C) classificados na categoria títulos mantidos até o vencimento (“na curva”), calculado considerando a taxa de juros real anual utilizada na respectiva avaliação atuarial, e o valor contábil desses títulos, conforme disposto na Resolução CNPC nº 30/2018.

Os títulos utilizados no cálculo do Ajuste de precificação devem atender a certos

requisitos previstos na Instrução Previc nº 33/2020, tais como a duration e o valor presente do fluxo dos títulos sejam inferiores à duration e ao valor presente do fluxo de pagamento de benefícios, respectivamente.

É importante notar que os títulos utilizados para fins de ajuste não poderão ser excluídos do cálculo dos exercícios subsequentes, exceto quando não atenderem aos requisitos previstos na Instrução Previc nº 33/2020.

5.2.6 EQUILÍBRIO TÉCNICO AJUSTADO (ETA)

No encerramento do exercício

(VALORES EM R\$)	2020	2021	VARIAÇÃO
PATRIMÔNIO DE COBERTURA BD	56.077.961,81	353.700.501,02	↑ 530,73%
PROVISÕES MATEMÁTICAS BD	41.594.492,96	331.293.042,93	↑ 696,48%
(+) Passivo Atuarial BDI	639.909.731,21	653.316.516,97	→ 2,10%
(-) Provisões Matemáticas a Constituir	(598.315.238,25)	(322.023.474,04)	↓ -46,18%
(=) Superávit/(Déficit) Acumulado	14.483.468,85	22.407.458,09	↑ 54,71%
(+/-) Ajuste Precificação	0	0	-
(=) Superávit/(Déficit) Acumulado (Ajustado)	14.483.468,85	22.407.458,09	↑ 54,71%

O Equilíbrio Técnico Ajustado (ETA) representa o Equilíbrio Técnico (“resultado contábil”), ajustado pelos ganhos ou perdas esperados em decorrência do Ajuste de Precificação (apresentado a seguir neste relatório).

O resultado do ETA é o efetivamente referenciado na legislação local (Brasileira) do sistema de previdência fechada para análise das condições de solvência de um Plano e definição de possível necessidade de equacionamento de déficits.

5.2.7 SOLVÊNCIA

CONTÁBIL: EQUILÍBRIO TÉCNICO

Situação contábil	Superavitário
Resultado Técnico Acumulado	22.407.458,09
Duration do Passivo	10,4176 anos (125 meses)

SOLVÊNCIA: EQUILÍBRIO TÉCNICO AJUSTADO (ETA)

Ajuste de Precificação	0,00
Resultado Técnico Ajustado	22.407.458,09
Situação do ETA	Superavitário
Limite Reserva de Contingência (R\$)	67.642.088,33
Reserva de Contingência a ser constituída	22.407.458,09

5.2.8 CONCLUSÃO

O resultado da avaliação atuarial demonstrou que o Plano apresenta, em 31/12/2021, um superávit técnico acumulado de R\$ 22.407.458,09, equivalente a 6,76 % das suas Provisões Matemáticas (parcela em benefício definido).

Conforme disposto na Resolução CNPC nº 30/2018, o superávit técnico acumulado deve ser contabilizado na Reserva de Contingência até o limite de 20,42% das Provisões Matemáticas de Benefício Definido do Plano de benefícios, equivalente a R\$ 67.642.088,33.

Por não extrapolar o limite de tolerância de Reserva de Contingência, de 20,42% das Provisões Matemáticas, não há necessidade de formação da Reserva Especial.



5.3 ANÁLISE DOS RESULTADOS

ANÁLISES ADICIONAIS DOS RESULTADOS DA AVALIAÇÃO ATUARIAL, RISCOS E CENÁRIOS

5.3.1 VARIAÇÃO DAS PROVISÕES MATEMÁTICAS

O quadro abaixo demonstra as variações observadas e os principais fatores dimensionáveis que impactaram o passivo do Plano.

	(EM R\$)	% PASSIVO 2021
(A) PASSIVO ATUARIAL EM 31.12.2020	639.909.731,21	97,95%
(+/-) Variação nominal esperada do Passivo Atuarial	(18.843.271,82)	-2,88%
(+/-) Inflação do período	79.054.988,37	12,10%
(B) PASSIVO ATUARIAL ESPERADO EM 31.12.2021	700.121.447,76	107,16%
(+/-) Alteração de premissa Composição Familiar	(689.108,92)	-0,11%
(+/-) Alteração de premissa Crescimento Salarial	(148.132,84)	-0,02%
(+/-) Alteração de premissa Rotatividade	(33.778,62)	-0,01%
(+/-) Alteração de premissa Juros	17.066.612,69	2,61%
(+/-) Regates/cancelados	(38.833.767,81)	-5,94%
(+/-) Experiência da população	(24.166.755,30)	-3,70%
(C) PASSIVO ATUARIAL EM 31.12.2021	653.316.516,97	100,00%

Cabe destacar que o quadro acima é apresentado com o único objetivo de auxiliar no entendimento dos principais componentes que afetaram o passivo no exercício. Porém, os valores apresentados podem conter aproximações / estimativas, não devendo estes serem considerados necessariamente como impactos precisos e efetivamente observados, mas aproximações da realidade do Plano e das movimentações ocorridas, apresentadas para serem utilizadas como instrumento de gestão e acompanhamento do passivo do Plano de benefícios.

5.3.2 EQUILÍBRIO TÉCNICO AJUSTADO (ETA)

COMENTÁRIOS SOBRE A SOLVÊNCIA DO PLANO DE BENEFÍCIOS

O resultado da avaliação atuarial demonstrou que o Plano apresenta, em 31/12/2021, um superávit técnico acumulado de R\$ 22.407.458,09, equivalente a 6,76 % das suas Provisões Matemáticas (parcela em benefício definido).

Conforme disposto na Resolução CNPC nº 30/2018, o superávit técnico acumulado deve ser contabilizado na Reserva de Contingência até o limite de 20,42% das Provisões Matemáticas de Benefício Definido do Plano de benefícios, equivalente a R\$ 67.642.088,33.

Por não extrapolar o limite de tolerância de Reserva de Contingência, de 20,42% das Provisões Matemáticas, não há necessidade de formação da Reserva Especial.

5.4 CUSTOS E PLANO DE CUSTEIO

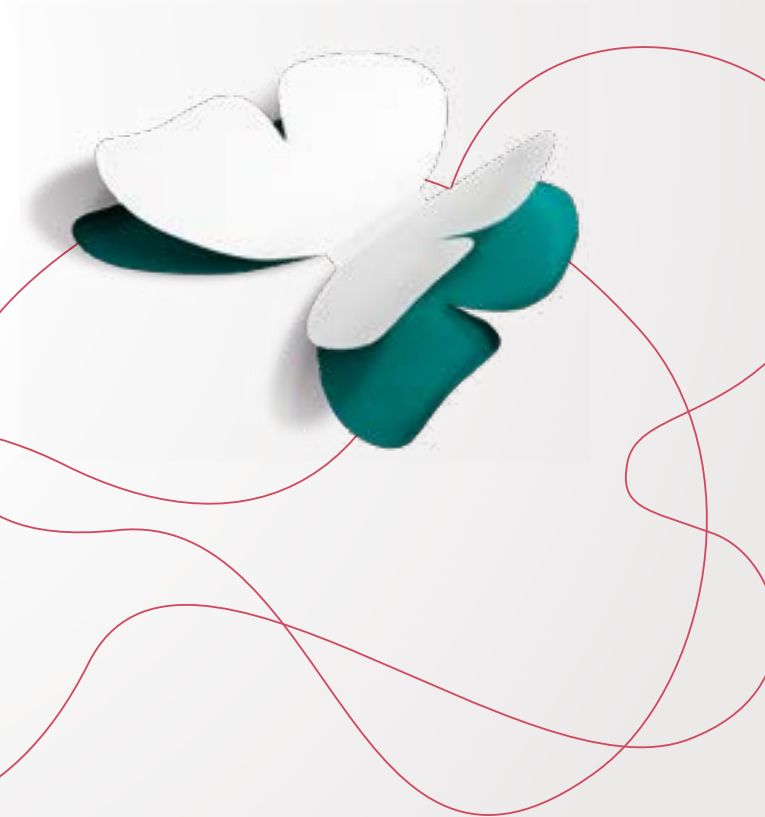
ANÁLISE DOS CUSTOS DO PLANO DE BENEFÍCIOS E DEFINIÇÃO DO PLANO DE CUSTEIO

5.4.1 CUSTOS

BENEFÍCIO	CUSTO EM % DA FOLHA SALARIAL
Aposentadoria	13,25%
Pensão	0,03%
Invalidez	0,01%
TOTAL DOS BENEFÍCIOS	13,29%
ADMINISTRAÇÃO	0,00%

¹ Conforme informado pela Entidade, o custeio administrativo passará a ser suportado pelos recursos oriundos do resultado bruto de investimentos dos Planos e pelo convênio firmado com a Patrocinadora.

² Custo e custeio apurado em função das contribuições futuras esperadas para o Plano e na folha salarial posicionada na data da avaliação.



5.4.2 PLANO DE CUSTEIO PARA EXERCÍCIO DE 2022

CUSTEIO PREVIDENCIÁRIO

<p>Contribuição de Ativos</p>	<p>Participantes ativos:</p> <ul style="list-style-type: none"> - Faixa 1: percentual Geral incidente sobre o Salário Real de Contribuição em função da idade na data da contribuição: de 2,70% até 4,70%; - Faixa 2: percentual adicional incidente sobre o excesso do Salário Real de Contribuição em relação à metade do Teto de Benefícios da Previdência Oficial (TETO/2): 2,00%; - Faixa 3: percentual adicional incidente sobre o excesso do Salário Real de Contribuição em relação ao Teto de Benefícios da Previdência Oficial (TETO): 7,00%; <p>Participantes autopatrocinaados:</p> <ul style="list-style-type: none"> - Igual à dos participantes, acrescida da contribuição em nome da Patrocinadora; <p>Participantes em BPD:</p> <ul style="list-style-type: none"> - 0%
<p>Contribuição de Aposentado</p>	<p>Aposentados:</p> <ul style="list-style-type: none"> - Faixa 1: percentual Geral incidente sobre a complementação em função da idade na data da contribuição: 2,70% até 4,70%; - Faixa 2: percentual adicional incidente sobre o excesso do complementação em relação à metade do Teto de Benefícios da Previdência Oficial (TETO/2): 2,00%; - Faixa 3: percentual adicional incidente sobre o excesso da complementação em relação ao Teto de Benefícios da Previdência Oficial (TETO): 7,00%;
<p>Contribuição de Pensionista</p>	<p>0,0%</p>
<p>Contribuição da Patrocinadora</p>	<p>Paritária apenas à Contribuição do Participante, com exceção do autopatrocinado.</p>

5.4.2 PLANO DE CUSTEIO PARA EXERCÍCIO DE 2022

CUSTEIO ADMINISTRATIVO

As despesas administrativas serão custeadas, de forma paritária, através da rentabilidade do resultado bruto de investimentos e do convênio firmado com a Patrocinadora.

CUSTEIO EXTRAORDINÁRIO

<p>Contribuição de Ativos</p>	<ul style="list-style-type: none"> - Equacionamento do Déficit de 2016: 13,73% incidente sobre o Salário Real de Contribuição (Prazo remanescente de 138 meses); - Equacionamento do Déficit de 2017: 6,70% incidente sobre o Salário Real de Contribuição (Prazo remanescente de 165 meses);
<p>Contribuição Assistidos</p>	<ul style="list-style-type: none"> - Equacionamento do Déficit de 2016: 36,96% incidente sobre a complementação (Prazo remanescente de 138 meses); - Equacionamento do Déficit de 2017: 18,02% incidente sobre a complementação (Prazo remanescente de 165 meses);
<p>Contribuição da Patrocinadora</p>	<ul style="list-style-type: none"> - Equacionamento do Déficit de 2016: Parcela mensal no valor de R\$ 1.556.826,12 (Prazo remanescente de 138 meses); - Equacionamento do Déficit de 2017: Parcela mensal no valor de R\$ 774.030,51 (Prazo remanescente de 165 meses);

Com relação à dívida da Patrocinadora, o saldo remanescente é de responsabilidade integral da CEDAE, uma vez que, conforme informação disponibilizada pela Entidade, as demais Patrocinadoras quitaram seus respectivos saldos.

A parcela para amortização da Patrocinadora deverá ser atualizada pelo índice do Plano.

Os Planos de equacionamento de déficit serão reavaliados na próxima Avaliação Atuarial de encerramento de exercício. Informações posicionadas em 31/12/2021.

O Plano de Custeio terá vigência a partir de 01/04/2022.

5.5 OUTROS TÓPICOS

DEMAIS TÓPICOS RELEVANTES DA GESTÃO ATUARIAL DO PLANO DE BENEFÍCIOS

5.5.1 FUNDOS PREVIDENCIAIS

No encerramento do exercício de 2021, o Plano não possuía nenhum Fundo Previdencial constituído.

5.5.2 CONTABILIZAÇÃO DOS RESULTADOS

PROVISÕES MATEMÁTICAS

		(EM R\$)
2.03.01.01.00.00.00	Provisões Matemáticas	331.293.042,93
2.03.01.01.01.00.00	Benefícios Concedidos	589.282.418,94
2.03.01.01.01.01.00	Contribuição Definida	-
2.03.01.01.01.01.01	Saldo de conta dos assistidos	-
2.03.01.01.01.02.00	Benefício Definido	589.282.418,94
2.03.01.01.01.02.01	Valor Atual dos Benefícios Futuros Programados - Assistidos	313.028.135,53
2.03.01.01.01.02.01.01	Encargos Futuros	335.935.134,13
2.03.01.01.01.02.01.02	(-) Contribuições Futuras Dos Patrocinadores	-
2.03.01.01.01.02.01.03	(-) Contribuições Futuras Dos Part. Assistidos	(22.906.998,60)
2.03.01.01.01.02.02	Valor Atual dos Benefícios Futuros não Programados - Assistidos	276.254.283,41
2.03.01.01.01.02.02.01	Encargos Futuros	278.060.542,02
2.03.01.01.01.02.02.02	(-) Contribuições Futuras Dos Patrocinadores	-
2.03.01.01.01.02.02.03	(-) Contribuições Futuras Dos Part. Assistidos	(1.806.258,61)
2.03.01.01.02.00.00	Benefícios a Conceder	64.034.098,03
2.03.01.01.02.01.00	Contribuição Definida	-
2.03.01.01.02.01.01	Saldo de Contas - parcela Patrocinador ou Instituidor	-
2.03.01.01.02.01.02	Saldo de Contas - parcela participantes	-
2.03.01.01.02.01.03	Saldo De Conta Portada De EFPC	-
2.03.01.01.02.01.04	Saldo De Conta Portada De EAPC	-
2.03.01.01.02.02.00	Benefício Definido Capitalização Programado	63.847.055,98

5.5.2 CONTABILIZAÇÃO DOS RESULTADOS

PROVISÕES MATEMÁTICAS

		(EM R\$)
2.03.01.01.02.02.01	Valor Atual dos Benefícios Futuros Programados	64.804.486,02
2.03.01.01.02.02.02	(-) Valor Atual das Contribuições Futuras Patrocinadores	(478.715,02)
2.03.01.01.02.02.03	(-) Valor Atual das Contribuições Futuras Participantes	(478.715,02)
2.03.01.01.02.03.00	Benefício Definido Capitalização não Programado	187.042,05
2.03.01.01.02.03.01	Valor Atual dos Benefícios Futuros não Programados	189.846,87
2.03.01.01.02.03.02	(-) Valor Atual das Contribuições Futuras Patrocinadores	(1.402,41)
2.03.01.01.02.03.03	(-) Valor Atual das Contribuições Futuras Participantes	(1.402,41)
2.03.01.01.03.00.00	(-) Provisões Matemáticas a Constituir	(322.023.474,04)
2.03.01.01.03.01.00	(-) Serviço Passado	-
2.03.01.01.03.01.01	(-) Patrocinador(es)	-
2.03.01.01.03.01.02	(-) Participantes	-
2.03.01.01.03.02.00	(-) Déficit Equacionado	(322.023.474,04)
2.03.01.01.03.02.01	(-) Patrocinador(es)	-
2.03.01.01.03.02.02	(-) Participantes	(31.562.775,73)
2.03.01.01.03.02.03	(-) Assistidos	(290.460.698,31)
2.03.01.01.03.03.00	(+/-) Por Ajustes Das Contribuições Extraordinárias	-
2.03.01.01.03.03.01	(+/-) Patrocinador(es)	-
2.03.01.01.03.03.02	(+/-) Participantes	-
2.03.01.01.03.03.03	(+/-) Assistidos	-

5.5.2 CONTABILIZAÇÃO DOS RESULTADOS

EQUILÍBRIO TÉCNICO

		(EM R\$)
2.03.01.02.00.00.00	Equilíbrio Técnico	22.407.458,09
2.03.01.02.01.00.00	Resultados Realizados	22.407.458,09
2.03.01.02.01.01.00	Superávit Técnico Acumulado	22.407.458,09
2.03.01.02.01.01.01	Reserva De Contingência	22.407.458,09
2.03.01.02.01.01.02	Reserva Especial Para Revisão De Plano	0,00
2.03.01.02.01.02.00	(-) Déficit Técnico Acumulado	-
2.03.01.02.02.00.00	Resultados A Realizar	-
2.03.02.00.00.00.00	Fundos	2.413.071,49
2.03.02.01.00.00.00	Fundos Previdenciais	-
2.03.02.01.01.00.00	Reversão De Saldo Por Exigência Regulamentar	-
2.03.02.01.02.00.00	Revisão De Plano	-
2.03.02.01.03.00.00	Outros - Previsto Em Nota Técnica Atuarial	-
2.03.02.01.03.01.00	Fundo Previdencial	-
2.03.02.01.03.02.00	Fundo De Variações Atuariais	-
2.03.02.01.03.03.00	Fundo De Benefício De Risco	-
2.03.02.02.00.00.00	Fundos Administrativos	391.240,81
2.03.02.02.01.00.00	Plano De Gestão Administrativa	391.240,81
2.03.02.02.02.00.00	Participação No Fundo Administrativo PGA	-
2.03.02.03.00.00.00	Fundos Para Garantia Das Operações Com Participantes	2.021.830,68

5.6 PARECER ATUARIAL

PARECER ATUARIAL CONCLUSIVO ACERCA DA SITUAÇÃO ECONÔMICA E ATUARIAL DO PLANO

5.6.1 PARECER ATUARIAL

Bases cadastrais utilizadas

Para fins da avaliação atuarial do Plano PRECE I foi utilizado o cadastro de dados individuais fornecido pela Entidade, com data-base em 30/09/2021, considerando as movimentações informadas pela Entidade para os meses de outubro e novembro de 2021, e posicionada em 31/12/2021. As informações foram submetidas a testes de consistência e foram considerados adequados para o estudo.

Premissas e bases técnicas

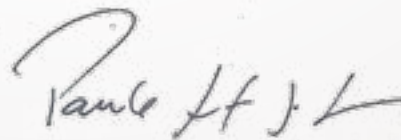
Os regimes financeiros, métodos de financiamento atendem às exigências da Resolução CNPC N° 30/2018.

Em relação às premissas atuariais utilizadas, houve alteração das seguintes premissas para 31/12/2021, em comparação a 31/12/2020:

- **Composição familiar:** Incluída a hipótese do dependente temporário e ajustado o percentual de casados de 75% para 70%;
- **Rotatividade:** Atualizada a premissa de rotatividade para a Exp. PRECE de Rotatividade 2016-2020;
- **Crescimento Salarial:** redução da taxa de 0,27% a.a. para 0,07% a.a.;
- **Taxa Real de Juros,** de 4,40% para 4,10%.



FABRÍCIO KRAPP COSTA
Diretor de serviços atuariais
Atuário – MIBA 2481
fabrizio@mirador360.com.br



PAULO JOSEF GOUVEA DA GAMA
Consultor
Atuário – MIBA 978
paulo.josef@mirador360.com.br



TÚLIO MAIA GUIMARÃES
Consultor
Atuário – MIBA 2701
tulio@mirador360.com.br

Resultados obtidos

No encerramento do exercício de 2021, o Plano PRECE I aqui analisado apresenta um resultado técnico superavitário de R\$ 22.407.458,09, que representa 6,76% das suas provisões matemáticas.

Conforme disposto na Resolução CNPC n° 30/2018, o superávit técnico acumulado deve ser contabilizado na Reserva de Contingência até o limite de 20,42% das Provisões Matemáticas de Benefício Definido do Plano de benefícios, equivalente a R\$ 67.642088,33.

Por não extrapolar o limite de tolerância de Reserva de Contingência, de 20,42% das Provisões Matemáticas, não há necessidade de formação da Reserva Especial.

Conclusão

Face ao exposto neste parecer, na qualidade de atuários responsáveis pela avaliação atuarial anual regular do Plano PRECE I, realizada em conformidade com os princípios atuariais aceitos internacionalmente, informamos que o Plano apresenta, em 31/12/2021, situação superavitária, com o respectivo valor do superávit abrangido pela Reserva de Contingência.

Cumprir destacar que, embora o Plano apresente situação superavitária, o mesmo possui o equivalente a R\$ 322.023.474,04 em Provisões Matemáticas a serem constituídas.

PARECER ATUARIAL

Plano PRECE II

INSUMOS E METODOLOGIAS

5.1 ANÁLISE DOS CADASTROS, PREMISSAS
E METODOLOGIAS ADOTADAS NA AVALIAÇÃO

5.1.2 BASE CADASTRAL

A base cadastral é um dos principais insumos para a realização da avaliação atuarial que tem objetivo principal de dimensionar os compromissos do Plano de benefícios. Dessa forma, a Mirador realizou a análise de dados do cadastro de dados individuais fornecido pela Entidade. Nesta etapa, foram aplicados testes de consistência, validações com a Entidade e ajuste no cadastro e a confirmação das estatísticas do Plano. Após a conclusão da análise de dados, o cadastro de dados individuais foi considerado adequado para o estudo de avaliação atuarial.

Nas próximas páginas, apresentamos as estatísticas do cadastro de dados individuais do Plano PRECE II utilizado para fins da avaliação atuarial, com data-base em 30/09/2021, considerando as movimentações cadastrais informadas pela Entidade para os meses de outubro e novembro de 2021, e posicionada em 31/12/2021.

5.1.3 ANÁLISE DO PERFIL

BASE CADASTRAL DE PARTICIPANTES ATIVOS,
AUTOPATROCINADOS E EM BPD

PARTICIPANTES ATIVOS	2021
Ativo	159
Aguardando BPD	7
Frequência a conceder	166
Idade Média (em anos) ¹	62
Tempo Médio de Contribuição (em meses) ¹	413
Folha de Salário de Participação (em R\$)	1.189.287,80
Salário Médio Mensal	7.164,38

2021: Base cadastral com data-base em 30/09/2021, considerando as movimentações informadas pela PRECE entre outubro e novembro de 2021 e idades posicionadas em 31/12/2021.

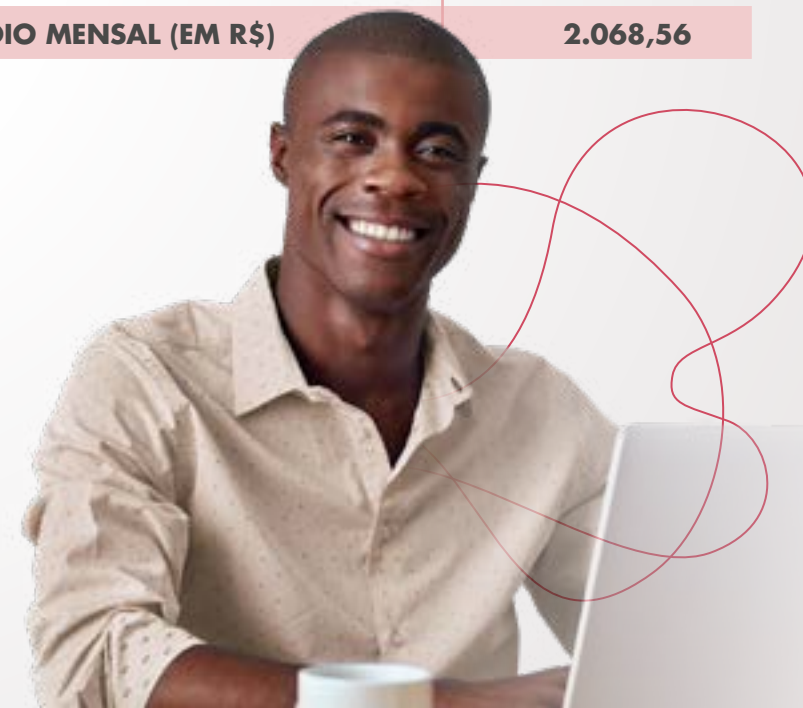
BASE CADASTRAL DE APOSENTADOS

	2021
APOSENTADORIA NORMAL	118
Idade Média dos Assistidos (em anos) ¹	83
Folha de benefícios mensal (em R\$)	666.592,43
Benefício médio mensal (em R\$)	5.649,09
APOSENTADORIA ANTECIPADA	9
Idade Média dos Assistidos (em anos) ¹	75
Folha de benefícios mensal (em R\$)	26.282,49
Benefício médio mensal (em R\$)	2.920,28
APOSENTADORIA POR INVALIDEZ	7
Idade Média dos Assistidos (em anos) ¹	75
Folha de benefícios mensal (em R\$)	3.891,94
Benefício médio mensal (em R\$)	555,99
APOSENTADORIA POR IDADE	2
Idade Média dos Assistidos (em anos) ¹	86
Folha de benefícios mensal (em R\$)	8.158,64
Benefício médio mensal (em R\$)	4.079,32
FREQUÊNCIA TOTAL DE APOSENTADOS	136
Idade Média dos Assistidos (em anos) ¹	82
Folha de benefícios mensal (em R\$)	704.925,50
Benefício médio mensal (em R\$)	5.183,28

2021: Base cadastral com data-base em 30/09/2021, considerando as movimentações dos meses de outubro e novembro de 2021 e idades posicionadas em 31/12/2021.

BASE CADASTRAL DE PENSIONISTAS

	2021
PENSÃO POR MORTE	447
Idade média (em anos)	77
Folha Benefício Mensal (em R\$)	933.487,03
Benefício Médio Mensal (em R\$)	2.088,34
APOSENTADO FALECIDO - AGUARDANDO PENSÃO	7
Idade média dos assistidos (em anos)	79
Folha Benefício mensal (em R\$)	5.639,10
Benefício Médio Mensal (em R\$)	805,59
FREQUÊNCIA DE GRUPOS DE PENSÕES	435
FREQUÊNCIA DE PENSIONISTAS	454
Idade média (em anos)	77
Folha Benefício Mensal (em R\$)	939.126,13
BENEFÍCIO MÉDIO MENSAL (EM R\$)	2.068,56



DEPENDENTES DE APOSENTADOS E PENSIONISTAS

	2021
DEPENDENTES DOS APOSENTADOS - VITALÍCIOS	101
Homens	0
Mulheres	101
Idade média	76
DEPENDENTES DOS APOSENTADOS - INVÁLIDOS	1
Homens	1
Mulheres	0
Idade média	51
DEPENDENTES DOS APOSENTADOS - TEMPORÁRIOS	0
Homens	0
Mulheres	0
Idade média	0
QUANTIDADE DEPENDENTES	102
Idade Média Dependentes	75

2021: Base cadastral com data-base em 30/09/2021, considerando as movimentações dos meses de outubro e novembro de 2021 e idades posicionadas em 31/12/2021.

DEPENDENTES DE APOSENTADOS E PENSIONISTAS

	2021
PENSIONISTAS - VITALÍCIOS	425
Homens	0
Mulheres	425
Idade média	79
PENSIONISTAS - INVÁLIDOS	28
Homens	15
Mulheres	13
Idade média	58
Pensionistas - Temporários	1
Homens	0
Mulheres	1
Idade média	21
QUANTIDADE PENSIONISTAS	454
Idade Média Pensionistas	78

2021: Base cadastral com data-base em 30/09/2021, considerando as movimentações informadas pela PRECE entre outubro e novembro de 2021 e idades posicionadas em 31/12/2021.

5.1.4 PREMISSAS E METODOLOGIAS ATUARIAIS

Nesta seção do relatório são apresentados os parâmetros, metodologias, premissas, regimes financeiros e métodos atuariais adotados na avaliação atuarial.

Posicionamento dos resultados

A atualização monetária dos valores utilizados na avaliação atuarial é realizada pela aplicação do indexador acumulado do Plano, o Índice Nacional de Preços ao Consumidor (IBGE), entre a data-base da base cadastral e a avaliação atuarial.

Nota técnica atuarial

A metodologia adotada na avaliação atuarial do Plano de benefícios é apresentada em detalhes na Nota Técnica Atuarial do Plano (documento NT 038/15) Nota Técnica Atuarial 09/20, referendada pela Mirador e emitida em conformidade com a Instrução Normativa Previc nº 20, de 16 de dezembro de 2019 e Portaria Previc nº 1.106 de 23 de dezembro de 2019.

Estudos de adequação

Segundo Instrução Previc nº 33/2020, a adequação das premissas a serem utilizadas na avaliação atuarial deve ser testada em estudo específico, de acordo com as diretrizes estabelecidas na Portaria Previc nº 835/2020. Os estudos de adequação são segregados em dois estudos: de convergência (para a premissa financeira de taxa de juros real anual) e de aderência (para as premissas biométricas, demográficas e econômicas).

Os estudos de aderência que fundamentam as premissas atuariais adotadas na avaliação atuarial foram realizados no exercício de 2021, conforme documento MIRADOR 1892/2021, aprovados pelo Conselho Deliberativo da PRECE em Reunião Ordinária, realizada em 27/12/2021 e apresentam validade até o exercício de 2022.

Já o estudo de convergência da taxa de juros real anual apresentado no documento MIRADOR 2000/2021 foi realizado no exercício de 2021 e aprovado pelo Conselho Deliberativo da PRECE em Reunião Ordinária, realizada em 27/12/2021. Este estudo tem validade de 1 (um) ano, devendo este ser realizado novamente durante o exercício de 2022, conforme item II do Art. 35 da Instrução Previc nº 33/2020.



5.1.5 PREMISSAS ATUARIAIS

PREMISSAS ADOTADAS

	2020	2021
ECONÔMICAS/FINANCEIRAS		
Taxa Real de Juros Anual	4,04% a.a	↓ 3,99 % a.a.
Fator de Capacidade dos Salários	98%	→ 98,00%
Fator de Capacidade dos Benefícios	98%	→ 98,00%
Taxa de Crescimento Real Salarial Anual	0,27% a.a.	↓ 0,07% a.a.
BIOMÉTRICAS		
Mortalidade Geral	Tábua AT-2000 Básica por sexo	Tábua AT-2000 Básica por sexo
Entrada em Invalidez	MULLER	MULLER
Mortalidade de Inválidos	MI85 por sexo	MI85 por sexo
DEMOGRÁFICAS		
Rotatividade (Turnover)	Exp. PRECE de Rotatividade 2016-2019	Exp. PRECE de Rotatividade 2016 -2020
Composição Familiar		
Benefícios a Conceder	Família Média	Família Média
Percentual de Casados	72%	70%
Diferença de idade entre titular e cônjuge	8 anos ¹	8 anos ¹
Dependente temporário até os 21 anos	N/A	Um dependente temporário estimado por $z = 21 - \text{máximo} [(80 - x)/2; 0]$
Benefícios Concedidos	Família Real	Família Real

¹ Na diferença de idade entre titular "x" e cônjuge "y", considera-se que para titular masculino, $y = x - 8$; para titular feminino, $y = x + 8$.

¹ Comitê de Pronunciamentos Atuariais – CPA 003 – Classificação de premissas Atuariais.

² Na diferença de idade entre titular "x" e cônjuge "y", considera-se que para titular masculino, $y = x - 8$; para titular feminino, $y = x + 8$.

5.1.6 REGIMES E MÉTODOS ATUARIAIS

Os regimes financeiros, métodos de financiamento, foram mantidos os mesmos do exercício anterior e atendem às exigências da Resolução CNPC nº 30/2018.

BENEFÍCIO	REGIME FINANCEIRO	MÉTODO DE FINANCIAMENTO
Abono Anual	Capitalização	Capitalização Financeira
Suplementação de Abono Anual	Capitalização	Agregado
Suplementação de Aposentadoria Antecipada	Capitalização	Agregado
Suplementação de Aposentadoria por Idade	Capitalização	Agregado
Suplementação de Aposentadoria por Invalidez	Capitalização	Agregado
Suplementação de Aposentadoria por Tempo de Contribuição	Capitalização	Agregado
Suplementação de Pensão por Morte	Capitalização	Agregado



5.2 RESULTADOS

RESULTADOS DA AVALIAÇÃO ATUARIAL

5.2.1 PATRIMÔNIO DO PLANO

Em 31/12/2021, conforme valores constantes no balancete do Plano de benefícios.

(VALORES EM R\$)	2020	2021	VARIAÇÃO
ATIVO TOTAL	88.440.119,02	148.035.940,79	↑ 67,39%
(-) Exigível Operacional	429.039,68	1.292.162,38	↑ 201,18%
Gestão Previdencial	85.908,93	985.473,40	↑ 1047,11%
Gestão Administrativa	-	-	-
Investimentos	343.130,75	306.688,98	↓ -10,62%
(-) Exigível Contingencial	15.262.537,00	7.226.457,66	↓ -52,65%
Gestão Previdencial	15.262.537,00	7.226.457,66	↓ -52,65%
Gestão Administrativa	-	-	-
Investimentos	-	-	-
(=) PATRIMÔNIO SOCIAL	72.748.542,34	139.517.320,75	↑ 91,78%
(-) Fundos	1.269.856,42	1.153.100,58	↓ -9,19%
Previdenciais	-	-	-
Administrativos	149.851,98	102.091,15	↓ -31,87%
Dos investimentos	1.120.004,44	1.051.009,43	↓ -6,16%
(=) Patrimônio de Cobertura do Plano	71.478.685,92	138.364.220,17	↑ 93,57%

5.2.2 PASSIVO ATUARIAL

Em 31/12/2021

(VALORES EM R\$)	2020	2021	VARIAÇÃO
PMBC	190.154.471,00	202.229.228,19	↑ 6,35%
Saldo de Conta dos Assistidos	-	-	-
VABF - Programados	104.645.926,00	102.547.752,76	↓ -2,01%
VABF - Não Programados	94.573.306,00	109.079.471,84	↑ 15,34%
VACF Participantes	(9.064.761,00)	(9.397.996,41)	→ 3,68%
VACF Patrocinadores	-	-	-
PMBaC	324.509,10	43,80	↓ -99,99%
Saldo de contas - parcela patro./inst.	-	-	-
Saldo de contas - parcela participantes	-	-	-
Saldo De Conta Portada De EFPC	-	-	-
Saldo De Conta Portada De EAPC	-	-	-
VABF - Programados	324.509,10	43,80	↓ -99,99%
VABF - Não Programados	-	-	-
VACF Participantes	-	-	-
VACF Patrocinadores	-	-	-
(=) Passivo Atuarial	190.478.980,10	202.229.271,99	↑ 6,17%

5.2.3 PROVISÃO A CONSTRUIR

Em 31/12/2021

(VALORES EM R\$)	2020	2021	VARIAÇÃO
SERVIÇO PASSADO	-	-	-
Patrocinador(es)	-	-	-
Participantes	-	-	-
DÉFICIT EQUACIONADO	(113.040.635,18)	(58.972.250,95)	↓ - 47,83%
Patrocinador(es)	(53.320.206,73)	-	-
Participantes	-	-	-
Assistidos	(59.720.428,45)	(58.972.250,95)	→ 1,25%
POR AJUSTES DAS CONTRIBUIÇÕES EXTRAORDINÁRIAS	-	-	-
Patrocinador(es)	-	-	-
Participantes	-	-	-
Assistidos	-	-	-
(=) PROVISÕES MATEMÁTICAS A CONSTITUIR	(113.040.635,18)	(58.972.250,95)	↓ - 47,83%

5.2.4 EQUILÍBRIO TÉCNICO (“RESULTADO CONTÁBIL”)

Em 31/12/2021

(VALORES EM R\$)	2020	2021	VARIAÇÃO
PATRIMÔNIO DE COBERTURA	71.478.685,92	138.364.220,17	↑ 93,57%
PROVISÕES MATEMÁTICAS	77.438.344,92	143.257.021,04	↑ 84,99%
(+) Passivo Atuarial	190.478.980,10	202.229.271,99	↑ 6,17%
(-) Provisões Matemáticas a Constituir	(113.040.635,18)	(58.972.250,95)	↓ - 47,83%
(=) Superávit/(Déficit) Acumulado	(5.959.659,00)	(4.892.800,87)	↓ -17,90%

O Equilíbrio Técnico Ajustado (ETA) representa o Equilíbrio Técnico (“resultado contábil”), ajustado pelos ganhos ou perdas esperados em decorrência do Ajuste de Precificação (apresentado a seguir neste relatório).

O resultado do ETA é o efetivamente referenciado na legislação local (Brasileira) do sistema de previdência fechada para análise das condições de solvência de um Plano e definição de possível necessidade de equacionamento de déficits.

5.2.5 AJUSTE DE PRECIFICAÇÃO

Em 31/12/2021

O Plano não possui títulos mantidos até o vencimento, não havendo ajuste de precificação aplicável.

Ajuste de Precificação

Ajuste de Precificação é definido como a diferença entre o valor dos títulos públicos federais atrelados a índice de preços (NTN-B ou NTN-C) classificados na categoria títulos mantidos até o vencimento (“na curva”), calculado considerando a taxa de juros real anual utilizada na respectiva avaliação atuarial, e o valor contábil desses títulos, conforme disposto na Resolução CNPC nº 30/2018.

Os títulos utilizados no cálculo do Ajuste de precificação devem atender a certos

requisitos previstos na Instrução Previc nº 33/2020, tais como a duration e o valor presente do fluxo dos títulos sejam inferiores à duration e ao valor presente do fluxo de pagamento de benefícios, respectivamente.

É importante notar que os títulos utilizados para fins de ajuste não poderão ser excluídos do cálculo dos exercícios subsequentes, exceto quando não atenderem aos requisitos previstos na Instrução Previc nº 33/2020.

5.2.6 EQUILÍBRIO TÉCNICO AJUSTADO (ETA)

(VALORES EM R\$)	2020	2021	VARIAÇÃO
PATRIMÔNIO DE COBERTURA	71.478.685,92	138.364.220,17	↑ 93,57%
PROVISÕES MATEMÁTICAS	77.438.344,92	143.257.021,04	↑ 84,99%
(+) Passivo Atuarial	190.478.980,10	202.229.271,99	↑ 6,17%
(-) Provisões Matemáticas a Constituir	(113.040.635,18)	(58.972.250,95)	↓ -47,83%
(=) Superávit/(Déficit) Acumulado	(5.959.659,00)	(4.892.800,87)	↑ 17,90%
(+/-) Ajuste Precificação	0,00	0,00	-
(=) Superávit/(Déficit) Acumulado (Ajustado)	(5.959.659,00)	(4.892.800,87)	↓ -17,90%

O Equilíbrio Técnico Ajustado (ETA) representa o Equilíbrio Técnico (“resultado contábil”), ajustado pelos ganhos ou perdas esperados em decorrência do Ajuste de Precificação (apresentado a seguir neste relatório).

O resultado do ETA é o efetivamente referenciado na legislação local (Brasileira) do sistema de previdência fechada para análise das condições de solvência de um Plano e definição de possível necessidade de equacionamento de déficits.

5.2.7 SOLVÊNCIA

CONTÁBIL: EQUILÍBRIO TÉCNICO

Situação contábil	Deficitário
Resultado Técnico Acumulado	(4.892.800,87)
Duration do Passivo	8,8434 anos (106 meses)

SOLVÊNCIA: EQUILÍBRIO TÉCNICO AJUSTADO (ETA)

Ajuste de Precificação	0,00
Resultado Técnico Ajustado	(4.892.800,87)
Situação do ETA	Deficitário
Limite de ETA deficitário1 (em %)	4,84%
Limite de ETA deficitário2 (em R\$)	(6.938.510,56)

5.2.8 CONCLUSÃO

O resultado da avaliação atuarial demonstrou que o Plano apresenta, em 31/12/2021, um déficit técnico acumulado de R\$ 4.892.800,87, equivalente a 3,42% das suas Provisões Matemáticas líquidas dos valores a constituir.

Uma vez que o Plano não possui títulos mantidos até o vencimento, não há ajuste de precificação a ser considerado.

Conforme disposto na Resolução CNPC nº 30/2018, o déficit ajustado máximo que o Plano poderia apresentar, sem ser necessária a elaboração de Plano de equacionamento, é de R\$ 6.938.510,56, que corresponde a 4,84% das provisões matemáticas.

Portanto, sob a ótica atuarial, o Plano de benefícios encontra-se com situação de solvência dentro dos limites mínimos e máximos estabelecidos pelas regras vigentes.



5.3 ANÁLISE DOS RESULTADOS

ANÁLISES ADICIONAIS DOS RESULTADOS DA AVALIAÇÃO ATUARIAL, RISCOS E CENÁRIOS

5.3.1 VARIAÇÃO DAS PROVISÕES MATEMÁTICAS

O quadro abaixo demonstra as variações observadas e os principais fatores dimensionáveis que impactaram o passivo do Plano.

	(EM R\$)	% PASSIVO 2021
(A) PASSIVO ATUARIAL EM 31.12.2020	190.478.980,10	94,19%
(+/-) Variação nominal esperada do Passivo Atuarial	(7.170.358,73)	-3,55%
(+/-) Inflação do período	21.937.964,41	10,85%
(B) PASSIVO ATUARIAL ESPERADO EM 31.12.2021	205.246.585,79	101,49%
(+/-) Alteração de premissa Composição Familiar	0,00	0,00%
(+/-) Alteração de premissa Rotatividade	0,00	0,00%
(+/-) Alteração de premissa Juros	767.351,07	0,38%
(+/-) Regates/cancelados	(7.222.956,33)	-3,57%
(+/-) Experiência da população	3.438.291,47	1,70%
(C) PASSIVO ATUARIAL EM 31.12.2021	202.229.271,99	100,00%

Cabe destacar que o quadro acima é apresentado com o único objetivo de auxiliar no entendimento dos principais componentes que afetaram o passivo no exercício. Porém, os valores apresentados podem conter aproximações / estimativas, não devendo estes serem considerados necessariamente como

impactos precisos e efetivamente observados, mas aproximações da realidade do Plano e das movimentações ocorridas, apresentadas para serem utilizadas como instrumento de gestão e acompanhamento do resultado do Plano de benefícios.

5.3.2 EQUILÍBRIO TÉCNICO AJUSTADO (ETA)

COMENTÁRIOS SOBRE A SOLVÊNCIA DO PLANO DE BENEFÍCIOS

O resultado da avaliação atuarial demonstrou que o Plano apresenta, em 31/12/2021, um déficit técnico acumulado de R\$ 4.892.800,87, equivalente a 3,42% das suas Provisões Matemáticas.

Conforme disposto na Resolução CNPC nº 30/2018, o déficit ajustado máximo que o Plano poderia apresentar, sem ser necessária a elaboração de Plano de equacionamento, é de R\$ 6.938.510,56, que corresponde a 4,84% das provisões matemáticas.

Portanto, sob a ótica atuarial, o Plano de benefícios encontra-se com situação de solvência dentro dos limites mínimos e máximos estabelecidos pelas regras vigentes, não havendo a necessidade de tratamento do resultado técnico observado.

5.4 CUSTOS E PLANO DE CUSTEIO

ANÁLISE DOS CUSTOS DO PLANO DE BENEFÍCIOS E DEFINIÇÃO DO PLANO DE CUSTEIO

5.4.1 CUSTOS

BENEFÍCIO	CUSTO EM % DA FOLHA SALARIAL
Aposentadoria	0,00%
Pensão	0,00%
Invalidez	0,00%
TOTAL DOS BENEFÍCIOS	0,00%
ADMINISTRAÇÃO	0,00%

¹ Conforme informado pela Entidade, o custeio administrativo passará a ser suportado pelos recursos oriundos do resultado bruto de investimentos dos Planos e pelo convênio firmado com a Patrocinadora.

² Custo e custeio apurado em função das contribuições futuras esperadas para o Plano e na folha salarial posicionada na data da avaliação.



5.4.2 PLANO DE CUSTEIO PARA EXERCÍCIO DE 2022

CUSTEIO PREVIDENCIÁRIO

<p>Contribuição de Ativos</p>	<p>Participantes ativos:</p> <ul style="list-style-type: none"> - percentual, definido em função da idade na data da contribuição, incidente sobre o excesso do Salário de Participação em relação ao triplo do teto de benefícios da Previdência Oficial: 18,10% até 20,10%; <p>Participantes autopatrocinados:</p> <ul style="list-style-type: none"> - Igual à dos participantes, acrescida da contribuição em nome da Patrocinadora; <p>Participantes em BPD:</p> <ul style="list-style-type: none"> - 0%
<p>Contribuição de Aposentado</p>	<p>Aposentados:</p> <ul style="list-style-type: none"> - Faixa 1: percentual incidente sobre a complementação em função da idade na data da contribuição: 2,70% até 4,70%; - Faixa 2: percentual adicional incidente sobre o excesso da complementação em relação a metade do Teto de Benefícios da Previdência Oficial (TETO/2): 2,00%; - Faixa 3: percentual adicional incidente sobre o excesso da complementação em relação ao Teto de Benefícios da Previdência Oficial (TETO): 7,00%; <p>OBS: Do resultado apurado para as contribuições deve ser deduzido o valor da contribuição paga para o Plano PRECE I.</p>
<p>Contribuição de Pensionista</p>	<p>0%</p>
<p>Contribuição da Patrocinadora</p>	<p>Paritária apenas à Contribuição do Participante, com exceção do autopatrocinado.</p>



5.4.2 PLANO DE CUSTEIO PARA EXERCÍCIO DE 2022

CUSTEIO ADMINISTRATIVO

As despesas administrativas serão custeadas, de forma paritária, através da rentabilidade do resultado bruto de investimentos e do convênio firmado com a Patrocinadora.

CUSTEIO EXTRAORDINÁRIO

<p>Contribuição Assistidos</p>	<ul style="list-style-type: none"> - Equacionamento do Déficit de 2016: 23,94% incidente sobre a complementação (Prazo remanescente de 18 meses); - Equacionamento do Déficit de 2017: 22,18% incidente sobre a complementação (Prazo remanescente de 130 meses); - Equacionamento do Déficit de 2018: 2,58% incidente sobre a complementação (Prazo remanescente de 172 meses); - Equacionamento do Déficit de 2019: 3,34% incidente sobre a complementação (Prazo remanescente de 196 meses);
<p>Contribuição da Patrocinadora</p>	<ul style="list-style-type: none"> - Equacionamento do Déficit de 2016: Parcela mensal no valor de R\$ 292.624,26 (Prazo remanescente de 18 meses); - Equacionamento do Déficit de 2017: Parcela mensal no valor de R\$ 296.908,91 (Prazo remanescente de 130 meses);

A parcela para amortização da Patrocinadora deverá ser atualizada pelo índice do Plano.
Os Planos de equacionamento de déficit serão reavaliados na próxima Avaliação Atuarial de encerramento de exercício.
Os prazos remanescentes informados estão posicionados em 31/12/2021
O Plano de Custeio terá vigência a partir de 01/04/2022.

5.5 OUTROS TÓPICOS

DEMAIS TÓPICOS RELEVANTES DA GESTÃO ATUARIAL DO PLANO DE BENEFÍCIOS

5.5.1 FUNDOS PREVIDENCIAIS

No encerramento do exercício de 2021, o Plano não possuía nenhum Fundo Previdencial constituído.

5.5.2 CONTABILIZAÇÃO DOS RESULTADOS

PROVISÕES MATEMÁTICAS

		(EM R\$)
2.03.01.01.00.00.00	Provisões Matemáticas	143.257.021,04
2.03.01.01.01.00.00	Benefícios Concedidos	202.229.228,19
2.03.01.01.01.01.00	Contribuição Definida	-
2.03.01.01.01.01.01	Saldo de conta dos assistidos	-
2.03.01.01.01.02.00	Benefício Definido	202.229.228,19
2.03.01.01.01.02.01	Valor Atual dos Benefícios Futuros Programados - Assistidos	93.170.036,52
2.03.01.01.01.02.01.01	Encargos Futuros	102.547.752,76
2.03.01.01.01.02.01.02	(-) Contribuições Futuras Dos Patrocinadores	-
2.03.01.01.01.02.01.03	(-) Contribuições Futuras Dos Part. Assistidos	(9.377.716,24)
2.03.01.01.01.02.02	Valor Atual dos Benefícios Futuros não programados - Assistidos	109.059.191,67
2.03.01.01.01.02.02.01	Encargos Futuros	109.079.471,84
2.03.01.01.01.02.02.02	(-) Contribuições Futuras Dos Patrocinadores	-
2.03.01.01.01.02.02.03	(-) Contribuições Futuras Dos Part. Assistidos	(20.280,17)
2.03.01.01.02.00.00	Benefícios a Conceder	43,80
2.03.01.01.02.01.00	Contribuição Definida	-
2.03.01.01.02.01.01	Saldo de Contas - parcela Patrocinador ou Instituidor	-
2.03.01.01.02.01.02	Saldo de Contas - parcela Participantes	-
2.03.01.01.02.01.03	Saldo De Conta Portada De EFPC	-
2.03.01.01.02.01.04	Saldo De Conta Portada De EAPC	-
2.03.01.01.02.02.00	Benefício Definido Capitalização Programado	43,80

5.5.2 CONTABILIZAÇÃO DOS RESULTADOS

PROVISÕES MATEMÁTICAS

		(EM R\$)
2.03.01.01.02.02.01	Valor Atual dos Benefícios Futuros Programados	43,80
2.03.01.01.02.02.02	(-) Valor Atual das Contribuições Futuras Patrocinadores	-
2.03.01.01.02.02.03	(-) Valor Atual das Contribuições Futuras Participantes	-
2.03.01.01.02.03.00	Benefício Definido Capitalização não Programado	-
2.03.01.01.02.03.01	Valor Atual dos Benefícios Futuros não Programados	-
2.03.01.01.02.03.02	(-) Valor Atual das Contribuições Futuras Patrocinadores	-
2.03.01.01.02.03.03	(-) Valor Atual das Contribuições Futuras Participantes	-
2.03.01.01.03.00.00	(-) Provisões Matemáticas A Constituir	(58.972.250,95)
2.03.01.01.03.01.00	(-) Serviço Passado	-
2.03.01.01.03.01.01	(-) Patrocinador(es)	-
2.03.01.01.03.01.02	(-) Participantes	-
2.03.01.01.03.02.00	(-) Déficit Equacionado	(58.972.250,95)
2.03.01.01.03.02.01	(-) Patrocinador(es)	-
2.03.01.01.03.02.02	(-) Participantes	-
2.03.01.01.03.02.03	(-) Assistidos	(58.972.250,95)
2.03.01.01.03.03.00	(+/-) Por Ajustes Das Contribuições Extraordinárias	-
2.03.01.01.03.03.01	(+/-) Patrocinador(es)	-
2.03.01.01.03.03.02	(+/-) Participantes	-
2.03.01.01.03.03.03	(+/-) Assistidos	-

5.5.2 CONTABILIZAÇÃO DOS RESULTADOS

EQUILÍBRIO TÉCNICO

		(EM R\$)
2.03.01.02.00.00.00	Equilíbrio Técnico	(4.892.800,87)
2.03.01.02.01.00.00	Resultados Realizados	(4.892.800,87)
2.03.01.02.01.01.00	Superávit Técnico Acumulado	-
2.03.01.02.01.01.01	Reserva De Contingência	-
2.03.01.02.01.01.02	Reserva Especial Para Revisão De Plano	-
2.03.01.02.01.02.00	(-) Déficit Técnico Acumulado	(4.892.800,87)
2.03.01.02.02.00.00	Resultados A Realizar	-
2.03.02.00.00.00.00	Fundos	1.153.100,58
2.03.02.01.00.00.00	Fundos Previdenciais	-
2.03.02.01.01.00.00	Reversão De Saldo Por Exigência Regulamentar	-
2.03.02.01.02.00.00	Revisão De Plano	-
2.03.02.01.03.00.00	Outros - Previsto Em Nota Técnica Atuarial	-
2.03.02.01.03.01.00	Fundo Previdencial	-
2.03.02.01.03.02.00	Fundo De Variações Atuariais	-
2.03.02.01.03.03.00	Fundo De Benefício De Risco	-
2.03.02.02.00.00.00	Fundos Administrativos	102.091,15
2.03.02.02.01.00.00	Plano De Gestão Administrativa	-
2.03.02.02.02.00.00	Participação No Fundo Administrativo PGA	102.091,15
2.03.02.03.00.00.00	Fundos Para Garantia Das Operações Com Participantes	1.051.009,43

5.6 PARECER ATUARIAL

PARECER ATUARIAL CONCLUSIVO ACERCA DA SITUAÇÃO ECONÔMICA E ATUARIAL DO PLANO

5.6.1 PARECER ATUARIAL

Bases cadastrais utilizadas

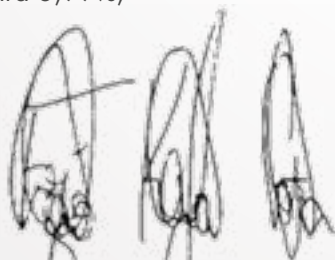
Para fins da avaliação atuarial do Plano PRECE II foi utilizado o cadastro de dados individuais fornecido pela Entidade, com data-base em 30/09/2021, considerando as movimentações informadas pela Entidade para os meses de outubro e novembro de 2021, e posicionada em 31/12/2021. As informações foram submetidas a testes de consistência e foram considerados adequados para o estudo.

Premissas e bases técnicas

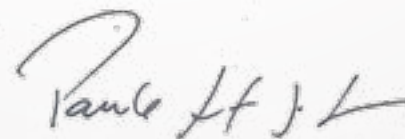
Os regimes financeiros, métodos de financiamento atendem às exigências da Resolução CNPC N° 30/2018.

Em relação às premissas atuariais utilizadas, houve alteração das seguintes premissas para 31/12/2021, em comparação a 31/12/2020:

- **Composição familiar:** Incluída a hipótese do dependente temporário e ajustado o percentual de casados de 72% para 70%;
- **Rotatividade:** Atualizada a premissa de rotatividade para a Exp. PRECE de Rotatividade 2016-2020;
- **Crescimento Salarial:** redução da taxa de 0,27% a.a. para 0,07% a.a.;
- **Taxa Real de Juros,** de 4,04% para 3,99%;



FABRÍZIO KRAPP COSTA
Diretor de serviços atuariais
Atuário – MIBA 2481
fabrizio@mirador360.com.br



PAULO JOSEF GOUVEIA DA GAMA
Consultor
Atuário – MIBA 978
paulo.josef@mirador360.com.br



TÚLIO MAIA GUIMARÃES
Consultor
Atuário – MIBA 2701
tulio@mirador360.com.br

Resultados obtidos

No encerramento do exercício de 2021, o Plano PRECE II aqui analisado apresenta um resultado técnico deficitário de R\$ 4.892.800,87, que representa 3,42% das suas provisões matemáticas. Por não possuir títulos mantidos até o vencimento não há ajuste de precificação a ser considerado.

Por fim, apesar de apresentar ETA negativo, o resultado se mantém dentro do limite estabelecido pelas regras de solvência vigentes, considera-se que o Plano de benefícios está em situação de equilíbrio econômico-atuarial.

Conclusão

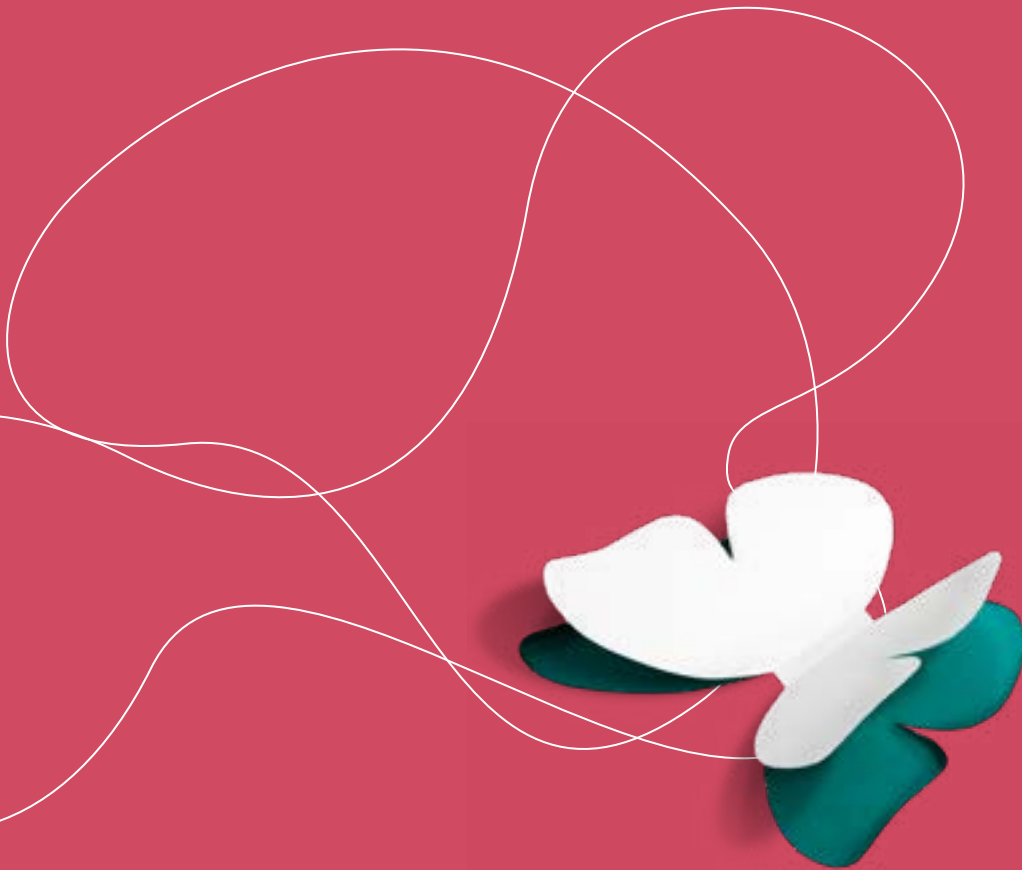
Face ao exposto neste parecer, na qualidade de atuários responsáveis pela avaliação atuarial anual regular do Plano PRECE II, realizada em conformidade com os princípios atuariais aceitos internacionalmente, informamos que o Plano apresenta, em 31/12/2021, situação de equilíbrio técnico ajustado (ETA) dentro dos limites mínimos e máximos estabelecidos pelas regras de solvência vigentes.

Cumpramos destacar que, embora o Plano apresente situação deficitária dentro dos limites legais, o mesmo possui o equivalente a R\$ 58.972.250,95 em Provisões Matemáticas a serem constituídas.

PARECER ATUARIAL

Plano PRECE III

INSUMOS E METODOLOGIAS

5.1 ANÁLISE DOS CADASTROS, PREMISSAS
E METODOLOGIAS ADOTADAS NA AVALIAÇÃO

2021: Base cadastral com data-base em 30/09/2021, considerando as movimentações informadas pela PRECE entre outubro e novembro de 2021 e idades posicionadas em 31/12/2021.

5.1.2 BASE CADASTRAL

A base cadastral é um dos principais insumos para a realização da avaliação atuarial que tem objetivo principal de dimensionar os compromissos do Plano de benefícios. Dessa forma, a Mirador realizou a análise de dados do cadastro de dados individuais fornecido pela Entidade. Nesta etapa, foram aplicados testes de consistência, validações com a Entidade e ajuste no cadastro e a confirmação das estatísticas do Plano. Após a conclusão da análise de dados, o cadastro de dados individuais foi considerado adequado para o estudo de avaliação atuarial.

Nas próximas páginas, apresentamos as estatísticas do cadastro de dados individuais do Plano PRECE III utilizado para fins da avaliação atuarial, com data-base em 30/09/2021, considerando as movimentações cadastrais informadas pela Entidade para os meses de outubro e novembro de 2021, e posicionada em 31/12/2021.

5.1.3 ANÁLISE DO PERFIL

BASE CADASTRAL DE PARTICIPANTES ATIVOS,
AUTOPATROCINADOS E EM BPD

PARTICIPANTES ATIVOS	2021
Ativo	397
Aguardando BPD	20
Frequência a conceder	417
Idade média (em anos)	47
Tempo Médio de Contribuição (em meses)	94
Tempo Médio de Empresa (em meses)	1.463
Folha de Salário de Participação Mensal (em R\$)	4.079.733,21
Salário Médio Mensal	9.783,53

BASE CADASTRAL DE APOSENTADOS

	2021
APOSENTADORIA NORMAL	1
Idade média dos assistidos (em anos)	71
Folha Benefício mensal (em R\$)	2.029,76
Benefício Médio Mensal (em R\$)	2.029,76
APOSENTADORIA POR INVALIDEZ	4
Idade média dos assistidos (em anos)	59
Folha Benefício mensal (em R\$)	728,65
Benefício Médio Mensal (em R\$)	182,16
FREQUÊNCIA TOTAL DE APOSENTADOS	5
Idade média dos assistidos (em anos)	61
Folha Benefício mensal (em R\$)	2.758,41
Benefício Médio Mensal (em R\$)	551,68

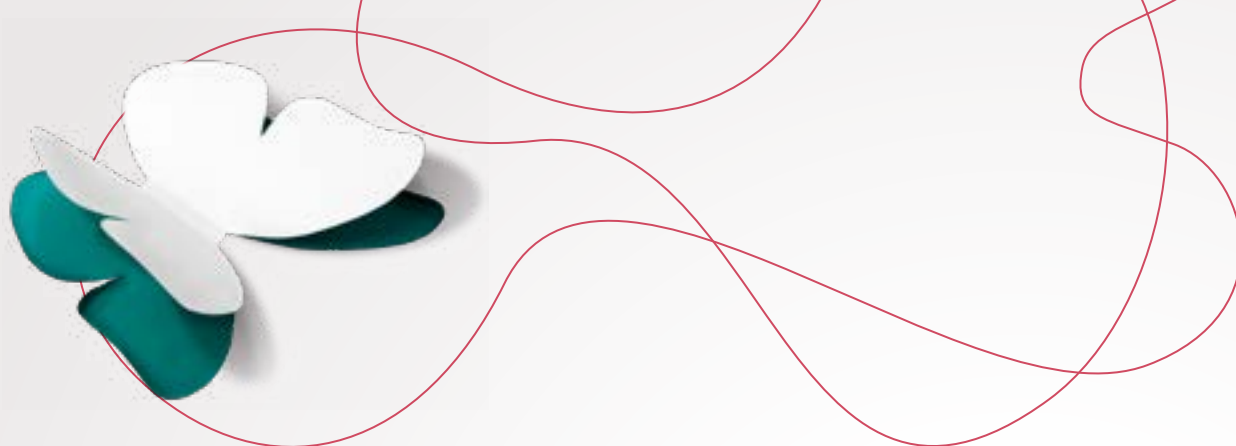
2021: Base cadastral com data-base em 30/09/2021, considerando as movimentações informadas pela PRECE entre outubro e novembro de 2021 e idades posicionadas em 31/12/2021.

BASE CADASTRAL DE PENSIONISTAS

	2021
PENSÃO POR MORTE	3
Idade média (em anos)	46
Folha Benefício mensal (em R\$)	635,33
Benefício Médio Mensal (em R\$)	211,78
FREQUÊNCIA DE GRUPOS DE PENSÕES	2
FREQUÊNCIA DE PENSIONISTAS	3
Idade média (em anos)	46
Folha Benefício mensal (em R\$)	635,33
Benefício Médio Mensal (em R\$)	211,78

2021: Base cadastral com data-base em 30/09/2021, considerando as movimentações informadas pela PRECE entre outubro e novembro de 2021 e idades posicionadas em 31/12/2021.





DEPENDENTES DE APOSENTADOS E PENSIONISTAS

	2021
DEPENDENTES DOS APOSENTADOS - VITALÍCIOS	1
Homens	0
Mulheres	1
Idade média	59
DEPENDENTES DOS APOSENTADOS - INVÁLIDOS	0
Homens	0
Mulheres	0
Idade média	0
DEPENDENTES DOS APOSENTADOS - TEMPORÁRIOS	0
Homens	0
Mulheres	0
Idade média	0
QUANTIDADE DEPENDENTES	1
Idade Média Dependentes	59

2021: Base cadastral com data-base em 30/09/2021, considerando as movimentações dos meses de outubro e novembro de 2021 e idades posicionadas em 31/12/2021.

DEPENDENTES DE APOSENTADOS E PENSIONISTAS

	2021
PENSIONISTAS - VITALÍCIOS	2
Homens	1
Mulheres	1
Idade média	59
PENSIONISTAS - INVÁLIDOS	0
Homens	0
Mulheres	0
Idade média	0
PENSIONISTAS - TEMPORÁRIOS	1
Homens	1
Mulheres	0
Idade média	21
QUANTIDADE PENSIONISTAS	3
Idade Média Pensionistas	46

2021: Base cadastral com data-base em 30/09/2021, considerando as movimentações informadas pela PRECE entre outubro e novembro de 2021 e idades posicionadas em 31/12/2021.

5.1.4 PREMISSAS E METODOLOGIAS ATUARIAIS

Nesta seção do relatório são apresentados os parâmetros, metodologias, premissas, regimes financeiros e métodos atuariais adotados na avaliação atuarial.

Posicionamento dos resultados

Tendo em vista a modalidade do Plano, os resultados espelham os valores financeiros informados pela Entidade no encerramento do exercício.

Nota técnica atuarial

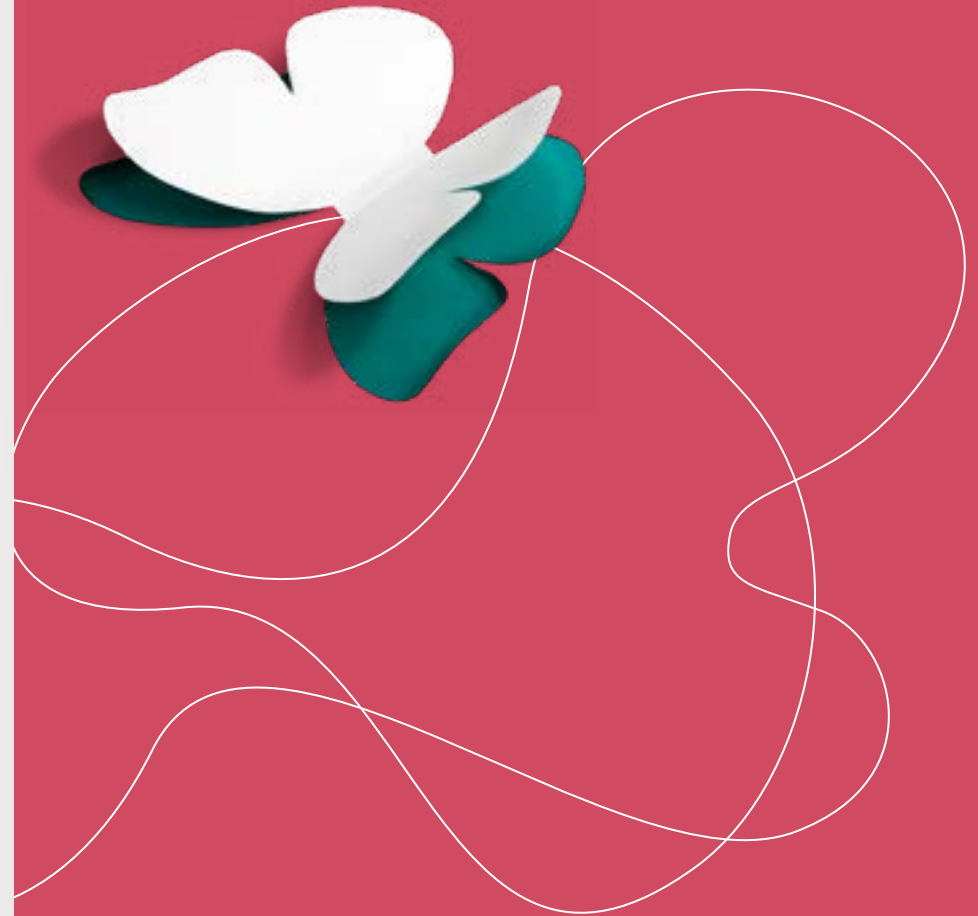
A metodologia adotada na avaliação atuarial do Plano de benefícios é apresentada em detalhes na Nota Técnica Atuarial do Plano (documento Mercer NT 011/20), referendada pela Mirador e emitida em conformidade com a Instrução Normativa Previc nº 20, de 16 de dezembro de 2019 e Portaria Previc nº 1.106 de 23 de dezembro de 2019.

Estudos de adequação

Segundo Instrução Previc nº 33/2020, a adequação das premissas a serem utilizadas na avaliação atuarial deve ser testada em estudo específico, de acordo com as diretrizes estabelecidas na Portaria Previc nº 835/2020. Os estudos de adequação são segregados em dois estudos: de convergência (para a premissa financeira de taxa de juros real anual) e de aderência (para as premissas biométricas, demográficas e econômicas).

Os estudos de aderência que fundamentam as premissas atuariais adotadas na avaliação atuarial foram realizados no exercício de 2021, conforme documento MIRADOR 1892/2021, aprovados pelo Conselho Deliberativo da PRECE em Reunião Ordinária, realizada em 27/12/2021 e apresentam validade até o exercício de 2022.

Já o estudo de convergência da taxa de juros real anual apresentado no documento MIRADOR 2001/2021 foi realizado no exercício de 2021 e aprovado pelo Conselho Deliberativo da PRECE em Reunião Ordinária, realizada em 27/12/2021. Este estudo tem validade de 1 (um) ano, devendo este ser realizado novamente durante o exercício de 2022, conforme item II do Art. 35 da Instrução Previc nº 33/2020.



5.1.5 PREMISSAS ATUARIAIS

PREMISSAS ADOTADAS

	2020	2021
ECONÔMICAS/FINANCEIRAS		
Taxa Real de Juros Anual	4,50%	→ 4,50%
Fator de Capacidade dos Salários e INSS	N/A	→ N/A
Fator de Capacidade dos Benefícios	N/A	→ N/A
Taxa de Crescimento Real Salarial Anual	N/A	→ N/A
BIOMÉTRICAS		
Mortalidade Geral	Tábua AT-2000 por sexo, suavizada em 10%	Tábua AT-2000 por sexo, suavizada em 10%
Entrada em Invalidez	Álvaro Vindas	Álvaro Vindas
Mortalidade de Inválidos	Winklevoss	Winklevoss
DEMOGRÁFICAS		
Rotatividade (Turnover)	N/A	N/A
Composição Familiar	N/A	N/A

¹ Comitê de Pronunciamentos Atuariais – CPA 003 – Classificação de premissas Atuariais.

5.1.6 REGIMES E MÉTODOS ATUARIAIS

Tendo em vista os benefícios do Plano estarem estruturados na modalidade de Contribuição Definida, adota-se o método de capitalização financeira para todos os benefícios. Os regimes financeiros, métodos de financiamento foram mantidos os mesmos do exercício anterior e atendem às exigências da Resolução CNPC nº 30/2018.

5.2 RESULTADOS

RESULTADOS DA AVALIAÇÃO ATUARIAL

5.2.1 PATRIMÔNIO DO PLANO

Em 31/12/2021, conforme valores constantes no balancete do Plano de benefícios.

(VALORES EM R\$)	2020	2021	VARIAÇÃO
ATIVO TOTAL	34.629.364,89	42.993.851,00	↑ 24,15%
(-) Exigível Operacional	2.022.418,02	3.003.872,54	↑ 48,53%
Gestão Previdencial	2.018.649,79	2.951.590,71	↑ 46,22%
Gestão Administrativa	-	-	-
Investimentos	3.768,23	2.281,83	↑ 287,44%
(-) Exigível Contingencial	-	-	-
Gestão Previdencial	-	-	-
Gestão Administrativa	-	-	-
Investimentos	-	-	-
(=) PATRIMÔNIO SOCIAL	32.606.946,87	39.989.978,46	↑ 22,64%
(-) Fundos	2.218.305,25	2.460.821,57	↑ 10,93%
Previdenciais	1.985.446,74	2.333.616,67	↑ 17,54%
Administrativos	132.146,45	4.022,10	↓ -96,96%
Dos investimentos	100.712,06	123.182,80	↑ 22,31%
(=) Patrimônio de Cobertura do Plano	30.388.641,62	37.529.156,89	↑ 23,50%

5.2.2 PASSIVO ATUARIAL

Em 31/12/2021

(VALORES EM R\$)	2020	2021	VARIAÇÃO
PMBC	567.473,33	692.359,82	↑ 22,01%
Saldo de Conta dos Assistidos	567.473,33	692.359,82	↑ 22,01%
VABF - Programados	-	-	-
VABF - Não Programados	-	-	-
VACF Participantes	-	-	-
VACF Patrocinadores	-	-	-
PMBaC	29.821.168,29	36.836.797,07	↑ 23,53%
Saldo de contas - parcela patro./inst.	13.017.523,34	16.334.373,30	↑ 25,48%
Saldo de contas - parcela participantes	16.803.644,95	20.356.089,19	↑ 21,14%
Saldo De Conta Portada De EFPC	-	146.334,58	-
Saldo De Conta Portada De EAPC	-	-	-
VABF - Programados	-	-	-
VABF - Não Programados	-	-	-
VACF Participantes	-	-	-
VACF Patrocinadores	-	-	-
(=) Passivo Atuarial	30.388.641,62	37.529.156,89	↑ 23,50%

5.2.3 PROVISÃO A CONSTRUIR

Em 31/12/2021

Não há Provisões Matemáticas a Constituir para o Plano.

(VALORES EM R\$)	2020	2021	VARIAÇÃO
SERVIÇO PASSADO	-	-	-
Patrocinador(es)	-	-	-
Participantes	-	-	-
DÉFICIT EQUACIONADO	-	-	-
Patrocinador(es)	-	-	-
Participantes	-	-	-
Assistidos	-	-	-
POR AJUSTES DAS CONTRIBUIÇÕES EXTRAORDINÁRIAS	-	-	-
Patrocinador(es)	-	-	-
Participantes	-	-	-
Assistidos	-	-	-
(=) PROVISÕES MATEMÁTICAS A CONSTRUIR	-	-	-

5.2.4 EQUILÍBRIO TÉCNICO (“RESULTADO CONTÁBIL”)

Em 31/12/2021

(VALORES EM R\$)	2020	2021	VARIAÇÃO
PATRIMÔNIO DE COBERTURA	30.388.641,62	37.529.156,89	↑ 23,50%
PROVISÕES MATEMÁTICAS	30.388.641,62	37.529.156,89	↑ 23,50%
(+) Passivo Atuarial	30.388.641,62	37.529.156,89	↑ 23,50%
(-) Provisões Matemáticas a Constituir	0,00	0,00	-
(=) Superávit/(Déficit) Acumulado	-	(0,00)	-

O Equilíbrio Técnico de um Plano de benefícios representa o excesso ou falta atual de patrimônio (patrimônio de cobertura) em relação às suas obrigações previdenciárias (provisões matemáticas). O resultado do Equilíbrio Técnico é contabilizado no Balanço Patrimonial do Plano como superávit acumulado, no caso de situação superavitária, ou déficit acumulado, no caso de situação deficitária.

Por ser o resultado contabilizado em Balanço, mas não ser o utilizado para fins de análise de solvência do Plano de benefícios, é também comumente chamado de “resultado contábil”.

5.2.7 SOLVÊNCIA

No encerramento do exercício

CONTÁBIL: EQUILÍBRIO TÉCNICO

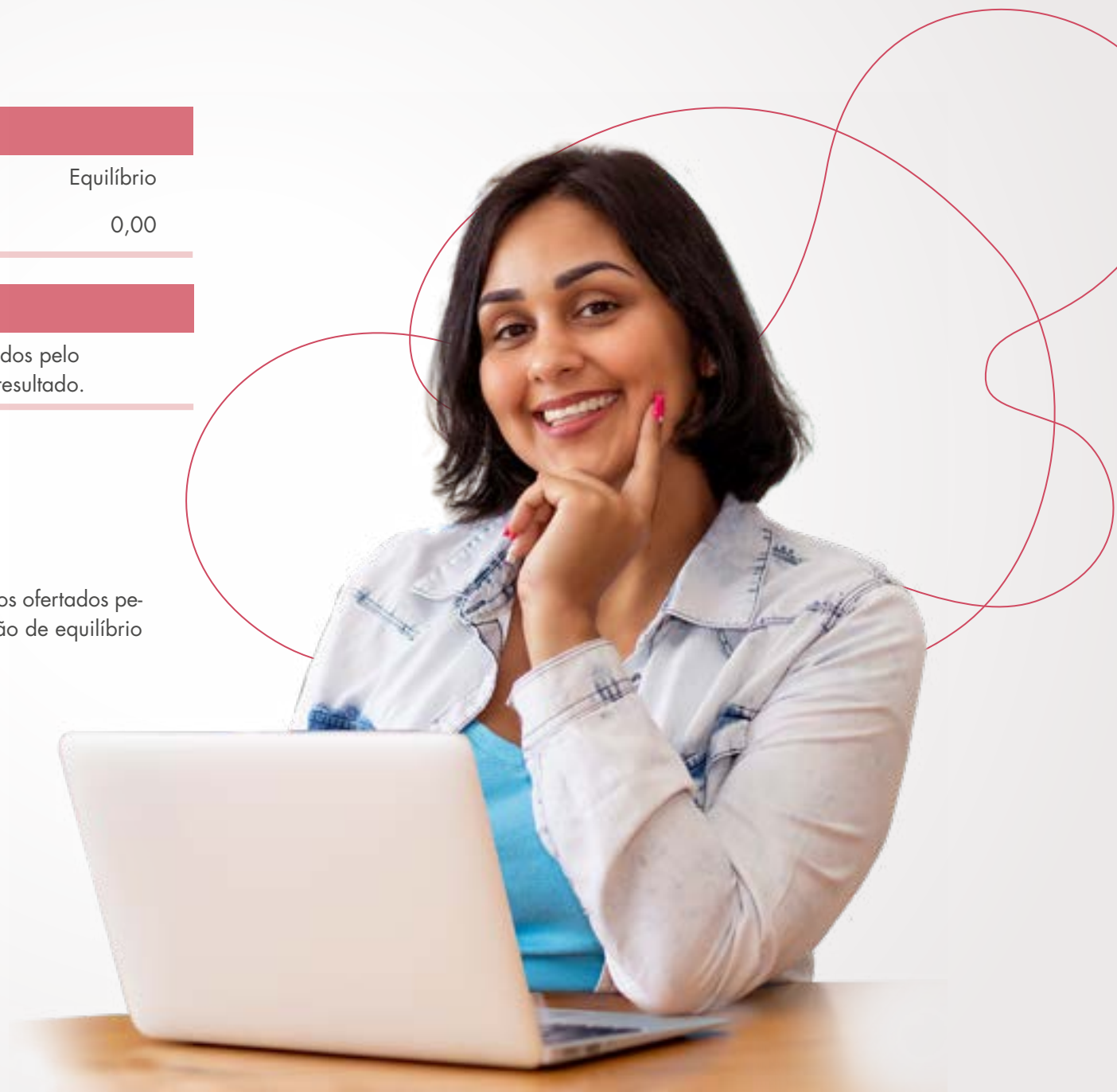
Situação contábil	Equilíbrio
Resultado Técnico Acumulado	0,00

CONCLUSÃO

Tendo em vista a modalidade dos benefícios ofertados pelo Plano (Contribuição Definida), não há geração de resultado.

5.2.8 CONCLUSÃO

Devido às características de Contribuição Definida dos benefícios ofertados pelo Plano PRECE III, em 31/12/2021, o Plano apresenta situação de equilíbrio econômico-atuarial.



5.3 ANÁLISE DOS RESULTADOS

ANÁLISES ADICIONAIS DOS RESULTADOS DA AVALIAÇÃO ATUARIAL, RISCOS E CENÁRIOS

5.3.1 VARIAÇÃO DAS PROVISÕES MATEMÁTICAS

Tendo em vista que as obrigações do Plano serem definidas pelos valores de Saldo de Contas individuais registrados para participantes e assistidos, as Provisões Matemáticas do Plano espelharão os montantes apurados pela Entidade em cada encerramento de exercício.

5.3.2 EQUILÍBRIO TÉCNICO (“RESULTADO CONTÁBIL”)

Em 31/12/2021

Tendo em vista a modalidade dos benefícios ofertados pelo Plano (Contribuição Definida), não há resultado a ser tratado.

(VALORES EM R\$)	2020	2021	VARIAÇÃO
PATRIMÔNIO DE COBERTURA	30.388.641,62	37.529.156,89	↑ 23,50%
PROVISÕES MATEMÁTICAS	30.388.641,62	37.529.156,89	↑ 23,50%
(+) Passivo Atuarial	30.388.641,62	37.529.156,89	↑ 23,50%
(-) Provisões Matemáticas a Constituir	0,00	0,00	-
(=) Superávit/(Déficit) Acumulado	-	(0,00)	-

O Equilíbrio Técnico de um Plano de benefícios representa o excesso ou falta atual de patrimônio (patrimônio de cobertura) em relação às suas obrigações previdenciárias (provisões matemáticas). O resultado do Equilíbrio Técnico é contabilizado no Balanço Patrimonial do Plano como superávit acumulado, no caso de situação superavitária, ou déficit acumulado, no caso de situação deficitária.

Por ser o resultado contabilizado em Balanço, mas não ser o utilizado para fins de análise de solvência do Plano de benefícios, é também comumente chamado de “resultado contábil”.



5.4 CUSTOS E Plano DE CUSTEIO

ANÁLISE DOS CUSTOS DO PLANO DE BENEFÍCIOS E DEFINIÇÃO DO PLANO DE CUSTEIO

5.4.1 CUSTOS

O Plano possui custos calculados atuarialmente apenas para os benefícios de risco relativos à aposentadoria por invalidez e pensão por morte de participante.

Conforme definido pelo Regulamento e pela Nota Técnica do Plano, o custeio desses benefícios se dará através de percentual da contribuição normal vertida pela Patrocinadora.

A tabela abaixo apresenta os custos normais apurados na avaliação atuarial, relativo aos benefícios a conceder:

BENEFÍCIO	CUSTO EM % DA FOLHA SALARIAL
Aposentadoria programada ¹	12,86%
Pensão	0,18%
Invalidez	0,16%
TOTAL DOS BENEFÍCIOS	13,20%
ADMINISTRAÇÃO	0,00%

¹ Valores apurados de acordo com a contribuição média realizada por participantes e Patrocinadores, conforme informações financeiras disponibilizadas pela Entidade;

² Conforme informado pela Entidade, o custeio administrativo passará a ser suportado pelos recursos oriundos do resultado bruto de investimentos dos Planos e pelo convênio firmado com a Patrocinadora.

5.4.2 PLANO DE CUSTEIO PARA EXERCÍCIO DE 2022

CUSTEIO PREVIDENCIÁRIO	
Contribuição de Ativos	<p>Participantes ativos:</p> <ul style="list-style-type: none"> - Contribuição básica: contribuição mensal obrigatória, conforme regras estabelecidas no regulamento do Plano: mínimo 3%, máximo 10% do salário de participação; - Contribuição adicional: de caráter mensal, conforme percentual definido pelo participante, observando o mínimo de 1% do salário de participação; - Contribuição suplementar: de caráter esporádico, conforme definido pelo participante, observando o mínimo de 20% do salário de participação; <p>Autopatrocinaados: Contribuição idêntica à dos ativos, adicionada a contribuição à cargo da respectiva Patrocinadora;</p> <p>BPD: Custeio normal não aplicavel.</p>
	<p>Contribuição de Aposentado</p> <p>Custeio normal não aplicavel.</p>
	<p>Contribuição de Pensionista</p> <p>Custeio normal não aplicavel.</p>
	<p>Contribuição da Patrocinadora</p> <p>Normal: Paritária a contribuição dos participantes ativos, com excessão do autopatrocinado; Risco: 2,54% do total das contribuições normais vertidas.</p>
CUSTEIO ADMINISTRATIVO	
<p>As despesas administrativas serão custeadas, de forma paritária, através da rentabilidade do resultado bruto de investimentos e do convênio firmado com a Patrocinadora.</p>	

O Plano de Custeio terá vigência a partir de 01/04/2022

5.5 OUTROS TÓPICOS

DEMAIS TÓPICOS RELEVANTES DA GESTÃO ATUARIAL DO PLANO DE BENEFÍCIOS

5.5.1 FUNDOS PREVIDENCIAIS

No encerramento do exercício de 2021, o Plano PRECE III mantém os seguintes Fundos Previdenciais:

Fundo Previdencial

Fundo Previdencial - Conta Coletiva para Cobertura de Risco: constituído pelas contribuições vertidas pela Patrocinadora, destinadas à cobertura do benefício de risco. Os recursos do Fundo são utilizados quando da concessão de benefício de Renda por Invalidez ou Renda por Morte de Participante, conforme disposição regulamentar.

Valor do fundo em 31/12/2021: R\$ 2.168.467,22.

Fundo Previdencial de Reversão de Saldo

Fundo Previdencial de Reversão de Saldo por Exigência Regulamentar: registra os saldos residuais de contribuições da Patrocinadora, não destinados ao pagamento de benefícios. Este fundo terá utilização conforme decisão do Conselho Deliberativo.

Valor do fundo em 31/12/2021: R\$ 165.149,45.



5.5.2 CONTABILIZAÇÃO DOS RESULTADOS

PROVISÕES MATEMÁTICAS

		(EM R\$)
2.03.01.01.00.00.00	Provisões Matemáticas	37.529.156,89
2.03.01.01.01.00.00	Benefícios Concedidos	692.359,82
2.03.01.01.01.01.00	Contribuição Definida	692.359,82
2.03.01.01.01.01.01	Saldo de conta dos assistidos	692.359,82
2.03.01.01.01.02.00	Benefício Definido	0,00
2.03.01.01.01.02.01	Valor Atual dos Benefícios Futuros Programados - Assistidos	0,00
2.03.01.01.01.02.01.01	Encargos Futuros	0,00
2.03.01.01.01.02.01.02	(-) Contribuições Futuras Dos Patrocinadores	0,00
2.03.01.01.01.02.01.03	(-) Contribuições Futuras Dos Part. Assistidos	0,00
2.03.01.01.01.02.02	Valor Atual dos Benefícios Futuros não Programados - Assistidos	0,00
2.03.01.01.01.02.02.01	Encargos Futuros	0,00
2.03.01.01.01.02.02.02	(-) Contribuições Futuras Dos Patrocinadores	0,00
2.03.01.01.01.02.02.03	(-) Contribuições Futuras Dos Part. Assistidos	0,00
2.03.01.01.02.00.00	Benefícios a Conceder	36.836.797,07
2.03.01.01.02.01.00	Contribuição Definida	36.836.797,07
2.03.01.01.02.01.01	Saldo de Contas - parcela Patrocinador ou Instituidor	16.334.373,30
2.03.01.01.02.01.02	Saldo de Contas - parcela Participantes	20.356.089,19
2.03.01.01.02.01.03	Saldo De Conta Portada De EFPC	146.334,58
2.03.01.01.02.01.04	Saldo De Conta Portada De EAPC	0,00
2.03.01.01.02.02.00	Benefício Definido Capitalização Programado	0,00
2.03.01.01.02.02.01	Valor Atual dos Benefícios Futuros Programados	0,00
2.03.01.01.02.03.00	Benefício Definido Capitalização não Programado	0,00
2.03.01.01.02.03.01	Valor Atual dos Benefícios Futuros não Programados	0,00

5.5.2 CONTABILIZAÇÃO DOS RESULTADOS

EQUILÍBRIO TÉCNICO

		(EM R\$)
2.03.01.02.00.00.00	Equilíbrio Técnico	0,00
2.03.01.02.01.00.00	Resultados Realizados	0,00
2.03.01.02.01.01.00	Superávit Técnico Acumulado	0,00
2.03.01.02.01.01.01	Reserva De Contingência	0,00
2.03.01.02.01.01.02	Reserva Especial Para Revisão De Plano	0,00
2.03.01.02.01.02.00	(-) Déficit Técnico Acumulado	0,00
2.03.01.02.02.00.00	Resultados A Realizar	0,00
2.03.02.00.00.00.00	Fundos	2.460.821,57
2.03.02.01.00.00.00	Fundos Previdenciais	2.333.616,67
2.03.02.01.01.00.00	Reversão De Saldo Por Exigência Regulamentar	165.149,45
2.03.02.01.02.00.00	Revisão De Plano	0,00
2.03.02.01.03.00.00	Outros - Previsto Em Nota Técnica Atuarial	2.168.467,22
2.03.02.01.03.01.00	Fundo Previdencial	0,00
2.03.02.01.03.02.00	Fundo De Variações Atuariais	0,00
2.03.02.01.03.03.00	Fundo De Benefício De Risco	2.168.467,22
2.03.02.02.00.00.00	Fundos Administrativos	4.022,10
2.03.02.02.01.00.00	Plano De Gestão Administrativa	0,00
2.03.02.02.02.00.00	Participação No Fundo Administrativo PGA	4.022,10
2.03.02.03.00.00.00	Fundos Para Garantia Das Operações Com Participantes	123.182,80

5.6 PARECER ATUARIAL

PARECER ATUARIAL CONCLUSIVO ACERCA DA SITUAÇÃO ECONÔMICA E ATUARIAL DO PLANO

5.6.1 PARECER ATUARIAL

Bases cadastrais utilizadas

Para fins da avaliação atuarial do Plano PRECE III foi utilizado o cadastro de dados individuais fornecido pela Entidade, com data-base em 30/09/2021, considerando as movimentações informadas pela Entidade para os meses de outubro e novembro de 2021, e posicionada em 31/12/2021. As informações foram submetidas a testes de consistência e foram considerados adequados para o estudo.

Premissas e bases técnicas

Os regimes financeiros, métodos de financiamento atendem às exigências da Resolução CNPC N° 30/2018.

Em relação às premissas atuariais utilizadas, não houve alteração das premissas utilizadas no último encerramento de exercício.

Resultados obtidos

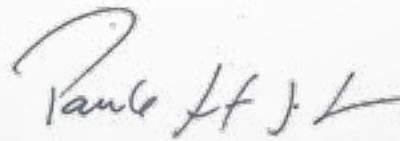
Devido à modalidade em que se encontram estruturados os benefícios do Plano (Contribuição Definida), não há resultado a ser apurado. Dessa forma, pode-se considerar que o Plano encontra-se equilibrado.

Conclusão

Devido às características de Contribuição Definida dos benefícios ofertados pelo Plano PRECE III, em 31/12/2021, o Plano apresenta situação de equilíbrio econômico-atuarial.



FABRÍZIO KRAPP COSTA
Diretor de serviços atuariais
Atuário – MIBA 2481
fabrizio@mirador360.com.br



PAULO JOSEF GOUVEA DA GAMA
Consultor
Atuário – MIBA 978
paulo.josef@mirador360.com.br



TÚLIO MAIA GUIMARÃES
Consultor
Atuário – MIBA 2701
tulio@mirador360.com.br

PARECER ATUARIAL

Plano PRECE CV

INSUMOS E METODOLOGIAS

5.1 ANÁLISE DOS CADASTROS, PREMISSAS E METODOLOGIAS ADOTADAS NA AVALIAÇÃO



5.1.2 BASE CADASTRAL

A base cadastral é um dos principais insumos para a realização da avaliação atuarial que tem objetivo principal de dimensionar os compromissos do Plano de benefícios. Dessa forma, a Mirador realizou a análise de dados do cadastro de dados individuais fornecido pela Entidade. Nesta etapa, foram aplicados testes de consistência, validações com a Entidade e ajuste no cadastro e a confirmação das estatísticas do Plano. Após a conclusão da análise de dados, o cadastro de dados individuais foi considerado adequado para o estudo de avaliação atuarial.

Nas próximas páginas, apresentamos as estatísticas do cadastro de dados individuais do Plano PRECE CV utilizado para fins da avaliação atuarial, com data-base em 30/09/2021, considerando as movimentações cadastrais informadas pela Entidade para os meses de outubro e novembro de 2021, e posicionada em 31/12/2021.

5.1.3 ANÁLISE DO PERFIL

BASE CADASTRAL DE PARTICIPANTES ATIVOS, AUTOPATROCINADOS E EM BPD

PARTICIPANTES ATIVOS	2021
Ativo	1.438
Aguardando BPD	12
Frequência a conceder	1.450
Idade Média (em anos) ¹	61
Tempo Médio de Contribuição (em meses)	401
Tempo Médio de Empresa (em meses) ¹	1.462
Folha de Salário de Participação Mensal (em R\$)	19.607.082,11
Salário Médio Mensal	13.522,13

2021: Base cadastral com data-base em 30/09/2021, considerando as movimentações informadas pela PRECE entre outubro e novembro de 2021 e idades posicionadas em 31/12/2021.

BASE CADASTRAL DE APOSENTADOS

	2021
APOSENTADORIA NORMAL	1.265
Idade média dos assistidos (em anos)	76
Folha Benefício mensal (em R\$)	5.508.663,65
Benefício Médio Mensal (em R\$)	4.354,67
APOSENTADORIA ANTECIPADA	335
Idade média dos assistidos (em anos)	75
Folha Benefício mensal (em R\$)	787.930,33
Benefício Médio Mensal (em R\$)	2.352,03
APOSENTADORIA POR INVALIDEZ	204
Idade média dos assistidos (em anos)	68
Folha Benefício mensal (em R\$)	248.645,20
Benefício Médio Mensal (em R\$)	1.218,85
APOSENTADORIA POR IDADE	61
Idade média dos assistidos (em anos)	83
Folha Benefício mensal (em R\$)	92.383,72
Benefício Médio Mensal (em R\$)	1.514,49
FREQUÊNCIA TOTAL DE APOSENTADO	1.865
Idade média dos assistidos (em anos)	75
Folha Benefício mensal (em R\$)	6.637.622,90
Benefício Médio Mensal (em R\$)	3.559,05

2021: Base cadastral com data-base em 30/09/2021 e idades posicionadas em 31/12/2021.

BASE CADASTRAL DE PENSIONISTAS

	2021
PENSÃO POR MORTE	1.871
Idade média (em anos)	72
Folha Benefício mensal (em R\$)	4.717.761,10
Benefício Médio Mensal (em R\$)	2.521,52
APOSENTADO FALECIDO - AGUARDANDO PENSÃO	14
Idade média dos assistidos (em anos)	75
Folha Benefício mensal (em R\$)	18.260,93
Benefício Médio Mensal (em R\$)	1.304,35
FREQUÊNCIA DE GRUPOS DE PENSÕES	1.797
FREQUÊNCIA DE PENSIONISTAS	1.885
Idade média (em anos)	72
Folha Benefício mensal (em R\$)	4.736.022,03
Benefício Médio Mensal (em R\$)	2.512,48

2021: Base cadastral com data-base em 30/09/2021, considerando as movimentações informadas pela PRECE entre outubro e novembro de 2021 e idades posicionadas em 31/12/2021.



DEPENDENTES DE APOSENTADOS E PENSIONISTAS

	2021
DEPENDENTES DOS APOSENTADOS - VITALÍCIOS	1.361
Homens	102
Mulheres	1.259
Idade média	66
DEPENDENTES DOS APOSENTADOS - INVÁLIDOS	17
Homens	7
Mulheres	10
Idade média	46
DEPENDENTES DOS APOSENTADOS - TEMPORÁRIOS	38
Homens	17
Mulheres	21
Idade média	17
QUANTIDADE DEPENDENTES	1.416
Idade Média Dependentes	65

2021: Base cadastral com data-base em 30/09/2021 e idades posicionadas em 31/12/2021.

	2021
PENSIONISTAS - VITALÍCIOS	1.806
Homens	5
Mulheres	1.801
Idade média	74
PENSIONISTAS - INVÁLIDOS	44
Homens	23
Mulheres	12
Idade média	54
PENSIONISTAS - TEMPORÁRIOS	35
Homens	22
Mulheres	13
Idade média	19
QUANTIDADE PENSIONISTAS	1.885
Idade Média Pensionistas	72

2021: Base cadastral com data-base em 30/09/2021, considerando as movimentações informadas pela PRECE entre outubro e novembro de 2021 e idades posicionadas em 31/12/2021.

5.1.4 PREMISSAS E METODOLOGIAS ATUARIAIS

Nesta seção do relatório são apresentados os parâmetros, metodologias, premissas, regimes financeiros e métodos atuariais adotados na avaliação atuarial.

Posicionamento dos resultados

A atualização monetária dos valores utilizados na avaliação atuarial é realizada pela aplicação do indexador acumulado do Plano, o Índice Nacional de Preços ao Consumidor (IBGE), entre a data-base da base cadastral e a avaliação atuarial.

Nota técnica atuarial

A metodologia adotada na avaliação atuarial do Plano de benefícios é apresentada em detalhes na Nota Técnica Atuarial do Plano (documento Mercer NT 012/20), referendada pela Mirador e emitida em conformidade com a Instrução Normativa Previc nº 20, de 16 de dezembro de 2019 e Portaria Previc nº 1.106 de 23 de dezembro de 2019.

Estudos de adequação

Segundo Instrução Previc nº 33/2020, a adequação das premissas a serem utilizadas na avaliação atuarial deve ser testada em estudo específico, de acordo com as diretrizes estabelecidas na Portaria Previc nº 835/2020. Os estudos de adequação são segregados em dois estudos: de convergência (para a premissa financeira de taxa de juros real anual) e de aderência (para as premissas biométricas, demográficas e econômicas).

Os estudos de aderência que fundamentam as premissas atuariais adotadas na avaliação atuarial foram realizados no exercício de 2021, conforme documento MIRADOR 1892/2021, aprovados pelo Conselho Deliberativo da PRECE em Reunião Ordinária, realizada em 27/12/2021 e apresentam validade até o exercício de 2022.

Já o estudo de convergência da taxa de juros real anual apresentado no documento MIRADOR 2000/2021 foi realizado no exercício de 2021 e aprovado pelo Conselho Deliberativo da PRECE em Reunião Ordinária, realizada em 27/12/2021. Este estudo tem validade de 1 (um) ano, devendo este ser realizado novamente durante o exercício de 2022, conforme item II do Art. 35 da Instrução Previc nº 33/2020.



5.1.5 PREMISSAS ATUARIAIS

PREMISSAS ADOTADAS

	2020	2021
ECONÔMICAS/FINANCEIRAS		
Taxa Real de Juros Anual	4,49%	↓ 4,35 %
Fator de Capacidade dos Salários e INSS	N/A	→ N/A
Fator de Capacidade dos Benefícios	98%	→ 98%
Taxa de Crescimento Real Salarial Anual	N/A	→ N/A
BIOMÉTRICAS		
Mortalidade Geral	Tábua AT-2000 Básica M	Tábua AT-2000 Básica M
Entrada em Invalidez	Mercer Disability por sexo D30%	Mercer Disability por sexo D30%
Mortalidade de Inválidos	Winklevoss	Winklevoss
DEMOGRÁFICAS		
Rotatividade (Turnover)	N/A	N/A

5.1.6 REGIMES E MÉTODOS ATUARIAIS

Os regimes financeiros, métodos de financiamento foram mantidos os mesmos do exercício anterior e atendem às exigências da Resolução CNPC nº 30/2018.

BENEFÍCIO	REGIME FINANCEIRO	MÉTODO DE FINANCIAMENTO
Abono anual	Capitalização	Agregado
Renda antecipada	Capitalização	Agregado
Aposentadoria por invalidez	Capitalização	Misto
Renda por morte	Capitalização	Misto
Renda programada	Capitalização	Agregado

5.2 RESULTADOS

RESULTADOS DA AVALIAÇÃO ATUARIAL

5.2.1 PATRIMÔNIO DO PLANO

Em 31/12/2021, conforme valores constantes no balancete do Plano de benefícios.

(VALORES EM R\$)	2020	2021	VARIAÇÃO
ATIVO TOTAL	1.539.252.556,61	1.623.806.307,50	↑ 5,49%
(-) Exigível Operacional	44.082.086,89	79.757.444,78	↑ 80,93%
Gestão Previdencial	42.034.294,35	77.838.511,16	↑ 85,18%
Gestão Administrativa	-	-	-
Investimentos	2.047.792,54	1.918.933,62	↓ - 6,29%
(-) Exigível Contingencial	9.119.216,12	13.167.878,75	↑ 44,40%
Gestão Previdencial	9.119.216,12	13.167.878,75	↑ 44,40%
Gestão Administrativa	-	-	-
Investimentos	-	-	-
(=) PATRIMÔNIO SOCIAL	1.486.051.253,60	1.530.880.983,97	→ 3,02%
(-) Fundos	43.287.533,13	44.125.556,41	→ 1,94%
Previdenciais	31.503.051,46	32.415.962,87	→ 2,90%
Administrativos	3.970.689,08	6.690.479,33	↑ 68,50%
Dos investimentos	7.813.792,59	5.019.114,21	↓ - 35,77%
(=) Patrimônio de Cobertura do Plano	1.442.763.720,47	1.486.755.427,56	→ 3,05%

5.2.2 PASSIVO ATUARIAL

Em 31/12/2021

(VALORES EM R\$)	2020	2021	VARIAÇÃO
PMBC	1.276.440.334,53	1.430.543.383,03	↑ 12,07%
Saldo de Conta dos Assistidos	300.945.658,53	458.535.797,65	↑ 52,36%
VABF - Programados	500.046.007,00	483.973.560,97	↓ - 3,21%
VABF - Não Programados	475.448.669,00	488.034.024,41	→ 2,65%
VACF Participantes	-	-	-
VACF Patrocinadores	-	-	-
PMBaC	533.907.725,73	347.902.191,22	↓ - 34,84%
Saldo de contas - parcela patro./inst.	102.598.551,81	76.575.994,20	↓ - 25,36%
Saldo de contas - parcela participantes	431.309.173,92	271.326.197,02	↓ - 37,09%
Saldo De Conta Portada De EFPC	-	-	-
Saldo De Conta Portada De EAPC	-	-	-
VABF - Programados	-	-	-
VABF - Não Programados	-	-	-
VACF Participantes	-	-	-
VACF Patrocinadores	-	-	-
(=) Passivo Atuarial	1.810.348.060,26	1.778.445.574,25	↓ - 1,76%

5.2.3 PROVISÃO A CONSTRUIR

Em 31/12/2021

(VALORES EM R\$)	2020	2021	VARIAÇÃO
SERVIÇO PASSADO	-	-	-
Patrocinador(es)	-	-	-
Participantes	-	-	-
DÉFICIT EQUACIONADO	(240.756.142,76)	(181.328.666,17)	↓ - 24,68%
Patrocinador(es)	(118.403.812,85)	(31.126.764,31)	↓ - 73,71%
Participantes	-	-	-
Assistidos	(122.352.329,91)	(150.201.901,86)	↑ 22,76%
POR AJUSTES DAS CONTRIBUIÇÕES EXTRAORDINÁRIAS	-	-	-
Patrocinador(es)	-	-	-
Participantes	-	-	-
Assistidos	-	-	-
(=) PROVISÕES MATEMÁTICAS A CONSTITUIR	(240.756.142,76)	(181.328.666,17)	↓ - 24,68%

5.2.4 EQUILÍBRIO TÉCNICO (“RESULTADO CONTÁBIL”)

Em 31/12/2021

(VALORES EM R\$)	2020	2021	VARIAÇÃO
PATRIMÔNIO DE COBERTURA	1.442.763.720,47	1.486.755.427,56	→ 3,05%
PROVISÕES MATEMÁTICAS	1.569.591.917,50	1.597.116.908,08	→ 1,75%
(+) Passivo Atuarial	1.810.348.060,26	1.778.445.574,25	↓ - 1,76%
(-) Provisões Matemáticas a Constituir	(240.756.142,76)	(181.328.666,17)	↓ -24,68%
(=) Superávit/(Déficit) Acumulado	(126.828.197,03)	(110.361.480,52)	↓ -12,98%

O Equilíbrio Técnico de um Plano de benefícios representa o excesso ou falta atual de patrimônio (patrimônio de cobertura) em relação às suas obrigações previdenciárias (provisões matemáticas). O resultado do Equilíbrio Técnico é contabilizado no Balanço Patrimonial do Plano como superávit acumulado, no caso de situação

superavitária, ou déficit acumulado, no caso de situação deficitária.

Por ser o resultado contabilizado em Balanço, mas não ser o utilizado para fins de análise de solvência do Plano de benefícios, é também comumente chamado de “resultado contábil”.

5.2.5 AJUSTE DE PRECIFICAÇÃO

Em 31/12/2021

(VALORES EM R\$)	2020	2021	VARIAÇÃO
AJUSTE DE PRECIFICAÇÃO =	30.694.951,84	13.555.271,00	↓ -55,84%

O Ajuste de Precificação é definido como a diferença entre o valor dos títulos públicos federais atrelados a índice de preços (NTN-B ou NTN-C) classificados na categoria títulos mantidos até o vencimento (“na curva”), calculado considerando a taxa de juros real anual utilizada na respectiva avaliação atuarial, e o valor contábil desses títulos, conforme disposto na Resolução CNPC nº 30/2018.

Os títulos utilizados no cálculo do Ajuste de precificação devem atender a certos requisitos previstos na Instrução Previc nº 33/2020, tais como que a duration e o valor

presente do fluxo dos títulos sejam inferiores à duration e ao valor presente do fluxo de pagamento de benefícios, respectivamente.

É importante notar que os títulos utilizados para fins de ajuste não poderão ser excluídos do cálculo dos exercícios subsequentes, exceto quando não atenderem aos requisitos previstos na Instrução Previc nº 33/2020.

A variação observada no ajuste de precificação é oriunda da segregação real dos ativos do Plano ocorrida em 2021

5.2.6 EQUILÍBRIO TÉCNICO AJUSTADO (ETA)

Em 31/12/2021

(VALORES EM R\$)	2020	2021	VARIAÇÃO
PATRIMÔNIO DE COBERTURA	1.442.763.720,47	1.486.755.427,56	→ 3,05%
PROVISÕES MATEMÁTICAS	1.569.591.917,50	1.597.116.908,08	→ 1,75%
(+) Passivo Atuarial	1.810.348.060,26	1.778.445.574,25	↓ -1,76%
(-) Provisões Matemáticas a Constituir	(240.756.142,76)	(181.328.666,17)	↓ -24,68%
(=) Superávit/(Déficit) Acumulado	(16.828.197,03)	(110.361.480,52)	↓ -12,98%
(+/-) Ajuste Precificação	30.694.951,84	13.555.271,00	↓ -55,84%
(=) Superávit/(Déficit) Acumulado (Ajustado)	(96.133.245,19)	(96.806.209,52)	→ 0,70%

O Equilíbrio Técnico Ajustado (ETA) representa o Equilíbrio Técnico (“resultado contábil”), ajustado pelos ganhos ou perdas esperados em decorrência do Ajuste de Precificação (apresentado a seguir neste relatório).

O resultado do ETA é o efetivamente referenciado na legislação local (Brasileira) do sistema de previdência fechada para análise das condições de solvência de um Plano e definição de possível necessidade de equacionamento de déficits.

5.2.7 BALANÇO PATRIMONIAL DAS OBRIGAÇÕES BD

BALANÇO PATRIMONIAL DAS OBRIGAÇÕES EM BENEFÍCIO DEFINIDO

Em decorrência do Plano apresentar tanto obrigações financeiras (saldos de conta) quanto atuariais (Benefício Definido), o quadro abaixo apresenta a análise do balanço do Plano considerando tão somente as obrigações em Benefício Definido. Especificamente para apresentação do quadro abaixo (análise gerencial), considerou-se como patrimônio de cobertura das obrigações em Benefício Definido o patrimônio de cobertura do Plano descontados os saldos de conta dos participantes e assistidos.



(VALORES EM R\$)	2020	2021	VARIAÇÃO
PATRIMÔNIO DE COBERTURA BD	607.910.336,21	680.317.438,69	↑ 11,91%
PROVISÕES MATEMÁTICAS BD	734.738.533,24	790.678.919,21	↑ 7,61%
(+) Passivo Atuarial BD	975.494.676,00	972.007.585,38	↓ -0,36%
(-) Provisões Matemáticas a Constituir	(240.756.142,76)	(181.328.666,17)	↓ -24,68%
(=) Superávit/(Déficit) Acumulado	(126.828.197,03)	(110.361.480,52)	↓ -12,98%
(+/-) Ajuste Precificação	30.694.951,84	13.555.271,00	↓ -55,84%
(=) Superávit/(Déficit) Acumulado (Ajustado)	(96.133.245,19)	(96.806.209,52)	→ 0,70%

5.2.7 SOLVÊNCIA

CONTÁBIL: EQUILÍBRIO TÉCNICO	
Situação contábil	Deficitário
Resultado Técnico Acumulado	(110.361.480,52)
Duration do Passivo	7,9669 anos (96 meses)

5.2.8 CONCLUSÃO

O resultado da avaliação atuarial demonstrou que o Plano apresenta, em 31/12/2021, um déficit técnico acumulado de R\$ 110.361.480,52, equivalente a 13,96% das suas Provisões Matemáticas de Benefício Definido, líquidas das provisões a constituir.

Considerando o ajuste de precificação dos títulos financeiros do Plano, apurado pela PRECE em R\$ 13.555.271,00, o resultado técnico ajustado (ETA) do Plano permanece deficitário em R\$ 96.806.209,52, equivalente a 12,24% das Provisões Matemáticas de Benefício Definido, líquidas das provisões a constituir.

Conforme disposto na Resolução CNPC nº 30/2018, o déficit ajustado máximo que o Plano poderia apresentar, sem ser necessária a elaboração de Plano de equacionamento, é de R\$ 31.365.442,05, que corresponde a 3,97% das provisões matemáticas.

Portanto, sob a ótica atuarial, o Plano de benefícios encontra-se com situação de insolvência, fora dos limites estabelecidos pelas regras vigentes, necessitando, assim, da elaboração de Plano de Equacionamento que abranja, no mínimo, o valor excedente ao limite de déficit técnico permitido para o exercício.

SOLVÊNCIA: EQUILÍBRIO TÉCNICO AJUSTADO (ETA)	
Ajuste de Precificação	13.555.271,00
Resultado Técnico Ajustado	(96.806.209,52)
Situação do ETA	Deficitário
Limite de ETA deficitário (em %)	3,97%
Limite de ETA deficitário (em R\$)	31.365.442,05



5.3 ANÁLISE DOS RESULTADOS

ANÁLISES ADICIONAIS DOS RESULTADOS DA AVALIAÇÃO ATUARIAL, RISCOS E CENÁRIOS

5.3.1 VARIAÇÃO DAS PROVISÕES MATEMÁTICAS

O quadro abaixo demonstra as variações observadas e os principais fatores dimensionáveis que impactaram o passivo do Plano.

	(EM R\$)	% PASSIVO 2021
(A) PASSIVO ATUARIAL EM 31.12.2020	975.494.676,00	100,36%
(+/-) Variação nominal esperada do Passivo Atuarial	(33.467.606,97)	-3,44%
(+/-) Inflação do período	109.828.465,92	11,30%
(B) PASSIVO ATUARIAL ESPERADO EM 31.12.2021	1.051.855.534,94	108,21%
(+/-) Alteração de premissa Juros	10.257.328,08	1,06%
(+/-) Regates/cancelados	(71.272.918,17)	-7,33%
(+/-) Experiência da população	(18.832.359,48)	-1,94%
(C) PASSIVO ATUARIAL EM 31.12.2021	972.007.585,38	100,00%

Cabe destacar que o quadro acima é apresentado com o único objetivo de auxiliar no entendimento dos principais componentes que afetaram o passivo no exercício. Porém, os valores apresentados podem conter aproximações / estimativas, não devendo estes serem considerados necessariamente como impactos precisos e efetivamente observados, mas aproximações da realidade do Plano e das movimentações ocorridas, apresentadas para serem utilizadas como instrumento de gestão e acompanhamento do passivo do Plano de benefícios.

5.3.2 EQUILÍBRIO TÉCNICO AJUSTADO (ETA)

COMENTÁRIOS SOBRE A SOLVÊNCIA DO PLANO DE BENEFÍCIOS

O resultado da avaliação atuarial demonstrou que o Plano apresenta, em 31/12/2021, um déficit técnico acumulado de R\$ 110.361.480,52, equivalente a 13,96% das suas Provisões Matemáticas de Benefício Definido, líquidas das provisões a constituir.

Considerando o ajuste de precificação dos títulos financeiros do Plano, apurado pela PRECE em R\$ 13.555.271,00, o resultado técnico ajustado (ETA) do Plano permanece deficitário em R\$ 96.806.209,52, equivalente a 12,24% das Provisões Matemáticas de Benefício Definido, líquidas das provisões a constituir.

Conforme disposto na Resolução CNPC nº 30/2018, o déficit ajustado máximo que o Plano poderia apresentar, sem ser necessária a elaboração de Plano de equacionamento, é de R\$ 31.365.442,05, que corresponde a 3,97% das provisões matemáticas.

Portanto, sob a ótica atuarial, o Plano de benefícios encontra-se com situação de insolvência, fora dos limites estabelecidos pelas regras vigentes, necessitando, assim, da elaboração de Plano de Equacionamento que abranja, no mínimo, o valor excedente ao limite de déficit técnico permitido para o exercício.

5.4 CUSTOS E Plano DE CUSTEIO

ANÁLISE DOS CUSTOS DO PLANO DE BENEFÍCIOS E DEFINIÇÃO DO PLANO DE CUSTEIO

5.4.1 CUSTOS

A tabela abaixo apresenta os custos normais apurados na avaliação atuarial, conforme regimes financeiros e métodos de financiamento apresentados anteriormente, relativo aos benefícios a conceder.

BENEFÍCIO	CUSTO EM % DA FOLHA SALARIAL
Aposentadoria programada ¹	10,36%
Pensão	0,00%
Invalidez	0,00%
TOTAL DOS BENEFÍCIOS	10,36%
ADMINISTRAÇÃO²	0,00%

¹ Valores apurados de acordo com a contribuição média realizada por participantes e Patrocinadores, conforme informações financeiras disponibilizadas pela Entidade;

² Conforme informado pela Entidade, o custeio administrativo passará a ser suportado pelos recursos oriundos do resultado bruto de investimentos dos Planos e pelo convênio firmado com a Patrocinadora.

5.4.2 PLANO DE CUSTEIO PARA EXERCÍCIO DE 2022

CUSTEIO PREVIDENCIÁRIO

Contribuição de Ativos	<p>Participantes ativos: Conforme percentuais definidos no Regulamento do Plano;</p> <p>Participantes autopatrocinados: Idêntica à dos participantes ativos, acrescentada a contribuição em nome da respectiva Patrocinadora;</p> <p>Participantes em BPD: 0%</p>
Contribuição de Aposentado	Não aplicável
Contribuição de Pensionista	Não aplicável.
Contribuição da Patrocinadora	Paritária à contribuição do participante, com exceção do autopatrocinado.

CUSTEIO DOS BENEFÍCIOS DE RISCO

Em função do valor atual do Fundo Previdencial para cobertura dos custos oriundos dos benefícios de risco, bem como do custo esperado, o custeio para o fundo se manterá zerado neste exercício.

CUSTEIO ADMINISTRATIVO

As despesas administrativas serão custeadas, de forma paritária, através da rentabilidade do resultado bruto de investimentos e do convênio firmado com a Patrocinadora.

CUSTEIO PREVIDENCIÁRIO

Contribuições de Aposentados	<ul style="list-style-type: none"> - Equacionamento do Déficit de 2016: alíquota de 10,04% incidente sobre a complementação (Prazo remanescente de 86 meses); - Equacionamento do Déficit de 2017: alíquota de 7,53% incidente sobre a complementação (Prazo remanescente de 116 meses); - Equacionamento do Déficit de 2020: alíquota de 3,22% incidente sobre a complementação (Prazo remanescente de 154 meses);
Contribuições da Patrocinadora	<ul style="list-style-type: none"> - Equacionamento do Déficit de 2016: Parcela mensal no valor de R\$ 643.145,49 (Prazo remanescente de 86 meses); - Equacionamento do Déficit de 2017: Parcela mensal no valor de R\$ 514.320,53 (Prazo remanescente de 116 meses); - Equacionamento do Déficit de 2020¹: > CEDAE: Parcela mensal no valor de R\$ 263.955,80 (Prazo remanescente de 154 meses); > PRECE: Parcela mensal no valor de R\$ 937,21 (Prazo remanescente de 154 meses).

Os prazos remanescentes informados estão posicionados em 31/12/2021. O Plano de Custeio terá vigência a partir de 01/04/2022.

A parcela para amortização da Patrocinadora deverá ser atualizada pelo índice do Plano. Os Planos de equacionamento de déficit serão reavaliados na próxima Avaliação Atuarial de encerramento de exercício.

¹ A dívida relativa a Patrocinadora CEDAE Saúde foi paga de forma antecipada dentro do exercício de 2021.

5.5 OUTROS TÓPICOS

DEMAIS TÓPICOS RELEVANTES DA GESTÃO ATUARIAL DO PLANO DE BENEFÍCIOS

5.5.1 FUNDOS PREVIDENCIAIS

No encerramento do exercício de 2021, o Plano PRECE CV mantém os seguintes Fundos Previdenciais:

Fundo Previdencial Conta Coletiva de Benefício de Risco

Para os participantes que vierem a falecer ou se invalidar, o Fundo possui a finalidade de aportar ao saldo de conta o valor necessário para compor a base de cálculo dos benefícios de Renda por Invalidez ou Renda por Morte.

Valor do fundo em 31/12/2021: R\$ 23.532.038,06.

Fundo Previdencial de Reversão de Saldo por Exigência Regulamentar

Fundo constituído pelo crédito oriundo das parcelas não destinadas àqueles que fizeram a opção pelo Resgate.

Valor do fundo em 31/12/2021: R\$ 8.883.924,81.



5.5.2 CONTABILIZAÇÃO DOS RESULTADOS

PROVISÕES MATEMÁTICAS

		(EM R\$)
2.03.01.01.00.00.00	Provisões Matemáticas	R\$ 1.597.116.908,08
2.03.01.01.01.00.00	Benefícios Concedidos	R\$ 1.430.543.383,03
2.03.01.01.01.01.00	Contribuição Definida	R\$ 458.535.797,65
2.03.01.01.01.01.01	Saldo de conta dos assistidos	R\$ 458.535.797,65
2.03.01.01.01.02.00	Benefício Definido	R\$ 972.007.585,38
2.03.01.01.01.02.01	Valor Atual dos Benefícios Futuros Programados - Assistidos	R\$ 483.973.560,97
2.03.01.01.01.02.01.01	Encargos Futuros	R\$ 483.973.560,97
2.03.01.01.01.02.02	Valor Atual dos Benefícios Futuros não Programados - Assistidos	R\$ 488.034.024,41
2.03.01.01.01.02.02.01	Encargos Futuros	R\$ 488.034.024,41
2.03.01.01.02.00.00	Benefícios a Conceder	R\$ 347.902.191,22
2.03.01.01.02.01.00	Contribuição Definida	R\$ 347.902.191,22
2.03.01.01.02.01.01	Saldo de Contas - parcela Patrocinador ou Instituidor	R\$ 76.575.994,20
2.03.01.01.02.01.02	Saldo de Contas - parcela Participantes	R\$ 271.326.197,02
2.03.01.01.02.02.00	Benefício Definido Capitalização Programado	R\$ 0,00
2.03.01.01.02.02.01	Valor Atual dos Benefícios Futuros Programados	R\$ 0,00
2.03.01.01.02.03.00	Benefício Definido Capitalização não Programado	R\$ 0,00
2.03.01.01.02.03.01	Valor Atual dos Benefícios Futuros não Programados	R\$ 0,00



5.5.2 CONTABILIZAÇÃO DOS RESULTADOS

PROVISÕES MATEMÁTICAS

		(EM R\$)
2.03.01.01.03.00.00	(-) Provisões Matemáticas A Constituir	-R\$ 181.328.666,17
2.03.01.01.03.01.00	(-) Serviço Passado	R\$ 0,00
2.03.01.01.03.01.01	(-) Patrocinador(es)	R\$ 0,00
2.03.01.01.03.01.02	(-) Participantes	R\$ 0,00
2.03.01.01.03.02.00	(-) Déficit Equacionado	-R\$ 181.328.666,17
2.03.01.01.03.02.01	(-) Patrocinador(es)	-R\$ 31.126.764,31
2.03.01.01.03.02.02	(-) Participantes	R\$ 0,00
2.03.01.01.03.02.03	(-) Assistidos	-R\$ 150.201.901,86
2.03.01.01.03.03.00	(+/-) Por Ajustes Das Contribuições Extraordinárias	R\$ 0,00
2.03.01.01.03.03.01	(+/-) Patrocinador(es)	R\$ 0,00
2.03.01.01.03.03.02	(+/-) Participantes	R\$ 0,00
2.03.01.01.03.03.03	(+/-) Assistidos	R\$ 0,00

5.5.2 CONTABILIZAÇÃO DOS RESULTADOS

EQUILÍBRIO TÉCNICO

		(EM R\$)
2.03.01.02.00.00.00	Equilíbrio Técnico	-R\$ 110.361.480,52
2.03.01.02.01.00.00	Resultados Realizados	-R\$ 110.361.480,52
2.03.01.02.01.01.00	Superávit Técnico Acumulado	R\$ 0,00
2.03.01.02.01.01.01	Reserva De Contingência	R\$ 0,00
2.03.01.02.01.01.02	Reserva Especial Para Revisão De Plano	R\$ 0,00
2.03.01.02.01.02.00	(-) Déficit Técnico Acumulado	-R\$ 110.361.480,52
2.03.01.02.02.00.00	Resultados A Realizar	R\$ 0,00
2.03.02.00.00.00.00	Fundos	R\$ 44.125.556,41
2.03.02.01.00.00.00	Fundos Previdenciais	R\$ 32.415.962,87
2.03.02.01.01.00.00	Reversão De Saldo Por Exigência Regulamentar	R\$ 8.883.924,81
2.03.02.01.02.00.00	Revisão De Plano	R\$ 0,00
2.03.02.01.03.00.00	Outros - Previsto Em Nota Técnica Atuarial	R\$ 23.532.038,06
2.03.02.01.03.01.00	Fundo Previdencial	R\$ 0,00
2.03.02.01.03.02.00	Fundo De Variações Atuariais	R\$ 0,00
2.03.02.01.03.03.00	Fundo De Benefício De Risco	R\$ 23.532.038,06
2.03.02.02.00.00.00	Fundos Administrativos	R\$ 6.690.479,33
2.03.02.02.01.00.00	Plano De Gestão Administrativa	R\$ 0,00
2.03.02.02.02.00.00	Participação No Fundo Administrativo PGA	R\$ 6.690.479,33
2.03.02.03.00.00.00	Fundos Para Garantia Das Operações Com Participantes	R\$ 5.019.114,21

5.6 PARECER ATUARIAL

PARECER ATUARIAL CONCLUSIVO ACERCA DA SITUAÇÃO ECONÔMICA E ATUARIAL DO PLANO

5.6.1 PARECER ATUARIAL

Bases cadastrais utilizadas

Para fins da avaliação atuarial do Plano PRECE CV, foi utilizado o cadastro de dados individuais fornecido pela Entidade, com data-base em 30/09/2021, considerando as movimentações informadas pela Entidade para os meses de outubro e novembro de 2021, e posicionada em 31/12/2021. As informações foram submetidas a testes de consistência e foram considerados adequados para o estudo.

Premissas e bases técnicas

Os regimes financeiros, métodos de financiamento atendem às exigências da Resolução CNPC N° 30/2018.

Em relação às premissas atuariais utilizadas, houve alteração da Taxa Real de Juros, de 4,49% em 31/12/2020 para 4,35% em 31/12/2021.

Resultados obtidos

No encerramento do exercício de 2021, o Plano PRECE CV apresenta um resultado técnico deficitário de R\$ 110.361.480,52, que representa 13,96% das suas Provi-

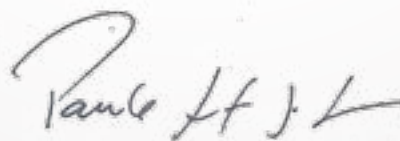
sões Matemáticas de Benefício Definido, líquidas das provisões a constituir. Considerando o ajuste de precificação dos títulos financeiros do Plano, apurado pela PRECE em R\$ 13.555.271,00, o resultado técnico ajustado do Plano encontrase deficitário em R\$ 96.806.209,52, equivalente a 12,24 % das Provisões Matemáticas de Benefício Definido, líquidas das provisões a constituir. Portanto, sob a ótica atuarial, o Plano de benefícios encontra-se com situação de insolvência, fora dos limites estabelecidos pelas regras vigentes, necessitando, assim, da elaboração de Plano de Equacionamento que abranja, no mínimo, o valor excedente ao limite de déficit técnico permitido para o exercício.

Conclusão

Face ao exposto neste parecer, na qualidade de atuários responsáveis pela avaliação atuarial anual regular do Plano PRECE CV, realizada em conformidade com os princípios atuariais aceitos internacionalmente, informamos que o Plano apresenta em 31/12/2021 situação de déficit técnico ajustado (ETA) que excede os limites máximos estabelecidos pelas regras de solvência vigentes.



FABRÍCIO KRAPP COSTA
Diretor de serviços atuariais
Atuário – MIBA 2481
fabrizio@mirador360.com.br



PAULO JOSEF GOUVEIA DA GAMA
Consultor
Atuário – MIBA 978
paulo.josef@mirador360.com.br



TÚLIO MAIA GUIMARÃES
Consultor
Atuário – MIBA 2701
tulio@mirador360.com.br



RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Aos Diretores e Participantes da
PRECE – Previdência Complementar
Rio de Janeiro – RJ

Opinião com ressalvas

Examinamos as demonstrações contábeis da PRECE – Previdência Complementar (“PRECE” ou “Entidade”), que compreenderam o balanço patrimonial consolidado (representado pelo somatório de todos os Planos de benefícios administrados pela Entidade, aqui denominados de consolidado, por definição da Instrução Normativa nº 31 em 31 de dezembro de 2021 e as respectivas demonstrações consolidadas da mutação do patrimônio social e do Plano de gestão administrativa e as demonstrações individuais por Plano de benefício que compreendem a demonstração do ativo líquido, da mutação do ativo líquido, do Plano de gestão administrativa e das provisões técnicas do Plano para o exercício findo nesta data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, exceto pelos possíveis efeitos decorrentes dos assuntos descritos na seção “Base para opinião com ressalvas”, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira consolidada da PRECE e individual por Plano de benefício em 31 de dezembro de 2021 e o desempenho consolidado e por Plano de benefício de suas operações para o exercício findo nesta data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às Entidades reguladas pelo Conselho Nacional de Previdência Complementar (CNPIC) e pela Superintendência Nacional de Previdência Complementar (Previc).

BASE PARA OPINIÃO COM RESSALVAS

Fundo de Investimento em Cotas de Fundos de Investimento Guandu Multimercado Crédito Privado – PRECE CVBD e Fundo de Investimento em Cotas de FI Guandu Multimercado Crédito Privado PRECE CVCD

Conforme Nota Explicativa nº 6.1.a) às demonstrações contábeis, em 31 de dezembro de 2021 a Entidade possuía investimentos em cotas do Fundo de Investimento em Cotas de Fundos de Investimento Guandu Multimercado Crédito Privado – PRECE CVBD e Fundo de Investimento em Cotas de FI Guandu Multimercado Crédito Privado PRECE CVCD (“FICs Guandu”), no montante de R\$ 827.430 mil, que representa 40,04% do Patrimônio Social da Entidade. As demonstrações contábeis de 30 de setembro de 2021, do FICs Guandu, foram emitidas com abstenção de opinião, em 29 de dezembro de 2021, no qual o FIC Guandu possuía 99,17% do seu patrimônio líquido representado por aplicações em cotas do Macacos CVBD FIM (“Fundo Investido Guandu ou Macacos FIM”). O Fundo Investido Guandu possui praticamente a totalidade da sua carteira de investimentos, em 30 de setembro de 2021, classificada como “títulos mantidos até o vencimento”, sendo mensurada pelo método do custo amortizado. Em função dessa classificação do seu portfólio de investimentos, o patrimônio do Fundo Investido, e, conseqüentemente, o valor unitário da sua cota não se encontravam avaliadas a valor justo. Durante o período anterior ao evento de transferência para o novo Administrador do FIC Guandu, não reconheceu o investimento no Macacos FIM pelo seu valor justo, estando, o investimento no Macacos FIM mensurado em desacordo com o previsto pela legislação e normas contábeis vigentes para os fundos de investimento regulamentados pela Instrução nº 555/14 da Comissão de Valores Mobiliários (CVM). Conseqüentemente, se o investimento no Macacos FIM tivesse sido mensurado ao valor justo, muitos elementos nas demonstrações contábeis do FIC Guandu teriam sido afetados de forma relevante, bem como as demonstrações contábeis da Entidade teriam sido afetadas em muitos elementos. Os efeitos desse assunto sobre as demonstrações contábeis do FIC Guandu e da Entidade não foram determinados.

Fundo de Investimento Imunana Multimercado Crédito Privado – PRECE CV-BD e Fundo de Investimento Imunana Multimercado Crédito Privado - PRECE CV-CD

Conforme Nota Explicativa nº 6.1.a) às demonstrações contábeis, em 31 de dezembro de 2021, a Entidade possuía investimentos em cotas do Fundo de Investimento Imunana Multimercado Crédito Privado – PRECE CV-BD e Fundo de Investimento Imunana Multimercado Crédito Privado - PRECE CV-CD (“FICs Imunana”), no montante de R\$103.399 mil, que representa 5,00% do Patrimônio Social da Entidade. As demonstrações contábeis, de 30 de setembro de 2021, do FICs Imunana, foram emitidas com abstenção de opinião, em 29 de dezembro de 2021, referente à ausência das demonstrações contábeis auditadas dos Fundos investidos do FICs Imunana, que representavam 75,56% de seu patrimônio líquido. Consequentemente, não nos foi possível determinar os eventuais ajustes, se houver, nas demonstrações contábeis da Entidade.

Fundo de Investimento em Cotas de Fundo de Investimento Alegria Multimercado Crédito Privado - PRECE I e Fundo de Investimento em Cotas de Fundo de Investimento Alegria Multimercado Crédito Privado - PRECE II

Conforme mencionado na Nota Explicativa nº 6.1(a) às demonstrações contábeis, em 31 de dezembro de 2021 a Entidade mantém investimentos no Fundo de Investimento em Cotas de Fundo de Investimento Alegria Multimercado Crédito Privado - PRECE I e Fundo de Investimento em Cotas de Fundo de Investimento Alegria Multimercado Crédito Privado - PRECE II (FICFIs Alegria), no montante de R\$ 117.164 mil, que representa 5,67% do Patrimônio Social da Entidade, que por sua vez manteve, em 30 de setembro de 2021, investimentos, no Fundo de Investimento Caixa Lameirão Multimercado Crédito Privado (FI Lameirão). As demonstrações contábeis do FI Lameirão foram examinadas, por outros auditores independentes, que emitiram relatório de auditoria, datado de 29 de dezembro de 2021, com abstenção de opinião. O FI Lameirão possuía aplicações em Cédulas de Crédito Bancários (“CCB”) de emissão das companhias Rio Amazonas Energia S.A., Aurizônia Empreendimentos S.A., The Real Estate Empreendimentos Imobiliários S.A., Aspensos Fomento e Apoio ao Ensino e Irtha Empreendimentos Imobiliários S.A., no valor de 589.205 mil, com respectiva provisão para perdas por redução ao va-

lor recuperável em sua totalidade, no qual não foi obtido acesso aos documentos/ estudos desenvolvidos pela Administração, do FI Lameirão, que fossem suficientes para concluirmos quanto a mensuração do valor justo desses investimentos, assim como, quanto ao saldo de provisão registrado em 30 de setembro de 2021, referente a esses investimentos. Em decorrência desse assunto e pela impossibilidade de obtermos evidência de auditoria apropriada e suficiente do saldo desses investimentos e dos resultados por eles gerados por meio de outros procedimentos de auditoria, não nos foi possível determinar se teria havido necessidade de efetuar ajustes nas demonstrações contábeis do FI Lameirão, FICFI Alegria e da Entidade. Consequentemente, não nos foi possível determinar os eventuais ajustes, se houver, nas demonstrações contábeis da Entidade.

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis”. Somos independentes em relação à Entidade, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião com ressalvas.

ÊNFASE

Desenquadramento dos investimentos imobiliários

Conforme mencionado em Nota Explicativa nº 6.5 às demonstrações contábeis, não obstante ao fato da Entidade manter sua carteira de investimentos enquadrada aos requerimentos legais, notadamente à Resolução CMN nº 4.661/18, o Plano PRECE I encontra-se desenquadrado ao limite de 20%, estabelecido pela referida Resolução, ao apresentar carteira de imóveis com percentual alocado de 27,52%. Nossa opinião não contém ressalva em função deste assunto.

Déficit atuarial – Planos PRECE II e PRECE CV

Chamamos atenção para a Nota Explicativa nº 11, às demonstrações contábeis, que descrevem que os Planos PRECE II e PRECE CV, ao final do exercício de 2021, apresentaram equilíbrio técnico negativo de R\$ 4.893 mil (em 2020 R\$ 5.960 mil) e de R\$ 110.361 mil (em 2020 R\$ 126.828 mil), respectivamente. Adicionalmente, o relatório do atuário informa que os equilíbrios técnicos negativos de ambos os Planos decorreram de aspectos conjunturais, notadamente: decréscimo de taxa de desconto e performance dos investimentos abaixo das metas atuariais. Nossa opinião não contém ressalva em função deste assunto.

OUTROS ASSUNTOS

Auditoria dos valores correspondentes a 31 de dezembro de 2020

As demonstrações contábeis da Entidade relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2020 foram auditadas por outros auditores independentes, cujo relatório de auditoria foi emitido, em 31 de março de 2021, com modificação de opinião em função do mesmo assunto apresentados no parágrafo intitulado de “Fundo de Investimento em Cotas de Fundo de Investimento Alegria Multimercado Crédito Privado - PRECE I” e parágrafos de ênfase dos mesmos assuntos apresentados na seção intitulada de “Ênfase”.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações contábeis

A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às Entidades reguladas pelo Conselho Nacional de Previdência Privada (CNPV) e pela Superintendência Nacional de Previdência Complementar (Previc) e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Entidade continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso

dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a Entidade ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Entidade são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte da auditoria, realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais;
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Entidade;

- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração;
- Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Entidade. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Entidade a não mais se manter em continuidade operacional;
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

São Paulo, 30 de março de 2022



Thiago Benazzi Arteiro

CT CRC 1SP-273.332/O-9

Grant Thornton Auditores Independentes

CRC 2SP 025.583/O-1

PARECER DO CONSELHO FISCAL SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS DA PRECE DO EXERCÍCIO FINANCEIRO DE 2021

Este Parecer tem a finalidade de expressar o opinamento do Conselho Fiscal sobre as Demonstrações Contábeis de 2021 da PRECE Previdência Complementar, não isentando este Colegiado de obter informações adicionais junto a Diretoria da Entidade, a fim de melhor esclarecer dúvidas que venham a permanecer, ou, sobre assuntos de conhecimento direto do Conselho Fiscal. Situações relevantes apontadas a seguir no Parecer do Auditor e nas Notas Explicativas:

1) O CF verifica que a posição total das provisões matemáticas sofreu diferentes impactos. Houve o efeito da revisão para baixo das taxas de juros dos Planos PRECE I, PRECE II, e PRECE CV, causando elevação marginal das provisões matemáticas. Mas também houve efeito de redução das provisões matemáticas de Benefícios a Conceder, possivelmente em função da saída de ativos observada ao longo do ano. Em termos gerais, houve uma redução dos compromissos futuros, observado o efeito do aumento das provisões matemáticas a constituir.

Nesse último ponto, a parcela de responsabilidade do Patrocinador em relação ao déficit de 2020 ainda está no passivo, pois não houve assinatura do contrato de dívida. Quando isso ocorrer, será reclassificado para o ativo.

2) O CF atesta a situação de insolvência do Plano PRECE CV. Apesar da redução do déficit ocorrida como resultado do superávit de R\$16.467 mil no ano, ela não foi suficiente para colocar o Plano em situação de equilíbrio.

a. O CF solicita à Diretoria Executiva que, conforme disposto na Resolução CNPC nº 30/2018, acompanhe o processo de aprovação do Plano de Equacionamento de 2021, e que proponha Plano de equacionamento para endereçar o saldo de déficit acumulado que eventualmente exceda o limite legal.

DESCRIÇÃO	EXERCÍCIOS	PRECE I	PRECE II	PRECE III	PRECE CV	TOTAL
Superávit/(Déficit) técnico	Em 2020	14.483	(5.960)	-	(126.827)	(118.304)
Movimento no ano	-	7.924	1.067	-	16.466	25.457
Superávit/(Déficit) técnico	Em 2021	22.407	(4.893)	-	(110.361)	(92.847)

b. O CF manifesta preocupação com os Planos: PRECE II e CV, em face da manutenção dos déficits, e conseqüente recorrência de Planos de Equacionamentos deles, sem que se consiga encontrar o equilíbrio patrimonial.

c. O CF manifesta preocupação em relação ao Risco de Liquidez do Plano PRECE I, com relação aos seus ativos garantidores.

3) O CF atesta o desenquadramento passivo da carteira de investimento em imóveis do Plano PRECE I. A reavaliação anual da carteira de imóveis trouxe uma valorização de 33% para esse segmento de investimentos. Como resultado dessa reavaliação, e considerando o limite legal de 20% e o limite estabelecido em Política de Investimentos, o Plano PRECE I está em condição de desenquadramento passivo.

a. O CF recomenda que seja tomada medida de cura para o desenquadramento passivo da carteira de imóveis do Plano PRECE I.

4) O CF verifica que na linha contábil de Exigível Contingencial, se destaca o aumento de R\$ 14.895 nas demandas trabalhistas que acabam sendo resultado do processo de desligamentos resultante do programa de PDV em curso na CEDAE.

a. O CF recomenda que seja avaliada junto aos respectivos escritórios de advocacia se a PRECE pode ser retirada do processo como parte, uma vez que a relação trabalhista se dá com a Patrocinadora e não com ela.

5) O CF destaca o esforço de redução de custos que se faz perceber na Despesa Administrativa que reduziu em 7,5%, saindo de R\$ 17.755 para R\$ 16.423. Nessa linha, 87% do esforço foi feito em Pessoal, Encargos e Serviços de Terceiros. Além disso, o CF aponta a reversão do Fundo Previdencial dos Planos PRECE III e CV em favor do custeio administrativo da PRECE, no valor total de R\$ 8.990. Tal decisão foi executada pela Diretoria Executiva, cujos reflexos foram observados na competência de junho, conforme evidenciado no gráfico do Ativo do PGA abaixo:



a. O CF verifica que, com a decisão do Conselho Deliberativo de reversão do Fundo Previdencial, e a consequente superação da meta orçamentária das receitas no ano, não houve a execução da fonte de custeio advindo dos investimentos a partir de julho de 2021. Sente-se o reflexo na proporção do Custeio das Patrocinadora em relação ao Custeio dos Investimentos. Por causa dessa decisão, em 2021 (até setembro), a proporção se inverteu, ficando 70% a cargo da Gestão Previdencial, e 30% dos Investimentos.

6) Sobre a carteira de empréstimos, o CF verifica que a PRECE mantém provisão referente a direitos creditórios de liquidação duvidosa no montante de R\$ 1.340 (mais do que 1% da carteira de empréstimos), para fazer face à eventual inadimplência na carteira de empréstimos e financiamentos concedidos aos participantes dos Planos de benefícios administrados pela PRECE.

a. O CF recomenda que seja feito estudo para que se possa entender melhor o risco do programa de empréstimos, o fundo de garantia e o perfil dos inadimplentes, bem como se há algo que se possa fazer para endereçar eventuais motivos que possam estar provocando essa inadimplência.

7) Sobre as carteiras de investimentos, o **CF verifica** que existem estruturas e veículos de investimentos diferentes para cada Plano.

a. Analisada as devidas diferenças entre os Planos, como metas e possíveis marcações, o **CF recomenda** um estudo para verificar a possibilidade e ganhos de eficiência para a criação de buckets de investimentos, que sejam comprados por todos os Planos, de forma a otimizar a carteira e reduzir custos.

8) O CF está ciente das ressalvas destacadas pelo Auditor Independente KPMG que externou ter sido impossível de obter evidência de auditoria apropriadas e suficientes dos saldos das aplicações nos fundos investidos (abaixo listados) e nos resultados por eles gerados por meio de outros procedimentos de auditoria. Sendo assim, não foi possível determinar se haveria a necessidade de se efetuar ajustes nas rubricas de investimentos em cotas de fundos no demonstrativo da composição e diversificação da carteira em 30/set/21, e no resultado da valorização de cotas de fundos reconhecidos no período nessa data, na demonstração das evoluções do patrimônio líquido, assim como nos demais elementos componentes das demonstrações financeiras.

– Fundo de Investimento em Cotas de Fundos de Investimento Caixa Sarapuí BD Multimercado Crédito Privado

– Fundo de Investimento em Cotas de Fundos de Investimento Caixa Sarapuí CD Multimercado Crédito Privado

– Fundo de Investimento em Cotas de Fundos de Investimento Caixa Laranjal I Multimercado Crédito Privado

– Fundo de Investimento em Cotas de Fundos de Investimento Caixa Laranjal II Multimercado Crédito Privado

– Fundo de Investimento em Cotas de Fundos de Investimento Caixa Guandu BD Multimercado Crédito Privado

– Fundo de Investimento em Cotas de Fundos de Investimento Caixa Guandu CD Multimercado Crédito Privado

– Fundo de Investimento em Cotas de Fundos de Investimento Caixa Alegria I Multimercado Crédito Privado

– Fundo de Investimento em Cotas de Fundos de Investimento Caixa Alegria II Multimercado Crédito Privado

– Fundo de Investimento Caixa Imunana BD Multimercado Crédito

– Privado Fundo de Investimento Caixa Imunana CD Multimercado Crédito Privado

a. O CF solicita que a Diretoria de Investimentos se aprofunde nas dificuldades ocorridas na interação dos Auditores com o Administrador BTG Pactual para que haja maior fluidez de informação e as próximas auditorias possam ter seu relatório emitido sem ressalvas.

b. O CF solicita que a Diretoria de Investimentos apresente ao fórum colegiado do Conselho Fiscal o status atual dos investimentos que foram alvo de ressalvas pelo Auditor, bem como a estratégia para que as auditorias que estão por vir não sejam mais alvo de ressalvas.

CONCLUSÃO DO VOTO

O Conselho Fiscal, diante ao disposto, recomenda ao Conselho Deliberativo, a aprovação das referidas Demonstrações Contábeis de 2021 consolidadas e as individuais dos Planos: PRECE I, II, III, CV e do PGA, considerando as ênfases e ressalvas apresentadas pela auditoria independente da Grant Thornton Auditores Independentes, e as manifestações feitas por este Colegiado.

Rio de Janeiro, 28 março de 2022.

FÁBIO FRANÇA NUNES

Presidente do Conselho

CPF: 010.847.247-74

Assinou em 29 mar 2022 às 09:23:40

Emitido por Clicksign Gestão de documentos S.A.

PAULO ALEXANDRE FROLICK

Membro Efetivo Eleito

CPF: 711.149.207-20

Assinou em 29 mar 2022 às 11:00:11

Emitido por Clicksign Gestão de documentos S.A.

BRUNO FERREIRA DE OLIVEIRA

Membro Efetivo Nomeado

CPF: 124.466.227-55

Assinou em 29 mar 2022 às 09:19:33

Emitido por Clicksign Gestão de documentos S.A.

DIEGO NUNES MÜLLER

Membro Efetivo Nomeado

CPF: 106.470.437-93

Assinou em 29 mar 2022 às 09:19:11

Emitido por Clicksign Gestão de documentos S.



DELIBERAÇÃO DO CONSELHO DELIBERATIVO DE 29 DE MARÇO DE 2022 - Nº 008/2022

O Conselho Deliberativo da PRECE – Previdência Complementar, na 502ª Reunião Extraordinária, realizada em 29 de março de 2022, em cumprimento às determinações expressas no Artigo 22 e no parágrafo único do Artigo 24 de seu Estatuto, examinou as seguintes matérias apresentadas pela Diretoria Executiva e pelo Conselho Fiscal, relativas ao exercício de 2021:

- a) Balanço Patrimonial Consolidado comparativo com o exercício anterior;
- b) Demonstração da Mutação do Patrimônio Social - DMPS (consolidada) comparativa com exercício anterior;
- c) Demonstração do Plano de Gestão Administrativa - DPGA (consolidada) comparativa com o exercício anterior;
- d) Demonstração do Ativo Líquido - DAL (por Plano de benefício previdencial) comparativa com o exercício anterior;
- e) Demonstração da Mutação do Ativo Líquido - DMAL (por Plano de benefício previdencial) comparativa com exercício anterior;
- f) Demonstração das Provisões Técnicas do Plano de Benefícios - DPT (por Plano de benefício previdencial) comparativa com o exercício anterior;
- g) Notas explicativas às Demonstrações Contábeis consolidadas;
- h) Relatório dos Auditores Independentes; e
- i) Parecer do Conselho Fiscal e,

Delibera:

Aprovar as demonstrações contábeis da PRECE relativas ao exercício de 2021, mantendo-se as ênfases e ressalvas apontadas pela auditoria independente e ratificadas pelo Conselho Fiscal, tendo em vista que as Demonstrações Contábeis, o Relatório dos Auditores Independentes e o Parecer do Conselho Fiscal corroboram com exatidão as contas da Entidade.

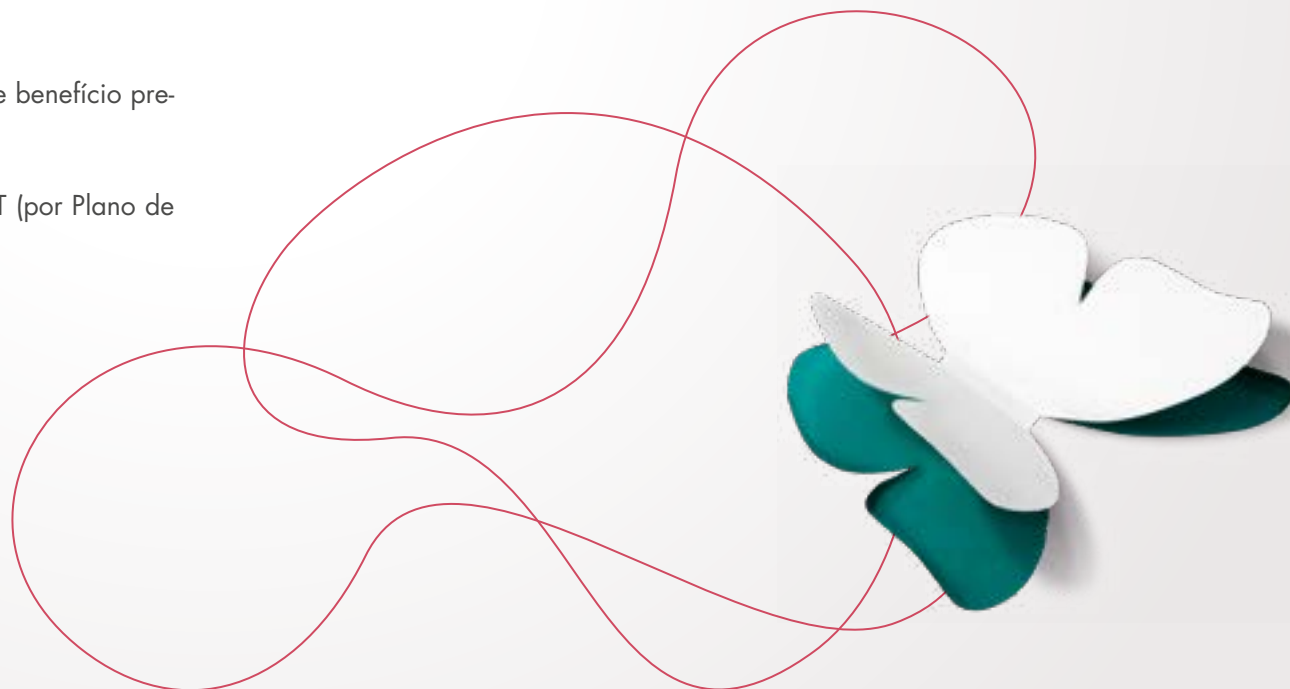
Em 29 de março de 2022.

PAULO HENRI LOPES DOS SANTOS
Presidente do Conselho Deliberativo

CPF: 824.170.837-87

Assinou em 30 mar 2022 às 12:03:11

Emitido por Clicksign Gestão de Documentos S.A.



PRECE
Previdência